

# PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

JOEL BOMBARDELLI

Sujeito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade

#### JOEL BOMBARDELLI

# Sujeito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade

Tese submetida à Banca de Defesa de Tese na Linha de Pesquisa de Análise de Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí — Univás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Análise de Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Chiaretti

	Aurorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualque meio
	convencional ou eletronico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.
Ficha	catalográfica
	ito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade./ Joel, Bomba ntadora: Profa. Dra. Paula Chiaretti – Pouso Alegre, 2019. 201 p. CDD 410.
	de doutorado apresentada na Univás – Universidade do vale do Sapucaí. Ár entração: Linguagem e Sociedade: Análise de Discurso.
1. C	ontabilidade. 2. Neoliberalismo. 3. Sujeito. 4. Empreendedorismo. 5. Sociedade.



## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada "SUJEITO, SOCIEDADE, NEOLIBERALISMO E SENTIDO NO DISCURSO DA CONTABILIDADE" foi defendida, em 28 de fevereiro de 2019, por JOEL BOMBARDELLI, aluno regularmente matriculado no Doutorado em Ciências da Linguagem, sob o Registro Acadêmico nº98008615, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:

Profa. Dra. Paula Chiaretti Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS Orientadora

Profa. Dra. Clarice Pimentel Paulon
Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN/SP
Examinadora

Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho Universidade Federal de Uberlândia - UFU Examinador

Prof. Dr. Eduardo Alves Rodrigues Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS

Examinador

Profa. Dra. Luciana Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL



#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à professora e minha orientadora, Dra. Paula Chiaretti, que sempre, com presteza e dedicação, apontou os caminhos deste trabalho. Agradeço pelas suas orientações, pela sua confiança e ensinamentos, que contribuíram para meu enriquecimento nesta jornada. Minha admiração e muito obrigado.

À professora Dra. Eni Pucinelli Orlandi pelo acolhimento, pela acessibilidade e oportunidade do convívio acadêmico. Minha admiração e agradecimento.

Ao professor Dr. Eduardo Alves Rodrigues por suas enriquecedoras intervenções na leitura orientada e na orientação do trabalho de qualificação e pela leitura, apontamentos e participação na banca de qualificação. Meu muito obrigado.

À professora Dra. Luciana Nogueira pela leitura, contribuição e participação na banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Ciências da Linguagem da Univás, em especial aos que ministram minhas disciplinas: professores Dr. Eduardo Alves Rodrigues, Dra. Eni Pucinelli Orlandi, Dra. Greciely Cristina da Costa, Dra. Paula Chiaretti e Dra. Renata C. Bianchi de Barros.

À professora Dra. Gleimíria Batista da Costa pelo incondicional apoio, incentivo e entusiasmo com a pesquisa.

À professora Dra. Clarice Pimentel Paulon e ao professor Dr. José Simão da Silva Sobrinho, por terem aceitado participar da banca de defesa e pelos valiosos apontamentos e contribuições.

Agradeço à Fundação Universidade de Rondônia (UNIR) e à Univás pelo apoio para desenvolver este trabalho.

Minha esposa, Fabiana, meus filhos e neto, agradeço por estarem sempre comigo.

Aos colegas de curso, aos funcionários do Programa da Ciência da Linguagem da Univás. Enfim, agradeço a todos que contribuíram e participaram desta trajetória.

Se meu destino é cantar, eu canto
Meu mundo é mais que chorar, não choro
A vida é mais do que pranto, é um sonho
Com matizes sonoros
Hay os que cantam desditas de amores
Por conveniência agradando os senhores
Mas os que vivem a cantar sem patrão
Tocam nas cordas do seu coração.
Cenair Maica

RESUMO

BOMBARDELLI, J. Sujeito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade. 2019. 201f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem,

Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre-MG.

Esta pesquisa buscou analisar o discurso contábil, em particular, a discursividade contábil em

enunciados publicitários e matérias jornalísticas. Com a base teórica-analítica da Análise de

Discurso (AD) foram trabalhados recortes de propaganda publicitária de instituições de educação

e financeiras, de classe de profissionais da contabilidade, e também de reportagens da grande mídia.

A Análise de Discurso possibilitou, pelos seus procedimentos, realizar uma descrição,

interpretação e análise dos recortes, resultando na produção de uma compreensão do

funcionamento da linguagem e do funcionamento do discurso da contabilidade, como lugar de

produção de sentidos, ou de relações significativas entre o homem e a sociedade, na história.

Consideramos que a contribuição original da presente pesquisa é a busca da compreensão do

funcionamento do discurso contábil, sua produção de sentidos e da identificação dos sujeitos em

suas práticas sociais. A contabilidade, por estudar o patrimônio, e por sua técnica/ciência de

mensuração que transforma tudo em valor monetário, dinheiro, apresenta uma "linguagem"

constitutiva da política/ideologia da atual sociedade neoliberal. A discursividade de termos como

"custo/beneficio", "transparência" e "empreender" por seus deslocamentos e deslizes produzem

efeitos de sentido e posicionam os sujeitos em posições nas relações sociais. As nossas análises

foram realizadas com alicerce, sobretudo, nas leituras das obras de Pêcheux. A nossa compreensão

é de que o funcionamento do discurso contábil resulta das condições de produção da estrutura

socioeconômica dominante que tem nos conceitos do sistema de formação social capitalista e

neoliberal efeitos de pré-construídos e efeitos de evidência fundadores.

Palavras-chave: Contabilidade; Neoliberalismo; Sujeito; Empreendedorismo; Sociedade.

#### ABSTRACT

BOMBARDELLI, Joel. **Subject, society, neoliberalism and meaning in accouting discourse.** 2019. 201f. Thesis (Doctorate). Postgraduate Program in Language Sciences, University Vale do Sapucaí, Pouso Alegre-MG.

This research aimed to analyze the accounting discourse, especially, the accounting discursiveness in advertising ads and journalistic articles. Using as basis the analytical theory of Discourse Analysis (DA), advertising material of education and financial entities, from countability professional class, as well as, articles of broad media were analyzed. The Discourse Analysis allowed, through its procedures, conduct the portrayal and analysis of the material, producing an understanding of the functioning of language, and the functioning of accounting discourse, as a place of meaning production, or of meaningful relationships between mankind and society, in history. We perceive that the original contribution of this research is the aim for an understanding of the accounting discourse, its meanings and the recognition of the subjects in their social practices. The accountancy, for studying property, and for its measuring technique that convert everything into monetary value, money, presents a "language" of the politics / ideology of today's neoliberal society. The discursiveness of terms such as 'cost / benefit', 'transparency' and 'entrepreneurship' by their displacements and slips produces meaningful effects and locate individuals in some particular social relationships positions. Our analyzes were developed using as theoretical foundation especially the readings of Pêcheux works. Therefore our understanding is that the functioning of accounting discourse results from the conditions of production in the socioeconomic dominant structure that has effects of pre-constructed as well as effects of founding evidence generated in the concepts of the social formation in the capitalist system and neoliberalism.

Keywords: Accounting; Neoliberalism; Subject; Entrepreneurship; Society.

# Lista de Figuras

Figura 1 – Exemplo discursivo de Pêcheux e Fuchs
Figura 2 – Prática social, Herbert (2016, p.25)
Figura 3 – Funcionamento ideológico das práticas contábeis, adaptado da proposição de Thomas
Herbert
Figura 4 – Processos metonímicos e deslocamentos metafóricos (PÊCHEUX, 1995, p. 80
Eigen 5 Channels with interior 1 ECC and Company Destructed and Education
Figura 5 – Chamada publicitária da FCC para o Curso Bacharelado em Educação
Física
Figura 6 – Recorte "justiça cancela entrega de remédios a paciente com doença rara declarada
morta por engano"
Figura 7 – Recorte "paciente morre a espera de decisão do STF sobre remédios"
Figura 8 – Recorte de "Eu, Daniel Blake"
Figura 9- Esquema do funcionamento da discursividade custo/benefício
Figura 10- Publicidade do Conselho federal de Contabilidade
Figura 11- Publicidade da Academia Brasileira de Ciências
Figura 12- Lucro dos maiores bancos do Brasil cresce 17% no 2º tri e soma R\$16,8 bilhões
Figura 13- O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil?
Figura 14- Recessão e desemprego derrubam inflação e devolvem poder de compras aos brasileiros
Figura 15- Educadora diz que 1º passo para a vida financeira saudável em 2018 é ter um
sonho
Figura 16- Painel Impostômetro
Figura 17- Painel Sonegômetro
Figura 18- Índice de confiança dos empresários sobe em agosto, diz pesquisa da CN
Figura 19- Academia Brasileira de Ciências Contábeis
Figura 20- Dinheiro público é da sua conta
Figura 21- Esquema teórico do discurso da transparência

Figura 22- A carteira de trabalho e a maquininha	167
Figura 23- Ministério do Trabalho e Emprego	178
Figura 24 – Empreendedor esta é a sua nova carteira de trabalho	. 179
Figura 25 – Hora de criar seu próprio mercado de trabalho	183
Figura 26- Funcionamento da linguagem contábil adaptado da teoria do discurso de Pêcheux	188
Figura 27 - O funcionamento do discurso contábil	193

# **SUMÁRIO**

Apresentação	14
Capítulo 1	24
Análise de Discurso e o Discurso Contábil	24
1.1. Os fundamentos da Análise de Discurso de Michel Pêcheux	24
1.2. Thomas Herbert: conceitos de sujeito, ideologia e discurso	38
1.3. O discurso contábil	62
1.3.1. O sujeito capitalista	62
1.3.2. Ciências Contábeis e suas premissas: a empresa – entidade em continuidade	69
1.3.3. O dinheiro, a mercadoria universal: processo de financeirização	71
Capítulo 2	80
A discursividade do enunciado contábil: a evidência do custo/benefício	80
2.1 O sujeito racional da sociedade neoliberal	81
2.2 Economia de mercado: o sujeito empresário	86
2.3 A discursividade do custo/benefício	88
2.3.1 A discusividade do custo/benefício na educação	91
2.3.2 A discursividade do custo/benefício na justiça e na saúde	101
Capítulo 3	118
A discusiviadade da sociedade da transparência	118
3.1 Contador, profissional e cientista da transparência	120

3.1.1. A transparência contábil pela ética, credibilidade e zelo	138
3.1.2 A ciência abraçou a contabilidade	149
3.2 A discursividade da transparência das informações públicas	152
3.2.1. O discurso da transparência da CGU	153
Capítulo 4.	164
Sujeito, sociedade e empreendedorismo	164
4.1 O sujeito (des)empregado deslocado para sujeito empreendedor	165
4.2. Práticas dos aparelhos ideológicos de Estado neoliberal	168
4.3 O sujeito (neo)liberal empreendedor	176
4.4 A sociedade (neo)liberal	180
Considerações finais	187
Referencias	194

### Apresentação

Contudo as coisas não são assim tão simples, pois a luta de classes não tem as características de uma sala de conferências. (PÊCHEUX, 1997 [1975], 283-284)

A partir dos anos de 1970, ou próximo a essa data, é dado início a uma mudança profunda no funcionamento econômico-social afetando as práticas culturais e políticas. Uma mudança ligada ao surgimento de novos modos de dominação social. A transformação acontece com aparência superficial e relacionada ao imperativo de adaptação das práticas que buscam (re)organizar o modo de produção capitalista visando um novo ciclo de acumulação do capital (HARVEY, 2008b). O capitalismo de distribuição do crescimento e da rentabilidade, com diminuição de ganhos de produtividade causados por aumento de salários reais, isto é, uma sociedade com traços marxistas em suas reivindicações, ambiente de emprego, de dirigentes preocupados com o progresso, de esperança no futuro melhor e da busca da igualdade no sistema escolar (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), estava sendo deixado no passado.

Citando *Soft city*, de Raban (1974), Harvey (2008b, p. 15) interpreta que os sujeitos da cidade de Londres não são vítimas de um sistema racionalizado e automatizado de produção e consumo de massa de bens materiais, mas sim de uma prática de produção de signos e imagens, como códigos de vida, que promovem um individualismo excessivo e um empreendimentismo para demonstrar posses, aparências e distinção social. Assim, compreendemos que essas práticas de produção individualizadas de códigos de vida são, foram, tornaram-se universais e, portanto, válidas para compreender os sujeitos contemporâneos. Ou ainda, podemos compreender que código e consumo se conjugam e constroem um cenário e enredo espetaculares a partir do qual o sujeito se constitui.

Esse sujeito e sua multiplicidade de papéis são então (re)transformados a partir de certas condições econômicas, pois a "criação perpétua de novas necessidades é a condição para a continuidade da expansão infinita da acumulação do capital" (HARVEY, 2011, p. 91-92). Considerando que toda existência concreta dos corpos exige certa filiação à esse modo de produção, filiamo-nos a Harvey (2011, p. 7), para quem "vivemos no capitalismo, adquirimos

nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida do dia a dia", uma vida que pode/deve ser espetacular.

Compreendemos que o deslocamento de um capitalismo de produção para um capitalismo financista constitui de modo distinto o sentido e o sujeito, assujeitados às regras do liberalismo que deslizam para o neoliberalismo<sup>1</sup>, implicando novas significações de sujeito e sociedade. Em resumo, podemos afirmar que a rentabilidade da *produção industrial* foi substituída pela rentabilidade das *aplicações financeiras*, delegando a certos agentes a responsabilidade das questões econômicas, as quais são descritas por Boltanski e Chiapello da seguinte maneira.

A desregulamentação dos mercados financeiros, sua descompartimentação, a falta de intermediação e a criação de 'novos produtos financeiros' multiplicaram as possibilidades de lucros puramente especulativos, por meio dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas. [...] a rentabilidade do capital é melhor nas aplicações financeiras do quem em aplicações na indústria. [...] empresas registradas em bolsa, que estão submetidas aos mesmos imperativos de rentabilidade dos mercados [...] puramente financeiras. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 21)

Esses movimentos do modo de produção capitalista associam-se ao sentido de *liberdade*, de *futuro* e de *facilidade*, como veremos, fazendo com que o *trabalho* também se relacione ao sentido de *especulação*. O mercado financeiro não trabalha, especula; assim, não precisa mais do trabalhador, que "vira" empreendedor.

Diferente da suposição de Marx, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção não pode ser superada através de uma revolução comunista: ela é de fato *insuperáve*l. É exatamente por causa dessa contradição intrínseca e permanente que o capitalismo escapa para o futuro. Assim, o capitalismo industrial se *mutacionou* em neoliberalismo e em capitalismo financeiro com modos de produção imateriais e pós-industriais, em vez de transformar-se em comunismo. O neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador um *empreendedor*. (HAN, 2018, p. 14)

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Neste trabalho tomamos como referência alguns pensadores europeus que apresentam críticas ao neoliberalismo. Compreendemos que existem diferenças na estrutura socioeconômica dos países europeus se comparado com a estrutura socioeconômica do Brasil, diferenças históricas de colonizadores e colonizado, desenvolvidos e subdesenvolvido, e, também podemos dizer da diferença de práticas sociais. Contudo, a discursividade teórica desses autores possibilitaram um exercício analítico das práticas políticas e ideológicas aplicadas pelo neoliberalismo no Brasil.

Portanto, o sujeito empreendedor pode ser livre, mas não tem autonomia: "é esse o destino do sujeito, que significa literalmente 'estar submetido'" (HAN, 2018, p. 9). Se, no século XX, "a organização das sociedades de consumo esteve ligada à regulação e obediência sociais, agora, a administração do comportamento econômico é idêntica à formação e perpetuação de indivíduos maleáveis e submissos" (CRARY, 2014, p. 27). Nesse jogo econômico, do modo de produção capitalista ou do socialista, Gadet e Pêcheux (2010) incluem a língua, o discurso:

[...] a língua de madeira socialista é uma língua fóbica, construída para fazer fracassar de antemão qualquer contradição e se proteger ao falar das massas, do interior de uma estátua de mármore. O capitalismo contemporâneo, por seu lado, compreendeu que tinha interesse em quebrar as estátuas. Dominação sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política: a 'língua de vento' permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 21)

Essa definição de capitalismo, pelo seu jogo discursivo que materializa o funcionamento particular e ideológico capitalista, pelo delicado destaque que dá na busca por lucros, por expansão dos comércios, por competição empresarial, pelos modos de gestão etc., mas, também, como exercício de poder e dominação social. Esse capitalismo produz também sentidos a partir do discurso contábil, como linguagem dos negócios, e a efetividade da discursividade contábil se constitui quando os sujeitos usam essa espécie de repertório de falas e construções simbólicas em suas ações no cotidiano social. Assim, filiamos a concepção de língua de vento ao discurso da contabilidade que transforma os números, os dados, os gráficos e as informações financeiras em uma linguagem política/ideológica fluída, volátil como próprio das questões do mercado financeiro. Entretanto, funciona pelo propiciar e o asseverar da rigidez dos números (dinheiro), que posiciona, submete o indivíduo em seu lugar (posição) da estrutura econômica e social.

A contabilidade é aquela que mensura/traduz tudo em dinheiro, produzindo efeitos de sentido relacionados às discursividades do custo/benefício, da transparência dos negócios, do empreendedorismo, discursividades que pretendemos analisar neste trabalho.

As discursividades da contabilidade operam pelas consistências das regras, como as do direito, dos negócios, dos artefatos tecnológicos, e principalmente, tomam emprestadas receitas de recursos linguísticos da propaganda, da literatura empresarial, do visual e das imagens, materiais esses dominados pela mídia, modo pelo qual o neoliberalismo explora e propaga seus conceitos. A

inovação de produtos, sistemas, plataformas e aplicativos como ferramentas de controles são fundamentais na (re)invenção de sentidos e sujeitos em suas relações com o capital, trabalho, renda etc. Essas ferramentas de controles apresentam-se de modo específico como podemos observar em Crary (2014, p. 27):

[...] docilidade e desligamento do emprego não são mais subprodutos indiretos da economia financeira global; estão entre seus objetivos principais. Há uma relação cada vez maior entre as necessidades individuais e os programas funcionais e ideológicos onde todo novo produto está embutido. Esses 'produtos' não são apenas os aparelhos ou instrumentos físicos, mas os diversos serviços e interconexões que rapidamente se tornam o padrão ontológico dominante ou exclusivo da nossa realidade social.

Compreendemos a formação social da contemporaneidade, composta, em parte, pela elevação e valorização das tecnologias (informação e comunicação) e, em outra parte, pelo declínio dos modelos sociais anteriores, seja do capitalismo ou do socialismo. Nesse movimento, a *inovação tecnológica*<sup>2</sup> articula-se como um novo modo de controle e produção que suplanta formas culturais anteriores, como o modo de relacionar-se, manusear o dinheiro que passou da moeda (espécie) para o modo digital, eletrônico. O modo de controle pela suposta transparência das informações e a produção pelos artefatos tecnológicos automatizados que aceleram as operações financeiras (veremos mais à frente como são significadas as "maquininhas de cartão") podem ser exemplos dessas mudanças. Para Crary (2014, p. 23),

[...] essa ruptura histórica é descrita e teorizada de diversas maneiras, incluindo análises da passagem da produção industrial a processos e serviços pósindustriais, as mídias analógicas às digitais ou de uma cultura fundada na imprensa a uma sociedade global unificada pela circulação instantânea de dados e informações.

A descrição dessa mudança nos modos de produção e acumulação de capital faz funcionar a minha memória, as mudanças e transformações econômicas e sociais, desde a minha infância, nos anos 1970<sup>3</sup>, quando fazia o primário em uma escola rural, passando pelos anos de 1990, na

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Apesar de sempre havermos contato com inovações tecnológicas ao longo da história, a especificidade do modelo atual compreende a "inovação tecnológica" não mais como uma ruptura, mas como um imperativo e um movimento constante exigido pelos modos de produção.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O desenvolvimento do sul do Brasil, de onde venho, nos anos de 1970 se caracterizava pela eliminação das florestas para a implantação da mecanização das lavouras de milho, trigo e soja, que culminou com a troca do campo (camponeses) pela cidade (urbanos). Aqueles camponeses que queriam continuar no campo, ou na busca de mais terra, se relocaram-se para outras localidades ou regiões do país.

graduação em Ciências Contábeis, e anos 2000, no Mestrado de Engenharia de Produção, com foco em gestão, que associava a contabilidade à discursividade neoliberal (os gurus da gestão). Essa discursividade da literatura da gestão empresarial como normativa do capitalismo ((BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 23), se disseminava nas salas de aula, difundiu-se nas entidades nas quais trabalhei, propaga-se nos modos de falar e fazer, reproduzindo o sentido unívoco, segundo o qual a contabilidade é *transparente*, pois seus relatórios produziriam uma "fotografia" do momento, da situação econômica/financeira/patrimonial de certa entidade. Porém, à época, eu já compreendia que o resultado contábil sempre poderia ser outro, por apagamentos ou silenciamentos, caso outra regra ou a mesma regra fosse aplicada com uma interpretação diferente.

A escolha do campo de investigação deste trabalho – "Sujeito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade" – ocorreu pela minha formação profissional como contador e pelo estranhamento da contabilidade sendo significada como fonte de "informação", capaz de produzir uma homogeneização de sentido, um processo de interpretação unívoco, limitador da própria interpretação, o que contrária a concepção de Michel Pêcheux de discurso. Entretanto, ao nos defrontarmos com os primeiros conceitos da AD pêcheuxtiana, compreendemos a contabilidade como uma prática discursiva, logo, linguística, tecnológica, científica e ideológica insculpida no funcionamento, pelos Aparelhos Ideológicos de Estado, que com sua força de execução também exercem repressão (ALTHUSSER, 1970), na formação social (estrutura econômica capitalista).

A contabilidade tem como objeto o estudo do *patrimônio*, do *capital*. Para Harvey (2011, p. 7): "o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como flerte e outras vezes como inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado". E o patrimônio, em seus variados processos de significação, em especial no aspecto social e econômico, articula-se "nas relações sociais" à luta de classes. No entanto, a contabilidade, como principal ciência de estudos do patrimônio, organizada por sua técnica/ciência e também por aparelhos ideológicos<sup>4</sup> e repressivos<sup>5</sup> de Estado, preocupada com a mensuração, focando em processos de "modernização", "mundialização" e "globalização",

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A contabilidade ensina saberes práticos que intervém na reprodução e controle dos modos de produção.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Consideramos a contabilidade como instrumento repressivo não pela via da violência, e, sim pela forma de funcionamento massivamente administrativa que assegura uma coesão social dos modos de produção.

concomitantemente, parece apagar, silenciar, o sentido, em seu discurso, de luta de classes, da desigual distribuição da riqueza que desencadeia tantas outras questões nas relações sociais.

Nesse trabalho, procuramos dar, para as questões contábeis, um tratamento privilegiado, por meio da análise de recortes, articulando-as a outras questões contemporâneas das relações sociais. Buscamos compreender a discursividade da contabilidade, conforme Pêcheux (2006, p. 51) ensina, sobre "o objeto da linguística (o próprio da língua)", por meio de dois espaços: o espaço da manipulação de significação estabilizada, que consideramos ser as interpretações pedagógicas dos técnicos cientistas da contabilidade, e o outro espaço, no qual queremos nos fixar, que trabalha o sentido e suas tensões, os sentidos escapando da norma, percorrendo o cotidiano social, interrogando o semanticamente normal, lugar de equívoco.

Podemos considerar que o nosso objeto teórico, que é constituído por certo discurso dominante, amestrado, um discurso da *gestão* (contábil), tem uma base técnico-científica, ou, melhor, técnico-científico-ideológica, que tenta produzir, de uma aparente exclusão política e "ideológica", uma "coisa" oculta, neutra, somente jurídica, financista, contábil, mas produto de práticas ideológicas neoliberais que funciona pelo assujeitamento de sentidos e sujeitos. Uma prática discursiva que dissimula o funcionamento político dos sentidos e, consequentemente, a própria ideologia. Assim, a filiação à teoria da Análise de Discurso de Pêcheux abre novos espaços de descrição e interpretação da materialidade do discurso contábil empresarial, que, como veremos, não é aplicado ou funciona somente com as coisas das empresas, dos negócios, mas, com o cotidiano social, o que contribui para a compreensão da produção de efeitos de sentidos, nas práticas sociais dos sujeitos, no processo de individuação dos sujeitos etc.

O sentido do termo "empresa" neste trabalho filia-se a estrutura apresentada por Thomas Herbert, como o lugar de um sistema discursivo complexo de produção de sentidos, do funcionamentos do político e da ideologia, constituindo sujeitos assujeitados em sua posição discursiva, os investidores (dominadores dos meios de produção), os trabalhadores/empregados/desempregados, os contadores, os gerentes e gerenciados etc., individualizados em sua forma-sujeito história afetados pelo simbólico, identificando-se e significando-se pelas relações de linguagem.

Para o sujeito contador, a contabilidade pode ser compreendida como um lugar de sentidos homogêneos, lineares, circunscritos por uma metalinguagem e lugar de inscrição de uma profissão de extrema funcionalidade e racionalidade, de uma prática social com fins específicos e

(re)conhecidos, normalmente qualificados e classificados como "precisos". O capitalismo e a contabilidade são interdependentes, e suas evoluções estão intrinsecamente ligadas aos movimentos do sistema capitalista, ou seja, a mensuração contábil simula, emula e representa o capital.

Agora, compreendo que pela AD temos outra maneira de construir o conhecimento, outro caminho para percorrer, para tentar compreender as "coisas" ou interpretar as mesmas "coisas" do saber do mundo contábil. Mesmo para o científico, o saber contábil (sistema estabilizado, unívoco) são atravessadas de sentidos que escapam da regra lógica da administração, da gestão, para produzir outros efeito de sentidos possíveis.

No entanto, o regramento contábil nos coloca em uma posição a partir da qual não se podem negar alguns "fatos contábeis", coagindo o sujeito nessa posição a sustentar um sentido unívoco das palavras, como se a língua não fosse falha, nem opaca. A contabilidade parece querer sempre negar que o sentido de uma palavra, de uma expressão, poder ser outro. Podemos, assim, considerar que a contabilidade e o capitalismo são construídos como homogêneos; não se desassociam, mas, contudo, são como instituições que funcionam para serem "como polos privilegiados de respostas" (PÊCHEUX, 2006, p. 34) das coisas-a-saber. Como apresenta Pêcheux,

[...] a questão aqui não é de saber se *O Capital* e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei de 'coisas-a-saber': mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a se servir tanto, e, às vezes, melhor que aqueles que eles exploram. O mesmo acontece, para a luta de classes e várias outras "coisas-a-saber".

A questão é, sobretudo, a de determinar se as coisas-a-saber saídas do marxismo são, ou não, suscetíveis de se organizar em um espaço científico coerente, integrado em uma montagem sistemática de conceitos – tais como forças produtivas, relações de produção, formação socioeconômica, formação social, infraestrutura e superestrutura jurídico-política e ideológica, poder de Estado etc. (PÊCHEUX, 2006, p. 37)

A linguagem dos negócios é uma das linguagens mais vibrantes do capitalismo e, na contemporaneidade, pelo neoliberalismo, articulando-se por memórias organizadas, é uma discursividade que promove sentidos de *liberdade*, *iniciativa individual*, *transparência*, *concorrência* etc., como racionalidades que regulam as relações sociais dos sujeitos em redes de significantes. Os profissionais da contabilidade conjecturam-se pela linguagem da contabilidade, que "comunica" o enriquecimento e o acúmulo de riqueza de uma minoria numérica de sujeitos,

sem se darem conta de que sua comunicação produz efeitos de sentidos pela linguagem contábil, pela produção de coesão entre os significantes "capital" e "trabalho" e pelo modo como comunica a sua assimetria distributiva da mais valia entre sujeitos. A contabilidade pode funcionar como uma máquina de produção homogeneizante de sentidos, possivelmente pelos seus textos e documentos. Contudo a interpretação e a análise que trilham os caminhos da Análise de Discurso são outras.

Ao pensar em construir uma "máquina discursiva", pelo dispositivo da informática, Michel Pêcheux colocou questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido, mas antes mesmo, com o pseudônimo de Thomas Herbert, já tinha articulado três aspectos que se tornam indissociáveis na sua obra sobre o discurso, que são: a linguística, o materialismo histórico (marxismo) e a psicanálise (MALDIDIER, 2016).

Pela linguística, constitui-se a afirmativa da não-transparência da linguagem, de uma relação linguagem/pensamento/mundo que não é unívoca, "os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser" (ORLANDI, 2004, p.9), por conta do real da língua e da história, a "realidade" não pode ser simplesmente representada. Pelo marxismo, o materialismo histórico nos ensina sobre a existência desse real da história que não é transparente nem mesmo para o homem que faz história, e, nessa combinação da língua com a história, temos a produção se sentidos, ou seja, a forma material, a forma linguístico-histórica. A contribuição da psicanálise, por sua vez, se dá pelo deslocamento da noção de indivíduo uno para a de sujeito dividido (ORLANDI, 2015).

Um dos aspectos que vamos focar nesta tese, devido à sua filiação à Análise de Discurso, é a abordagem da relação entre linguagem e sociedade, tomando como objeto discursivo o "contábil", o "dinheiro" e "o capital" em diversas formas na produção de sentidos — o dinheiro como mercadoria universal; a contabilidade como sistema de mensuração do dinheiro que produz discurso. O objeto da contabilidade é o patrimônio, porém, pela sua mensuração e pelo modo da financeirização da sociedade global, materializa-se na simbolização do poder da moeda que assujeita os sujeitos. Essa relação social financeirizada resulta de uma estruturação da sociedade capitalista, que, pela linguagem, produz sujeito e efeitos de sentidos, ou seja, "o sentido está

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A alocação final de recursos financeiros deixou de ser organizada em função dos usos de estímulos e orientação de atividades econômicas e sociais, para estabelecer as finalidades dos próprios intermediários financeiros (DOWBOR, 2017, p. 285). Podemos considerar esse processo de trocas financeiras, transações somente com moedas, empréstimos como próprio do sistema capitalista, contudo, há distinção do modo como fazer, ou seja, "é a diferença entre o crédito que financia a produção e a usura ou agiotagem que explora" (DOWBOR, 2017, p. 297) a sociedade.

(sempre) em curso" (ORLANDI, 2004, p. 11). Para Orlandi (2004, p. 10), o homem está sempre interpretando - "é esse um trabalho contínuo na sua relação com o simbólico".

De acordo com Dowbor (2017, p. 29), "a financeirização dos processos econômicos há décadas se alimenta da apropriação dos ganhos de produtividade, essencialmente possibilitados pela revolução tecnológica, de forma radicalmente desequilibrada [...] e concentrada". A financeirização domina a decisão no âmbito das relações econômicas e sociais do sujeito, decidese pelo viés financeiro, responsabiliza-se pela finanças, pela "accountability", como não se permitisse considerar outras possibilidades de escolhas sociais do capital. As necessidades das relações sociais não são mais do sujeito, mas do capital. "O capital gera suas próprias necessidades, que erroneamente percebemos como se fossem nossas. O capital representa uma nova transcendência, uma nova forma de subjetivação" (HAN, 2018, p. 16). O capital opera pelo contábil, pelo discurso da contabilidade, mensurando, contando, dando valor, medindo por dinheiro as relações sociais.

Para realização deste trabalho, fizemos análises discursivas de anúncios publicitários e notícias, cujos recortes interpretamos como uma materialização do discurso contábil ou relacionados ao discurso contábil e empresarial, que, de certo modo, permeiam a discursividade social, produzindo efeitos de sentidos em determinadas direções. Tanto os anúncios publicitários como as notícias são entendidas como funcionando como propagandas, *guerras ideológicas*, caracterizadas por "diversas operações midiáticas de massa desenvolvidas (em média de maneira eficaz) pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política" (PÊCHEUX, 2016 [1979], p. 73). Assim, podemos interrogar no modo pêcheutiano: foi "propaganda" mesmo que você disse? Foi "notícia" mesmo que você disse? Essas questões nos levam a nos filiar a Pêcheux, para quem temos que "(re)aprender" (n)a prática da resistência.

No primeiro capítulo, apresentamos a formulação teórica da Análise de Discurso de Michel Pêcheux e uma iniciação à caracterização do discurso contábil. Focamo-nos em textos de Thomas Herbert, que foram os primeiros textos de Pêcheux (usando o pseudônimo de Thomas Herbert) de construção da teoria do discurso, lapidando conceitualmente a materialidade do sujeito, da ideologia e do discurso. Para a Análise de Discurso de Pêcheux, a empresa é um lugar de produção de efeito de sentido, da divisão econômica social dos sujeitos, em que suas desigualdades/dessemelhanças são asseguradas pelo funcionamento do instrumento discurso. Para a contabilidade, a empresa é um lugar da univocidade, da metalinguagem, da linguagem dos

negócios. Contudo, entendemos que essa homogeneização de sentidos aparente pôde ser desconstruída, questionada, suspendida no desenvolvimento do trabalho, sob a perspectiva da contabilidade como técnica de exploração - transformação da (de)(co)manda social, que também medeia relações entre o homem e a sua realidade natural e social produzindo sentidos.

No segundo capítulo, trabalhamos com o discurso publicitário, utilizando-nos de enunciados contábeis e de chamadas de notícias da mídia, para descrever e interpretar os efeitos de sentido da discursividade da suma contábil "custo/benefício". A racionalidade capitalista neoliberal mobilizada na tomada de decisão da sociedade pode ser entendida como "edificante" (ORLANDI, 2012, p. 123), individualizando sujeitos, enregelados pela busca de resultados financeiros, apagando a brisa de outros sentidos possíveis para a tomada de decisão em relação às escolhas dos sujeitos.

Abordamos, no capítulo terceiro, o efeito de sentido da transparência das informações, da sociedade da transparência, a transparência da contabilidade e a transparência dos negócios privados e públicos, por meio da descrição e interpretação de diferentes materiais. Tomaremos, como recortes principais, anúncios publicitários de entidades dos profissionais da contabilidade e de órgãos de controle do dinheiro público.

No quarto capítulo, trabalhamos com anúncios publicitários de uma instituição financeira que interpretamos como o modo do discurso midiático/espetacular materializar o funcionamento da linguagem, que constrói a coesão entre as imagens que sustentam o modelo neoliberal vigente. Abordamos, ainda, a financeirização das relações sociais, instrumento de exploração/submissão do sujeito empreendedor. Nessa perspectiva, do discurso neoliberal, na contemporaneidade, o sujeito desempregado desloca-se para ser empreendedor de si e empreendedor no mundo.

Ao final, apresentamos uma conclusão derivada da discussão e análises dessas questões, retomando as principais consequências analíticas do trabalho apresentado.

## Capítulo 1

## ANÁLISE DE DISCURSO E O DISCURSO CONTÁBIL

Somente as línguas ideais lógicas podem pretender ater-se a uma dedução estrita dos 'observáveis' – o que, aliás, só é possível ao preço da instauração de uma metalinguagem, onde se reconstitui um trás-mundo. (PÊCHUEX, 1990, [1982], p. 20)

### 1.1 Os fundamentos da Análise de Discurso de Michel Pêcheux

A sistematização do esquema básico de comunicação de Roman Jakobson apresentada em 1963, que se abreviava articulando um remetente, uma mensagem (contexto), um contato (código) e um destinatário, reduzindo o discurso a uma transmissão de informação, foi objeto de crítica de Michel Pêcheux, em 1969, na obra *Analyse Authomatique du Discours*. Nessa obra, Pêcheux (1997 [1969]) propõe que o discurso é mais que transmissão de mensagem, é um efeito de sentidos entre locutores (remetente e destinatário). Assim, distingue-se "discurso" do esquema informacional denominado de "D" (sequência verbal emitida de emissor "A" para receptor "B") de Jakobson. Como Pêcheux apresenta:

observemos que, a propósito de 'D', a teoria da informação, subjacente e este esquema, leva a falar de *mensagem* como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um 'efeito de sentidos' entre os pontos A e B. (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82, grifos autor)

Essa proposta de reflexão sobre a linguagem e discurso, posteriormente, funda-se em uma teoria científica do estudo do discurso denominada de Análise de Discurso (AD). Michel Pêcheux coloca que a História e as questões de Linguística só se justificam "na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as '*práticas linguísticas*' inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 24, grifos do autor). Propondo elementos científicos para a análise

dessas práticas linguísticas, Pêcheux (1995 [1975], p. 32) designa sua disciplina sob o nome de "Teoria do Discurso", fundando nova disciplina entre a Linguística e o Materialismo Histórico, visto que é pelo discurso que se constrói ou que se pode historicizar a relação entre linguagem/pensamento/mundo.

Michel Pêcheux produz, por meio da Análise de Discurso, um domínio do conhecimento crítico para a tematização do histórico, do social e do ideológico. A Análise de Discurso trata do discurso, do movimento da linguagem, dedica-se a estudar o homem falando, um conhecimento estruturado para buscar "compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" (ORLANDI, 2015, p. 13).

Os locutores do processo de linguagem são os indivíduos que designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, ou seja, os elementos estruturais na formação das condições do discurso. Pêcheux exemplifica essas características como sendo, no interior da esfera da produção econômica, "os lugares do 'patrão' (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, que são marcados por propriedades diferenciais determináveis" (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82).

Esses "lugares", são "posições" discursivas ocupadas pelo sujeito. Para Pêcheux (1997 [1969), p. 82), são representações "nos processos discursivos em que são colocados em jogo" pelo sujeito, conforme a estrutura social e a estrutura de produção econômica, que proporcionam-nos uma abertura para remetermos, endereçarmos o movimento do sujeito, da sociedade e do sentido no discurso da contabilidade. A compreensão do funcionamento do discurso permite historicizar a contabilidade como uma ciência dedicada ao patrimônio produzindo diferentes sentidos em momentos históricos distintos, ou seja, afetada pelas condições materiais de produção do sentido daquilo que seria patrimônio e dinheiro. Atualmente, a empresa, por sua estrutura patrimonial, financeira e econômica, é vista como o próprio interior da organização social dos modos de produção. A linguagem dos negócios, dos modos de produção tem na contabilidade uma das suas principais fontes de "informação".

Desse modo, temos a conjugação entre as ciências contábeis (um corpo de conhecimentos) e a empresa adicionando o ingrediente fundamental que é a teoria da Análise de Discurso de Pêcheux, para começarmos a desestabilizar a contabilidade em relação ao seu espaço linguístico de conforto; para deslocar, clivar, os sentidos estáveis e observar outros sentidos possíveis desse

discurso, a partir do modo como funciona e se materializa institucional ou midiaticamente nas de(co)mandas das relações sociais do sujeito.

Vamos deixar de lado a concepção jakobsoniana, dominante na contabilidade, como fonte de um processo de transmissão de comunicação/informação, que relaciona a contabilidade ao modelo a partir do qual funciona como uma metalinguagem. Uma contabilidade voltada para si mesma e com condições de autossignificar-se, da contabilidade como um código para explicar o próprio código, um código transparente que codifica/decodifica com exatidão o processo de mensuração do patrimônio, do dinheiro, da financeirização, permitindo-nos trabalhar com uma concepção de contabilidade como discurso, no sentido pêcheuxtiano. Compreenderemos a contabilidade que nega a univocidade lógica, um modo de prática produtora de "efeito de sentidos", para, assim, formularmos a descrição/interpretação do discurso contábil, fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, funcionando na sociedade, como um processo de constituição do sujeito, no qual intervém o processo de individuação, subjetivação e interpelação dos sujeitos. Assim, o objeto do nosso trabalho é o discurso contábil e a produção de efeito de sentidos decorrente do seu funcionamento.

A Análise de Discurso de M. Pêcheux se alicerça em uma (re)leitura que configura uma tríplice aliança, pois avalia as estruturas profundas e implícitas das ciências humanas, funcionando como uma ruptura: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Para indicar as bases para uma nova formulação da questão da "análise automática do discurso", da reflexão entre a linguística e a teoria do discurso, M. Pêcheux, em coautoria com Catherine Fuchs, apresenta o que chamam de quadro epistemológico dessa questão, na articulação de três regiões do conhecimento científico (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 163-164):

- 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendidas aí a teoria das ideologias;
- 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Em seguida, Pêcheux e Fuchs (1997, [1975], p. 164) afirmam que "convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)".

Por meio da releitura de Louis Althusser (1970) sobre o materialismo histórico de Marx, na qual aborda a ligação da superestrutura ideológica com o modo de produção que domina a formação social, Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 237, grifos dos autores) apontam que: "na realidade, e na medida em que as relações de produção correspondem à relação de classe, é conveniente falar de *re-produção-transformação* das relações de produção". Nesse caminho, compreendemos também que a contabilidade, mais do que pela técnica/ciência, é orientada pelas instituições que (re)formulam ideias e conceitos para o controle social do modo de produção. A contabilidade se molda conforme a ideologia dominante dos controladores do sistema da (re)produção capitalista.

Para Henry (1997, p. 38), Pêcheux (nos textos de Thomas Herbert) se apoia em Sigmund Freud (e Jaques Lacan) na questão do sujeito e do inconsciente. E, pela Linguística, apoia-se na afirmação da não transparência da linguagem, pela reintrodução do sujeito nos processos discursivos colocados em jogo. Dessa maneira, a Análise de Discurso de Michel Pêcheux funciona como herdeira das três regiões de conhecimento – psicanálise, linguística, marxismo. Contudo, não subserviente.

De acordo com Orlandi (2015), a Análise de Discurso:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2015, p. 18).

Da confluência desses campos, surgem novos conceitos de sujeito, ideologia, história e língua, e deles deriva o objeto "discurso", que contrapõe a existência da linearidade da linguística e da comunicação formulada por Roman Jakobson. Assim, compreendemos a contabilidade não como uma língua de comunicação linear, metalinguagem, mas como um discurso em movimento que (re)produz sentidos não somente para a percepção dos envolvidos nas coisas da contabilidade, mas como um discurso social, cotidiano, de (re)produção de signos que identificam e constituem sujeitos nas práticas das suas relações sociais de uma formação social dada.

A crise do marxismo e do próprio estruturalismo da linguística no fim dos anos de 1970, influencia Michel Pêcheux no caminho da construção da disciplina do discurso, pela preocupação principal da "ligação entre o discurso e a prática política, ligação que, para ele, passa pela ideologia" (HENRY, 1997, p. 30). No discurso,

o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é diferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história. [...] A Análise de Discurso trabalha a textualização do político (J.J. Coutine, 1986) sendo que a apreensão dessa textualização vem da análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade no texto. Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. (ORLANDI, 1998, p.74)

Ideologia, que Louis Althusser, em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, de 1970, faz uma releitura de Marx, ressignificando ideologia e sujeito pela materialidade de práticas sociais inscritas na história. Nesse sentido, Paul Henry (1997, p. 30) aponta que Pêcheux, no mesmo momento que escreve *A Análise automática do discurso*, em dois textos assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert, segue Althusser, pois se preocupa principalmente com o sujeito, o discurso e a ideologia.

Tendo a concepção da ideologia de Althusser como referência, M. Pêcheux coloca o sujeito enquanto efeito ideológico. Segundo Orlandi (1999), "sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. [..] a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história". O fato de que somos nós mesmos e de que sabemos que somos nós mesmos está relacionado a essa constituição de um efeito de transparência e evidência que Althusser chama de "efeito ideológico elementar". É esse efeito ideológico elementar, primário, que, na compreensão de L. Althusser (1970), os linguistas possuem dificuldades de interpretar em todos os discursos, inclusive nos discursos elaborados por eles mesmos, chamados de discursos científicos - incluímos aí os discursos contábeis (a evidência de quem tem propriedade, um bem, dinheiro e a evidência de que é desprovido de propriedade, bens e dinheiro, por exemplo), pois, em todos os discursos dos sujeitos, já constituídos ideologicamente, esse efeito ideológico constitui o efeito de sentido da evidência.

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra 'designe uma coisa' ou 'possua uma significação' (portanto incluindo as evidências da 'transparência' da linguagem), esta 'evidência' de que eu e você somos sujeitos – e que esse fato não constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1970, p. 95)

Segundo Henry (1997, p. 30), sobre a concepção de sujeito e ideologia de Pêcheux e Althusser (1970), é na condição de sujeito que um indivíduo teria sido "interpelado" a ocupar um lugar determinado no sistema de produção, pois o indivíduo só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito. Trata-se do efeito ideológico como um processo de interpelação – identificação do sujeito. Todo sujeito humano é agente de prática sob uma ideologia.

Sobre o funcionamento da ideologia, ou seja, a ideologia interpelando os indivíduos como sujeitos, Althusser afirma:

[...] a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) 'constituir' os indivíduos concretos em sujeitos. É neste jogo de dupla constituição que consiste o funcionamento de toda ideologia, pois que a ideologia não é mais que o seu próprio funcionamento nas formas materiais da existência deste funcionamento. (ALTHUSSER, 1970, p. 94)

Nos ritos práticos da vida social, ou mesmo nos ritos da ciência, o homem ocupa um lugar, uma posição possível determinada no sistema de produção, o que nos permite afirmar que estamos diante de um efeito ideológico, pois "a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência" (ALTHUSSER, 1970, p. 77). A contabilidade pode ser entendida como um efeito ideológico ao mesmo tempo em que, como prática de produção de conhecimentos, ela produz efeitos (de evidência de sentido). A contabilidade produz evidências no imaginário dos sujeitos para suas relações sociais, uma vez que sua ciência/técnica estuda e registra o sistema econômico de produção, que de certo modo representa simbolicamente as condições de existência do sujeito em relação à condição de existência de outro sujeito.

É enquanto sujeito que qualquer indivíduo é interpelado a ocupar um lugar determinado. O trabalho da ideologia, conforme Orlandi (2015, p. 44), é "produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência". Essas evidências na reprodução das condições de produção, Althusser (1970) as caracteriza como: tenazes, evidências ideológicas de tipo empiristas, evidência sempre primeira. Como a categoria de sujeito é uma "evidência" primeira, assim, isto também engloba uma palavra, para que sempre designe uma coisa, possua sua significação inequívoca, efeito ideológico de transparência de linguagem. Portanto, podemos interpretar o modelo de plano de contas contábeis, ordenado pela realização ou exigibilidade do patrimônio/dinheiro, também como determinação de posições de sujeitos, pela ordem do sistema

de produção, um funcionamento ideológico, dado que a contabilidade produz uma relação imaginária do sujeito com suas condições econômicas de existência.

Ainda sobre a releitura de Althusser, com o objetivo de renovar o marxismo e o materialismo histórico, apresentamos algumas considerações de Paul Henry (1997) que foram contempladas com relação à proposta de Análise de Discurso de Pêcheux e que vamos associar à contabilidade (sujeito, discurso e ideologia), ao discurso (e seus efeitos de evidência) e ao sujeito dentro do sistema das relações de produção. Para Henry (1997), todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito; enquanto sujeito tem-se a impossibilidade de "escapar" da ideologia; todo sujeito é o sujeito da ideologia e não há outro sujeito, senão este da ideologia. Assim, temos o sujeito interpelado – identificado como efeito da ideologia, sua unicidade, o "sujeito da ideologia". Desse modo, o funcionamento do discurso contábil pode ser considerado social e ideológico determinado historicamente como um sistema de representação simbólico do patrimônio ou do sistema social de produção. A contabilidade trabalha como um sistema de representação do patrimônio (simbólico), e sua ciência de mensuração transforma e representa tudo em dinheiro, em valor, em financeiro, uma linguagem de "signos" de valoração da mercadoria/dinheiro.

Jacques Lacan, em sua releitura de Freud, propõe uma reflexão para que as questões da psicanálise sejam direcionadas à fala e à linguagem. Paul Henry (1997) apresenta essa reflexão de Lacan não como uma tentativa de reduzir a psicanálise a uma análise linguística, mas, com uma concepção do inconsciente estruturado como linguagem, e do sujeito como um ser de linguagem ou ser falante, interpretando a condensação e o deslocamento freudiano relativo à metáfora e à metonímia. Lacan (1998, p. 286) afirma que

[...] a linguística pode servir-nos de guia neste ponto, já que é esse papel que ela desempenha na vanguarda da antropologia contemporânea, e não poderíamos ficar indiferentes. [...] centrar numa teoria geral do símbolo uma nova classificação das ciências em que as ciências do homem retomem seu lugar central, na condição de ciências da subjetividade.

Essa função simbólica, Lacan (1998) exemplifica primeiro pelo ensino escolar, no primeiro instante, o objeto matemático de contar dois números cardinais, para em seguida realizar o ato de adicioná-los. No segundo exemplo, Lacan (1988) apresenta pelo histórico social que o homem que trabalha na produção é identificado na categoria dos proletários; e que, em ato contínuo, os

proletários se identificam com a realização dos movimentos grevistas. Para Lacan (1998), os exemplos representam um funcionamento gradativo da lei matemática da face enfurecida da exploração capitalista, cujos "efeitos vêm constituir nossa subsistência, e justamente por se cruzarem numa dupla inversão: a mais subjetiva ciência forjou uma nova realidade, as trevas da divisão social armam-se de um símbolo atuante" (LACAN, 1998, p. 286). Assim, engendra-se o "sujeito da linguagem" em referência à linguagem, ao signo e ao discurso e pelo discurso contábil; no contar números e no adicionar números, o símbolo matemático, temos "o sujeito que conta" e a produção de sentidos desse contar para o matemático e para o histórico social.

Pêcheux se apoia também na teoria linguística para a sua teoria do discurso e adverte, como Orlandi (2015, p. 20) descreve, que "não se deve confundir discurso com 'fala' na continuidade da dicotomia (língua/fala) proposta por Ferdinand Saussure". Nessa concepção de Ferdinand Saussure [1857-1913], a língua é pensada como um objeto científico homogêneo, como um sistema, e a fala como um ato da linguagem. A noção de discurso não corresponde à noção de fala, tampouco à noção de sistema saussuriano, "onde tudo se mantém com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc." (ORLANDI, 2015, p. 20).

Pêcheux (1997 [1969], p. 61) mostra que, até a obra *Curso de Linguística Geral* de Saussure (1857-1913), editada postumamente em 1916 por Charles Bally e Albert Sechehaye, a ciência clássica da linguagem intencionava ser simultaneamente ciência da expressão e meios na mesma ciência, ou seja, um estudo gramatical e semântico, meio e fim, como um modo de que o texto produzido iria fazer-se compreender em si mesmo.

A contribuição de Saussure está em apresentar um deslocamento conceitual que separa a homogeneidade entre a prática e a teoria da linguagem, a língua pensada como um sistema, não um sistema para exprimir sentido, contudo um instrumento que descreve o funcionamento do sentido. A língua que funciona na linearidade, mesmo que o sistema permita combinações e substituições, opõe-se à fala. Saussure afirma:

como separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1°, o que é social do que é individual; 2°, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental. A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação, [...] A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir 1°, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de

exprimir seu pensamento pessoal; 2º o mecanismo psicológico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22)

O deslocamento realizado por Saussure tem como consequência o entendimento de que não é o texto que funciona; o que funciona é a língua; a língua como objeto da ciência se opõe à fala. Pêcheux (1997 [1969], p. 62) assim explica o funcionamento da língua: "um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensões inferiores ao texto". Para Saussure, a língua é a representação social da linguagem, sendo a língua tomada como "exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la: ela existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre membros da comunidade" (2006 [1916] p. 22). Compreendemos que, sob este enfoque conceitual saussuriano, a contabilidade, embora possa ter aspectos de sistema e um objeto científico aparentemente homogêneo, é uma ciência social, um discurso em funcionamento.

É importante observar que, em nosso trabalho, as questões do movimento do "discurso contábil" estão sempre relacionadas à fuga do sentido, sentidos em deslocamentos, outros sentidos possíveis, e não restritas somente às questões contábeis. De outro modo, podemos dizer que a contabilidade sempre está em (dis)simetria com outras questões, mesmo que essas questões sejam aparentemente alheias às questões contábeis, pois a contabilidade não está enclausurada em si mesma, e suas derivas são mais que econômicas, financeiras, visto serem políticas e ideológicas como todas as ciências. Estamos diante de condições materiais de produção que perpassam contemporaneamente os mais diversos âmbitos da produção simbólica. De forma preliminar, relacionamos as questões de (de)(co)manda das relações sociais e econômicas com as ciências contábeis por sua linguagem de signos que simbolizam a (re)produção do capital, em que, nas condições de produção dadas, os discursos contábeis são produzidos.

Em crítica, mas sem reprovar Saussure, Pêcheux (1997, [1969], p. 76-77) exemplifica, com o discurso de um deputado proferido na câmara, que; para Saussure, esse discurso é um discurso na ordem da fala, por meio da qual o deputado manifesta a "liberdade", pois fala usando a língua e expressando a "liberdade humana", liberdade da língua por uma sintaxe correta; e, para um sociólogo, esse discurso é tomado como uma parte de um mecanismo em funcionamento, um mecanismo de normas estruturado em uma ideologia política, em uma formação social dada, ou seja, sob condições de produção dadas e sob relações de forças existentes.

Assim como percurso político – de relações sociais, a contabilidade tem o discurso como instrumento de (re)transformação de relações sociais. O discurso contábil, como nós interpretamos, pelo modo de estruturação e por representar de modo especial uma materialidade do modo de (re)produção econômico-social, sujeitos falantes falam do lugar que ocupam, de números, cifras, de dinheiro, produzindo efeito de sentidos como procuraremos mostrar ao longo do trabalho.

Continuando, Pêcheux se refere ao discurso político como um exemplo da existência de vários tipos de processos discursivos e remetido a relações de sentido que o produziram, isto é, um discurso sempre remete a outro discurso anterior. O processo discursivo é assim definido por Pêcheux (1997 [1969]):

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual se atribui o papel de matéria prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto do discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as 'deformações' que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 77, grifo autor).

Consideramos esse entendimento de processo discursivo da AD decisivo para a compreensão da discursividade contábil, que, a contabilidade sempre se projeta de um discurso anterior. O movimento do discurso contábil se realiza sempre para a continuidade (premissa contábil), um filme sempre rodando. Contudo, as fotografias<sup>7</sup> são produzidas em dados instantes, como imagens e discursos de números.

A Análise de Discurso é uma disciplina de entremeio entre a linguística e as ciências sociais (e a contabilidade pertence às ciências sociais) e se apropria, deslocando seus conceitos-chave, da linguística, do marxismo e da psicanálise. Pêcheux coloca o discurso entre as concepções do inconsciente/linguagem do "sujeito da linguagem" e o "sujeito da ideologia". O núcleo que propôs Pêcheux, para Henry (1997), refere-se "às relações entre a linguagem e a ideologia", e esse núcleo ele chama de "discurso", desenvolvendo uma teoria do discurso como uma operacionalidade de análise de discurso. Henry (1997) destaca ainda que o discurso de Pêcheux estabelece relações entre a análise e a teoria do discurso e o objeto da linguística. Assim, Pêcheux se diferencia de Foucault, quer dizer, o discurso de Pêcheux não é o discurso de Foucault (1998, 2008), que se preocupa com o problema da articulação entre discurso, saber e história das ideias relacionadas

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Consideramos como fotografias os relatórios contábeis das entidades produzidos em determinadas datas, que, como os recortes para a análise de discurso são objeto de descrição, interpretação e análise.

entre saber e poder. Pêcheux está também preocupado com a materialidade da língua, com o seu real.

Para Henry (1997, p. 38), Foucault, "nunca tentou elaborar um dispositivo operacional de análise de discurso", mas existem muitos pontos de contato naquilo que foi elaborado por Foucault referente ao discurso e aquilo que fez Pêcheux. Um exemplo desse contato é a noção de "formação discursiva". Foucault (2008), na obra *Arqueologia do Saber*, apresenta as formações discursivas como um conjunto de saberes que definem o objeto por suas semelhanças:

(pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessiva, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar. (FOUCAULT, 2008, p. 50)

Pela leitura em Althusser, o discurso de Pêcheux tem na noção de ideologia a fundamentação para conceituar formação discursiva, visto que o sujeito não possui a possibilidade de escapar da ideologia, ao contrário, ele se constitui na e pela ideologia. A formação discursiva deriva de condições de produção dadas, pois um "discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas" (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 77). Lacan, Derrida ou Foucault referem-se à impossibilidade de o sujeito de escapar do "jogo, ou ordem do signo" (HENRY, 1997, p. 33).

Paul Henry (1997, p. 35) alerta sobre o problema da ligação entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, problema este que nunca foi abandonado por Pêcheux, mas sim reformulado em sua obra posterior, quando tratou da linguística e suas ambiguidades, daquilo que faz e que não faz sentido, e pedindo, por merecimento da metáfora, que se lute por ela.

O inconveniente da estratégia usada por Pêcheux foi ter deixado o sistema de análise de discurso como um instrumento que pudesse ser usado empiricamente, mas, contudo, o instrumento científico de análise de discurso de Pêcheux, como todos os instrumentos científicos, para Henry (1997, p.36): "não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões". A Análise de Discurso de Pêcheux é um dispositivo que se estabelece verdadeiramente como o meio de uma experimentação efetiva.

Entretanto, Pêcheux, em suas proposições, utiliza-se de "remanejamentos" das suas referências teóricas e conjunturais. Conforme descrição de Gadet *et al.* (1997): Saussure, Chomsky,

Harris, Jakobson, Benveniste e Culioli comporiam um pano de fundo que contribuiu também na concepção de discurso de Pêcheux.

Para Maldidier (2003, p. 21-22) "o discurso construído por Michel Pêcheux não invoca de forma alguma a 'superação' da dicotomia língua/fala", pois, para Pêcheux, a obra de Saussure é ponto científico irreversível. A língua como sistema e o efeito metafórico é o valor saussuriano que Pêcheux chama. Contudo, a simetria língua/fala de Saussure é ilusória:

Michel Pêcheux constitui *o discurso* como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas. Desde este momento, o essencial, que não vai variar, é colocado: tratar-se-á sempre de manter-se no ponto de encontro da língua, tomada na pura acepção saussuriana de sistema, e de coerções irredutíveis à ordem linguística ao sujeito psicológico. (MALDIDIER, 2003, p. 22, grifos autora)

Assim, Pêcheux torna visível um novo objeto científico, com ideias pioneiras, como: condições de produção, reformulação de "circunstâncias" (do esquema de Jakobson); a constituição do *corpus* como objeto de análise; a concepção de processo discursivo – do processo de construção do discurso; efeitos de sentidos etc.

Para Saussure o sujeito da fala é um sujeito livre,

[...] tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. (PÊCHEUX, 1997, p. 71)

Pêcheux se distancia da concepção do sujeito livre pelo alicerce da língua universal. É nesse intervalo do sujeito individual e da universalidade da língua que se situa o discurso de Pêcheux e suas condições de produção. A afirmativa conceitual de "campo semântico" já representa, para Pêcheux, um passo na direção das coerções semânticas entre os menores códigos de significação em relação à presença e à ausência em um local de significação dada. E nessa lógica,

[...] pode-se dizer que a normalidade local que controla a produção de um tipo de discurso dado concerne não somente à natureza dos predicados que são atribuídos a um sujeito mas também às transformações que esses predicados sofrem no fio do discurso e que conduzem o seu fim, nos dois sentidos da palavra. (PÊCHEUX, 1997, p. 74)

O que Pêcheux propõe é que, em um processo de produção de discurso, o que se deve considerar são as condições dadas para a produção desse discurso, ou seja, as "circunstâncias" dadas – que Pêcheux, em sua obra, chama de "as condições de produção do discurso".

A região do materialismo histórico que alicerça as condições de produção do discurso é a da superestrutura ideológica (base econômica) em sua relação com o modo de produção dominante da formação social dada. Temos a instância econômica como a última<sup>8</sup> instância definidora, ou articuladora da materialidade do funcionamento da instância ideológica, considerando que aí (na reprodução das relações de produção) acontece a *interpelação* ou o *assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico*, como um efeito ilusório de escolha, de exercer sua "livre" vontade, para ocupar o seu lugar "determinado" na classe social (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 165-166).

Quanto ao elemento que pode interferir como uma força antagônica em relação a outras forças no campo ideológico, Pêcheux e Fuchs (1997) denominam de *formações ideológicas* – como que constitui uma complexidade de atitudes e representações que, por práticas estruturadas de posições de classes, agem conjuntamente, conflitando uma com as outras. Nesse confronto, emerge a questão da relação entre ideologia e discurso, produzindo o discursivo como materialidade ideológica. Podemos compreender, assim, que os pressupostos e os princípios que estruturam e normatizam o sistema de registro contábil e que organizam a mensuração da (re)produção das relações de produção agem por um funcionamento ideológico que materializa o discurso contábil como uma prática constitutivamente de ideológica.

No interior de um aparelho ideológico, como o de uma empresa, por exemplo, como vamos ver a seguir, revendo textos iniciais de Pêcheux, a identidade de sentido não está entre os membros da família parafrástica, mas em pressupostos segundos quais é na relação de sentido e identidade de sentido que pode se definir como a produção de sentido é um fio indissociável da paráfrase. Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 238) exemplificam esse entendimento sob o enfoque discursivo da "família parafrástica" e do "domínio semântico", conforme seus estudos com a Análise Automática do Discurso. E formulam:

-

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> A questão das condições não-econômicas como também articuladoras da instância ideológica refere-se às relações de produção que não estão em um estado de repetição eterna, mas em um movimento de re-produção-transformação das relações de produção.

	Mais	Equitativa		
			dos	bens
Distribuição			das	lucros
	Melhor	Justa		Riquezas

**Figura 1** - Exemplo discursivo de Pêcheux e Fuchs, Fonte: Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 238)

As relações apresentadas devem ser interpretadas como relações simétricas em suas verticais: "mais e melhor"; "equitativa e justa"; "dos e das", "bens, lucros e riquezas". Mas, observamos que Pêcheux teorizou a materialidade do discurso, embora deslize e desloque para outros pontos a sua inquietude. Pêcheux, filósofo, fundador da Escola francesa de AD, forjou, exemplificando pela base econômica, o funcionamento do discurso como produção de efeito de sentidos.

Contudo, o enfoque sociológico do *corpus* "Distribuição mais/melhor equitativa/justa dos/das bens/lucros/riquezas" apresenta a preocupação de Pêcheux com o social, com a distribuição dos lucros das empresas, com a distribuição da riqueza, o que nos levou a interrogar: o que o discurso, tem em relação à empresa – que consideramos/considerávamos um lugar próprio de "uma língua", ou exclusivo de empresários, administradores, economistas e contadores? Consideramos que a resposta se encontraria nos textos de Thomas Herbert, uma vez que sustentam a interioridade e exterioridade da empresa como um exemplo para a compreensão do sujeito, da ideologia e do discurso.

O discurso contábil também é formulado na empresa, na entidade (mesmo no empresário tomando individualmente), mas, apaga, no nosso entender, a luta de classes existente, pois se preocupa com o resultado, lucros, bens, riquezas etc., e a distribuição social desses ganhos, riquezas, patrimônios produzidos é facultada para outras ciências, mais políticas, como se a contabilidade não fosse política. Porém, quando a discursividade contábil, de certo modo, "socializa-se" nas relações sociais e mesmo no interior da empresa, compreendemos que a política e a ideologia produz efeitos de sentido que fluem, fugindo do estabilizado contábil, como pretendemos demonstrar na análise discursiva dos recortes selecionados para este trabalho.

Os estudos das questões contábeis deste trabalho apresentam traços do modelo da educação superior brasileira em contabilidade, baseado na capacitação, nas habilidades e competências dos

contadores; contudo procuramos deslocar essa percepção de mundo para o nexo da "formação", que podemos dizer ser mais complexa e robusta que a mensuração patrimonial ou das coisas da contabilidade. Propomo-nos, desse modo, ligar a discursividade contábil e empresarial às questões contemporâneas do pensamento/mundo com efeitos de sentido decorrentes dos ensinamentos da AD de Michel Pêcheux.

A complexidade dos textos de Thomas Herbert é posteriormente facilitada de compreensão/interpretação na continuidade da obra de Pêcheux. Para nossa compreensão, os textos de Thomas Herbert consideram a empresa um lugar de deslizes e deslocamentos de linguagem, constitui a história e a produção de sentidos, apresenta a prática empírica, ideológica e teórica, pois ali há uma luta de classes. Assim, propomo-nos a apresentar os textos como um dos fundamentos teóricos do nosso trabalho.

# 1.2 Thomas Herbert: conceitos de sujeito, ideologia e discurso

Uma questão que é prioritária na Análise de Discurso fundada na França por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi é, se assim podemos dizer, o "conceito" de sujeito e de ideologia. E, considerando os indivíduos "A" e "B" da proposição de Jakobson, para Michel Pêcheux, esses indivíduos representam lugares, lugares que são de difícil compreensão, que representam sedes imaginárias determinadas pela estrutura econômica. Ser patrão ou empregado, servidor público ou operário representam os lugares dos sujeitos, aparentemente não atestados, pois essas representações imaginárias fogem ao controle desses sujeitos (GADET *et al*, 1997, p. 54). Esses lugares (posições) representativos dos sujeitos podem ser compreendidos por meio do materialismo histórico concebido por Althusser, por meio do funcionamento da ideologia, a ciência da ideologia, como uma nova ciência, ciência das formações sociais.

Para melhor compreendermos os caminhos e percursos de Michel Pêcheux, vamos explorar os dois textos de seu pseudônimo, Thomas Herbert: primeiramente o "Réflexions sur la situation historique des sciences sociales et, especialmente, de la psychologie sociale" (1966); e, em seguida, o texto de 1968, "Observações para uma teoria geral das ideologias". Entendemos esses

<sup>9</sup> Original publicado no *Cahiers pour l'analyse*, n. 2, datado de março-abril de 1966. "Reflexões sobre a situação histórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia-social", em português. Temos como referência o texto publicado no ano de 2016.

dois textos de Herbert como uma abertura de "picada"<sup>10</sup> para a "aventura teórica"<sup>11</sup> do discurso conduzida por Michel Pêcheux na constituição da disciplina do discurso, que se torna, ao longo da sua obra, um desafio.

Thomas Herbert, em suas análises sobre práticas e conteúdos ideológicos, forja e aprofunda suas articulações teóricas considerando a sociedade como lugar que conjuga lutas de classes, língua e ideologia. Na reflexão sobre as ciências sociais, às quais as ciências contábeis se filiam como "aplicada", Thomas Herbert (1966, p. 23) critica a filosofia por evocar a ação das ciências sociais: diante de uma "ciência" a filosofia diz primeiramente "tu não poderás"; quando a ciência mostra, a filosofia questiona os métodos, o objeto; quando a ciência se revela robusta e manipuladora com seu objeto, a filosofia altera os enunciados para "já que tu podes, tu não deves".

Não podemos julgar as ciências sociais no estilo kantiano, de que não há ciência pensante possível, limitando-as de forma fenomenológica: ao se fazer isso, sai propondo ciência como "lançar no mercado uma nova ideologia filosófica, um novo desconhecimento da ciência" (HERBERT, 2016 [1966], p. 24). O conflituoso universo das práticas científicas, e inclusive da filosofia como prática específica, envolve determinações teóricas e não teóricas, que, somente pela teoria, podem se dar com profundidade articuladas. A teoria à qual Thomas Herbert se refere é a teoria da ideologia, da prática social, das forças de produção que reproduzem e transformam suas condições de produção, como concebidas por L. Althusser. De acordo com o autor,

[...] sabe-se que a prática social de uma sociedade determinada admite como fator dominante seu *modo de produção*, quer dizer, a organização complexa das *forças de produção* (instrumentos de produção e forças produtivas) e das relações de produção (formas de relações sociais entre produtores). (HERBERT, 2016 [1966], p. 25, grifos do autor)

Esse apontamento do *modo de produção e* das *forças de produção* como fatores dominantes de uma sociedade nos possibilita compreender que é na empresa, nas entidades de produção, sejam elas de produtos, mercadorias, conhecimento, serviços, leis, religião etc., coletivas ou individuais,

<sup>10</sup> Termo do linguajar gaúcho que designa caminho estreito que se faz na floresta para transitar de maneira rústica. As "picadas" são construídas para desbravar novos territórios, muitas vezes inabitáveis, que facilitam os futuros caminhantes.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> O termo "aventura teórica" do discurso é designado por Denise Maldidier à obra de Michel Pêcheux. Obra que se constitui decisiva para a Análise de Discurso se tornar disciplina científica, que se inicia na conjuntura histórica dos anos de 1960 na França pela máquina discursiva (1966-1969), passando pela teoria do discurso (1970-1975) e pela desconstrução-reconfiguração das experimentações (1976-1979) e às reconfigurações (1980-1983) (MALDIDIER, 2016 [1993]).

que a prática social da sociedade se restringe de um modo muito particular, pela linguagem dos negócios, a discursividade contábil num campo reduzido e podemos até dizer delimitado, que a prática ideológica funciona e coloca cada um no seu lugar: patrão/empregado; vendedor/comprador; professor/aluno; juiz/réu; banqueiro/cliente; pastor/devoto; e que esse funcionamento subjetiva o indivíduo.

Thomas Herbert, buscando abordar as "formas de existência histórica da individualidade", chama a atenção para a "prática empírica", composta pela prática técnica (instrumentos de produção) e pela prática política (relações sociais), que são colocadas em linhas distintas embora sejam entendidas como a "vida concreta dos homens" em uma sociedade dada, nomenclatura esta designada por Althusser (1970).

As relações concretas dos homens se dão no *modo de produção*, pois é ele que determina a prática social da sociedade. Para um sujeito, um profissional, contador, que, de certo modo, (re)produz uma apresentação específica do *modo de produção* pela contabilidade – pois, o contador registra as etapas do "negócio" de uma organização, ou mesmo o vendedor de uma loja, o professor, o devoto, o juiz, o aluno, ou, de modo geral, o indivíduo que é submetido "às relações concretas" –, as regras simples de administração/produção funcionam como um rito religioso do sujeito jurídico. Podemos dizer que esses regramentos, ensinamentos, produzem um discurso aparentemente construído antes, um já-dito, mesmo que inconsciente, para as práticas sociais do sujeito.

Ao apresentar o conjunto complexo de práticas sociais, determinadas pelo modo de produção da sociedade, além dos conceitos de prática empírica, prática técnica, prática política, didaticamente, Thomas Herbert trabalha com os conceitos de prática ideológica, entendida como a "transformação e uma 'consciência' dada em uma nova 'consciência' produzida por meio de uma reflexão da consciência de si própria" (HERBERT, 2016 [1966], p. 24-25), e de prática teórica, entendida como a "transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado" (HERBERT, 2016, [1966], p. 25). Herbert indica ainda que haveria um "corte epistemológico" entre a prática ideológica e a prática teórica, conforme esquema reproduzido abaixo.

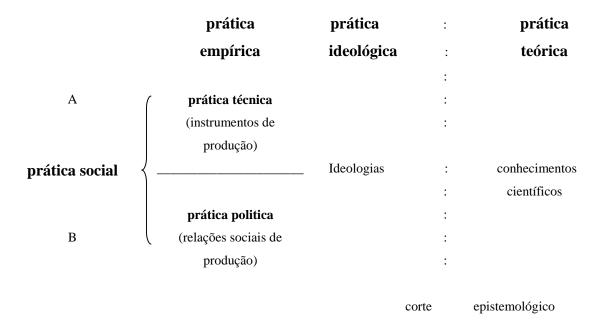


Figura 2 – Prática social.

Fonte: Herbert (2016 [1966] p. 25).

A ruptura epistemológica existente ou não, entre a prática e teórica e a prática ideológica na esfera da prática social (técnica e política) é justificada na medida em que os conhecimentos científicos são criados com um efeito de já realizarem uma retro-determinação sobre as relações sociais, pois a ruptura acontece, ou melhor, está situada no momento em que as ciências sociais deixam de ser filosóficas. Esse agir não filosófico das ciências sociais se relaciona, em síntese, com a aplicação subjetiva do jurídico, moral, religioso e artístico, pela experimentação de modelos e quantificações, que atestam essa ruptura e constituem o científico do objeto social (HERBERT, 2016, [1966], p. 27).

Macherey (2015) compreende que Herbert realiza uma articulação original entre as noções de ideologia e de prática, sendo que a ideologia desenvolve um complexo papel no centro de uma formação social, pois, na essência, "as ideologias não caem do céu já prontas, mas se desenvolvem em continuidade com as práticas sociais preexistentes das quais elas recuperam os efeitos, de maneira a reformulá-las no meio específico que as constitui" (MACHEREY, 2015, p. 5).

Dessa forma, a ideologia e a prática técnica estão no mesmo processo. Em continuidade, Herbert concebe que

[...] os conteúdos ideológicos existem, dissemos, em continuidade com as práticas técnicas e política: a questão que se coloca acerca da ideologia e que nos propomos a examinar tem, então, alguma coisa a ver com as próprias práticas, em seu desenvolvimento próprio e em suas relações recíprocas. (HERBERT, 2016 [1966], p. 28)

Um processo de produção, isto é, a produção de um (ou mais) produto principal, gera a produção de resíduos ou de subproduto. Herbert (2016 [1966]) concebe que a ideologia, em seu início, configurar-se-ia como um *subproduto* da prática técnica, pois, sobre a matéria prima, aplicam-se instrumentos e trabalho humano que resultam na obtenção de um novo produto. O novo produto, produzido pela filosofia de seus fins, preenche um desejo, uma falta, um vazio, uma demanda que se define fora da própria técnica, ou seja, se define no todo organizado da própria prática social, no seu modo social de produção.

Uma demanda social é uma questão, e a resposta é constitutiva de uma prática técnica, e, para que se compreenda esse processo, é preciso começar pelo fim, pelo produto. Herbert (2006 [1966]), para elucidar seu posicionamento referente às demandas sociais e prática técnica, apresenta as técnicas de observação do céu realizada pelos astrônomos egípcios e mesopotâmios. A matéria-prima dessa prática é o céu visível sob interrogação, e os instrumentos utilizados eram: as réguas de mira – para determinar distâncias horizontais e verticais entre pontos; as clepsydras ou relógio de água – um dos primeiros sistemas criados pelo homem para medir o tempo; e o "polos". No entanto, as relações sociais da sociedade egípcia e os meios de produção demandavam os "calendários diagonais" – para estabelecer a melhor época de preparar a terra para o plantio às margens do rio Nilo, pois a inundação traria a terra negra, fértil, que serviria como adubo. Assim, os astrônomos, por uma combinação de técnica e religião, criaram as tábuas astronômicas, as efemérides e os calendários como resposta adequada à demanda que tinha marcas de sua determinação histórica.

A prática técnica reage por questões, por simulações de respostas, amoldando progressivamente seus instrumentos, para realização da questão do "real". Em razão disso é que toda técnica é "realista", pois sua resposta é o "real" das questões, ou melhor, "uma resposta simulada que mostrou ser de conformidade com o real, quer dizer, entendida a partir daí como uma técnica" (HERBERT, 2016 [1966], p. 32).

Como a prática técnica é um processo de certa autonomia, seu produto se constituiu de um real próprio. Isso porque, no momento em que a prática técnica responde a uma demanda social, ela passa a poder colocar suas próprias questões, de maneira relativamente autônoma, produzindo,

assim, seu próprio real, como um sistema que se apresenta de forma independente das questões iniciais.

No entanto, em certas situações dadas, em que a demanda social é reprimida, os efeitos da ideologia das práticas técnicas emergem. Herbert (2016 [1966]) exemplifica esse funcionamento de autonomização da prática técnica por meio da "ideologia alquímica", como no processo de fabricação de perfumes. No processo de destilação de perfumes, cuja técnica se transfere para/autoriza terceiros, pode-se ou não exigir um sigilo da fórmula. Assim, desenvolvem-se, nesse exemplo, dois discursos superpostos: a linguagem da transmissão dos procedimentos e a linguagem dos segredos codificados da ciência secreta como uma prática política. Essa prática nada mais é que uma ideologia técnica em estado livre, assim definida:

[...] basta agora que, em certas circunstâncias, a demanda da prática social seja 'recalcada' para que a prática ideológica de fundo técnico possa libertar-se: a 'realização do real' pode agora funcionar livremente sob a forma de uma transformação ideológica do 'real' encontrada pela prática técnica, fornecendo uma medida desse real primitivo por um discurso que o reduz a sua imagem ideológica. (HERBERT, 2016 [1966], p. 32)

Essa análise caracteriza a prática técnica e os produtos ideológicos que estão em continuidade com ela. Assim como as práticas técnicas produzem respostas a serem dadas às de(co)mandas sociais, as práticas políticas têm como objetivo as relações sociais entre homens, como uma "matéria-prima", um produto a (se)(ser) transforma(r)(do) sob a forma de relações sociais, sendo que essa forma social não tem um início histórico definido, uma origem filosófica, o que leva Herbert (2016 [1966], p. 34 - 35) a caracterizá-la como forma de relações sociais "sempre-já-lá", o consumo/circulação dos produtos técnicos são desde sempre regrados pela prática social determinada. A prática política não é, então, assunto dos filósofos, mas dos técnicos.

O instrumento específico que é utilizado para transformação da prática política e reformulação da demanda (a comanda)<sup>12</sup> social é o "discurso" ou "por meio de um discurso". Herbert (2016 [1966], p. 35) complementa que o discurso funciona como um sistema articulado, mesmo que sob a forma de Mito ou sistema. Nesse sentido, não se sustenta que a política seja reduzida ao discurso, "mas que toda decisão, toda 'medida' no sentido político adquire seu lugar

<sup>12</sup> Herbert (2016 [1966], p. 35), chama atenção para a compreensão de que "demanda também é comanda" social; pelo duplo sentido, entendemos que um "pedido" pode vir sob a forma de uma "ordenação".

na prática política *como* uma frase em um discurso" (HERBERT, 2016 [1966], p. 35, grifo do autor).

Todas as práticas (jurídica, moral, religiosa, artística etc.) estão ligadas à prática política e parecem ter por função "anular uma falha ao produzi-la" (HERBERT, 2016 [1966], p. 36), e, ainda, opondo o fato (natureza) à razão. Essas práticas só podem funcionar se criarem uma resposta à sua própria demanda, que, por seu estado livre, define a ideologia, porém, nesse caso, a ideologia não flutua, não em forma de nuvem como as descritas na prática técnica. No interior da prática política, as ideologias têm uma forma "consistente como um *cimento* que mantém o todo no lugar" (HERBERT, 2016 [1966], p. 37, grifo do autor), visto que a ideologia funciona como o poder que opera.

Herbert (2016 [1966], p. 38) coloca a filosofia como aquilo que faz com que nos esqueçamos da comanda social na "finitude do sujeito". Na abordagem da finitude do sujeito, entendemos que os sujeitos tornam-se o centro na prática social e têm consciência de seu fim, mas não têm nenhum meio de realizá-lo, pois o sujeito é sempre livre para reorganizar a comanda. No entanto, a coexistência de outros sujeitos livres torna a comanda social sem reação quase infinitamente. Na inércia da comanda social, em meio aos sujeitos livres, porém sem ação, surgem os técnicos de diversas ideologias políticas que se sucedem alternadamente em operar transformações e mudanças sociais, como é próprio do modo de produção capitalista.

Sobre os "técnicos" e suas ações técnicas e ideológicas, Herbert descreve:

[...] estes técnicos começaram distinguir, em meio a uma mixórdia técnico-ideológica incrível, diversas técnicas de medida e de manobra desta mesma inércia social, e percebe-se bem depressa que estava longe de ser infinita. Estes técnicos, que se poderia nomear de 'técnicos de exploração-transformação da comanda social' (citemos rapidamente as pesquisas de opinião e de atitudes, as escalas de avaliação das necessidades subjetivas, do nível de aspiração, da tendência à mudança etc.), vêem-se importando ferramentas pré-fabricadas de diversas práticas científicas ou técnicas, no mais das vezes com a ajuda da pesquisa universitária. (HERBERT, 2016 [1966], p. 39-40)

Aquilo que é produzido pela mistura da prática técnica e da ideologia funciona em continuidade, considerando que a ideologia não está na continuidade da prática técnica, mas é a ideologia que manobra a técnica, e o instrumento específico da prática política da técnica é o discurso. Essa *mixórdia* técnico-ideológica produzida pelos técnicos da transformação da comanda

social recupera seus custos de produção de imediato e gera lucros diários maiores do que a *Alquimia* gerou em séculos, retomando a analogia proposta por Herbert (2016[1966]).

Nossa proposta aqui é pensar essas relações e discursos por meio da consideração de que as ciências contábeis configuram-se e podem ser compreendidas a partir desse estado conceitual de "mixórdia técnico-ideológica" produzida por "técnicos de exploração-transformação da comanda social". Esses termos foram utilizados por Thomas Herbert (2006, [1966]), para designar "diversas técnicas de medida e de manobra" em relação a armadilhas de uma prática social. Herbert exemplifica a mixórdia técnico-ideológica por meio de pesquisas de opinião e de atitudes bem como escalas de avaliação das necessidades subjetivas, do nível de aspiração, da tendência a mudanças etc., matérias essas que têm relação simétrica com a contabilidade.

Consideramos que as ciências contábeis – tendo como objeto científico "o patrimônio" – estabilizaram como objetivo de sua função fornecer informações (por meio de relatórios) aos usuários. Para os usuários, independentemente dos seus lugares de pertencimento (posição discursiva), da particularidade de suas necessidades de informação (econômica, financeira, política, social, ou fiscal etc.), o objeto comum desses relatórios diz respeito à utilidade e à contribuição na *geração de informações* que permitem formular *decisões* de (de)(co)manda para a (re)produção de patrimônio, de bens, de lucros, de riqueza, de dinheiro, serviços etc.

Acreditamos ser interessante nesse ponto retomar as partidas dobradas contábeis<sup>13</sup>, concebidas pelo Frei Luca Pacioli (1494), que, por sua vez, poderia ser considerado um técnico de exploração-transformação da comanda social. As partidas dobradas eram aplicadas para controlar e mensurar o aumento/diminuição do patrimônio do comércio, das congregações religiosas, entidades públicas etc. Todavia, por sua "utilidade e aplicabilidade", a utilização das partidas dobradas se estendeu com o movimento do comércio e da indústria capitalista e suas práticas; em sequência, com o processo da revolução industrial inglesa nos anos de 1760 a 1840, passou-se à

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Não há um registro decisivo sobre a autoria da fórmula "das partidas dobradas", do processo de registros contábeis, do registro do patrimônio, no contar da história. Aqueles identificados como seus autores são questionados, embora existam correntes de autores que creditam ao matemático Lucas Pacioli a sua criação no ano de 1494. A formulação de Pacioli consiste na propositura da equação da relação entre o débito e o crédito, ou seja, igualdade relacional entre o débito e o crédito, e sua aplicação insuperável até a atualidade se propõe por natureza evidenciar "Causa" e "Efeito" de um ou mais fenômenos patrimoniais (SÁ, 2004). Nos escritos históricos para a origem do processo de registros e a evolução natural das partidas dobradas, como um "já-dito", antes em algum lugar, Lopes de Sá (2004, p. 26) se permite dizer que: "admite-se que foram os sumero-babilônios os autores de 'débito' e 'crédito', baseado na identificação mental do que 'é meu' e do que 'é seu'".

utilização da técnica contábil como instrumento para a mensuração e controle dos custos e dos ganhos proporcionados pelos novos processos de manufatura.

Isto posto, e filiados às articulações teóricas a partir das quais Thomas Herbert pensou a empresa (um processo de produção), dividida em seus níveis, podemos considerar que, a partir de um dado momento, os "trabalhadores" passaram a não ter mais o controle do processo produtivo, processo este a partir do qual a contabilidade, no fio do seu discurso, passou a denominar os trabalhadores de "custo de transformação" ou "custo de Mão de Obra". Ou, de outra forma, podemos dizer que pelo patrimônio se constitui a luta de classes, e o discurso seria o instrumento que materializaria linguística e historicamente essa luta de classes.

As considerações teóricas de Thomas Herbert que se referem ao materialismo histórico e às questões das ciências sociais, das ciências humanas, da psicanálise e da ideologia são o terreno sob o qual Michel Pêcheux alicerça a *Análise Automática do Discurso* para edificar a *teoria do discurso*. Observamos que, nas classificações atuais das áreas do conhecimento, as ciências contábeis e econômicas constituem também as ciências sociais e, mesmo que designadas "aplicadas", não se apresentam assimétricas em relação às ciências humanas. Logo de início, Herbert se preocupa em definir os pressupostos que guiam seu caminho, conceituando e descrevendo noções de prática, prática política, prática ideológica, prática teórica e prática social.

Assim, buscamos compreender a contabilidade a partir dos pressupostos de Pêcheux (Thomas Herbert), uma vez que as ciências contábeis funcionam para registrar, mensurar e controlar o patrimônio, seu objeto, que equivale ao conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma, duas ou mais pessoas, sejam estas pessoas representadas em sua forma jurídica<sup>14</sup> ou não. Portanto, compreendemos que *contabilidade* pode ser: "prática" pelo trabalho de processamento de dados (registrar) que resulta em informações contábeis (relatórios); "prática técnica" pelo processamento dos dados que são realizados pelo procedimento do método, da técnica das "partidas dobradas" contábeis como principal instrumento de produção de informação; "prática política" pelas utilizações das informações contábeis na (trans)formação da relações sociais de produção, pois as informações contábeis são instrumentos políticos e ideológicos; "prática ideológica" pela transformações de uma "consciência" dada em uma nova "consciência"

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> No sistema jurídico brasileiro, não há idade para a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), o recém-nascido pode ser inscrito no sistema da Receita Federal, que serve para identificar o indivíduo como contribuinte. O CPF funciona como uma senha de identificação social junto a instituições púbicas e privadas. Observamos que o "não" pessoa jurídica está em relação à ausência da inscrição ao cadastro de contribuintes e à pessoa física.

produzida por meio de uma reflexão da consciência sobre si própria, ou seja, informações contábeis interferindo nas relações sociais dos sujeitos, como um poder que opera; "prática teórica", pois transforma um produto ideológico (princípios e normas contábeis) em conhecimento teórico; "prática social" por um conjunto complexo de práticas que são aplicadas no fator dominante da sociedade que é seu "modo de produção" (instrumentos de produção e forças produtivas como práticas políticas que organizam e formam as relações sociais entre os produtores); e discurso, linguagem funcionando e produzindo efeitos de sentidos. Com a figura abaixo, apresentamos as práticas contábeis em seus níveis de funcionamento, evidentemente que não assim estaticamente.

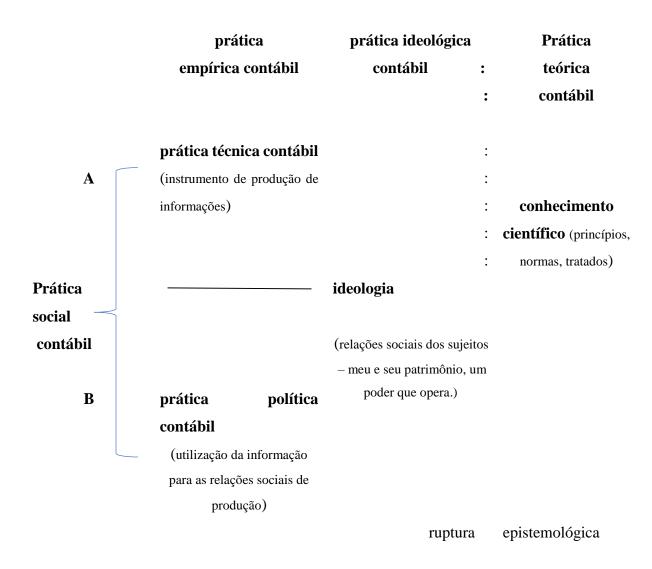


Figura 3 – Funcionamento ideológico das práticas contábeis. Adaptado da proposição de Thomas Herbert.

A relação concreta entre a prática técnica e a prática política, Herbert (2016 [1966]) designa de "prática empírica". Podemos pensar que a prática empírica da contabilidade se inaugurou nas relações sociais, na concepção de que existe patrimônio, algo que seja "meu" e algo que seja "seu" patrimônio, que leva ao conceito e aplicabilidade de "débito" e "crédito" e à origem das partidas dobradas contábeis, ou seja, a técnica diz o que é "meu" e "seu", e a política representa o funcionamento ideológico para os sujeitos do que é "meu" e "seu". Assim, pelo patrimônio, podemos considerar que este representa uma relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência.

Compreendemos que a ruptura epistemológica contábil se dá na medida em que a criação de conhecimentos científicos contábeis são acompanhados por um efeito de já realizarem uma retro-determinação sobre as relações sociais, pois a ruptura acontece quando as teorias contábeis passam por uma experimentação, pela aplicação, funcionando preenchendo um vazio: a mensuração das coisas em dinheiro.

Compreendemos as condições reais de existência no modo de produção capitalista como aquelas que estabelecem e organizam as relações sociais dos sujeitos. Nas condições reais de existência capitalista, estamos diante da condição de um ter ou não ter patrimônio, de ser meu ou ser seu o patrimônio, ou seja, da constituição do sentido juntando-se à constituição do sujeito pela figura da interpelação que é determinada pela infraestrutura econômica dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado. O patrimônio "meu ou teu" se representa nos vínculos entre o "sujeito do direito", forjado pelos contratos entre sujeitos e o "sujeito ideológico", aquele do teatro da consciência (eu penso, eu falo, eu sou, eu tenho etc.).

Como diz Pêcheux (1995 [1975], p. 154-155), referente ao teatro da consciência, da interpelação, do sujeito e da ideologia,

[...] desse 'pequeno teatro teórico' da interpelação, concebido como uma crítica ilustrada do teatro da consciência, é o designar, pela discrepância da formulação 'indivíduo' / 'sujeito', o paradoxo pelo qual *o sujeito é chamado à existência*: na verdade, essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuaria a operação e interpelação — daí não se dizer: 'O sujeito é interpelado pela ideologia'. [...] Na verdade, o que a tese 'a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos' designa é exatamente que o 'não-sujeito' é interpelado-constituído em sujeito pela ideologia. Ora, o paradoxo é precisamente, que a interpelação tem, por assim dizer, *um efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja 'sempre-já-sujeito'.

Assim, o meu/teu patrimônio da fórmula contábil, como prática ideológica, em uma dada consciência que se transforma em uma "nova consciência", reflete a consciência sobre si, sobre as correspondências à realidade e de concepção de mundo, ou seja, a consciência dos sujeitos. Segundo Orlandi (2012b, p. 104), "a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição. Não seria diferente para os efeitos que constituem a subjetividade". Em outros termos, o sujeito se banha em palavras do sistema contábil como: meu/teu e débito/crédito, que têm como efeito a determinação do lugar que lhe é atribuído pela formação social, com todo o teatro da consciência do sujeito — o sujeito sem patrimônio também tem seu lugar na formação social pela ausência/falta do meu/teu, que pode ser substituído por outros patrimônios que sejam mais do plano moral do que do capital.

A ideologia, pela concepção de Althusser (1970, p. 77), funciona como "uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência", explicada por duas teses sobre a estrutura e funcionamento da ideologia: Tese 1: a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência; e a Tese 2: a ideologia tem uma existência material (ALTHUSSER, 1970, p. 77-83).

Explicando na linguagem marxista, sobre a representação imaginária do mundo, Althusser (1970, p. 82) diz:

[...] toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de mais a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é um sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem.

O agir do sujeito inspirado nos seus credos ou suas "ideias", ou mesmo independente disso, a prática dos "rituais" nas relações sociais materializam a ideologia do sujeito, ou melhor, a prática como efeito do funcionamento dos aparelhos ideológicos. Em conclusão, Althusser elabora os enunciando das duas teses conjuntas: "1- Só existe prática através e sob uma ideologia; e 2- Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos" (ALTHUSSER, 1970, p. 91).

As concepções de Althusser que influenciaram Herbert, podemos descrevê-las em relação ao objeto contábil, o patrimônio, em suas derivas e deslocamentos em relação ao sujeito; a relação imaginária dos sujeitos com suas relações reais do patrimônio contábil apresentado, mais do que uma relação real, a relação é de (de)formação imperiosamente imaginária, materializada nas

práticas dos sujeitos. Para Orlandi (2012b, p. 105), a "ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências", e "a ideologia não é 'x', mas o mecanismo de produzir 'x'" (ORLANDI, 1994, p. 56). As informações produzidas pela contabilidade como linguagem requerem do sujeito uma interpretação constitutiva da ideologia, o sujeito interpelado pela ideologia, pelo efeito da evidência, que sustenta o já-dito contábil.

Portanto, temos, nas ciências contábeis, o funcionamento de uma prática empírica (técnica e política) e uma prática ideológica que, para Herbert (2006 [1966]), mesmo que distintas, estão em continuidade, em permanente relação e sobredeterminação mutua, em uma prática política e histórica, não existindo uma interrupção entre elas.

Como a ideologia não possui uma existência espiritual, mas material, na constituição das ciências, quando os cientistas práticos "se representam espontaneamente" em suas ideologias, produz-se o efeito de que suas concepções se constituem como se fossem verdadeiras ou falsas; no caso da contabilidade, o "meu" e o "seu" (patrimônio, direito, dever, relação de custo/benefício etc.) produzem uma discursividade que se formula sob o efeito de uma linguagem do ideal (aquela que representa, numericamente, inclusive, aquilo que pode ser representado cientificamente), de um sujeito autor, de um sujeito jurídico.

Como prática técnica, a contabilidade aplicada sobre o patrimônio (registrar, mensurar, valorar, monetarizar o patrimônio), por seus instrumentos e pelas partidas dobradas, (re)produz um produto dado técnico (informações contábeis), sendo que esse produto vem preencher ao mesmo tempo um desejo, uma falta, uma (de)(co)manda social. Em sua continuidade, os conteúdos ideológicos (contábeis), cuja coesão, ligação, articulação sustenta a imagem absoluta da simulação do real do patrimônio, atendem a um todo organizado para a prática social, e o seu funcionamento contínuo e reverberante deriva do modo de produção capitalista.

Podemos considerar que a contabilidade, como prática política ou tratado político, se apresenta como se fosse um assunto dos técnicos, não dos filósofos. Os técnicos, pela contabilidade, (re)formulam as (de)(co)mandas sociais da sociedade capitalista. A contabilidade tem como instrumento para sua prática política o discurso, aqui travestido da forma de sistema ou até mesmo do mito, mito pela alquimia de sua técnica de registros que faz a transmutação do que objete em patrimônio. Se considerarmos a transmutação não resumida a um discurso em si, mas também à prática técnica, a contabilidade se posiciona como prática política pelos efeitos de seus enunciados e discursos. Exemplificamos a transmutação, por uma questão atual da sociedade

brasileira, o discurso do "insuficiente" orçamento público para pagamento da previdência social, a mídia e os técnicos (políticos, ideológicos) apresentam um conjunto discursivo dominante que produz efeito que para salvar o Estado o *mutare* se realize na previdência social, silenciando o amestrado orçamento público como estável.

Filiamos a contabilidade às concepções de Thomas Herbert de que, como prática técnica em sua continuidade como prática política, produz um cimento ideológico: o funcionamento do capitalismo e suas (re)organizações, a (re)acumulação e (re)concentração do capital, ou a liberdade, a individualidade, a propriedade, transparência, empreendedorismo etc. A contabilidade como, ou funcionando como, prática técnica é manobrada pela ideologia. A contabilidade se coloca nem como simples técnica nem como pura ideologia, mas em "meio" à técnica e à ideologia, não funcionando, consequentemente, com neutralidade e apropriando-se de outras disciplinas, como linguagem, matemática, estatística, economia, direito, psicologia etc., para seus princípios e métodos atenderem às (co)(de)mandas sociais, materializando, desse modo, o discurso contábil.

Assim, podemos dizer que as partidas dobradas atenderam às evidências da (de)(co)mandas das relações sociais, "regulando", controlando, mensurando o patrimônio desde a sociedade feudal, passando pela sociedade industrial até a nossa sociedade atual dominada pela racionalidade neoliberal, funcionando como as ciências das empresas, dos grandes números, da acumulação/concentração do capital.

Denegar o funcionamento da língua, uma prática silenciosa, pela ilusões dos números, das ciências como uma metalinguagem contábil universal sem falhas. Contudo, compreendemos a contabilidade ligando à reflexão de Pêcheux, em *Ler o arquivo hoje*, texto de 1982, sobre o desenvolvimento de "métodos de tratamento em massa" de informações, a contabilidade produz números, estatísticas, informação que operam nas relações sociais. As informações, sob a forma de textos com finalidades estatais e privadas, de fácil comunicação, reprodução e aceitação sobre temas como

[...] as virtudes de ordem e de seriedade; de limpeza e de bom caráter, [...] democratização do ensino [...] encontraram aí um de seus empregos: a questão da 'objetividade' dos procedimentos e dos resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à 'ciência' (sob a forma das matemáticas, especialmente das estatísticas como 'ciência dos grandes números' e da lógica matemática como teoria das línguas unívocas) se impor progressivamente como uma evidência. (PÊCHEUX, 2014. p. 60)

Herbert (20006 [1966]) posiciona a prática ideológica (relação sociais dos sujeitos) em relação à prática teórica (conhecimento científico) por uma linha de ruptura que estaria situada

[...] no momento em que as ciências sociais deixaram de ser 'filosóficas', quer dizer, de agir por uma reflexão sintética aplicada à subjetividade jurídica, moral, religiosa, artística: o aparecimento da experimentação, da quantificação e dos modelos, basta para atestar esta ruptura, e para abrir a era científica do objeto social. (HERBERT, 2006 [1966])

Consideramos as ciências contábeis como um instrumento-modelo, cuja função é produzir "informações" patrimoniais como resposta de uma prática técnica às (de)(co)mandas das questões patrimoniais, contudo, as respostas se apresentam como simulações que derivam de sua aplicação prática (toda técnica é realista), o que Herbert (2006 [1966]) chama de "realização do real". Desse modo, a contabilidade realizaria, simularia o seu próprio real, aquele do capital.

A técnica contábil, já constituída/manobrada pela ideologia, para atender a relações dominantes do capitalismo, produz/simula um real patrimonial. Podemos exemplificar essas (de)(co)mandas pelas políticas de distribuição de dividendos (lucros) aos sócios e a isenção tributária (não pagamento de impostos) desses valores; ou seja, a técnica contábil associada às questões tributárias produz respostas a dada (de)(co)manda social. Respostas estas que se apresentam como sempre-já-lá, sempre-já-conhecidas, que se formulam como discurso de contabilidade e sob a forma da regra técnica que sustenta a atualização da memória do lucro e dos impostos como necessidade fundamental, negando ou fazendo como se não existisse a prática ideológica em funcionamento, a qual reafirma que as condições de existência do produto técnico também são seu destino.

Se na perspectiva da monarquia como reguladora da prática política do todo social, o monarca deveria ter em sua corte juristas, padres, além de ter um alquimista, as organizações, as entidades ou mesmo as pessoas físicas na contemporaneidade não podem prescindir, em suas cortes, de um contador, quem cuida das contas pela alquimia possível da contabilidade.

A contabilidade por seus relatórios ou seus aparatos informacionais produz um "produto técnico", sempre destinado a alguém (usuários da informação contábil). Ou melhor, os usuários das informações contábeis determinam a demanda contábil, a produção do objeto, e também parecem determinar o seu fim, isto é, a maneira como a informação contábil será utilizada.

Herbert (2016 [1966]), buscando conceituar as "ciências sociais", coloca-as entre meio de uma técnica e uma ideologia: a técnica importada das técnicas de transformação de matéria-prima,

pelo menos em seu início; e a ideologia em relação às relações sociais, objeto das práticas políticas. Assim, esse aparato de técnica e de ideologia determinando as relações sociais se apresenta como se fosse visível, como se seu efeito fosse previsível em "transformar a comanda social, com o único fim de melhor cumpri-la" (HERBERT, 2016, [1966], p. 43). No entanto, somente produz um "real psico-sociológico", visando adaptar ou readaptar as relações sociais à prática social dominante, que se apresenta como um sistema estável pelo qual todos devem lutar, todos devem preservar.

Pêcheux, já no segundo texto "Observações para uma teoria geral das ideologias", escrito também sob o pseudônimo de "Thomas Herbert", introduz a noção de discurso, pela noção de ideologia e sua relação com a linguagem, pelo trabalho da metonímia e da metáfora. Mais explicitamente, ele aprofunda sua teoria ao descrever e analisar o modo de produção da sociedade: exemplificando-o pela "empresa" e por seus níveis "hierárquicos", que, em seu sentido jurídico e burguês, como lugar, conjuga lutas de classes, língua e ideologia.

As ideologias "aparecem" (nas práticas) e se diferenciam na sua estrutura pela essência dos modos de produção, que se atualizam nas forças produtivas e nas relações de produção, não por uma interpretação simplesmente econômica, dado que "toda técnica, seja ela econômica, política ou ideológica, é um elemento dentro da estrutura de uma prática" (HERBERT, 1995 [1967], p. 65). Para Herbert, que joga são os efeitos de ideologia produzidos pela dominância do elemento técnico na estrutura da ideologia (ideologia chamada de tipo A) encontrada no prolongamento das práticas técnicas e, ao mesmo tempo, por seu apagamento na estrutura da ideologia (ideologia chamada de tipo B) localizada na continuidade de práticas políticas, isto é, nas relações sociais.

A teoria geral das ideologias de Herbert (1995, [1967]) se apoia em elementos com origem histórica que são: o aparecimento do conhecimento científico em grande escala, constituindo as ciências da natureza; o trabalho teórico de Karl Marx para uma ciência de formações sociais, em especial o processo de produção; e o movimento do desenvolvimento das ciências das formações sociais, que, por muitas armas de cunho teórico-prático de meios técnico-políticos, com viés para atender a demandas sociais, adaptam e readaptam as relações sociais reais e atendem às demandas das forças sociais dominantes.

Os meios teóricos e práticos reunidos constituem um fundamento ideológico de uma teoria de transformação, que tem seu efeito em razão de que, se toda ciência é ciência de uma ideologia, a "ciência das ideologias" não pode escapar a esta lei (HERBERT, 1995 [1967], p. 67).

Para Herbert (1995 [1967]), a ideologia trabalha com seus efeitos, pelo processo produtivo – forma empirista da ideologia (matéria-prima, força de trabalho); por uma realização técnica do real, controlado por alguma ideologia que propicia o sentido do objeto produzido; pelas relações sociais de produção – sob a forma especulativa da ideologia; por práticas políticas e seu instrumento perante a forma de discurso que certifica os lugares dos agentes. Esse efeito de conhecimento ideológico funciona como uma norma que ajusta os sujeitos em seus lugares, ou seja, estabelece certo ordenamento da posição dos sujeitos entre si.

As definições da ideologia da forma empírica e da forma especulativa, dadas por Thomas Herbert (1995 [1967]), baseiam-se na linguística, em especial na semântica e na sintaxe, meios para descrever a distinção da forma das ideologias:

[...] constatamos uma propriedade estrutural que é sem dúvida da maior importância, a saber, que a *forma empirista* concerne a relação de uma significação e de uma realidade, enquanto a *forma especulativa* concerne a articulação de significações entre si, sob a forma geral do discurso. Para usar termos importados da linguística, diremos que a forma empírica da ideologia coloca em jogo *uma função semântica* — a coincidência do significante com significado —, enquanto a que sua forma especulativa coloca em jogo uma *função sintática* — a conexão dos significantes entre si. (HERBERT, 1995, p. 71)

As teorias ideológicas da ideologia são reencontradas perante a forma de discurso, o discurso como um lugar em que são colocados em evidência os desconhecidos produzidos pela função semântica e sintática. Temos o homem, sujeito, como um "animal ecológico" organizador do ambiente e identificado por significações que suprem suas necessidades com a realidade, porém, como o esquecimento da especificidade do simbólico da realidade: como um jogo que precisa da polissemia, para sustentar a ordem da significação do simbólico. No que tange à contabilidade, ela organiza o sistema de produção por significações, por buscar dar sentidos ao simbólico do capital.

Para explicar o jogo necessário da polissemia como ponto de ancoragem de produção de significados, Herbert (1995) recorre a Laplanche e Leclaire (1963 *apud* HERBERT, 1995, p. 73), que afirmam:

[...] diremos que aquilo que impede um termo de oscilar – sem acessar – em direção a um outro, não é sua ligação empírica a uma coisa, mas o fato de que o termo não é unívoco, de que comporta várias definições: é o conjunto de sentidos b, c, etc., que impede um vocábulo x de escapar pela porta que lhe abre o sentido a.

A conexão de significantes entre si (ideologia especulativa) leva a dois efeitos (HERBERT, 1995 [1967], p. 71-72): o "efeito de sociedade" e o "efeito de linguagem", por meio dos quais o homem se torna um "animal social", dotado de linguagem, ou melhor, de efeito de uma relação entre significantes, pela sua implicação em ser um elemento do sistema de comunicação de significações. Assim, poderíamos dizer o mesmo sobre o modo de operar na e pela linguagem, sobre o efeito decorrente da operação de "contar", "contabilizar", "dizer o valor", "estabelecer a monetarização", sobre o "contador", o homem que "conta", "as contas" e sobre os efeitos de sociedade/linguagem dessas operações relacionadas ao "contar". Isso porque o "contar" funciona como um reconhecimento de sujeitos entre si, pelas relações entre sujeitos, que, como relações que se apresentam como "naturais", são essencialmente linguísticas e asseguradas sob a forma de discurso. "Contar" é uma forma de discurso. O "contar" como discurso capitalista confirma as desigualdades sociais entre os sujeitos.

Segundo Herbert (1995 [1967], p. 73, grifo do autor), o esquecimento resulta de um desconhecimento chamado o efeito de linguagem e o efeito de sociedade, pois:

[...] se o homem for pensado como o animal que se comunica com seus *semelhantes*, não compreenderemos jamais por que é precisamente pela forma geral do discurso que as dissimetrias, as dessemelhanças entre os agentes do sistema de produção são asseguradas.

Citando Poulantzas (1965), Herbert (1995 [1967]) salienta, como particular da política do Estado capitalista, que as "relações humanas naturais" (como se algumas tivessem sido visíveis a céu aberto) se originaram ordenadas pela subordinação econômico-social, seja antes no sistema escravo feudal ou nos arranjos capitalistas em que os indivíduos se submetem a um processo de trocas. Isso significa que o capitalismo como sistema de troca, ou melhor, de compra/venda, produz pelo efeito de linguagem (discurso), um todo organizado que sustenta/preserva as desigualdades socioeconômicas dos sujeitos.

Para Poulantzas (2008), o conjunto particular de valores da separação entre Estado e a sociedade civil é uma especificidade política do Estado capitalista, da troca que alicerça um tipo particular da formação social capitalista. Por isso, temos valores abstratos de liberdade e igualdade, que singularizam e autonomizam sujeitos como produtores. Pensando nas dissimetrias e dessemelhanças, podemos tomar o que Poulantzas observa:

Marx e Lenin ressaltam esta evolução das relações naturais nas relações sociais, a autonomização de indivíduos que correspondem a uma divisão entre trabalho concreto e trabalho 'abstrato', entre valor de uso e valor de troca, que fundamenta a constituição do valor das mercadorias e do valor da exploração do trabalho na sociedade capitalista baseada na troca. O processo de 'abstração' e 'equalização' dentro do processo de trabalho, a automatização e singularização de indivíduos dentro do processo de troca, e as formas de propriedade privada dele, correspondem, no nível político, aos valores dos 'abstratos' formais da liberdade e igualdade e da 'separação' entre a sociedade civil e o Estado. (2008. p.83-84, tradução nossa)

A "forma geral de discurso", que assegura as desigualdades entre os sujeitos, possibilitanos relacionar esta assertiva ao discurso contábil, que "comunica as informações" dos processos de produção e distribuição do capital, da renda, do patrimônio, quer dizer, significar e fazer circular sentidos.

Se o efeito de sociedade for da relação do efeito significante com o significante, Herbert (1995 [1967]) retoma o enunciado de Jacques Lacan, "o significante representa o sujeito para outro significante", considerando o significado para Lacan como intensamente volátil, como aquilo que flui na cadeia de significantes, necessitando, assim, de um contexto de sociedade dado. Herbert (1995 [1967]), desse modo, propõe

[...] que a cadeia sintática dos significantes determina para o sujeito o seu lugar, identificando-o a um certo ponto da cadeia (o significante, no qual ele se representa), e que esse mecanismo de identificação diferencial não é outro senão o 'efeito sociedade' cujas dissimetrias encontram aqui a sua causa. (HERBERT, 1995 [1967], p. 75)

Nesse mecanismo de identificação (relação significante ao significante), por um processo metonímico, o jurídico, sustentado pelos direitos e deveres, realiza a identificação ou a inscrição dos sujeitos na estrutura social, e, ao mesmo tempo, pela instância política, promove-se o esquecimento dessa inscrição de ser um sujeito jurídico.

Por um comportamento ideológico na dominância metafórico-semântica, a ideologia se dá como um sistema de sinalização que possibilita seleção e identificação de valores, de comportamento, do/como que pode ser autorizado/proibido, enquanto, na dominância sintático-metonímica, a ideologia na essência "assume então a forma de um sistema de operações sobre os elementos, sistema simbólico que tem a forma geral do teórico" HERBERT (1995 [1967], p. 76).

Para Herbert (1995 [1967], p. 76), a metáfora sinaliza para o homem animal, quer dizer, o homem como animal metafórico, que marca sua posição, o que se pode ou não pode, como

aberturas e fechamentos de gestos e falas; na metonímia, pelas condições das relações sociais do homem, os gestos e falas derivam para estruturas concretas que são as instituições e os discursos, diferenciando, assim, o comportamento ideológico e o discurso ideológico.

Consideremos, por exemplo, o plano de contas da contabilização das operações de uma empresa (entidade): o débito e o crédito nas respectivas contas representam um sistema de marcas como sinalização do comportamento das operações realizadas pela empresa. O débito e o crédito marcam "o meu/o teu", "a despesa/a receita", "o receber/o a pagar" etc., que designam ou resumem as mutações patrimoniais da empresa. Assim, o débito e o crédito, no sistema contábil, compreendemos como a dominância metafórico-semântica que representa a ideologia capitalista pela sinalização que marca ser/ter, quem é o proprietário da empresa, ou, quem não é proprietário da empresa. Na dominância sintático-metonímica, temos: todo o sistema de operação empresarial, institucional financeiro, que discursivizam metonimicamente os valores do meu/teu na estrutura do modo de produção capitalista, funcionando na relação social como, por exemplo, a imaginação do que é ser empresário/empregado, que asseguram a lógica da dessemelhança econômica e social entre eles, é próprio do discurso político estrutural ideológico da instituição empresarial capitalista.

Thomas Herbert exemplifica, pela estrutura de produção de uma empresa (economia, política e ideologia), o funcionamento da ideologia. Consideramos esse ponto do referencial sobre a "empresa" nos estudos de Herbert/Pêcheux um ponto de aproximação particular da AD em relação às ciências sociais. Os níveis estão assim representados: Nível 1 – Economia – Processo de produção – Relações de produção; Nível 2 – Política – Organização da produção – Discurso político; e Nível 3 – Ideologia – Sinalização ideológica – Prática ideológica especulativa.

Abaixo, apresentamos o esquema por meio do qual Herbert (1995 [1967], p. 80) expõe as considerações teóricas que endereçam processos metonímicos e deslocamentos metafóricos (os movimentos do esquema devem ser considerados multidirecionais e simultâneos):

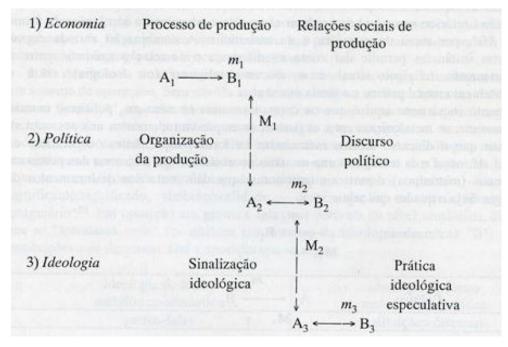


Figura 4 – Processos metonímicos e deslocamentos metafóricos. Fonte: Herbert (1995 [1967], p. 80).

A discursividade empresarial (nas flechas horizontais) produz efeito metonímico, um efeito logico de substituição que não afasta a relação no próprio nível. O deslocamento metafórico (nas flechas verticais) "faz cair" certos elementos semânticos entre os níveis que são contrapostos devido à formação social da estrutura capitalista da empresa dada. Como exemplo, os elementos semânticos (fragmentos) dos níveis A1 ↔ B1 tomam novos sentidos, reorganizados quando deslocados para o nível A2.

No aspecto econômico, no processo de produção pelas relações sociais de produção de uma estrutura capitalista, palavras como *chefe de empresa, controle de produção, salários pagos, operário, contrato de trabalho* deslocam-se metaforicamente, reverberando um novo sentido sob o aspecto político, em cujo nível se concebe a organização da produção. A empresa também possui o que poderíamos considerar seu nível político, os operadores jurídicos, os agentes de poder que, por um discurso político, organizam a produção, que Herbert (1995 [1967]) descreve como lugar efetivo das relações de comunicação-controle-gestão, funcionando como um jogo de marcação do espaço social da empresa que distribui os sinais sociais.

Esses termos acima citados, no novo lugar, deslocados, são reorganizados pelos agentes jurídicos e políticos que Herbert (1995 [1967]) afirma constituírem uma "axiomática jurídico-política". E esses termos, novamente, depois do processo jurídico-político, quando deslocados

pela/para a ideologia, no campo semântico de sinalização ideológica, constituem as formas teóricas especulativas do jurídico, da moral, do teológico, que poderiam ser reduzidas aos termos "o justo" e "o injusto", "o possível" e "o impossível", ou "o débito" e "o crédito" etc.

No exemplo proposto, Herbert (1995 [1967], p. 82) observa que a ideologia não pode ser considerada na compreensão de um espaço social identificável, por ter esse espaço social certa formação social dada, embora deva-se atribuir à base da formação econômica, cultural, religiosa etc. os objetos ideológicos. Assim, Herbert (1995 [1967], p. 82), descreve a deformidade de seu modelo:

o defeito maior dessa apresentação é simular uma gênese, por 'quedas' sucessivas de um nível em outro, quando não há, de fato, forma originária da ideologia, suscetível de engendrar uma forma desenvolvida em um outro lugar da estrutura. É apenas preciso reter a dupla direção (vertical e horizontal) das relações interelementos, e as consequências que podem resultar daí para a análise estrutural da ideologia em uma formação social.

Não se pode estabilizar a ideologia como uma consciência de grupo, ou uma representação de um mundo ou, ainda, um conjunto de ideias representativas de uma sociedade ou classe. Para Herbert (1995 [1967]), o processo ideológico é uma combinação do efeito metafórico (produz significações, deslocando-as) com o efeito metonímico (produz uma racionalização-autonomização que imita ser dotado de uma coerência-interna), baseados na lei econômica, que coloca os sujeitos no seu lugar, sem poder escapar daí, e de dissimular que seu lugar lhe é atribuído – como se posto em uma cegueira sobre o processo de atribuição.

O sujeito se identifica com as estruturas política e ideológica que constituem sua subjetividade; assim, o sujeito diz e fala como se fosse origem de tudo que enuncia e pratica. Esse funcionamento de uma ilusão subjetiva dissimula ao sujeito a sua posição, seu lugar, na estrutura econômica social (HERBERT, 1995 [1967], p. 83).

A diferença entre os enunciados e as práticas, entre frases (seus obscuros) e as estruturas institucionais, produz um desnível entre os comportamentos conscientes e as condições desses comportamentos, pois

[...] o sujeito que age e fala se banha em sistemas fraseológicos-institucionais que ele não vê, porque ele está conscientemente centrado sobre seus próprios gestos e palavras, e que no entanto lhe impõem, na realidade, seus gestos e palavras. Isto é o mesmo que dizer que cada sistema e por definição a lei do inconsciente

produtora de efeitos conscientes: esquecemos por aí que os sistemas fraseológicos institucionais são eles próprios produzidos pelos processos ideológicos que atravessam a formação social. (HERBERT, 1995, p. 84)

Vamos colocar nessa questão os usuários<sup>15</sup> (os proprietários ou agentes do patrimônio) da informação contábil ((de)(co)manda social). Os usuários contábeis produzem as condições de existência do produto técnico contábil, cujo produto também são seu destino. Herbert (2006 [1966], p. 36) observa que essas regras da demanda/comanda social têm o estatuto do "sempre-lá-já", que "só podem funcionar se produzirem a resposta a sua própria demanda", regras que por natureza, no estado livre que caracteriza a ideologia, estabelecem-se como prática política que alimentam as (de)(co)mandas sociais.

Entretanto, prosseguindo, temos que observar a tese de Althusser (1970), segundo a qual "só existe prática através e sob uma ideologia; e, só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos", ou seja, temos o contador/sujeito e o usuário/sujeito e o efeito do "esquecimento ideológico" chamado por Pêcheux e Fuchs de "esquecimento n. 1", na produção de sentido do discurso. O funcionamento desse esquecimento faz com que o sujeito falante (contador e usuário) pense ser a fonte do sentido naquilo que fala/escreve, sendo que o sujeito falante, por um trabalho do inconsciente e da ideologia, retoma sentidos "já-ditos". O esquecimento ideológico é o inevitável inerente à prática subjetiva unida à linguagem. Para Pêcheux e Fuchs (1997, [1975], p. 238, grifos dos autores),

[...] o termo 'esquecimento' não se remete, aqui, a um distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, o *que nunca sabido* e que, no entanto, *toca o mais próximo* o 'sujeito falante', na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa.

O processo discursivo contábil, como todo processo discursivo, não tem origem no sujeito, ou no sujeito contador/usuário, mas, contudo, esse processo discursivo pode se realizar nesses sujeitos, constituindo-os como sujeitos, o que Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 170) chamam de "assujeitamento".

-

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> O termo "usuários contábeis" corresponde às pessoas físicas ou instituições que possuem interesses nas informações contábeis de uma organização, entidade contábil, ou mesmo em patrimônio familiar. Entre os principais interessados nas informações contábeis, destacam-se: os acionistas, os proprietários da empresa, as instituições financeiras, os governos e os investidores financiadores dos negócios. É importante observar que mesmo "vestidos" de instituição, os usuários contábeis são sempre sujeitos, ocupando um lugar determinado na estrutura social e econômica.

Pêcheux e Fuchs afirmam, ainda, que "deste mesmo esquecimento, o processo pelo qual uma sequência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como sentido para um sujeito se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito" (1997 [1975], p. 170), ou seja, existem sempre outras formas de dizer o mesmo, sendo que a produção de sentido é estruturada ou decorre de uma relação de paráfrases ou de família parafrástica.

Nas questões do lugar atribuído a um sujeito por uma formação social dada, Herbert (1995 [1967]) se alicerça na simetria do materialismo histórico (relações sociais de produção) e no domínio do inconsciente do sistema conceitual de Freud (o inconsciente não é nem individual nem coletivo, mas estrutural).

O modo inconsciente tem efeito na reprodução dos processos ideológicos, por isso Herbert filia-se a Freud e designa: o "dito"; o "rumor"; ou a "lenda" familiar, que, sob uma forma da lei, estabelece a reprodução do homem como força de trabalho. Nesse sentido, Herbert percebe que Freud reconhece o marxismo, na questão político-econômica, do trabalho, da riqueza, citando que

[...] do ponto de vista da educação, a sociedade considera como uma das suas tarefas essenciais frear o instinto sexual quando ele se manifesta como vontade de procriação, de limitá-lo, de submetê-lo a uma vontade individual se inclinando a uma vontade social. A base sobre a qual repousa a sociedade humana é, em última análise, de natureza econômica: não possuindo meios suficientes de subsistência para permitir a seus membros viver sem trabalhar, a sociedade é obrigada a limitar o número de seus membros e desviar sua energia da atividade sexual para o trabalho (FREUD *apud* HERBERT, 1995 [1967], p. 86).

A ideologia é compreendida como processo que atravessa a formação social conforme um estilo propenso de variações estruturais. Por isso, as formações ideológicas, ou combinações ideológicas, apresentam-se conforme posição do sujeito na formação social, mesmo que dissimuladamente respondendo a questionamentos do comando social (empregado falando como patrão).

Como as mudanças sociais são realizadas para sua própria estrutura social, para si mesma, ou seja, manutenção e recuperação do processo ideológico dominante, nessa mobilidade ideológica, "um sujeito, pode, repentinamente, ver e compreender outra coisa que não aquilo que lhe é dado compreender e ver" (HERBERT, 1995 [1967], p. 88).

Gostaríamos de estabelecer, nos textos de Herbert, o ponto base do presente trabalho, o funcionamento da ideologia na estrutura de uma empresa, apresentada pelos "níveis" econômico, político e ideológico, embora a ideologia não tenha, de fato, uma forma originária, ou seja, não se

apresenta nos níveis estáticos da empresa. Entretanto, a ideologia se apresenta como um movimento multidirecional e simultâneo. Ao mesmo tempo em que seus níveis representam a operacionalidade de produção, esses "níveis" representam também certa formação social dada, que podemos dizer, nessas circunstâncias, mostram o funcionamento ideológico.

Colocamos as ciências contábeis no nível dos agentes na política, da organização da produção da empresa, que, por efeito metonímico, produz um discurso econômico, político e ideológico contábil que, por sua vez, por meio de um deslocamento metafórico produz novos sentidos tanto no que diz respeito ao processo de produção quanto no que se refere às relações sociais de produção, na sinalização ideológica e na prática ideológica especulativa, como veremos mais adiante. Temos que considerar que a contabilidade, pertencendo ao nível específico, afeta e é afetada pelos demais níveis.

O *discurso* (lugar em que são colocados em evidência os (des)conhecimentos) *contábil* (considerando que o objeto da contabilidade é o patrimônio e suas derivas, como exploraremos em seguida) produz a materialização e a reprodução das dessimetrias, dessemelhanças e desigualdades entre os agentes do sistema de produção capitalista? Questões como esta, que nos permitem considerar a especificidade do discurso contábil, são a base de desenvolvimento deste trabalho.

#### 1.3 O discurso contábil

#### 1.3.1 O sujeito capitalista

A fim de compreender a constituição do discurso contábil, vamos apresentar uma narrativa de acontecimentos que permitem pensar um modo como a fundação da contabilidade pode ser significada e também um modo de apresentar gestos de interpretação da constituição/formação do sujeito capitalista.

De acordo com Sá (2008), o homem primitivo que habitava as cavernas qualificava os objetos com a produção de pinturas, desenhos e inscrições que descreviam animais, rebanhos e alimentos. Ele quantificava as coisas com pontos, traços, rabiscos, ou mesmo com pedras, ossos etc. Logo, essa combinação entre o registro qualitativo e o quantitativo representaria fonte de rebanhos, alimentos e caças.

Os pesquisadores, historiadores e escritores da contabilidade apontam essas ações no campo da linguagem como uma forma rudimentar de contabilidade, já que essas manifestações de linguagem metafórica do homem primitivo tinham "por objetivo evidenciar fatos relativos a utilidades materiais ou memorizá-los, tal manifestação inteligente se constitui na primeira forma de expressão do homem" (SÁ, 2008). A localização, a identificação, a quantificação dos rebanhos e da pesca pressupõem que eles necessitavam de alguma forma de registro formal, para não dependerem somente da memória do tipo "lembrança". Por isso, a produção de sinais escritos, como uma forma de inventariar os principais itens de alimentação ou sobrevivência.

Assim, o imaginário simbolizou, metaforizou o contar que, materializado, formulado, poderia ser entendido como uma "técnica" que se desenvolveu para atender necessidades práticas da sociedade, ou seja, as demandas ou as comandas sociais. Por uma correspondência um a um, e, com o uso das mãos, dos dez dedos, o homem forjou a compreensão desses elementos, gestos que ainda fazemos, sem nos darmos conta: contamos os/nos dedos para materializar um gesto simbólico de quantificação, como descreve Georges Ifrah (2010) em *Os números, a história de uma grande invenção*.

A contagem feita com o auxílio de "instrumentos" (pedras, conchas, pauzinhos, terço de contas, bastões entalhados, nós de cordas, ossos etc.) passou a ser realizada por meio de símbolos numéricos, signos, como forma de guardar, diferenciar, assimilar o que era necessário representar, contar (IFRAH, 2010). Para Stewart (2016), os números são invenções humanas, de muita utilidade, pois "representam" aspectos importantes da "natureza", uma vez que, para a evolução da sociedade, a formulação de novas perguntas obriga dar respostas simuladas às (co)(de)mandas com a utilização de novos conceitos matemáticos.

O iluminista francês René Descartes (1637), em sua conclusão de que o homem ao pensar tem consciência de si próprio, formula o enunciado: penso, logo existo. Assim, podemos produzir um jogo parafrástico de que

O homem que pensa, existe
O homem que existe, conta
O homem que conta, sobrevive, ou
O homem pensa, conta, sobrevive, assim existe,
Contar = (sobre)viver.

As paráfrases apontam "o contar" como um gesto de interpretação que incide/deter o sentido de (sobre)viver, de gerir a vida individual e coletiva. Compreendemos "o contar" como um modo de gestão primitiva individual e de gestão das relações sociais. Em seu início, tratava-se de sinalização da mera sobrevivência, deslizando para a contagem de estoque (alimentos, mercadorias, moedas) que revela e opotuniza o acúmulo e a concentração da riqueza. O discurso contábil do contar aponta a contabilidade como um discurso de gestão do homem e da vida.

De certa forma, podemos pensar que a qualificação e a quantificação do que existe em seu meio foi o que permitiu ao homem organizar-se de uma certa maneira, modulando sua forma de sobrevivência. Não parece ser oportuno afirmar datas específicas para essas manifestações do homem primitivo, mas não parece descabido filiar-se à concepção da contabilidade rudimentar, isto é, a "contabilidade é tão remota quanto ao homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta" (IUDÍCIBUS, 2000. p. 44). Isso, por outro lado, permite-nos pensar que uma certa forma-sujeito (PÊCHEUX,1997 [1975]) é condicionada a essa atividade do contar, produzindo efeitos no modo como os sujeitos são produzidos.

A dificuldade da sobrevivência pela coleta, de extrair da natureza os produtos, organizava a sociedade para a produção. A produção gerava/gera fartura e sobras e, ao mesmo tempo, escassez. A necessidade de troca da produção se assenta na sobra e na falta. Por exemplo: "podia ocorrer que um pastor chegasse a ter ovelhas ou outro ter gado em profusão, mas precisasse de trigo e de pão; enquanto um lavrador, ao contrário, tivesse pão suficiente, mas lhe faltasse gado" (ORESME, 2004 [1355], p. 35). As trocas de mercadorias, de riquezas, eram realizadas entre si umas pelas outras. A facilitação da permuta das mercadorias acontece pela invenção da moeda de metais. Os metais, ouro, prata, bronze, cobre, já tinham valor, por isso, pequenas quantidades desses metais poderiam representar grandes quantidades de mercadorias.

Para Nicole Oresme (2004), a moeda funcionava como instrumento que servia para permutar riquezas naturais entre os homens. A quantidade desses metais era identificada na determinação do peso, na impressão de figuras que "atestassem" a todos, de maneira clara, o reconhecimento do valor das moedas. A moeda representava/representa a materialidade simbólica de outras riquezas.

A moeda metaforiza a riqueza, a partir da riqueza que ela mesma contém. Ela era considerada peça monetária que podia ser contada, composta de matéria divisível, fabricada por uma pessoa "pública", um "príncipe", sob a delegação de grande parte da comunidade, para ser

verdadeira e a fim de se evitar fraudes (ORESME, 2004 [1355]). O domínio da propriedade e da moeda pode ser justificado pelo provento divino. A divindade fazia a beleza do mundo e concedia aos príncipes o domínio das coisas, mas principalmente a posteridade e a descendência. Podemos compreender que a divindade e a riqueza se misturam, como se uma explicasse a outra.

Para Oresme (2004 [1355], p. 44), a moeda é instrumento de permuta, pertence de fato "àquele ou àqueles" a quem pertenciam tais e semelhantes riquezas naturais, ou seja, se alguém dá o pão ou o labor de seu próprio corpo por dinheiro, este lhe pertence e pode livremente dispor, "exceto que este alguém não seja livre".

Dessa maneira, retomemos nosso jogo parafrástico, em que o homem, para sobreviver, pensava e contava. Contar é originalmente (sobre)viver. O homem agora se torna produtor, o que ele produz se dá pela falta ou pelo excesso. A falta e o excesso levam o homem a permutar, trocar coisas, mercadorias, produtos, mesmo que nessa permuta a força do seu próprio corpo seja colocada em troca. Assim,

O homem, pensa, conta, sobrevive, logo existe

O homem que existe, produz

O homem que produz e permuta, logo existe.

Contar, permutar é condição de existência, liberdade.

Mas, e quem não for "livre"? Para quem não é livre, dá-se somente o direito de produzir. Contar e permutar para sobreviver. Existir somente se for para estar à *disposição* de alguém. A escravidão está em relação para completar a riqueza de quem acumula.

Frente à quantificação e à qualificação dos bens equacionadas, o homem que conta desliza para o homem econômico. Em razão de que a etapa social seguinte seria a produção e a troca desses bens; aceitar os bens que suprem necessidades e rejeitar aqueles que não são necessários ou suficientemente providos. A troca se torna uma demanda social, grupos organizavam a troca dos excedentes, os excessos de mercadorias, surgindo o capitalismo. Para Harvey (2013, p. 33), "o capitalismo surgiu de excedentes acumulados por grupos localizados de negociantes e comerciantes que pilhavam à vontade o resto do mundo desde o século XVI".

Para Carl Menger (1840-1921), fundador da escola austríaca de economia, no "comércio primitivo, o homem econômico está despertando, mas muito gradualmente, para uma compreensão das vantagens econômicas a serem obtidas pela exploração das oportunidades de trocas existentes"

(MENGER, 1892, p. 15). A gênese do meio da troca está no que encontra acessível e no valor de uso.

Contudo, ao desassociar a quantidade da riqueza material (o peso) do metal da moeda e, mesmo assim, continuar a fazer uso da moeda para permutar e comercializar riquezas naturais, forçou outras formas de moeda, como a fabricação da moeda de metais menos ou não preciosos até virar papel, o papel-moeda. Assim, teríamos a definição do dinheiro como uma riqueza artificial, um papel, símbolo da riqueza, para facilitar a permuta por riquezas naturais ou pelas riquezas produzidas.

O valor de uma mercadoria pode expressar um inumerável número de outras mercadorias, ou seja, o linho pode representar óleo, ferro, ouro etc., como forma extensiva de valor, uma mercadoria em relação social funcionando não só como uma mercadoria singular, mas com todo o mundo das mercadorias, que Marx (2003, p. 85) assim descreve: "como mercadoria, é cidadão do mundo", independentemente do valor de uso que manifesta.

A fórmula mercadoria é equivalente e particular e pode representar a mercadoria de formas variadas, determinadas, concretas e úteis das próprias mercadorias. Todavia, contido nos corpos das mercadorias, está uma das formas mais particulares de efetivação ou manifestação do homem: o trabalho humano. As mercadorias representam, portanto, a força de trabalho empregada pelo homem, que faz do homem uma mercadoria, um objeto de troca, uma medida de valor em dinheiro.

A facilitação da troca de mercadorias se faz pela equivalência da mercadoria de representar a si mesma e todas as outras mercadorias, cuja representação desliza para a moeda, o ouro e o dinheiro, que exprimem o valor representativo ou comparável a determinadas mercadorias; assim a medida universal se torna o dinheiro. Contudo, Marx adverte:

[...] não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação do trabalho humano e, por isso, entre comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores por intermediário da mesma mercadoria específica, transformando esta medida universal de valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho. (MARX, 2003, p. 121)

Carl Menger (1892) apresenta que o dinheiro não é estatal, mas sim uma instituição social, e esclarece que:

[...] por meio do reconhecimento do estado e da regulação estatal, esta instituição social do dinheiro tem sido aperfeiçoada e ajustada às múltiplas e variadas necessidades de um comércio em desenvolvimento, assim como direitos consuetudinários têm sido aperfeiçoados e ajustados pela lei estatutária. (MENGER, 1892, p. 39)

Considerando o "fetichismo da mercadoria" de Marx, a encarnação da riqueza, Zizek coloca o dinheiro no enredo das relações dos indivíduos:

[...] o dinheiro, na realidade é apenas uma incorporação, uma condensação, uma materialização de uma rede de relações sociais — o fato de ele funcionar como equivalente a todas as mercadorias é condicionado por sua posição na trama das relações sociais. [...] aparece como uma propriedade imediata e natural de uma coisa chamada 'dinheiro', como se o dinheiro em si já fosse, em sua realidade material e imediata, a incorporação da riqueza. (ZIZEK, 1996b, p. 316)

Em nosso jogo parafrástico que situa a sobrevivência humana como evidência de que homem que produz permuta — logo existe, com a universalização do dinheiro (papel moeda) permeando as relações sociais, consideramos que o sentido de sobrevivência foi deslocado para as questões da incorporação, acumulação e concentração da riqueza, quer dizer, para as relações sociais no modo capitalista. Nessas condições, capitalista, a sociedade (de)(co)mandava por novas práticas técnicas, cujos fins já estavam determinados: assegurar o capitalismo.

No palco da prática social, estava a riqueza e os mecanismos de produção para acumulação e concentração do capital. Sendo assim, a riqueza produzida pela permuta das riquezas naturais e manufaturas estará sempre em permuta para gerar ganhos e lucros, mas, sobretudo pela permuta d'a mercadoria das "mercadorias" que simboliza todas as riquezas, que é o dinheiro. A sobrevivência do modo capitalista está na prática social discursivizada pelas relações com consumo/troca de mercadoria, e o dinheiro como a medida de valor. Assim, podemos formular a seguinte relação parafrástica:

O homem que produz e permuta, logo existe,

desliza para

O homem que tem dinheiro,

riqueza,

logo existe, ou, sobrevive.

Ou, temos um

homem capitalista, que logo existe e sobrevive, e um outro, homem capitalista, insaciável, que acumula.

Pelas formulações podemos dizer que:

o homem vive (para)

produz(ir) (para)

acumul(a(r)).

(Sobre)viver = acumular.

O sobreviver requer acumular. Para acumular demanda contar, demanda contabilidade, a habilidade de contar. A prática de acumular (de)(co)manda uma técnica do contar.

Buscando uma síntese da definição do capitalismo atual, Boltanski e Chiapello (2009, p. 35) propõem que a "exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos" e a extração de lucros de sucessivas operações não consistem num amontoado de riquezas, objetos desejados por seu valor de uso, ostentação de poder ou coisas assim, o que realmente importa é transformação permanente do capital, é moeda gerando moeda que demanda contabilidade. Nesse sentido, o enriquecimento pelo lucro não tem limites para sua acumulação. A acumulação é socialmente insaciável, enquanto a riqueza para o consumo, para a necessidade, é limitada. E, até mesmo para os bens de luxo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 35), existe a saciedade. Essa insaciável acumulação constitui

[...] o objetivo da grande maioria dos capitalistas emergentes era primeiro, último e sempre acumular os ganhos [...] A jovem aristocracia industrial tinha coisas melhores a fazer com seu dinheiro do que contribuir para caridades improdutivas – ela precisava acumular e Adam Smith aprovava tudo de coração. Quem não acumulava deixava-o desgostoso, assim como quem abusava de seu capital - (HEILBRONER, 1996, p. 63)

Assim, temos o homem capitalista acumulador que, pela liberdade de empreender, por meio da criação e do funcionamento de uma entidade capitalista empresarial, busca a insaciável e contínua realização/acumulação de lucros. Como esse percurso se desdobra na determinação/constituição do sujeito capitalista filiado à memória do neoliberalismo contemporâneo?

## 1.3.2 Ciências Contábeis e suas premissas: a empresa – entidade em movimento

Após a definição do patrimônio como objeto, a contabilidade se estrutura para ser técnica – devendo conter em seu bojo um conjunto de regras mais ou menos complexas para poder ser considerada validada e aceita em sua cientificidade, aplicabilidade e utilidade. Iudícibus (2000), seguindo Hendriksen (1971; 1972), apresenta os postulados contábeis que em sua formulação prescrevem o que a contabilidade "deveria" fazer e "como" deve fazer para operar em relação ao ambiente econômico, político e social, ou seja, esses postulados subjetivam sujeitos já capitalistas.

O Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 (R1), 2011), que apresenta a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, elaborado em correlação às normas internacionais de contabilidade, divulgado no ano de 2008 e atualizado no ano de 2011, verificamos que essas divulgações do pronunciamento estabelecem a alteração do termo "postulados básicos" para contemplar o regime de competência e a continuidade, para o termo "premissa subjacente" para retratar somente a continuidade, e, em ambos pronunciamentos apagam o termo "entidade" como pressuposto contábil. Para nossas análises vamos apresentar uma breve compreensão das palavras entidade e continuidade contábil.

Pela palavra entidade, a contabilidade restringe e singulariza a unidade econômica sobre a qual vai operar, identificando a unidade econômica de "entidade", "entidade contábil". A entidade contábil se caracteriza por ter controle sobre recursos; aceita a responsabilidade por tarefas; conduz a atividade econômica (MOONIST, 1961 apud IUDÍCIBUS, 2000). Assim, essa entidade contábil pode ser pessoa física ou não, ter fins lucrativos ou não, ser a empresa sede, filial, departamento etc., contudo que seja administradora de recursos e contribua para resultados financeiros, econômicos ou sociais.

É importante observar que a contabilidade distingue a figura do sócio da empresa da figura da pessoa, ou melhor, na forma capitalista, a entidade é juridicamente delimitada na pessoa física ou mesmo em grupo de empresas aglomeradas. Podemos considerar essa delimitação como uma "divindade" liberal que protegeria a propriedade.

Um exemplo, simplificado, que entendemos que pode dar forma a essa distinção seria um almoço de família: se ele tiver o significado de comemorar um aniversário de um membro da família, essa despesa deve ser responsabilidade das pessoas físicas e não das pessoas sócias da empresa, mas, se o mesmo almoço de aniversário tiver um significado de reunião dos sócios da

empresa e ali se tratar de alguma forma de negócios, essas despesas podem ser consideradas de responsabilidade da empresa ou das pessoas sob a condição de sócias.

Utilizamos aqui a concepção craryana<sup>16</sup> de um tempo sem tempo, de uma sociedade que vive para consumir, trabalhar, compartilhar, responder, nas 24 horas do dia, nos 7 dias da semana, pensando e agindo ininterrompidamente pelos negócios econômicos, uma vez que o capitalismo se movimenta para se apoderar de todas as esferas da vida, cada vez mais, temos mais negócios e menos família em nossas refeições. Ou mesmo, como pensar a separação entre a empresa individual, indivíduo e sujeito?

O termo continuidade, que era postulado e agora denomina-se como uma premissa subjacente contábil, considerado fundamental para a contabilidade, que tem por princípio que as entidades são negócios, empreendimentos em movimento, em andamento, nos quais os ativos devem ser considerados sob a condição de gerar benefícios futuros, de modo que teríamos uma entidade em continuidade. Queremos expor, aqui, que a continuidade da entidade, seja ela uma empresa individual ou uma sociedade anônima, está em relação ao negócio e não somente em sua forma jurídica de ser, embora entendamos que a formulação conceitual da entidade e da continuidade esteja na racionalidade da entidade jurídica construída como sociedade e não como unipessoal.

Em seu item 4.1, o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 (R1), 2011), apresenta a seguinte definição para a premissa subjacente, continuidade.

As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*going concen assumption*) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração dever ser divulgada. (CPC 00 (R1), 2011, p. 22)

As demonstrações contábeis são elaboradas para retratar o capital - patrimônio e financeiro das entidades, ou seja, das empresas, independente do volume de capital. No caso brasileiro, a

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Referimo-nos a Jonathan Crary e sua obra 24/7 – *Capitalismo tardio e os fins do sono*. (São Paulo: Cosac Naify, 2014).

constituição jurídica de uma pessoa física foi regulamentada em 2008<sup>17</sup> com a denominação de "microempreendedor individual – MEI" e, no ano de 2011<sup>18</sup>, foi regulamentada outra forma jurídica, a "empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI". Temos, assim, um novo modo de empresa, a pessoa física empresa, ou, sob a forma discursiva do "eu sou uma empresa", o "indivíduo empresa" etc. O indivíduo empresa compreendemos ser mais pura e original constituição do sujeito capitalista, filiado à memória do neoliberalismo contemporâneo. O sujeito capitalista neoliberal constitui-se empresário de si mesmo.

Por outro lado, é de certo modo o movimento constante das empresas, o imperativo de inovação, a sua "flexibilidade", sua ascensão sempre contínua que permitem compara-la ao sujeito pós-moderno, sempre em movimento. Observa-se então de que forma a empresa e o sujeito apresentam funcionamentos análogos compartilhando uma mesma origem — o que nos permite retornar às condições materiais de produção de sentidos e sujeito a partir da perspectiva que busca compreender as ciências contábeis como produtoras/formalizadoras de um saber e de uma subjetividade contemporânea.

### 1.3.3 O dinheiro, a mercadoria universal: processo de financeirização.

Quando Deleuze (1992) discorre, nos seus pós-escritos, sobre as sociedades de controle, formas de controlar as pessoas ao ar livre que sucedem às antigas sociedades da disciplina pelo confinamento, embora essas normas disciplinadoras não estejam extintas, ele recorre aos processos da lógica, de uma linguagem numérica, não necessariamente binária, e das modulações empresariais que socializam e controlam o cotidiano das pessoas.

Esse modo e esse processo controlador empresarial funcionam como uma capacitação permanente dos sujeitos realizada pelas "escolas, universidades empresas" ou suas equivalentes. As empresas individuais, as empresas de si mesmo, os sujeitos empreendedores estão, portanto, submetidos à cultura do empreender, e assim, em continuidade, a disciplina, o controle contínuo se consolidam. A escola agora é a empresa. Para Bourdieu (2001, p. 209), a dominação sempre possui uma dimensão simbólica, e a submissão são atos de conhecimento e de reconhecimento

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> A Lei Complementar n. 128/2008 criou a figura do Microempreendedor Individual, em 19 de dezembro de 2008, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> A empresa individual de responsabilidade limitada foi criada pela Lei n. 12.441 de 11 de julho de 2011, assinada pela, então presidenta, Dilma Rousseff.

mobilizados por estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas às coisas, e, em especial, às estruturas sociais.

Um número, uma senha, um código, uma conta, um clique, ou seja, o controle das cifras que transforma os indivíduos em divisíveis e, no conjunto das massas, revela-se uma amostra, dados, mercados ou "bancos". Esse movimento retrata o sistema capitalista e seus modos de controle – a senha da conta, a senha do controle, o controle contínuo pelas flutuações do dinheiro. O dinheiro, como cifra, senha de controle é apresentado como um dos diferenciais entre as sociedades da disciplina e do controle. Deleuze (1992, p. 4) diz:

[...] é o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas em ouro — que servia de medida padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda.

As sociedades de controle não se constituem somente pela evolução isolada da tecnologia, mas, também, por uma complexa e intensa concentração de mercado, sem necessariamente passar pela produção física e material dos produtos. Os meios de produção foram terceirizados aos países não desenvolvidos, o controle se constitui pelo produto serviço<sup>19</sup> (o produto acabado ou pela montagem do produto); por isso, a forma dispersa da produção, porque o que importa é vender os serviços e comprar as ações das empresas; o produto é universal, uma mutação do capitalismo, o que importa é a conquista do mercado (DELEUZE, 1992), e as trocas flutuantes desse mercado são executadas com o dinheiro e suas tecnologias.

Essa questão da relação dinheiro e tecnologia pode ser interpretada como proposta de solução das relações sociais que fogem dos sentidos de controle, pois deslizam para as questões de controles universais como a gestão do sujeito neoliberal, da transparência, da liberdade, da informação, da lógica da decisão econômica e da substituição do emprego pelo empreender. O sujeito neoliberal cumpre metas, propósitos.

Em uma análise da discursividade do "clique" na produção de sentidos e sujeito, em um anúncio publicitário de uma instituição financeira que conclama seus clientes para as soluções digitais, compreendemos que essa discusividade, conforme Chiaretti (2016), "funciona produzindo sentido de imediato, de literalidade, exatidão, precisão, correspondência, enfim, efeitos de sentido que apelam à completude (de sujeito e sentido). [...] mostra os deslocamentos de sentido de

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Os produtos são voláteis, possuem tempo de duração, prazo de validade, quase intangíveis como um serviço.

liberdade e flexibilidade para os de codificação e prescrição". Desse modo, sujeito e sentido se movimentam com autonomia e "livres", como se eles gerenciassem os cliques e não os cliques os gerenciassem. Todavia, a instituição financeira pelos cliques dos clientes faz gestão da mercadoria "dinheiro". As instituições disponibilizam os cliques para realizar o controle dos sujeitos, o controle das relações sociais e econômicas dos sujeitos. Os cliques (controles) simbolizam as trocas econômicas e sociais. Na contabilidade, o controle pelo papel migrou para o e-contábil, e os sistemas estão disponíveis *on-line* na rede de Internet, sendo que é pelo clique que se faz contabilidade, hoje.

Marx definia o dinheiro como uma mercadoria que mede valor das outras mercadorias e que facilita e simboliza as trocas, as flutuações. Para Marx (2003, p.156-157),

[...] é dinheiro a mercadoria que serve para medir o valor e, diretamente ou através de representantes, serve de meio de circulação. Por conseguinte, ouro (prata) é dinheiro. Desempenha o papel de dinheiro diretamente, quando tem que estar presente em sua materialidade metálica, como mercadoria dinheiro, portanto, e não idealmente, como sucede em sua função de medida do valor, nem através da representação de símbolos, como ocorre em função de meio de circulação. Desempenha o papel de dinheiro diretamente ou por meio de representante, quando configura com exclusividade o valor ou a única existência adequada do valor de troca das mercadorias, em oposição à existência delas como valores de uso.

A estrutura capitalista de comprar e vender ações privilegia o curto, o curtíssimo prazo, realiza-se diariamente, de forma contínua e ilimitada pela tecnologia, materializa-se e simboliza-se no dinheiro. Deleuze (1992) segue afirmando que essa estrutura mantém a extrema miséria de três quartos da humanidade, ou seja, um número expressivo para o controle enfrentar na dispersão das fronteiras e na concentração desses indivíduos endividados. Compreendemos que, se por um lado, a estrutura capitalista (comprar e vender ações) produz aumento da pobreza de muitos, por outro lado, na diferença, a riqueza se acumula e se concentra nas mãos de poucos.

Essa acumulação da riqueza, da mercadoria, sob o domínio de poucos, exerce o controle contínuo sobre muitos. Esse controle se realiza no regime da empresa e, segundo Deleuze (1992), faz-se pelo dinheiro; as novas formas de tratar o dinheiro, os produtos e os homens, inclusive nas crises das instituições, são um modo de implantação progressiva de um novo regime de denominação. Karl Marx, em *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, já afirmava que a riqueza das sociedades capitalistas em que rege a produção capitalista configura-se em

"imensa acumulação de mercadorias" (MARX, 2003, p. 57) – temos acumulação e concentração de dinheiro.

Esse modo de controle pela ordem capitalista nas sociedades de controle realiza-se pela cifra, uma senha da "informação" do dinheiro, e o indivíduo que não tem a senha está rejeitado. A quantificação aparentemente numérica e indispensável, como se fosse natural, está no dinheiro como medida, cifra. O dinheiro se torna uma mercadoria que mede particularmente todas as outras mercadorias e se transforma na senha de controle social que se define e se materializa na relação social, da inclusão ou exclusão dos sujeitos. Na sociedade capitalista, o dinheiro faz a relação de troca simbolizar-se pelas coisas, pela expressão de valor e de propriedade. Nesse sentido, Zizek (1996b, p. 308) escreve:

[...] o valor de uma certa mercadoria, que de fato é a insígnia de uma rede de relações sociais entre produtores de diversas mercadorias, assume a forma de uma propriedade quase 'natural' de outra coisa-mercadoria, o dinheiro: dizemos que o valor de uma certa mercadoria é tal qual o volume de dinheiro.

O dinheiro, que é aparentemente mutante, o dinheiro da conta, não é do homem confinado. A conta é do homem endividado, do homem sem dinheiro, do homem que só tem conta. Nas palavras de Deleuze (1992): "o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado".

O homem não tem dinheiro na conta, todavia, tem dívida na conta. Mas, nessa sociedade de mercado, de riquezas acumuladas e endividados, pelos meios de comunicação, estrutura-se e antecipa-se a nossa percepção de realidade, o que a torna indiscernível por sua maquiagem (ZIZEK, 1996a). Estamos vivendo uma relação social de pessoas mediatizadas por imagens, como na "sociedade do espetáculo" ou "espetaculista" de Guy Debord:

[...] o espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada mais se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente. Até mesmo nos lugares menos industrializados, o seu reino já se faz presente com algumas mercadorias-vedetas, com a dominação imperialista comandando o desenvolvimento da produtividade. Nestas zonas avançadas, o espaço social é invadido por uma sobreposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. Neste ponto da 'segunda revolução industrial' o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. É todo o trabalho vendido de uma sociedade, que se torna globalmente mercadoria total, cujo o ciclo deve prosseguir. Para o fazer, é preciso que esta mercadoria tal regresse fragmentariamente ao indivíduo fragmentário, absolutamente separado das forças

produtivas e operando como um conjunto. Assim, portanto, a ciência especializada da dominação se especializa: fragmentando tudo, em sociologia, psicotécnica, cibernética, semiologia etc., velando pela auto-regulação de todos os níveis do processo. (DEBORD, 2003, p. 32-33)

O dinheiro é essa mercadoria que, com seus significados, espetaculariza-se nas relações sociais de troca, que em si não têm "valor", não fosse pela prática, pelo seu "uso" configurado num conjunto de propriedades e pela consciência dos indivíduos que determinam um "valor de uso" da mercadoria, pela forma, cor, sabor ou alguma coisa "sobrenatural". Zizek, diz, ainda, em relação à materialidade do dinheiro:

[...] sabemos perfeitamente que o dinheiro, como todos os outros objetos materiais, sofre os efeitos do uso, que seu corpo material se modifica ao longo do tempo; mas, mesmo assim, na efetividade social do mercado, tratamos as moedas como se elas consistissem numa substância imutável. (1996b, p. 303)

Citando Sohn-Rethel (1978), Zizek (1996b, p. 303) considera o dinheiro uma substância antagônica na natureza, pois nem mesmo o tempo exerce poder sobre o dinheiro, no que diz respeito ao seu caráter material, à sua indestrutibilidade e imutação, visto tratar-se de um corpo dentro do outro, isento do desgaste e do uso, sempre com lastro simbólico, garantido por uma instituição, como Sohn-Rethel descreve:

[...] uma moeda traz estampada no seu corpo a injunção de que deve servir como meio de troca, e não como objeto de uso. Seu peso e pureza metálica são garantidos pela autoridade emitente, de modo que, quando ela perde peso pelo seu desgaste de circulação, assegura-se sua reposição plena. Sua matéria física tornouse, visivelmente, mera portadora de sua função social (SOHN-RETHEL 1978 apud ZIZEK, 1996b, p. 304).

O ato social da troca de mercadorias existe como se fosse mera prática dos indivíduos, do eu, de si, como se fosse negar o conhecimento da conjuntura da realidade. Zizek, compreendendo Sohn-Rethel, afirma que

[...] a efetividade social do processo de troca é um tipo de realidade que só é possível sob a condição de que os indivíduos que dela participam *não* estejam cientes de sua lógica própria; ou seja, é um tipo de realidade *cuja própria consistência ontológica implica um certo não-conhecimento de seus participantes* – se viéssemos a 'saber de mais', a desvendar o verdadeiro funcionamento da realidade social, essa realidade se dissolveria. (ZIZEK, 1996b, p. 305; grifos do autor)

Essa representação ilusória da realidade do indivíduo, ou melhor, de uma realidade concebida, é o funcionamento ideológico que Zizek (199b, p. 306) formula da seguinte forma: os indivíduos "não sabem o que fazem", o que segundo a AD de Pêcheux, compreendemos da seguinte maneira: que os indivíduos já sujeitos pela interpelação da ideologia, na ilusão de serem a origem do que falam, permanecem não sabendo o que fazem nem o que dizem em termos de produção de efeitos possíveis.

Na constatação de que nem tudo é dinheiro, ou riqueza, devemos identificar as relações sociais, as relações entre sujeitos; conforme a "reificação" de Marx, as ações deixam de ser humanas, para serem relações com as coisas. Segundo Zizek (1996b), temos um erro presente nessa ilusão, pois já está em caminho e funcionando uma distorção implícita entre a realidade social e o dinheiro, no nível daquilo que os indivíduos fazem quando usam o dinheiro. Para os indivíduos, o dinheiro é uma materialidade, uma expressão de relações sociais. O fetichismo está na prática e não na teoria, como no ato de troca da mercadoria, como o exemplo da troca do trabalho do indivíduo pela mercadoria dinheiro, como uma forma "livre" de relações de pessoas e contratuais, em que todos são ditos como "iguais" na cegueira da lei e da justiça.

Para Zizek (1996b), o indivíduo está sendo guiado pela ilusão fetichista, que se materializa e se concretiza na expressão do valor do dinheiro, que o submete à própria realidade social. Da sua atividade social, sabe o que está acontecendo com seu trabalho, mas age como se não soubesse da mais-valia, como uma fantasia ideológica. No trabalho humano, que é uma forma particular de exploração, tem-se a ideia mascarada de liberdade, pelo fetiche de transformar o trabalho em outras formas de mercadorias, o indivíduo e suas relações com as coisas.

Bourdieu (2001), em *Pós-escrito 2: a verdade dupla do trabalho*, apresenta o jogo das estratégias patrimoniais do capital que assegura o valor à liberdade de trabalho ao trabalhador, pela moderna administração que possibilita ao trabalhador organizar seu trabalho, por meio de uma "administração participativa", ou seja, assegura-se ao trabalhador dominar seu próprio trabalho, o que pode ser interpretado como uma conquista. De outro lado, temos a máxima de suprimir os trabalhos pelo contínuo ajuste de mercado, seja comercial ou financeiro, que coloca despida essa estrutura.

A lógica do trabalho pela coerção social, em que o trabalhador vive de modo a só esperar receber o salário devido ao seu trabalho, faz "o investimento no trabalho, logo o desconhecimento da verdade objetiva do trabalho como exploração, que leva a encontrar no trabalho um ganho

intrínseco, irredutível ao mero rendimento em dinheiro, faz parte das condições reais da consecução do trabalho e da exploração" (BOURDIEU, 2001, p. 247).

A transformação de tudo em dinheiro pela mensuração contábil, compreendemos, faz da discursividade contábil um lugar que tenta produzir aparentemente homogeneização de sentidos, por uma metalinguagem, produzindo efeitos de sentidos que indiciam a filiação do sujeito à memória da utilidade prática das relações sociais baseadas nas trocas, ou melhor, nas bases de compra/venda.

A prática social da discursividade contábil se constitui pela funcionalidade e racionalidade do capitalismo, do sujeito do direito, do "meu" e do "seu", do direito e do dever, do crédito e do débito, da compra/venda, agora reinventado como (neo)liberalismo, cujas evoluções estão intrinsecamente ligadas aos movimentos do sistema capitalista ocidental. Trata-se de uma empresa como regime para as relações sociais.

A contabilidade parece querer sempre negar que o sentido de uma palavra pode ser outro, como se a contabilidade, por sua metalinguagem, fosse transparente, empenhada a negar a opacidade de uma expressão, enunciado, que o sujeito em outra posição, ou mesmo na posição contador, empresário, aluno, juiz, paciente etc., produz sentidos que podem ser deslocados da estabilização da norma, sentidos que podem ser outros, conforme o movimento do discurso no simbólico e na história.

A linguagem dos negócios é uma das linguagens mais dominantes para o funcionamento da discursividade do capitalismo e do (neo)liberalismo atual. Podemos entender que as máximas da contabilidade e as formas capitalistas de relações sociais se conjugam, não se desassociam, produzindo sujeito e sentidos.

Os profissionais da contabilidade conjecturam pela linguagem da contabilidade que "comunica" de maneira sombria o enriquecimento e o acúmulo de riqueza de uma minoria social. Sem se dar conta de que os sujeitos contadores produzem efeitos de sentidos pela linguagem contábil, dos significantes de capital e trabalho, do dinheiro, do patrimônio, de ser empresário, de ser transparente assegurando a assimetria distributiva da Mais-valia.

O fetichismo está na prática e não na teoria, portanto, podemos interpretar que, pela contabilidade, na prática em registrar o ato de compra/venda da mercadoria, do dinheiro, do patrimônio, está registrando-se, realizando o fetiche dos indivíduos, inclusive o fetiche da troca do

trabalho do indivíduo pela mercadoria dinheiro, pela língua do custo beneficio do capitalista, e apagando o significante do sacrificio e o beneficio do trabalhador.

#### Considerações Parciais

Pelo exercício analítico exposto neste capítulo, pela recapitulação da teoria da análise de discurso de Pêcheux, em seus dois textos iniciais que tratam da prática técnica e política, com a prática ideológica sem ruptura entre elas, ou seja, uma mistura de práticas que por metáfora/metonímia, deslizes e deslocamentos relacionamos ao discurso contábil e que nos permitem compreender a produção de efeito de sentido possível, do sujeito e da sociedade.

A contabilidade pela prática técnica (instrumento de produção de informação contábil) e pela prática política (reprodução social das informações contábeis) estão continuidade com a prática ideologia, e todas representam um conjunto complexo de práticas que são aplicadas nos modos de produção, nas forças produtivas e entre as relações de produção de uma sociedade dada capitalista. A interrupção pela ruptura epistemológica entre a prática teórica e a prática política das ciências contábeis (sociais) é justificada pelo horror existente pelas ciências sociais ao vazio, principalmente pela "potência [...] em matéria de publicidade?" (HERBERT, 2016 [1966], p. 28).

A contabilidade articula-se pelo discurso do capital, produzindo efeitos de sentido para sujeitos e sociedade. O movimento do discurso do capital encontra um efeito de normatização nas ciências contábeis (teorias), pela materialização do simbólico e significante que funciona como "se" fosse uma metalinguagem, por sua organização e rede de paradigmas.

Como instituição social, a contabilidade opera como um aparelho ideológico de Estado do capitalismo, de modo que, às vezes, funciona de maneira repressiva, não aceitando nada fora do "meu", "teu", "dele", "nosso" etc.

Para serem mais objetivas com seu objeto de estudo, as ciências contábeis limitam-se em focar na especificidade da entidade, da empresa, da organização, reduzem-se ao patrimônio do projeto, do indivíduo, e, assim, produzem ao sujeito o sentido do lugar que ele ocupa, pela sua condição de existência.

A contabilidade, como discurso determinado, imaginariamente, pelas condições reais de existência do sujeito, percorre dois espaços de significações, o espaço da manipulação de

significações estabilizadas, dos seus técnicos e cientistas, e o outro espaço, dos sentidos das significações em fuga do espaço normatizado, o espaço social, da língua, da fala, da produção de efeito de sentido, da transformação do sentido, para Pêcheux (2006), "um trabalho do sentido sobre o sentido".

As ciências contábeis se dão como efeito (produto) de um processo discursivo que produz articulação coesa entre técnica/ciência e a ideologia, do qual deriva uma prática política articuladora do empírico e do ideológico, que sustenta a organização, o capitalismo, a financeirização, a dominância discursiva neoliberal, como determinação de relação entre sujeitos e entre o sujeito e sua realidade de existência.

A primeira evidência que se constitui pelo discurso contábil é forjar o sentido e o sujeito capitalista, o sujeito que conta, produz, acumula, troca, e (sobre)vive. A contabilidade mensura tudo pela mercadoria universal, sendo que a moeda, o dinheiro e suas significações são evidenciadas discursivamente em: cifras, tabelas, gráficos, a evidência dos relatórios etc., todos profundamente opacos.

# Capítulo 2

### A discursividade do enunciado contábil: a evidência do custo/benefício

O neoliberalismo totalitário não é ao mesmo tempo a sociobilogia tratando a humanidade como um conjunto de coletividades animais em conflitos e a lógica doce do 'menor mestre'? (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 204)

A presente seção da tese tem como objetivo analisar o funcionamento discursivo e os efeitos de sentido do enunciado contábil "custo/benefício" presente no cotidiano dos indivíduos interpelados ideologicamente em sujeitos "empreendedores", "empresários", "estudantes", "pacientes" e "juízes", "livres" e "empoderados" para decidirem suas ações, contudo, submissos às regras dos aparelhos ideológicos de Estado e seus instrumentos de coerção de um sistema de controle e disciplinarização. O *corpus* selecionado compreendemos que representa discursos produzidos por uma sociedade capitalista neoliberal.

Podemos considerar que o neoliberalismo se apresenta como uma racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016) de prática social que individua o sujeito por meio do modelo empresarial, ou seja, a prática empresarial de tomada de decisão é também aplicada pelos sujeitos na subjetividade de suas decisões cotidianas, resultando daí um indivíduo que se apresenta como uma empresa de si mesmo. Assim, esse sujeito passa a ser significado, a partir desse momento histórico, cujo marco podemos localizar no início dos anos de 1980, como um sujeito-empresa, cliente ou paciente, consumidor, individuado pelos aparelhos ideológicos do Estado. Para Orlandi (2012b, p.10),

[...] o momento em que o sujeito diz o que diz. Em que se assume autor. Representa-se na origem do que diz com suas responsabilidades, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação. Pois, não esqueçamos, que o sujeito é determinado pela exterioridade mas, na forma-sujeito histórica que é a do capitalismo, ele se constitui por essa ambiguidade de, ao mesmo tempo, determinar o que diz. A formulação é o lugar em que esta contradição se realiza. Ela é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer.

Os deslizes e derivas dessa análise discursiva são norteados na Análise de Discurso de Pêcheux, que preceitua que o sujeito é interpelado pela ideologia e é constituído sócio e

historicamente. Os enunciados num jogo discursivo pautado nas novas exigências impostas pela globalização, veiculados pela mídia, pelas instituições e pelos aparelhos ideológicos irrompem no movimento do acontecimento discursivo. O dizer dos enunciados contábeis, pelo seu modo supostamente pragmático e de cunho técnico/científico, funcionam discursivamente nas relações sociais como "no ponto de um encontro de uma atualidade e uma memória [...] necessárias a uma regulagem, um 'tuning' mínimo entre o que eu gostaria de dizer e o que será entendido?" (PÊCHEUX, 2006, p. 17).

#### 2.1 O sujeito racional da sociedade neoliberal

Os enunciados contábeis se conjugam com toda vida cotidiana de uma sociedade mediada por imagens: da lógica, da permuta, da troca, do intercâmbio mercantil. Sejam como notícias, publicidade ou relatórios técnico informativos, o funcionamento desses enunciados relacionados ao campo das Ciências Contábeis se aproxima daquilo descrito por Debord como "espetáculo".

Na obra intitulada *A sociedade do espetáculo*, publicada em 1967, Guy Debord (2003) já revelava a importância da imagem na representação social, de maneira que essa imagem social do indivíduo é afetada pelo consumo de mercadoria. Destarte, entendemos a mercadoria não como a mercadoria em si, como um objeto/serviço de consumo, mas uma mercadoria que se transforma em um comportamento para exibição individual e coletiva ou também como um individualismo de massa<sup>20</sup>, segundo Rancière (2014, p. 35).

O efeito dessa exibição que o indivíduo faz de si e da mercadoria funciona como uma conjugação entre a mercadoria e o indivíduo, formando um novo simulacro "livre", ou seja, a exibição da liberdade do indivíduo expondo o que ele "é" e "tem" se apresenta como um comportamento social do individual narcisista da/na sociedade capitalista. Debord (2003), em sua tese, apresenta que as sociedades geridas em condições capitalistas de produção de bens e serviços se expressam e evaporam em uma série de espetáculos e representações: "toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Compreendemos o individualismo de massa relacionado à sociedade de consumo, ao reino do consumidor narcisista por suas escolhas e seus prazeres. O indivíduo consumidor é centro da democracia, ele é livre democraticamente para consumir. O indivíduo adaptado ao livre mercado é indiferente para as questões do bem público. A massa dos indivíduos é reconhecida pelo individualismo. (RANCIÈRE, 2014)

acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação" (DEBORD, 2003, p. 13).

Na descrição de espetáculo, como se forma, suas funções e ímpeto, ou, como se dissolve na sociedade, Debord (2003) o direciona para um terreno metodológico, em que o espetáculo se expressa em uma linguagem do espetacular que "não significa outra coisa senão o *sentido* da prática total da formação econômico-social, o seu *emprego do tempo*" (DEBORD, 2003, p.17, grifos do autor). O espetáculo funciona pelas condições econômicas do indivíduo e de suas simulações com o real de existência. As condições modernas de produção, isto é, o agir da economia, estão fundadas no sistema capitalista e na ideologia liberal, da liberdade econômica e de suas mutações, que, na contemporaneidade, apresenta-se pelo espetáculo do neoliberalismo: uma economia com absoluta liberdade de mercado, com mínima ou nenhuma participação do Estado, em que até mesmo o sujeito doente que necessita de remédios participa do espetáculo.

Entendemos existir uma relação constitutiva entre a discursividade da contabilidade e a discursividade do capitalismo/neoliberalismo. Compreendemos tal ligação como dando-se de forma direta em razão da contabilidade se apresentar como a "linguagem dos negócios". Os negócios considerados de esfera privada e mesmo os considerados de esfera pública são interdependentes (mesmo sob a contradição liberal, de que o Estado não deve participar da esfera dos negócios). A contabilidade possui a fórmula para mensurar os negócios, portanto, ela possui a fórmula para mesurar o capitalismo.

Assim, a contabilidade como linguagem diz respeito a "relações de sujeitos e sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados" (ORLANDI, 2015, p.20), afetados pela língua e pela história A contabilidade como prática política e social e por meio de seus significados, objetos semânticos contábeis, remete-nos a amplos contextos.

Compreendemos, desse modo, que é a contabilidade que melhor representa as questões da microeconomia pela discursividade da mensuração do patrimônio, do dinheiro, da riqueza, produzindo enunciados que podem focar "o funcionamento da linguagem como espaço simbólico para a produção dos efeitos de evidências que constituem 'a realidade' do sujeito" (ZOPPI-FONTANA, 1998, p. 39). E podemos dizer também que esses enunciados constituem "a imaginação do sujeito", ou seja, o modo como ele se imagina na relação com a estrutura econômica social. A linguagem contábil como um modo de dizer o que é "meu" e/ou "seu" individualiza o

sujeito pelas suas condições econômicas "imaginárias". Dessa forma, produz as condições de produção do discurso do sujeito jurídico capitalista.

A dicotomia realidade/imaginação da própria situação socioeconômica também subjetiva o indivíduo: o "imaginário é entendido no sentido de fabulação, falsidade, engano, ilusão, sonho. [...] conceito de pobreza" (ZOPPI-FONTANA, 1998, p. 42), ou mesmo, o conceito, ou entendimento da classificação socioeconômica da sociedade (classe A, B, C, D) que produz a realidade pela ilusão, que, podemos dizer, para o sujeito, é entendida como um efeito do imaginário. Zoppi-Fontana (1998, p. 50) entende a realidade como "o conjunto de evidências que aparecem para o sujeito como necessárias, como imagem fiel do mundo. Essas evidências são produzidas pelo funcionamento da memória discursiva que fornece ao sujeito os elementos do seu dizer". Assim, podemos considerar, que é pelo discurso que a realidade/imaginação da situação socioeconômica é produzida pelo sujeito.

A linguagem da contabilidade como prática de relação social individualiza o sujeito pela sua relação social econômica, não somente o sujeito por sua posição de empregador/empregado em uma empresa, mas também, por extensão, pela discursividade do cotidiano das relações dos sujeitos nas diferentes posições que ocupa: posição pai/filho, aluno/professor, médico/paciente, pastor/fiel, juiz/réu, credor/devedor etc., que, por um discurso com deslocamentos, produz efeitos de sentidos de competição, de resultados, desempenho etc., sentidos esses próprios da sociedade neoliberal contemporânea.

A materialidade que propomos para compreender a constituição de sentidos dessa discursividade dos negócios nos filia à concepção de sujeito/ideologia dada por Thomas Herbert e Althusser, ou seja, do sujeito sempre já constituído como sujeito pela ideologia. Segundo Althusser (1996), a reprodução das condições de produção se dá pela reprodução dos meios de reprodução; ou pela reprodução da força de trabalho, não requerendo somente as máquinas, tecnologias, qualificação etc., mas, também, requerendo o sujeito submisso. Ainda segundo Althusser (1996, p. 108), requer-se do sujeito

[...] uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também esses assegurem com 'palavras' a dominação da classe dominante.

De acordo com esse autor, "a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos" (ALTHUSSER, 1996, p. 131), ou seja, a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, e, pelas formas materiais de existência, podemos dizer que a ideologia burguesa e a ideologia jurídica constituem um sujeito pelo modo capitalista e por instrumentos discursivos que dissimulam seu dizer e seu fazer, como se fosse da ordem da vontade individual ou da liberdade de escolha do "sujeito livre". As formas da individualidade subjetiva dos sujeitos se incorporam na relação social como discursividade social: o indivíduo empresa de si mesmo, falante e produtor de efeitos de sentido.

A formulação de princípios e regras para a aplicação das partidas dobradas contábeis do Frei Luca Pacioli (tratadas na seção referente ao discurso contábil) aprimoraram as técnicas contábeis de controle, e esse mesmo regramento deslocou-se para as questões de gestão não somente dos negócios estruturalmente concebidos (empresa, entidade, patrimônio individual), mas, também, para a gestão das relações sociais dos sujeitos, individuando o indivíduo em sujeito econômico, assujeitando ao regramento e a gestão do modo empresarial.

No novo sistema de produção, a partir da revolução inglesa, com o maior uso de tecnologia (energia, máquinas, ferramentas), os trabalhadores, apartados do controle do processo produtivo, foram incluídos ao processo produtivo como insumo de produção. Nesse processo da transformação da produção de manufatura artesanal em industrial, do trabalho como insumo de produção, a contabilidade gerencial se preocupa em mensurar o "custo de transformação" ou o "custo de Mão de Obra". E, assim, marca-se o início da produção em massa para atender às necessidades das massas (consumidores) e da contabilidade gerencial com suas premissas e máximas de gestão para obtenção de resultado e desempenho máximo.

A contabilidade está intimamente ligada ao capitalismo. Se no seu início, pelo tratado das partidas dobradas contábeis, o importante era registrar e dizer de quem era o patrimônio, a mercadoria, ou seja, identificar e proteger o "sujeito rentista", na contemporaneidade, o patrimônio/mercadoria, a propriedade, os bens, os lucros estão concentrados também em rentistas, sejam estas pessoas, empresas ou países. O que se dissimulou de certa forma foi o movimento da empregabilidade do indivíduo, sujeito empregado (sujeito da obediência, da sociedade disciplinar), ou melhor, da habilidade do indivíduo em apresenta-se como ser empregável para a habilidade de o sujeito exercer a função de empresário (sujeito do desempenho).

Para Chiaretti (2012, p. 69), "as relações de trabalho e o próprio modelo de trabalhador mudam conforme as transformações nas condições de produção e reprodução das forças produtivas". O sentido de sujeito do trabalho, empregado, desloca-se para o sentido do sujeito empresário, contudo, não escapando de "se encontrar por meio de um trabalho, ou seja, o sujeito é o próprio produto do trabalho, ao mesmo tempo em que é o próprio agente" do trabalho (CHIARETTI, 2012, p. 74).

Dessa forma, é possível interpretar esse funcionamento do discurso capitalista apontado pelo deslocamento do sentido de emprego/trabalho para empresa. Assim, podemos formular as paráfrases:

Sujeito com habilidade para trabalhar  $\leftrightarrow$  Sujeito da empregabilidade.

 $\downarrow$ 

Sujeito com habilidade para empresariar  $\leftrightarrow$  Sujeito da empresariabilidade<sup>21</sup>.

O sujeito trabalhador, agora deslocado para sujeito empresário, é aquele que encarna a memória do empreendedorismo, nas condições econômicas do neoliberalismo, que se submete às regras da empresariabilidade. A empresariabilidade é um neologismo aqui criado pela palavra "empresa" acrescida do sufixo que pode lhe conferir um caráter abstrato, e que para o qual podemos associar o sentido de "habilidade", ou conjunto de habilidades que o sujeito deve ter para ser empresário, para "empresariar". Ou melhor, na concepção neoliberal, a empresariabilidade pode fazer do indivíduo um empresário de si mesmo e, simultaneamente, explorador/explorado por meio de seu próprio desempenho.

Podemos filiar a empresariabilidade como uma passagem do termo "empresa" em um espaço colíngue<sup>22</sup>, como nas concepções de Raus (2012) quando analisa o termo "paridade" na língua francesa. Raus (2017)<sup>23</sup> apresentou pesquisa sobre os "Efeitos das práticas colíngues e codiscursivas sobre a instituição do sentido e dos sujeitos políticos no Parlamento europeu",

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Compreendemos que uma das "facetas" do neoliberalismo é o uso da linguagem, a introdução de novos termos ou vocabulário pela união/junção de palavras, como modo de apagamento ou silenciamento de outros sentidos. Assim, nessas condições de produção, dado o contexto, apresentamos o termo "empresariabilidade".

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Para Raus (2017), seguindo Balibar (1993) e Sonia Branca-Rosoff e Jaques Guilhaumou (1988), o espaço colíngue se caracteriza da seguinte forma: "a circulação e a passagem do termo 'paridade' ao interior de diferentes discursos produz reclassificações importantes do termo e, consequentes, variações dos traços semânticos [...]".

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Conferência da professora Dra. Rachele Raus<sup>23</sup> (Universidade de Turim-Itália), realizada em 05 de outubro de 2017 no ENELIN 2017, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás).

abordando questões das práticas da língua e da proliferação terminológica característica de nossa sociedade do conhecimento multilíngue. Assim, o termo empresarialibilidade pode consistir na adequação do sujeito que "objetive", "deve" tornar-se "empresário", no fato de que todos devem ser portadores de alguma habilidade de ser empresário ou devem se condicionar para a possibilidade que lhe permita tornar-se empresários.

Na contabilidade, as partidas dobradas contábeis aperfeiçoaram a mensuração do custo da transformação do processo produtivo, para mais detalhamento, mensurando o desempenho individual do sujeito produtivo. Entretanto, no deslocamento do sujeito empregado para o sujeito empresário, a mensuração do trabalho desliza para a mensuração da decisão relativa ao custobenefício de suas ações.

A contabilidade de gestão na sua homogeneidade de aplicação, seja para a empresa ou para o indivíduo, com seus pressupostos, em especial o da minimização do custo e maximização do lucro, apresenta-se como uma racionalidade ou uma prática social que individua o sujeito a partir do modelo empresarial ("empresa de si", gestor de si), como formulada na compreensão de Dardot e Laval (2016), segundo o qual neoliberalismo atua como uma racionalidade.

Independentemente de ser rentista, todo sujeito tem por função ser livre e empresário, como se toda a ação humana se alicerçasse na economia, nos moldes dos conceitos liberais apresentados por Frédéric Bastiat (2010) e Ludwig von Mises (2009, 2010). O sujeito empresário é um "sujeito" do desempenho totalmente dominado pelo verbo modal *poder*, como aborda Byung-Chul Han (2017c), em suas formulações sobre a sociedade do desempenho.

### 2.2 Economia de mercado: o sujeito empresário

Para Bastiat (2010, p. 11), "a vida é um dom de Deus". E, além da vida, Deus proveu o homem com um conjunto de faculdades, por isso, o incumbiu de sua preservação, desenvolvimento e aperfeiçoamento. Deus, ainda, disponibilizou uma série de recursos naturais, mas, segundo Bastiat, existem outras divindades, relacionadas à produção. Em síntese, ele diz: "eis o homem" - individualidade, liberdade e propriedade. Essa trilogia, para Frédéric Bastiat, é uma divindade que existe antes de qualquer regulação social, ou qualquer regulação deve simplesmente proteger a trilogia da vida. As questões de produção devem ser resolvidas antes das questões políticas, pois a propriedade existe antes das legislações. Bastiat, sobre a divindade e a Lei, diz:

[...] e, apesar da sagacidade dos líderes políticos, estes três dons de Deus precedem toda e qualquer legislação humana, e são superiores a ela. A vida, a liberdade e a propriedade não existem pelo simples fato de os homens terem feito leis. Ao contrário, foi feito fato de a vida, a liberdade e a propriedade existirem antes que os homens foram levados a fazerem as leis. (BASTIAT, 2010, p. 11)

Os conceitos de Frédéric Bastiat (1801 a 1850) influenciaram o pensamento "liberal" no século XX. Política e intelectualmente, esse pensamento alicerçou o método capitalista de produção pela concepção de livre empresa e economia de mercado, pela liberdade de todos os indivíduos em empreender e na preservação da propriedade privada. Dessa forma, "empreender" desliza para o sentido de ter "propriedade". O sujeito deve se comportar como empresário ou como capitalista, mesmo que sem ter/preservar/multiplicar propriedade (dada ou negada pela divindade)? Na individualidade e na liberdade, a propriedade empresarial ajusta-se às condições divinas de mercado. A liberdade de um povo, para Bastiat (2010, p. 48), significa concorrência, a concorrência econômica. Para o autor, a liberdade do indivíduo encontra-se associada à economia de mercado e da competição.

As regras que regulam o mercado do sujeito empresário e livre ancoram-se no modelo de gestão empresarial, ou vice-versa, e se impõem pela cultura de competição e resultados com a minimização de custos e maximização dos benefícios. Essa prática de tomada de decisão empresarial se torna a forma geral da sociedade, como um conjunto de lógica que determina as aspirações e condutas dos sujeitos, como Dardot e Laval (2016) admitem: "os modos de controle e influência que devem ser exercidos sobre eles em seus comportamentos e redefinir as missões e formas da ação pública". Desse modo, da empresa ao Estado, passando pelo sujeito, na racionalidade neoliberal, o indivíduo deve estar sempre "livre" e em competição na busca de um lugar de "realização".

Nesse contexto contábil, podemos reconhecer uma regra que alcança grande destaque e cujas origens nos interessam aqui: o custo-benefício. Para compreender de que modo a lógica do custo-benefício se (re)produz, historicamente, podemos citar os escritos de Ludwig von Mises (1881-1973), economista, influenciado por Adam Smith (1723-1790), que teorizou o liberalismo econômico e foi defensor extremo da liberdade individual.

Para Mises (2010 [1949]), o lugar da realização de objetivos é na ação do indivíduo, que deve ter em seus propósitos a meta de atingir seus objetivos/fins. Podemos considerar que o sujeito empresário se submete à lei praxeológica de Mises (2010). A praxeologia é a ação humana, mas

com o entendimento de que toda ação humana é econômica, como um comportamento propositado, assim caracterizada por Mises: "ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida".

O agir humano por impulso também é uma ação, mas o que o difere de um agir racional é que uma ação racional possui seu modo de avaliação, pois o agir por desejo<sup>24</sup> não considera a avaliação do seu custo e do seu benefício. A ação humana pelo modo empresarial não contempla a paixão, a sensibilidade, pois o "homem é um ser capaz de subjugar seus instintos, emoções e impulsos: que pode racionalizar seu comportamento" (MISES, 2010 [1949], p. 41). Nesse contexto teórico de (ir)racionalidade econômica, como um processo subjetivo, temos que

[...] o mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói o próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*. (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 140)

O custo/benefício é uma ação humana, que, na definição de Misses, são meios utilizados pelo sujeito para a consecução do fim pretendido, ou seja, "por mais insondáveis que sejam as profundezas de onde emerge um impulso ou instinto, os meios que o homem escolhe para satisfazêlo são determinados por uma consideração racional de custos e benefícios" (MISES, 2010, p. 40). Essa máxima política liberal dos "custos dispendidos frente aos benefícios alcançados", na contabilidade, desliza para uma orientação prática, aplicando técnica/ciência, como propomos apresentar na sequência, como regra contábil de determinação do processo de subjetivação fundadora/sustentadora da racionalidade econômica.

#### 2.3 A discursividade do custo/benefício

Um discurso é sempre produzido a partir de condições de produção específicas e, por isso, ele deve sempre ser remetido às relações de sentidos nas condições em que é produzido. Ele se conjuga sempre sobre um discurso prévio (uma matéria-prima), que Pêcheux apresenta como um processo que não tem início nem fim (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> O capitalismo contemporâneo é mestre em agir pela coação, impulsionando o sujeito a consumir coisas, acelerar o consumação, a acumulação do supérfluo, (retro)alimentando o capitalismo.

O contador ou o sujeito pelas suas relações econômicas e sociais é um porta-voz dos "objetos contábeis", ou dos processos discursivos que forjam e sustentam as Ciências Contábeis. Numa relação interna de forças, a posição do contador ocupa um lugar, a partir das condições dadas, produzindo discursos, ou seja, produz um conjunto de discursos possíveis a partir do estado definido pelo interdiscurso ao qual se referem as Ciências Contábeis. Entendemos as regras contábeis como interdiscurso que funcionam na constituição de discursos, não se tratando de transmissão de informação, mas sim de discursos produzindo efeito de sentido entre locutores, como concebido por Pêcheux (1997).

O fundamental da contabilidade financeira é elaborar informações para os acionistas sobre o desempenho das organizações produzido pelas administrações, ou seja, pelos gestores dos negócios. Essas informações financeiras contábeis podem ser questionadas em seus fins gerenciais sobre decisões futurísticas. Assim, Maher (2001, p. 44) entende que "estimativas de custos futuros são mais valiosas para tomada de decisão do que custos históricos e custos correntes". Michael Maher (2001, p. 46) apresenta as organizações como uma cadeia de atividades que são executadas, sendo estas atividades adicionadoras ou não de valores aos produtos e serviços produzidos. As atividades que não adicionam, ou não aumentam o valor do produto ou dos serviços, devem ser submetidas à identificação, redução ou eliminação, pois somente consomem custos. Para realização de mudanças estratégicas, os métodos e processos são submetidos a relação entre os custos consumidos e os benefícios gerados na cadeia de valor do negócio empresarial.

A contabilidade internaliza que para a elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro "útil" seja restrito ao custo/benefício de sua geração da informação. O pronunciamento contábil (CPC 00 (R1), 2011, p. 19), em seu item QC35 apresenta que:

O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos beneficios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e beneficios a considerar.

Na razão gerencial, qualquer alternativa ou atividade empresarial se submete à razoabilidade de que os beneficios produzidos, sejam eles por redução de custos ou por aumento de lucros, devem ser superiores aos custos envolvidos no processo de produção. Conforme Mises (2010), compreendemos que toda ação humana tem por alternativa de escolha a decisão de que os

benefícios devem prevalecer sobre os sacrifícios. Para Maher (2001), o conhecimento dos custos e benefícios é fundamental para uma proposta empresarial empreendedora. O sujeito deve se apropriar dessa regra contábil para empreender. Esse conhecimento é produzido pela aplicação da análise custo-benefício, que é definida como "o processo de comparar os benefícios (geralmente medidos por economia de custos ou maiores lucros) e custos associados a determinada proposta de modificação em uma organização (MAHER, 2001, p. 47).

Portanto, a partir desse entendimento sobre custo/benefício, pela racionalidade econômica, e somente na/pela aplicação da lógica econômica, os gestores das instituições podem decidir quando da escolha de uma tomada de decisão do tipo "X ou Y". Devem ser levados em conta os custos e os benefícios produzidos pelas atividades da "cadeia de valor" das empresas, pois, assim, os gestores poderão produzir maiores benefícios para as empresas e em consequência para os rentistas. Contudo, esse modelo de decisão empresarial se desloca para práticas sociais dos sujeitos em suas relações sociais.

A premissa do custo/benefício, no conceito político liberal, deve ultrapassar as questões econômicas para todas as esferas da vida: desse modo, a sociedade neoliberal constitui o "dispositivo de eficácia" que conduz à normatização das escolhas e decisões individuais para a obtenção de benefícios individuais, ou mesmo de decisões individuais sob um contexto de possíveis benefícios coletivos. Isto é, os pressupostos aplicados às empresas, visando à lucratividade, podem ser generalizados a outras decisões que não passam pelo campo da empresa.

O próprio indivíduo da sociedade neoliberal age e aplica essa lógica para sua vida, pessoal e profissional. Assim, essa lógica pode condicionar a escolha de um curso superior para um estudante, a escolha de um medicamento ou tratamento médico, a decisão singular de um juiz sobre se o Estado deve fornecer ou não um remédio a um paciente, considerando o alto valor monetário do medicamento e a pequena expectativa de tempo de vida do paciente, por exemplo.

Considerando que essas diferentes situações podem ser aproximadas a partir da consideração das condições de produção de sentidos sobre o que seria a "eficácia", podemos afirmar que essas diferentes condições de produção de discurso estão em relação por um mesmo funcionamento pautado na lógica neoliberal. Dessa forma, a Análise de Discurso nos permite compreender o discurso neoliberal contábil e interpretá-lo em seu funcionamento na produção de sentidos na sociedade, mesmo em diferentes discursividades (publicidade, justiça, notícias etc.).

Nesta seção, nossas análises incidem sobre recortes da suma contábil "custo-benefício", um conceito contábil/econômico, que, ao deslizar/derivar, é (re)produzido em enunciados publicitários e/ou matérias jornalísticas, que são disseminados pelas redes e mídias sociais, como também por sites institucionais. Contudo, este trabalho, recorrendo à análise discursiva, pretendemos apresentar que a suma contábil "custo-benefício" não é somente um conceito técnico ou científico do qual o indivíduo se apropria e utiliza para guiar as suas opções de escolhas relativas a ações/atividades, como se estivesse fazendo sempre a melhor ou quase a melhor opção de escolha. Compreendemos que nessa discursividade "custo-benefício" há um funcionamento político e social de uma lógica racional ideológica de liberdade, de individualidade e de propriedade, mesmo que ilusórias para o indivíduo.

# 2.3.1 A discursividade do custo/benefício na educação

Assim sendo, iniciamos a análise discursiva da chamada publicitária da FCC<sup>25</sup>, para o Curso Bacharelado em Educação Física, com o enunciado "Melhor custo/benefício do mercado".



**Figura 5** — Chamada publicitária da FCC para o Curso Bacharelado em Educação Física

Fonte: Disponível em: <a href="https://www.faculdadefcc.edu.br/curso/bacharelado-em-educacao-fisica">https://www.faculdadefcc.edu.br/curso/bacharelado-em-educacao-fisica</a>. Acesso em: 31jul. 2018.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> A Faculdade Conhecimento e Ciência (FCC), instituição privada, realiza suas atividades na cidade de Belém, no Estado do Pará. Seu endereço eletrônico é: https://www.faculdadefcc.edu.br.

Pela presença de um profissional da área em atuação, interpretamos que se trataria de um aluno já formado, Bacharel em Educação Física, em um ambiente de academia, com equipamentos de práticas de atividades corporais, exibindo músculos e veias em seus braços, produzindo sentidos de que o profissional em Educação Física já está inserido "livremente" no mundo competitivo, de livre concorrência, que privilegia também o culto ao corpo e a manutenção da saúde.

O sorriso no rosto relaciona-se com a sua satisfação e felicidade por ser um "livre" profissional. Um profissional satisfeito com seu desempenho, fruto do benefício gerado com pouco investimento, ou seja, ele aproveitou o melhor custo/benefício do mercado. O mercado (de)(co)manda um sujeito profissional, bem formado, adaptado, bem-sucedido, saudável, vigoroso, "infalível", um sujeito apto, produtivo, com *poder* e caráter de positividade.

A sociedade do desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade. Justamente a desregulamentação crescente vai abolindo-a. O *poder* ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. O plural coletivo da afirmação *Yes*, *we can* expressa o caráter positivo da sociedade de desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. (HAN, 2017c, p. 24)

O sujeito positivo é um sujeito livre, com poder. A positividade nega a disciplina, abolindo a regulamentação. Byung-Chul Han (2017c) aponta que não estamos mais no tempo da sociedade disciplinar de Foucault, de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas, instituições essas que delimitavam os espaços entre o normal e anormal, da negação e da proibição. Estamos na sociedade do século XXI, na sociedade do desempenho, "uma sociedade das academias de *fitness*, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética" (HAN, 2017c, p. 23). O sujeito *fitness* é um sujeito liberal, como o próprio signo da palavra de origem inglesa expressa. Ser *fitness* é ser/ter: adequação; aptidão; determinado com propósito; saudável, não somente no aspecto físico, ter saúde, mas já deslizando para um saudável desempenho econômico; vigoroso na concorrência e na competição etc.

Observamos, na materialidade discursiva da peça publicitária, que o enunciado "custo-benefício" se desloca para a discursividade do que poderíamos chamar de *performance* – a *performance* não só empresarial (nos negócios públicos/privados), do resultado, do produto, do valor, mas também uma discursividade social/cotidiana pela racionalidade neoliberal, a *performance* do indivíduo, do aluno, seja ela econômica, física ou intelectual. A palavra

performance de origem francesa está relacionada ao contexto das artes (dança, canto, teatro etc.), que pode significar: fazer, cumprir, conseguir ou mesmo sucesso.

No uso empresarial contábil, o termo "performance" desliza para os significados do "resultado", do "desempenho", da "atuação" etc., como os resultados/comportamentos: do investimento; das receitas, dos custos, dos recursos financeiros/humanos, ações etc. Todavia, esse termo, na racionalidade da lógica neoliberal, para o para "performance corporal", sujeito neoliberal, empreendedor de si, a partir dos efeitos de sentido que podemos produzir interpretando a peça publicitária, pode deslizar para uma resposta positiva da (de)(co)manda social. A performance corporal com significados de um corpo estético, belo, não necessariamente saudável, porém não doente, ou melhor, o indivíduo realiza investimentos em mensalidade (valores) na academia para obter e ensinar o ganho da performance corporal.

A *performance* educacional, o investimento realizado em educação pelo pagamento de mensalidade escolar para obter aprovação/desempenho em testes/concursos/processos seletivos, a performance se compara/relativiza/relaciona com um resultado de melhor classificação.

Também podemos interpretar, pela condição de produção de sentido, que saúde do corpo desliza para saúde financeira, transparência da regra "o baixo custo proporciona altíssimo beneficio", dissimulando a opacidade da qualidade e forjando um canal privilegiado para a prática do consumo, ou seja, a *performance* do corpo para a *performance* nos negócios, como apresentado em *O culto da performance*, de Eherenberg (2010), em que o modelo empresarial torna-se modelo da esfera da vida pública e privada, a competição como modelo de governabilidade.

A busca pelo desempenho seria espontânea: "já habita, naturalmente, o *inconsciente social*, o desejo de maximizar a produção" (HAN, 2017c, p. 25). O anúncio midiático de custo/benefício funciona pelo paradigma do desempenho, associado ao exercício do poder da melhor escolha, da maximização da produtividade (trabalho, ações, tarefas, negócios), implicando um mínimo custo associado ao máximo benefício para o indivíduo, para a instituição.

Ainda, constata-se que os valores financeiros informados da mensalidade apresentam dissimulações, pois possuem uma variação de quarenta por cento entre o pagamento até o vencimento e o pagamento da mensalidade após o vencimento, ou seja, apresenta uma

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> "O resultado é frequentemente utilizado como medida de performance ou como base para outras medidas, tais como retorno de investimento ou o resultado por ação. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultados são as receitas e as despesas" (CPC 00 (R1), 2011, p. 26)

economicidade para pagamentos pontuais e uma severa punição aos inadimplentes/atrasados/relapsos/não competitivos etc.

O poder da positividade do pagamento pontual encoberta a negatividade da inadimplência, do fracasso, como se a vantagem, o benefício maximizado, estivesse em poder do aluno e não da instituição de ensino. A negatividade da inadimplência é a negatividade do dever.

O poder não cancela o dever. O sujeito de desempenho continua disciplinado. Ele tem atrás de si o estágio disciplinar. O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever. Mas em relação a elevação da produtividade não há qualquer ruptura; há apenas continuidade (HAN, 2017c, p. 25-26).

No caso da inadimplência, a obrigação não cumprida, a indisciplina no pagamento da mensalidade desliza para outra produtividade, para a produção financeira: juros; multa; a condenação de perder o desconto. A financeirização da mensalidade é (ou pode ser) mais rentável que o próprio "negócio educação" para a instituição, uma vez que os juros são elevados, por exemplo. Ao sujeito estudante, pelo contrato firmado, cabe a obrigação de pagar, não somente a mensalidade, mas também a renda que essa dívida prevê aos empresários, aos donos da instituição de ensino, que não somente são donos de um negócio de educação, mas de um negócio financeiro, pelo comportamento rentista. O sujeito do desempenho desloca para o sentido de sujeito devedor, sujeito inadimplente, nesta situação. Compreendemos a educação, dissimulando-se, como um negócio, no campo da interpretação permite-nos colocar que a educação desliza protegendo o monolite do mercado, do negócio financeiro.

Entretanto, o efeito de sentido de "custo/benefício" para o aluno, em função de um contrato, pode deslocar o sentido marxista do "sujeito egoísta", daqueles que são detentores dos meios de produção para o aluno consumidor dos serviços de educação que, por contrato, portador de direitos, como explicado por Rancière (2014, p. 28), substitui "indivíduos egoístas" (detentores dos meios de produção) de Marx pelos "consumidores ávidos" da sociedade contemporânea. Rancière diz:

[...] identifiquemos esses consumidores ávidos a uma espécie social histórica, 'homem democrático'. Lembremos por fim que a democracia é o regime de igualdade e podemos concluir: os indivíduos egoístas são os homens democráticos. E a generalização das relações mercantis, cujo emblema são os direitos do homem, não é nada mais que a realização da exigência febril de igualdade que atormenta os indivíduos democráticos e arruína a busca do bem comum encarnada no Estado. (RANCIÈRE, 2014, p. 28)

Esse aluno, como um sujeito egoísta, "considera a escola um supermercado onde o cliente é quem manda" (Rancière, 2014, p. 29), ainda segundo Schnapper (2002 *apud* RANCIÈRE, 2014, p. 28-29), no "modelo de relações contratuais entre indivíduos iguais, ao modelo das relações fundamentais igualitárias que se estabelecem entre um prestador de serviço e seu cliente". Interpretamos o aluno como se fosse ou pretendesse ser um pequeno burguês de Marx. Os pequenos burgueses são uma classe

[...] que oscila entre o proletariado e a burguesia fração complementar da sociedade burguesa, reconstituindo-se sempre como os membros dessa classe, no entanto, se veem constantemente precipitados no proletariado, devido à concorrência, e, com a marcha progressiva da grande indústria, sentem aproximarse o momento em que desaparecerão completamente como fração independente da sociedade moderna e em que serão substituídos no comércio, na manufatura e na agricultura por capatazes, e empregados (MARX, 2005 [1872], p. 61).

No nosso caso, compreendemos, os alunos, os futuros profissionais, como tantos outros profissionais, assujeitando-se pela busca do ensino superior para obter uma capacitação profissional para participar da classe social oscilante dos pequenos burgueses de Marx.

Entretanto, assim indagamos, o melhor custo/benefício do mercado é melhor para quem? Para o aluno ou para a faculdade? A melhor escolha é da faculdade que oferece um curso com melhor custo/benefício para sua maximização de lucros, conforme sua análise de custo-benefício, contábil/econômica, tal como descrita por Maher? Ou a melhor escolha é do aluno pelas razões econômicas ou acadêmicas, mesmo que seja por devaneio, pois o risco da inadimplência tem de ser considerado? O que há de melhor na regra? Melhor em relação a quê? O melhor nos remete ao fato que há concorrência, há muitos outros cursos em oferta, mas, nem todos podem ser escolhidos pelos consumidores sob a pena de ser/ter de arcar com uma perda (financeira ou benefício), ou em outras faculdades a regra não é vantajosa!

Onde encontramos as questões acadêmicas da formação do aluno no curso? Na peça publicitária, as questões acadêmicas de ensino e formação do Bacharel em Educação Física são apagadas, silenciadas, pois é o Mercado que dita as regras da educação, e o futuro aluno não é aluno, é um consumidor, cliente de um serviço que o Mercado disponibiliza. O consumidor liberal não sabe o que compra, ele é informado da situação do mercado, da empresa que opera. A propaganda comercial tem finalidade de informação. A trilha do liberalismo de Ludwig von Mises define a relação entre propaganda e consumidor.

O consumidor não é onisciente. Não sabe encontrar, pelo menor preço, o que deseja comprar. Frequentemente não sabe sequer que tipo de mercadoria ou serviço é o mais adequado para remover com eficácia o desconforto específico que o atormenta. Na melhor das hipóteses, conhece as condições de mercado no passado recente e ajusta seus planos com base nesse conhecimento. A tarefa da propaganda comercial é a de fornecer-lhe informações sobre a efetiva situação do mercado. (MISES, 2010, p. 381)

Na concepção de Mises, o aluno/consumidor não tem o saber ou a ciência de que a sua escolha é a melhor para si, logo teve sua tensão atraída e despertada pelo desejo de substituir a rotina pela "inovação" de um curso que lhe garanta/forneça uma carreira profissional. Essa escolha, "livre", parece ser exercida pelos limites da sua condição financeira. O mercado não é um lugar: "é um processo, é a forma pela qual, ao vender e comprar, ao produzir e consumir, as pessoas estão contribuindo para o funcionamento global da sociedade" (MISES, 2009, p. 27).

Uma decisão de escolher e agir do indivíduo livre deve ser realizada pela contribuição da ciência à vida, contribuição essa de esclarecer em que condições o homem deve agir. As decisões da escolha devem ser baseadas em "todas as informações necessárias de maneira que a escolha seja feita com pleno conhecimento de suas consequências. Prepara, por assim dizer, uma estimativa de custos e benefícios" (MISES, 2010, p. 216). A escolha pela regra da *performance* do sucesso.

O custo/benefício para o estudante de educação física pode funcionar pelo imaginário, o que parece lhe apontar para duas direções. A primeira direção é a de que os benefícios são proporcionados pela economia livre, que é uma economia de mercado funcionando como um "sistema em que a cooperação dos indivíduos na divisão social do trabalho se realiza pelo mercado" (MISES, 2009, p. 27), e os custos são gerados pela burocracia, pelos impostos, pelo Estado. A ausência de burocracia, impostos e Estado poderia gerar ainda mais benefícios. Quanto à segunda direção "imaginária", entendemos que poderia ser o apontamento para um Estado forte, um contexto social mais empoderado, como deslocamento da minimização questões decorrentes da relação custos/benefícios para a maximização pela busca do bem comum.

A essência do liberalismo preconiza que a liberdade econômica de mercado assegura as outras liberdades (de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto, de encarceramento sem julgamento). Os que sustentam o contrário do liberalismo não observam a ilusão que os governos proporcionam, uma vez que, para Mises (2009, p. 28), somente um sistema provido pelo mercado assegura o poder de escolha do indivíduo. O significado de liberdade econômica, segundo Mises,

fica visível quando "é dado às pessoas que a possuem o poder de *escolher* o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade. A pessoa tem o direito de escolher sua carreira, tem liberdade para fazer o que quer" (MISES, 2009, p.27, nosso grifo).

A liberdade econômica de Mises universaliza o sujeito, como se fosse possível existir um sujeito padrão, não considera, apaga a estrutura social das condições de produção dos processos de subjetivação da AD, e ignora que, para que um sujeito produza sentido, temos de considerar que os sujeitos "designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, [...] no interior da esfera da produção econômica" (PÊCHEUX, 1997, [1969], p. 82). Na enunciação da publicidade da faculdade, analisamos os efeitos de superfície da sequência discursiva, como na hipótese de Pêcheux, segundo a qual

[...] essa transferência de resultados entre o 'sujeito falante' (neutralizado pela relação com as condições de produção do discurso) e um hipotético 'sujeito discurso' é ilícita: o que dissemos precedentemente supõe, com efeito, o fato de que *não há sujeito psicológico universal* que sustente o processo de produção de todos os discursos possíveis, no sentido de que o sujeito representado por uma gramática gerativa é apto a engendrar todas as frases gramaticalmente corretas de uma língua. (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 93, grifos do autor)

Em crítica por um sistema mais social, quando supõe que o governo determina por decretos as carreiras dos indivíduos, Mises (2009, p. 28) apresenta que "quando há economia de mercado, o indivíduo tem a liberdade de escolher qualquer carreira que deseja seguir, de escolher seu próprio modo de inserção na sociedade". Porém, nas tensões do liberalismo, as reformas da liberdade individual como fim absoluto, as suas expressões se modificam ou se moldam, como mostram Dardot e Laval (2016), que, ao definirem, distinguem o "novo liberalismo" de economia de mercado e o "neoliberalismo":

[...] o 'novo liberalismo', do qual uma das expressões tardias e mais elaboradas no plano da teoria econômica foi a de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma 'sociedade de liberdade individual', em proveito de todos. Duas propostas poderiam resumi-lo: 1) as agendas do Estado devem ir além dos limites que o dogmatismo do laissez-faire impôs a elas, se se deseja salvaguardar o essencial de uma sociedade liberal; 2) essas novas agendas devem pôr em questão, na prática, a confiança que se depositou até então nos mecanismos autoreguladores do mercado e a fé na justiça dos contratos entre indivíduos supostos iguais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 68 e 69)

O 'neoliberalismo' vem mais tarde. [...] uma decantação do 'novo liberalismo' [...] o neoliberalismo combina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção do mercado centrada na concorrência, [...] Ele prolonga a virada que deslocou o eixo do liberalismo, fazendo da concorrência o princípio central da vida social e individual, mas em oposição à fobia spenceriana de Estado, reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69 e 70)

O aluno/consumidor no contexto neoliberal tem seu poder de escolha de curso, de decisão, guiado pelo Mercado, que o condiciona sob a sua "liberdade" de escolha em conformidade com sua capacidade econômica, ou seja, o custo do curso deve estar submisso ao orçamento financeiro do indivíduo. A capacidade financeira do sujeito aluno determina-lhe a carreira profissional. Esse seria o modo misesniano do indivíduo se integrar ao conjunto da sociedade, pela sua capacidade financeira. O neoliberalismo pelo "custo/benefício" convoca o sujeito para lhe impor esta (d)(co)manda, de modo que ele ocupe essa posição, a posição de investidor/consumidor.

Outro aspecto neoliberal em jogo nesse cenário sócioeconômico é a concorrência: o aluno, como produto, objeto de disputa entre as instituições de ensino; a concepção de concorrência participando das relações socioeconômicas dos sujeitos. Na comercialização de cada momento da vida, o aluno, como pessoa humana "é reduzida ao valor de cliente, ou ao valor de mercado (HAN, 2017C, p. 127).

Para Han (2017c), o regime neoliberal apresenta o trabalho como não mais sendo um lugar como na concepção marxista de alienação, contínua autodesrealização. Na alienação, o trabalhador não reconhece a si mesmo. O trabalhador explorado, quanto mais produz menos tem. Agora o trabalho é lugar da liberdade e *autorrealização* (HAN, 2017c, p. 116). A presença do outro explorador, que exerce a coerção no trabalho do trabalhador se desloca para a liberdade. O trabalhador na liberdade, para sua realização explora-se a si mesmo. Han (2017c, p. 116) escreve: "Vivemos numa fase histórica muito específica, na qual a liberdade evoca uma coação a si mesmo. A liberdade das *habilidade*s gera até mais coações do que o dever disciplinar que profere ordens e proibições".

Para continuarmos na nossa análise discursiva dos sentidos de "custo/benefício", vamos elaborar as paráfrases pelas derivas possíveis a partir do que se propõe com o significante "melhor". O "melhor" em custo e benefício pode se dar pela interpretação pautada no acréscimo do complemento do termo "mínimo" e seu antônimo "máximo", para representar a "melhor" simetria capitalista/neoliberal. Assim, temos:

Mínimo custo e mínimo benefício.

Máximo custo e máximo benefício.

Máximo custo e mínimo benefício.

Mínimo custo e máximo benefício.

Retomando a questão: o melhor custo/benefício do mercado é melhor para quem? Para o aluno, para a instituição de ensino ou para ambos? Para Mises (2010), a ação humana deve levar em conta a questão econômico-financeira, em razão de que o fundamento do capital e do lucro se dá pela maximização custo/benefício, ou seja, pela vantagem. Desse modo, a máxima "mínimo custo/máximo benefício" é a que melhor contempla a racionalidade da ação humana de Mises. As derivas decorrentes dessa relação que o binômio procura atualizar substanciam todas as outras práticas e estão intimamente unidas ao funcionamento de um mercado de trocas de bens e serviços que aceita universalmente a troca por moedas (MISES, 2010, p. 262). O pior "custo/benefício", é uma simulação que atualiza outra memória, a memória da "desvantagem", do prejuízo, da perda que não interessam a sociedade neoliberal.

Contudo, essas máximas, de "o melhor" ou "o pior" não produzem relações simétricas entre aluno/instituição. O mínimo custo do aluno é representado pelo valor mínimo da mensalidade, que corresponde ao mínimo benefício (menor receita) para a instituição. Portanto, custo/benefício funciona como uma discursividade dominante da publicidade, e assim retornaremos à questão: o melhor custo/benefício do mercado é melhor (ou pior) para quem?

Nessa troca de serviço por moeda, a instituição de ensino (oferecer o serviço educação) e o aluno/cliente (comprar com moeda o serviço educação), temos na essência uma relação modulada pela questão econômico-financeira. A sociedade do conhecimento em que vivemos, trata o conhecimento não como forma de inclusão social, mas, como um negócio financeiro, que produz uma distinção entre sujeitos, ou seja, uma sociedade que diferencia os sujeitos entre os que possuem e aqueles que não possuem conhecimento/renda. No caso do futuro profissional de educação física, como tantas outras profissões, por uma discursividade neoliberal, o conhecimento desliza para a

capacitação, dar competência e a habilidade necessárias ao sujeito para o exercício da profissão. Terminar o curso para obter renda.

Entretanto, depois de "terminar" o curso, a sua capacitação, o que pode prevalecer é, ao contrário, a falta de capacitação. Essa falta será mais importante do que aquela que está presente, adquirida, podendo ser aferida, constatada, demonstrada pelo sujeito, pois o sujeito é submetido a de qualificação "educação uma permanente busca pela continuada" para empregabilidade/empresariabilidade. Ponderando, pela falta de capacitação e pela busca continuada da capacitação pelo aluno após a conclusão do curso, interpretamos que o "máximo beneficio" proposto na publicidade pela instituição de ensino pode ser objeto de falta para o aluno. Neste caso, o máximo desliza/encontra um limite, um estado mínimo, produzindo um paradoxo: o máximo é mínimo.

O futuro aluno, significado pela peça publicitária como "já profissional", pode ter capacitação, mas não é competente, não está totalmente preparado para o trabalho e, por isso, deve se submeter a mais capacitação e qualificação, testes, exames etc., para obter, comprovar mais capacitação, por meio, por exemplo, da oferta de educação continuada, ou seja, mais mensalidade, mais inadimplência, maior ou menor "custo-benefício". Assim, temos o denominador comum que é o trabalho, o que dá sustentabilidade ao mercado, e não o conhecimento (ORLANDI, 2014, p. 146).

Seguindo esse raciocínio, aquilo que apoia o trabalho é a capacitação, sob a forma de compreender as organizações, os clientes, o mercado. Em outras palavras, uma vez "capacitado" ao trabalho, o profissional deve contribuir para a governabilidade da sociedade neoliberal, para o desempenho eficiente e eficaz das organizações, do corpo e da "alma" do mercado.

Na questão de formar e capacitar, Orlandi (2014, p. 146) coloca que, em algum momento da nossa história, a indagação a um concluinte de um curso era: "quando você se forma?" Na atualidade, a questão é: "quando você termina?" Não existe formação, mas uma etapa de capacitação marcada pela finalização de um curso. Nesse sentido, no imaginário social, o importante é terminar, (in)formar-se, adequar-se, adaptar-se com celeridade para prover as "relações sociais sustentadas pela relação capitalista com o trabalho" (ORLANDI, 2017. p. 242), pois a "pressa, a rapidez e a quantidade estão conjugadas, comprometidas com a aceleração do desenvolvimento e não com a transformação social" (ORLANDI, 2017, p. 242). Ou seja, para ter

uma oportunidade de emprego no mercado de trabalho, para tornar-se um empreendedor ou um empresário, torna-se necessário terminar o curso ou "pelo menos isso".

Como, atualmente, a educação é uma questão de desenvolvimento econômico, de acesso ao trabalho pela forma de capacitação e treinamento, o sujeito, pelo imaginário social, filia-se à fórmula lógica segundo a qual se deve estudar para o trabalho, ou de estar apto à busca do desempenho pela suma do custo/benefício.

Consequentemente, essa "lógica" se funda como se fosse a única regra capaz de fazer emergir o indivíduo economicamente e, em decorrência, constitui-lo de seus plenos direitos. Esses direitos enquadram o direito ao consumo e à cidadania, um sujeito democrático, livre e egoísta. A esse respeito, Orlandi (2014, p. 146) aponta para a conjugação entre consumo e cidadania, pois os trabalhadores qualificados, ocupando ao mesmo tempo a posição de consumidores e cidadãos, alimentam o processo do mercado de trabalho qualificado, assim o sujeito como um "consumidor ávido" desliza para o pequeno burguês de Marx, ou seja, capacitar-se para consumir como um consumidor pleno de direitos.

#### 2.3.2 A discursividade do custo/benefício na justiça e na saúde

As máximas da gestão empresarial de cunho contábil circulam em diferentes espaços da sociedade e afetam também as significações de questões relativas às políticas públicas de saúde e de justiça. Com o viés neoliberal, a ausência das políticas de Estado ou sua mínima atuação facilitam a "eficiente" liberdade empresarial do sujeito empresário, e, assim, o mercado torna-se gestor pela livre iniciativa, inclusive podendo impulsionar o bem-estar social. Para Mises (2010, p. 29), o Estado não proporciona o bem-estar social, somente protege os ineficientes em competição com os mais eficientes, e isso desarticula a promoção do bem-estar nacional.

A constitucionalização em 1988<sup>27</sup> de direitos sociais faz o Estado brasileiro ser responsável pela disponibilização e fornecimento de itens de saúde, como medicamentos, exames e cobertura de tratamentos de doenças. No entanto, a mesma constituição "não incluiu dispositivos regulatórios

2

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> A Constituição brasileira de 1988, em sua fundamentação de Estado Democrático de Direito tem entre seus fundamentos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Para dar segurança à livre iniciativa invoca os princípios liberais como o da propriedade privada e o da livre concorrência.

sobre o setor privado, seja no âmbito dos produtores de insumos, seja nos serviços e saúde supletiva" (ESCORSIM, 2015). Contudo, um Estado mínimo pode ser sinônimo de mínima proteção da saúde dos indivíduos. E a livre iniciativa, representada por instituições como os planos de saúde privados, designados dissimuladamente pelo judiciário e governo de "saúde complementar", atende somente a uma parcela da população, a população com renda. A população com menor poder aquisitivo tem que buscar acesso à saúde nos serviços públicos.

No embate entre o indivíduo paciente e o Estado ou na relação plano de saúde e o consumidor na iniciativa privada<sup>28</sup>, para ter seu acesso aos serviços de saúde, o judiciário é convocado para dirimir conflitos, apresenta-se como mediador ou conciliador dele mesmo, pois podemos dizer que Estado e justiça se conciliam, ou dizer que Estado e judiciário se comungam.

Assim, vamos retomar a análise do enunciado da suma contábil custo-benefício e suas derivas e, para dar visibilidade ao modo como essa discursividade se materializa, vamos apresentar como primeiro enunciado um recorte de uma decisão judicial apresentada pela mídia que interrompe o fornecimento de remédios para um paciente com doença grave e rara.

SÃO PAULO Q BUSCAI

# Justiça cancela entrega de remédios a paciente com doença rara declarada morta por engano

Denise precisa de medicamentos de R\$ 130 mil mensais para controlar doença; juíza declarou que 'remédio é o mais caro do mundo e fornecimento, pelo governo, causa grave lesão à saúde pública'

**Figura 6** – Recorte da reportagem publicada no portal de notícias G1 Fonte: <a href="https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-cancela-entrega-de-remedios-a-paciente-com-doenca-rara-declarada-morta-em-sp.ghtml">https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-cancela-entrega-de-remedios-a-paciente-com-doenca-rara-declarada-morta-em-sp.ghtml</a>. Acesso em: 26 Jul. 2018.

A paciente, uma artesã, por não ter condições financeiras para adquirir os medicamentos, recorreu à justiça pedindo que o governo federal continuasse a realizar o fornecimento do remédio. Em sua decisão, a juíza<sup>29</sup> diz que "o remédio é o mais caro do mundo e seu fornecimento, pelo

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> As ações judiciais contra planos de saúde, conforme o Conselho Nacional de Justiça, representaram um número de 427.267 no ano de 2015. Disponível em: <a href="http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,dobram-acoes-contra-planos-de-saude-em-um-ano,70001854675">http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,dobram-acoes-contra-planos-de-saude-em-um-ano,70001854675</a>. Acesso em: nov. 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> As citações da juíza estão disponíveis em: <a href="http://gl.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-cancela-entrega-de-remedios-a-paciente-com-doenca-rara-declarada-morta-em-sp.ghtml">http://gl.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-cancela-entrega-de-remedios-a-paciente-com-doenca-rara-declarada-morta-em-sp.ghtml</a>. Acesso em: out. 2017. E, também em: <a href="http://www.diagnosticoweb.com.br/noticias/gestao/artesa-fica-sem-remedio-que-custa-r-15-milhao-por-decisao-judicial.html">http://www.diagnosticoweb.com.br/noticias/gestao/artesa-fica-sem-remedio-que-custa-r-15-milhao-por-decisao-judicial.html</a>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

governo, causa grave lesão à saúde pública" e que o "medicamento não tem eficácia comprovada no tratamento da autora, apesar de melhorar sua qualidade de vida".

Como segundo recorte, vamos apresentar uma chamada para um vídeo do site G1<sup>30</sup>, que publica: "Paciente morre à espera de decisão do STF sobre remédios".



Figura 7 – Recorte da reportagem publicada no portal de notícias G1
Fonte: <a href="http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/paciente-morre-a-espera-de-decisao-do-stf-sobre-remedios/6819557/">http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/paciente-morre-a-espera-de-decisao-do-stf-sobre-remedios/6819557/</a>. Acesso em: 26 jul. 2018.

A paciente, que lutava na justiça desde o ano de 2009 para receber os remédios do seu tratamento, faleceu em dezembro de 2017, embora tivesse adquirido o direito de uso dos medicamentos por tutela do Supremo Tribunal Federal (STF) em junho de 2017.

Interpretamos esses enunciados como uma abordagem que evidencia as questões econômico-financeiras para a realização das políticas públicas de saúde. No Estado neoliberal, a melhoria do bem-estar social ou a qualidade de vida dos pacientes deslizam para a economicidade, para o controle dos orçamentos públicos, responsabilidade dos gestores públicos, que, mais adiante, deslizam para os sentidos de "transparência" das informações. Os gestores públicos, no temor da

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Disponível em: <a href="http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/paciente-morre-a-espera-de-decisao-do-stf-sobre-remedios/6819557/">http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/paciente-morre-a-espera-de-decisao-do-stf-sobre-remedios/6819557/</a>. Acesso em: 2 jun. 2018.

punição por "irresponsabilidade", limitam-se ao cumprimento de regras e procedimentos administrativos e financeiros.

Os recortes apresentados evidenciam uma tomada de decisão relacionada aos aspectos econômico-financeiros, negando uma decisão humanitária. Para a realização das políticas públicas, a primeira questão a ser superada é a financeira, depois, a vida dos pacientes.

A decisão da esfera administrativa pública, que nega o fornecimento de remédio e tratamento, produz pendengas na esfera judiciária. Trata-se do juridismo, ou em termos mais neoliberais, da "judicialização da saúde", que compreendemos como a fase que consolida a financeirização da questão. A questão mais importante não é quem precisa do tratamento, do benefício ao paciente, mas as questões do orçamento, do dinheiro, do custo, quem deve ou não pagar o tratamento. O que importa são os custos financeiros e suas relações com os benefícios financeiros e não com os benefíciários dos benefícios possíveis de serem produzidos (a saúde dos pacientes).

Quando a juíza escreve em sua sentença "o remédio mais caro do mundo", já temos o funcionamento do pré-construído de que "remédio é caro", que viver ou sobreviver tem um preço. Contudo, esse remédio, especificamente, "é mais", e, em tempos de economia globalizada e de mundialização, ser "mais caro do mundo" aponta para um remédio inatingível ao paciente, um "mal negócio": viver ou melhorar a qualidade de vida do paciente não são benefícios que merecem "tantos" custos financeiros.

Ao indicar preço e mundialização na formulação da decisão, a juíza dissimula outras possíveis explicações e justificativas para a negação social na concessão do remédio ao paciente. O caráter "inatingível" atribuído ao remédio é individuado ao sujeito doente, é o funcionamento do poder da justiça, como aparelho ideológico e repressor, que individua o sujeito pela prática política. A decisão é um discurso que assegura as desigualdades e as dessemelhanças.

Na condição de paciente que não possui poder aquisitivo, renda, riqueza, também não possui proteção do Estado. Contudo, o paciente que tem "mais" dinheiro, pode ser tratado pelo medicamento "mais" caro, mesmo que seja do mundo, visto que a sua posição, condição e posição econômica são outras.

O paciente com poder aquisitivo pode pagar pelos melhores tratamentos, hospitais, planos de saúde etc., pela sua condição financeira, sem necessidade de requerer judicialmente o tratamento ou de ser ressarcido desses gastos pelo Estado, dado que esses gastos já estão juridicamente

estabelecidos e o Estado formalmente legalizado para subsidiar tais gastos. Uma das regras legais para a elaboração da declaração para apurar o imposto de renda devido pelas pessoas físicas ao Estado é a faculdade de abater as despesas com saúde no exercício (ano financeiro), com as despesas médicas sem restrição em relação ao valor das receitas/ganhos financeiros do contribuinte, ou seja, não há limites de valor com gastos com saúde, o valor é ilimitado, embora os custos de remédios não estejam no bojo dessas despesas, mas, ainda assim, podem ser subsidiadas pelo Estado as despesas com o "hospital mais caro do mundo"!

Observamos, assim, que, nesse caso, o Estado funciona em dessimetria, segregando sujeitos pela sua posição econômica. Essa divisão pela condição de renda dos sujeitos, os contribuintes de impostos e os sem renda, sem impostos a pagar diz respeito a uma espoliação social.

Outra interpretação possível nos permite compreender que a juíza e o STF, cada um ao seu modo, decidem pela morte do paciente, ou, semelhantemente à prática da eutanásia, com sofrimento, pelo simples fato de negarem o remédio, ou mesmo de não julgarem o requerido.

A indústria farmacêutica Pfizer, que opera no Brasil desde 1952, apresenta, como norteadores de suas atividades, os valores, as palavras<sup>31</sup>: "Foco no cliente", "Apoio à comunidade", "Respeito pelas pessoas", "Desempenho", "Colaboração", "Liderança", "Integridade", "Qualidade" e "Inovação". No entanto, ela também indica que suas operações são pelos moldes dos princípios de farmacoeconomia. Um dos tipos de análise dos princípios da indústria farmacêutica é justamente a análise custo-benefício, que é assim descrita e apresentada<sup>32</sup>:

esse tipo de análise é empregado quando se comparam duas ou mais alternativas terapêuticas que podem apresentar desfechos clínicos diferentes, procurando identificar qual opção pode proporcionar um ganho financeiro (menor despesa ou maior lucro). Suas bases repousam na lógica de investimentos financeiros, embora não seja adequado apoiar uma alternativa que possibilite causar prejuízos aos pacientes em função do lucro obtido. A palavra ética é essencial para esse tipo de análise. [...]. Atualmente há uma forte tendência em considerar aspectos financeiros nas decisões em saúde. Esta tendência se justifica pela elevação dos custos de assistência médica, ocorrida pelo ingresso de novas tecnologias quanto pelo envelhecimento populacional e as mudanças culturais observadas nos anos passados. (PFIZER, grifos nossos.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Disponível em: <a href="https://www.pfizer.com.br/sobre-a-pfizer/institucional/vis%C3%A3o-miss%C3%A3o-e-valores">https://www.pfizer.com.br/sobre-a-pfizer/institucional/vis%C3%A3o-miss%C3%A3o-e-valores</a>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Disponível em: <a href="https://www.pfizer.com.br/sobre-a-pfizer/industria-farmaceutica">https://www.pfizer.com.br/sobre-a-pfizer/industria-farmaceutica</a>. Acesso em: 3 jul. 2018.

A indústria farmacêutica expõe a sua prioridade como uma regra, o "ganho financeiro", por uma das suas máximas: "menos despesas" ou "mais lucro". Quanto ao paciente ter "prejuízo", algo que deveria ser tratado como também prioridade ética pela indústria farmacêutica, nota-se o deslizamento para: "não seja adequado"; ou "não ser conveniente, apropriado", isto é, pode acontecer de o paciente ser prejudicado. Não se nega a falta de ética, de aplicar a alternativa por meio da qual o laboratório pode obter lucros mesmo prejudicando os pacientes. A palavra ética deveria ser praticada, uma ética de sempre beneficiar os pacientes, visto que estes encontram-se em posição de desconforto, fragilizados, e os lucros da indústria farmacêutica serão obtidos independentemente dos resultados do tratamento do paciente.

Podemos filiar esse processo de judicialização das questões da saúde e também do lucro da indústria farmacêutica como menor "apropriação" de benefício aos pacientes, o que Harvey (2013) chama de "acumulação por despossessão". A despossessão simboliza os sujeitos desprovidos de "direito da terra, da previdência social, dos direitos à pensão e a atenção à saúde, das qualidades ambientais, da própria vida" (HARVEY, 2013, p. 24).

Espoliar pacientes foge da acumulação primitiva marxista das lutas das classes trabalhadoras pelo trabalho. Essa categoria de acumulação é própria para a interpretação do capitalismo neoliberal e das suas formas contemporâneas de capitalismo. Harvey (2013, p. 23) aponta para a obra *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburgo, que diferencia a acumulação do capital pela exploração da mão de obra. Essa acumulação é associada ou realizada em conjunto "por meio da força, da fraude, da predação e pilhagem dos bens".

Essa segunda forma de acumulação de riqueza, muitas vezes associadas às formações das sociedades socialistas, ou sociedades não capitalistas, foi incorporada internamente pelo capitalismo.

Para Bastiast (2010, p. 21), que refutava o socialismo, a espoliação legal<sup>33</sup> pode ser cometida por infinitas maneiras pelos socialistas, entre elas via "benefícios".

O homem não pode viver e desfrutar da vida, a não ser pela assimilação e apropriação perpetua, isto é, por meio da incessante aplicação de suas faculdades às coisas, por meio do trabalho. Daí emana a propriedade. Por outro lado, o homem pode também viver e desfrutar da vida. Assimilando e apropriando-se do produto das faculdades de seu semelhante. Daí emana a espoliação. (BASTIAT, 2010, p.14)

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Para Bastiat (2010, p. 22), a questão da espoliação legal deveria ser esvaziada, impedida, dever-se-iam excluir os socialistas da elaboração das leis.

O indivíduo que recebe um "benefício" não é responsável por ato de espoliação, essa responsabilidade recai sobre a lei, o legislador e a própria sociedade (BASTIAT, 2010, p. 24). Portanto, as decisões da juíza e do STF, em negar o provimento do remédio "mais caro do mundo" ao paciente, ou de procrastinar a decisão, foram um ato que podemos interpretar como próprio à prática da lógica liberal, pois, ao conceder os remédios e os tratamentos aos pacientes, esses benefícios caracterizam a prática de espoliação socialista. A negação pela decisão judicial, no conceito liberal, protege o desfrutar da vida de quem trabalha e evita a espoliação de quem desfruta da vida se apropriando do trabalho de seus semelhantes.

A decisão judicial "protege" a sociedade de ser espoliada por sujeitos pacientes, enfermos, à beira da morte. Portanto, sem força produtiva para a produção de riqueza, qualquer custo com esses sujeitos pacientes não traria "beneficio" algum à sociedade. A inércia produtiva dos sujeitos pacientes cria um espaço vazio no qual o judiciário pode atuar pela premissa do custo/beneficio.

Harvey demonstra, na obra *O novo imperialismo*, de 2003, a espoliação "socialista" como uma

[...] atividade predadora [que] foi internalizada no capitalismo (por exemplo, por meio da privatização, da desindustrialização ou erosão dos diretos de pensão e previdenciários orquestrados em grande parte pelo sistema de crédito e pelo desdobramento dos poderes do Estado). (HARVEY, 2013, p. 23)

Esses enunciados, com sua complexidade discursiva de juridismo, saúde e economia, ecoam em um discurso cotidiano da erosão do Estado e consequentemente a repressão do cidadão, o paciente como sujeito-de-direito, "centrado em responsabilidades, direitos e deveres na coerção que se faz constitutiva" (LAGAZZI, 1988, p. 95). Os aparelhos do Estado dizem "não" ao cidadão e dizem "sim" ao capitalismo/neoliberal financeiro acumulador. Embora tenhamos que entender que "a decisão judicial não se discute, se cumpre", temos o "cala boca já morreu" que produz efeito de sentido de que quem deve se calar/morrer é o sujeito paciente diante da decisão judicial.

Ressaltamos que, para nossa interpretação, esse discurso tem, em seu bojo, a abordagem da relação entre a linguagem, a sociedade e o dinheiro, relação esta resultante de uma estruturação

\_

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Em 10 de junho de 2015, a ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, ao finalizar seu voto para liberar as biografias não-autorizadas condenou a censura a publicações e cita o provérbio popular. Vídeo disponível em: <a href="http://g1.globo.com/videos/v/relatora-carmen-lucia-cita-proverbio-popular-cala-boca-jámorreu-ao-resumir-seu-voto/4243482/">http://g1.globo.com/videos/v/relatora-carmen-lucia-cita-proverbio-popular-cala-boca-jámorreu-ao-resumir-seu-voto/4243482/</a>. Acesso em: 3 set. 2018.

social capitalista. A análise da lógica "custo/benefício" na produção de sentidos como uma prática inconsciente/consciente de avaliação das relações sociais pela racionalidade neoliberal apaga, silencia as emoções, as paixões, a humanidade, circunstâncias estas que, para Mises (2010, p. 40), "perturbam as avaliações ou oneram o preço a ser pago, pois, o valor a ser pago parece ser menos oneroso".

Se a concepção da existência do Estado relaciona-se aos benefícios socialistas, portanto, para Mises, é uma forma ditatorial que afronta a "democracia dos consumidores", ou seja, a liberdade do mercado. Sobre a decisão judicial da negação à saúde, portanto, à vida, nesse contexto econômico atual do capitalismo financeiro, Dardot e Laval (2016) descrevem como duas ideologias, sendo a primeira do "capitalismo livre"; e a segunda do "Estado de bem-estar" e a desmoralização dos indivíduos, que possui a capacidade de "provocar na população a opinião de que a política do 'Estado de bem-estar' se tornou particularmente onerosa" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 210).

Isso significa dizer que a onerosidade do Estado - o custo do Estado - é composta pelos benefícios para os cidadãos doentes e não se limita a uma dimensão contábil, mas, desliza para sentidos de um Estado destruidor das virtudes da sociedade civil. Paciente doente, Estado onerado. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 210), a decadência da "honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo" são temas que o neoliberalismo imputa ao Estado, ou seja, o Estado destrói, desmoraliza a sociedade civil e o sujeito.

A ideologia do capitalismo livre se apresenta como uma "ilusão corriqueira", por ser parte de uma estratégia eficaz de conversão de mentalidades a partir dos anos de 1960 e 1970, que funciona sob dois enfoques, conforme Dardot e Laval (2016, p. 205): uma luta ideológica contra o Estado e as políticas públicas, de um lado; e, do outro lado, a apologia sem pudor ao capitalismo mais desbridado. Retirar a proteção do Estado da sociedade, e simultaneamente escancarar a fragilidade social dos cidadãos pela ausência do Estado, parece ser uma estratégia discursiva que rotineiramente circula sobre a incompatibilidade entre o Estado e o mercado, "da necessária 'desobrigação do Estado' e a incomparável 'eficiência dos mercados'. [...] o mito do mercado autorregulador" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205), como solução de todas as questões dos sujeitos.

Nesse sentido, para Orlandi (2011), a questão da tensão contraditória entre democracia e o radicalismo autoritário econômico estão sempre presentes:

[...] a recorrência ao discurso dos direitos humanos, o direito à diferença etc. [...] que liga a colonização, o imperialismo e a mundialização, [...] Também é constante o processo de segregação e a resultante política da 'inclusão' sustentada pelo discurso assistencialista e a falha do Estado como estruturante desse funcionamento social. (ORLANDI, 2011, p. 3-4)

Essa linguagem da liberdade de mercado foi utilizada como uma estratégia da luta política e ideológica pelo neoliberalismo em detrimento do comum. As intervenções ou massificação do mito do mercado na sociedade se dão pela ocupação da propaganda; pela educação, seja ela formal ou pelas chamadas "universidades" ou "escolas" empresas, escolas judiciais, corporativas etc.; pela mídia que noticia e que sobrevive da dependência empresarial (no caso brasileiro, governos e estatais, instituições financeiras, a grande indústria de serviços, multinacionais e conglomerados nacionais são grandes financiadores da mídia), que massificam a ilusão da múltiplas escolhas dos consumidores; pelos partidos políticos independentes de lado ideológico pelo "ar" da modernidade; pelas igrejas<sup>35</sup>, que deixaram de cuidar da alma dos fiéis, para cuidar da prosperidade financeira do indivíduo dizimista, cultivam a individualidade da prosperidade financeira, apagando a humanidade da doação e ações coletivas; pelas instituições internacionais de fomento e desenvolvimento, que ignoram culturas; enfim, toda uma estrutura complexa de relação social, muitas vezes, sem a identificação do sujeito enunciador, mas que, por um "já dito", funciona na celebração do mercado, unívoco como solução de todas as coisas.

A segunda ideologia, resume-se ao fato de que as soluções da intervenção do Estado causam mais problemas que sua ausência. A sociedade deve adequar-se sem o Estado ou com o mínimo dele. Por isso, em uma análise de custo benefício de muitas publicações (teses, artigos, relatórios, ensaios), de forma inapelável, vereditam:

[...] o seguro-desemprego e a renda mínima são responsáveis pelo desemprego; os gastos com saúde agravam o déficit e provocam inflação dos custos; a gratuidade dos estudos incentiva a vadiagem e o nomadismo dos estudantes; as políticas de redistribuição de renda não reduzem as desigualdades, mas

mercado: em que os "consultores" financeiros agem como pastores religiosos na pregação do livre mercado como uma religião; e os pastores "religiosos" agem como consultores de mercados, pregando que a fé, a salvação humana estariam na prosperidade produzida pelo livre mercado.

35 Os sujeitos, fiéis ao culto da prosperidade individual, ouvem dos pastores/consultores, legítimos pregadores do

neoliberalismo conservador, que a mudança de vida, êxito financeiro, enfim as coisas do mundo se associam à religião, ao dinheiro e ao exercício/atitude profissional do sujeito. A lógica do culto religioso resume-se a mesma semântica do mercado. O artigo de Lima (2007), "Trabalho, mudança de vida e prosperidade entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus", apresenta um estudo sobre a Teoria da Prosperidade. Nossa interpretação é pela simetria entre religião e mercado: em que os "consultores" financeiros agem como pastores religiosos na pregação do livre mercado como uma

desestimulam o esforço; as políticas urbanas não eliminam a segregação, mas tornam a mais pesada a taxação local. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 209-210, grifos nossos)

Essa discursividade liberal de que a burocracia estatal devasta as virtudes da sociedade, demonstrada e criticada por Dadot e Laval (2016), permite afirmar que a riqueza está relacionada a virtudes e a capacitados, enquanto a pobreza estaria relacionada à fraqueza, dependência dos incapacitados. Como na afirmação de Mises (2010, p. 207), "um dos privilégios que o indivíduo desfruta em sociedade é o privilégio de viver apesar de doente ou incapacitado fisicamente. O animal doente está condenado à morte".

A vida ou a sobrevivência é para os fortes e competentes: depender do Estado ou da sociedade desliza para a pobreza, para a incapacitação, para o ócio, a incompetência individual que fragiliza a sociedade. O pensamento neoliberal de Mises permite pensar que os "homens com defeitos" devem adequar-se à sociedade e não à sociedade adequar-se a eles, ou melhor, que estamos diante de uma sociedade com equidade na diferença. Mises não hesita em dizer que:

[...] os selvagens surdos, míopes ou aleijados não sobrevivem. Mas estes defeitos não privam o homem da possibilidade de se ajustar à vida em sociedade. A maioria dos nossos contemporâneos sofre de alguma deficiência física que a biologia considera patologia. Nossa civilização é, em grande parte, obra desses homens. As forças eliminadoras da seleção natural são grandemente reduzidas pelas condições sociais. É por isso que alguns afirmam que a civilização tende a deteriorar as qualidades hereditárias dos membros da sociedade. (MISES, 2010, p. 207)

A sociedade representa as ações dos indivíduos, contudo, "toda vez que o indivíduo substitui a ação isolada pela ação concertada, combinada, resulta uma melhora imediata e perceptível de sua situação" (MISES, 2010, p. 186). A decisão judicial da juíza é uma ação concertada, pois é uma ação combinada e coordenada conforme o sistema jurídico e econômico, que orquestram a sinfonia liberal. O Estado protege o sistema neoliberal. A partir da decisão, para não lesar a "saúde pública", produz-se o efeito de não se lesar a "saúde financeira do Estado", mesmo em se tratando de doença, pois o indivíduo doente pode e deve fazer o sacrifício em prol da sociedade. No liberalismo, as questões econômicas são intocáveis, os custos sempre são mensuráveis, ou melhor, dependem de para quem são destinado/produzidos os benefícios.

Podemos considerar que a ausência da saúde no sujeito e a limitação de recursos financeiros no Estado constituem sujeito e Estado doentes. Entre as doenças, é preciso optar,

escolher pela saúde financeira do Estado ou pela saúde do doente. Um exclui o outro, construindo referentes distintos – Estado e povo. Isso quer dizer que o doente se encontra fora do Estado, ou, que estamos em tempos de escravidão, pois

[...] a lei pode determinar o valor a ser pago como indenização por quem tenha causado a morte de alguém. Mas isto não significa que esse seja o preço da vida humana. Onde não há escravidão, o homem, a vida humana e a saúde são coisas fora de comércio. Numa sociedade de homens livres, a preservação da vida humana e da saúde são fins e não meios. Não podem ser considerados em nenhum sistema de contabilização de meios. (MISES, 2010, p. 268)

Para Mises, "aquilo que o indivíduo sacrifica em favor da sociedade é amplamente compensado por vantagens ainda maiores. Seu sacrifício é apenas temporário e aparente; renuncia um ganho menor para obter um maior em seguida" (2010, p. 186). O que nos faz questionar: mesmo que o sacrifício seja a vida do sujeito?

Esse sacrifício do sujeito desliza pela abordagem das filosofias políticas baseadas na utilidade e na liberdade da aplicação da justiça pelos legisladores, a justiça como um instrumento de se fazer a coisa certa: proporcionar a felicidade ao maior número de pessoas, concepção de utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832) à qual Sandel (2011) apresenta críticas pela visão libertária e o sentido dado a "equanimidade" pelo livre mercado, propondo uma justiça que envolva as virtudes e o bem comum.

A respeito da equidade social e a aplicação da justiça utilitária, Sandel (2011, p. 322) escreve: "faz da justiça e dos direitos uma questão de cálculo, e não de princípio. Em segundo lugar, ao tentar traduzir todos os bens humanos em uma única e uniforme medida de valor, ela os nivela e não considera as diferenças qualitativas existentes entre eles". O utilitarismo do custo/benefício resolve o entrave do cálculo, mas não a questão da justiça ou da vida das pessoas.

Sobre a moral política que deve orientar a sociedade, segundo Sandel,

<sup>[...]</sup> não se pode alcançar uma sociedade justa simplesmente maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão. (SANDEL, 2011, p. 322)

Em 2016, o cineasta britânico, Ken Loach, e o escritor Paul Laverty laçam o filme *Eu*, *Daniel Blake*<sup>36</sup>, que apresenta uma narrativa da vida de Daniel Blake, um carpinteiro de Newcastle (norte da Inglaterra), trabalhador e viúvo, diagnosticado com problemas cardíacos e que possui a orientação médica para não trabalhar. Para sua sobrevivência, Daniel Blake busca auxílio junto ao governo, ou melhor, junto às entidades privadas que representam o Estado. A estrutura de governo britânico se caracteriza pela terceirização dos serviços públicos, por agências ou empresas contratadas e que são responsáveis pela realização dos serviços públicos junto aos cidadãos.

Daniel Blake em sua jornada para conseguir o auxílio, é submetido a um sistema burocrático, mecanizado, tecnológico e desumanizado que dificulta o acesso do trabalhador ao seu direito de receber o benefício. Na espera de sua última e definitiva audiência, sofre um ataque cardíaco fulminante na sala de espera. O vizinho e amigo de Daniel Blake o alertava quanto ao funcionamento do sistema: "vão dificultar sempre que conseguirem. Não é por acaso, esse é o plano".

Independente da classificação dos mundos - primeiro; segundo; terceiro; desenvolvidos; em desenvolvimento; subdesenvolvidos o sistema neoliberal é atuante. A burocracia que o neoliberalismo diz combater é seu próprio instrumento, é o processo organizacional planejado ao modo empresarial. O cidadão doente não trata a enfermidade sem se submeter ao processo organizacional. O Estado escapa do cidadão. O sistema que foge, nega e dificulta até o cansaço, até a morte do cidadão. Esse parece ser o "plano" neoliberal, pois o sujeito é livre, livre de tudo.

A burocracia e a justiça neoliberal agem na "suposta legalidade". O cidadão busca pelo Estado "falido", ou melhor, pelo Estado terceirizado pela concorrência do mercado. O Estado, suas agências e a justiça estão submetidos às mesmas regras neoliberais.

6b794b9d5dfd-21576511%2C%2C>. Acesso em: 5 ago. 2018.

2



Figura 8 – Cena do filme Eu, Daniel Blake (2016)

Fonte: Disponível em: <a href="http://www.nivelepico.com/2017/01/06/eu-daniel-blake/">http://www.nivelepico.com/2017/01/06/eu-daniel-blake/</a> Acesso em: 5 ago. 2018.

Uma carta de "defesa" que Daniel Blake escreveu para ler na sua última audiência foi encontrada no seu bolso. Essa carta é uma declaração do sujeito rejeitado, abandonado pelo Estado do Bem-Estar-Social e incluído, submetido ao sistema de gestão neoliberal de Estado. Em resumo e conclusão, essa carta poderia ser da cidadã Denise, da cidadã Alcirene e de milhões de brasileiros.

Não sou cliente, consumidor ou usuário do serviço. Não sou preguiçoso, parasita, mendigo e nem ladrão. Não sou o mundo do seguro ou do clique numa tecla. Paguei as minhas dívidas, nenhum centavo a menos e me orgulho disso. Eu não olho ninguém de cima, olho nos olhos dos vizinhos e ajudo se puder. Nem aceito nem peço caridade. Meu nome é Daniel Blake. Eu sou um homem e não um cão e por isso exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu Daniel Blake sou um cidadão nada mais e nada menos. Obrigado. (*EU, Daniel Blake*, 2016)

### Considerações Parciais

Para nossas conclusões preliminares, buscamos, neste capítulo, analisar os efeitos de sentidos do discurso contábil — da regra do custo-benefício, que produz uma imagem aparentemente estabilizada, significando o sujeito sob a ótica do mercado, imagem com a qual ele deve se identificar. O sujeito deve ser empreendedor, uma empresa de si. Essa parece ser a imagem

da racionalidade lógica, jurídica, administrativamente construída – do acirramento do neoliberalismo como formação discursiva dominante e determinante do modo como o movimento do sujeito deva acontecer na história.

O custo-benefício enquanto discursividade de publicidade de uma instituição de ensino materializa a fronteira entres os mundos logicamente estabilizados e o mundo da produção do efeito de sentido, que escapam das respostas unívocas, do tipo, ter mais custo ou ter mais benefícios, para serem formulações equívocas, do tipo, "quem ganhou na verdade?".

A racionalidadade unívoca aponta para a formulação do "mínimo de custo e máximo de benefício", como resposta mais equânime econômico-financeira das relações entre o aluno e o rentista. Entretanto, o melhor custo/benefício é melhor para quem? Aluno ou Instituição de ensino?

A instituição de ensino, como empresa, busca melhor *performance* nas suas atividades, para obter melhores resultados originados pelas mensalidades, juros, multas etc., que constituem o lucro do sujeito capitalista, empresário rentista. Assim, filiamo-nos a Orlandi (2015b, p. 188), em sua perspectiva discursiva, para quem o sujeito e a forma sujeito histórica resultam da interpelação do indivíduo pela ideologia. "Desse modo é que se constitui o sujeito, que é base da forma sujeito histórica da nossa sociedade: *a forma sujeito capitalista*, ideologicamente constituída e historicamente determinada" (ORLANDI, 2015b, p. 188).

O dono da instituição de ensino é o sujeito rentista, o sujeito egoísta do capitalismo que desliza para o sujeito neoliberal, dono do poder político-econômico cujos interesses expressam-se sob a forma de dominação. O neoliberalismo funciona como forma de controle e dominação social.

O aluno, profissional formado, como empreendedor de si, busca *performance* para seu corpo físico e psicológico e para melhorar suas condições de existência, cuja constituição se dá também sob a *forma sujeito capitalista*. Todavia, por suas condições de existência, as ações das práticas desse sujeito na sociedade produzem efeito de sentido, e também inversamente, ou seja, a sociedade o significa (ORLANDI, 2015b, p. 195). Esses efeitos são produzidos pela sociedade neoliberal, marcada pela divisão e pela diversidade (ORLANDI, 2015b, p. 187).

Dessa forma, podemos dizer que um "estranho à univocidade lógica" do discurso contábil existe, produzindo efeitos de sentidos e sujeitos: os sentidos da *performance* do corpo, do psico e das finanças do indivíduo constituem o sujeito fitness; os sentidos da consumação ávida por serviços e produtos, em que se considera o curso uma mercadoria e, por isso, buscam-se/reclamam-se os direitos de consumidor, exigindo das faculdades os serviços contratados, e os sentidos de

consumo do próprio corpo constituem o sujeito egoísta; os sentidos de ser devedor, ser inadimplente, pelo excesso de consumo, constituem o sujeito devedor; os sentidos de trabalhar, ser instrutor, professor e de busca de qualificação constituem o sujeito da empregabilidade; e os sentidos de ser empresário de si, da capacidade de empreender e empresariar constituem o sujeito da empresariabilidade ou o sujeito empreendedor.

A formulação desses efeitos de sentidos funciona pelo resultado da dominação neoliberal aos sujeitos submissos. Na ilusão de participar na sociedade neoliberal como dominante, o sujeito comporta-se como o pequeno burguês de Marx, ou seja, submetido e explorado para a manutenção da estabilidade social. O neoliberalismo produz efeitos de submissão do sujeito, o sujeito submetido.

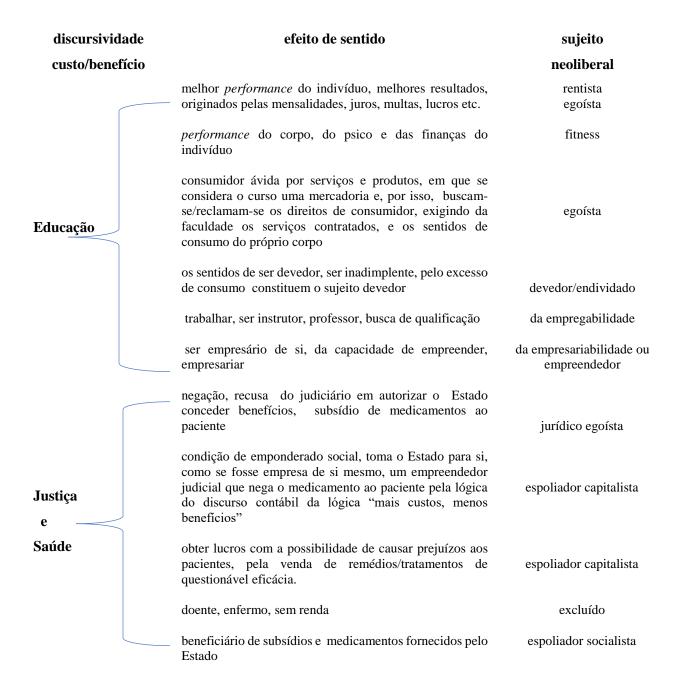
O *corpus* analisado na discursividade do custo/benefícios em relação à justiça e à saúde possibilita compreender o funcionamento do Estado submetido às regras do neoliberalismo. A decisão judicial de negar os medicamentos ao sujeito doente, com justificativa da realização da espoliação socialista, foi construída pelo funcionamento da ideologia da libertária individualidade que assujeita o sujeito em suas práticas.

O sujeito da justiça, na condição de emponderado social toma o Estado para si, como se fosse empresa de si mesmo, um empreendedor judicial que nega o medicamento ao paciente pela lógica do discurso contábil cuja lógica é "mais custos, menos beneficios". O sujeito da justiça domina, rejeita, deplora o sujeito injustiçado pela espoliação capitalista. A especulação capitalista também se realiza pelo sujeito capitalista/rentista (laboratório farmacêutico), que obtém lucros com a possibilidade de causar prejuízos aos pacientes, pela venda de remédios/tratamentos de questionável eficácia (ou financeiramente inacessíveis).

Considerando a discursividade do custo/benefício um espaço administrativo (contábil, jurídico, econômico e político) que produz efeito das "aparências da coerção lógica disjuntiva", descritos por Pêcheux (2006, p. 30), é impossível que o rentista da instituição de ensino e o sujeito aluno, ambos, consigam ao seu favor a máxima vantagem decorrente da aplicação da regra do custo/benefícios. Ou ainda, é impossível que o Estado e o sujeito doente obtenham benefícios ao fornecimento dos remédios, no sentido de que, se o Estado fornece os remédios ao paciente, tem gastos, tem custos, e, pela opção de não fornecer os remédios, o Estado ganha benefícios, pois terá superávit primário para pagar os *juros da dívida ao rentista*, ou melhor, na língua de vento

neoliberal: "para pagar os serviços do estoque da dívida pública". Os rentistas ganham pelo serviço, pelo trabalho realizado.

A seguir apresentamos o esquema teórico da discursividade custo/benefício dos efeito de sentido e sujeito, como forma de sintetizar o exposto:



**Figura 9** – Esquema do funcionamento da discursividade do custo/benefício.

O esquema apresentado como funcionamento da discursividade do custo/benefício, propõe refletir de forma reduzida o trabalho do analista sobre os efeitos de sentido produzidos pelos recorte selecionados. Não procuramos o sentido "verdadeiro", porém na nossa posição discursiva, procuramos o real do sentido considerando a materialidade linguística e histórica. Os textos, enunciados, recortes apresentados, "não são documentos que ilustram ideias pre-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras" (ORLANDI, 2015, p. 62), são gestos de leituras. A forma apresentada, nominada do sujeito neoliberal, compreendemos como modo particular de significar o discurso contábil produzindo sentidos, sujeito e sociedade.

# Capítulo 3

## A DISCURSIVIDADE DA SOCIEDADE DA TRANSPARÊNCIA

[...] desde o início, a burguesia trabalhou para reapropriar-se dos grandes formalismos religiosos, jurídicos e linguísticos pré-capitalistas (universais escolásticos, direito romano, gramática latina). Seria também ignorar como a revolução cultural-burguesa (difusão conjunto da Técnica, da Instrução e da Democracia parlamentar) prosseguiu no terreno das 'diferenças', da 'mudança', e da 'variação', para tentar absorver os efeitos delas em seu proveito.

(GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 36)

Neste terceiro capítulo, propomo-nos a analisar o funcionamento discursivo da "transparência" como nova técnica de poder, em materiais que a relacionam às ciências contábeis e à sociedade. Na linguagem dos negócios públicos e privados, a transparência das informações funciona com força midiática e "intensifica-se de tal modo que se torna um fetiche e um tema totalizante, remontando a uma mudança de paradigma que não se limita ao âmbito da política e da sociedade" (HAN, 2017a, p. 9).

Citando Nancy (1991), Crary (2014) observa um comportamento político contemporâneo do agir de uma sociedade que torna a exposição pública uma característica necessária do sujeito, de modo que sua autonomia e autossuficiência possam ser entendidas pela sua imagem, que representa uma assimetria dele mesmo. Para se manter socialmente, o sujeito se submete à exposição, como se o estado (vulnerável) de exposição fosse necessário. Contudo, para Crary (2014, p. 14), "vivemos em um momento histórico no qual essa condição nua de exposição foi desarticulada de sua relação com formas comunais que, ainda que de maneira tímida, ofereciam salvaguarda ou proteção".

Buscando compreender como funciona a produção dos sentidos sobre a transparência, na nossa posição analítica, consideramos o "linguisticamente descritível como uma série (léxicosintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis oferecendo lugar de interpretação", como ensina Pêcheux (2006, p. 53). Orlandi (2004. p. 21) acrescenta que "os sentidos só existem nas relações de metáfora das quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões, proposições, recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem".

Produto do capitalismo neoliberal, a transparência, referente às informações públicas, tende a funcionar como: instrumento pedagógico; sinônimo de austeridade; conduta de perseguição da má gestão existente; medida de responsabilização de governantes e governados etc. Podemos considerar também que, nessas discursividaes, há um servir implícito para o desmantelamento e desvirtuamento das operações do Estado. O Estado não funciona, não tem gestão.

Ainda, para as coisas públicas, ou que se dizem públicas, a "transparência" parece funcionar de modo obrigatório no que diz respeito à participação e ao controle da coisa pública pela sociedade. Entretanto, a discursividade pela transparência da coisa pública parece contradizer o dito popular "o segredo é alma do negócio" (privado). Esse segredo, compreendemos que desliza para a desconfiança e o cinismo operado pelo privado, faz com que a sociedade pela liberdade da informação exija controle, exposição da transparência das questões públicas.

Mesmo nessa contradição, em ambos os setores, público e privado, os contadores profissionais e cientistas se subordinam à transparência que funciona homogeneizando sentidos de democracia, de liberdade, de princípios de governança para uma melhor aplicação de recursos. Contudo, não se trata somente do sentido de gestão social, pois os sentidos, como sabemos, estão sempre à deriva.

No contexto dos negócios, a contabilidade se apresenta como um dos instrumentos de produção da transparência, por seus instrumentos técnicos e científicos, baseados em métodos para acumular, registrar, validar, financeirizar dados patrimoniais, ou deles derivados, na dualidade da origem/aplicação e/ou débito/crédito (teoria das partidas dobradas). A contabilidade produz conhecimento, ou, como ela afirma, produz "informações" financeiro-econômicas e sociais.

Temos aqui uma ciência que se propõe atuar sobre o modelo da "aparência" lógica e de um conhecimento estável, mas funciona como língua fazendo sentido. Sobre as relações de linguagem, Orlandi (2015, p. 20) preceitua são: "relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados". Portanto, o discurso contábil é determinado por processos de significação. E, nesse sentido, as ciências contábeis produzem discursos, que podem, por sua vez, produzir diferentes efeitos de sentidos e percorrer diferentes caminhos históricos e ideológicos e afetar as relações sociais dos sujeitos.

A contabilidade, como apresenta Schmidt (1998), tem a preocupação de analisar e revisar os fatos contabilísticos da entidade, demonstrando suas causas determinantes ou constitutivas. Nesses espaços discursivos, "logicamente estabilizados", como Pêcheux (2006, p. 31) os designa,

o sujeito falante tem a ilusão de que sabe do que se fala, pois os enunciados produzidos nesses espaços funcionam como se fossem independentes de sua enunciação, como se fossem transparentes, mas, são permeados por equívocos e opacos na sua relação com o sentido (PÊCHEUX, 2006).

Apesar da opacidade da língua e do equívoco na produção de sentidos, as ciências contábeis (re)produzem e colocam em circulação o discurso da transparência das informações que ela mesma produz, manipula. Essas informações circulam pelas pesquisas e teses performativas, pelas instituições representativas ou, ainda, noticiadas e apoiadas pela mídia, interpelando estudantes, profissionais e a sociedade, funcionando "sempre" pelo efeito de sentido da explicação do "problema" e sua suposta evidência de "solução", pela sua ciência, porém equívocas.

## 3.1 Contador, profissional e cientista da transparência

Para compreender a discursividade da transparência das informações dos negócios, coisas públicas e privadas, analisamos o funcionamento dos enunciados das peças publicitárias em comemoração ao dia do contador, enviadas em setembro de 2015, por e-mail, aos profissionais da contabilidade por duas das suas entidades representativas: o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON). Na data de 22 de setembro, comemora-se o Dia do Contador em razão da instituição do ensino superior de Ciências Contábeis no Brasil por meio do Decreto n. 7988 de 1945, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas.

Observamos que, no decreto, cria-se também o curso das Ciências Econômicas e a particularidade do curso de contabilidade, que se chamaria "Ciências contábeis e atuarias", ou seja, no momento da criação do curso superior de ciências contábeis, contador e atuário praticavam uma mesma ciência. Na atualidade, os cursos são distintos.

Apresentamos abaixo o primeiro material de análise desta seção.



**Figura 10** – Peça publicitária em comemoração ao dia do contador – Conselho Federal de Contabilidade

Fonte: e-mail enviado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2015).

Por ocasião dessa comemoração, o CFC se dirige aos profissionais com a seguinte mensagem: "Contador. Profissional da transparência. Aliado de todas as horas", ressaltando os valores "com ética, credibilidade e zelo, cuidam do patrimônio e interesse das empresas e sociedade" (Figura 10). Por sua vez, a ABRACICON endereça enunciados aos cientistas contábeis: "Há exatos 70 anos A Ciência abraçou a Contabilidade" e "Aos Cientistas da ética e transparência, as nossas homenagens!" (Figura 11).



**Figura 11** – Peça publicitária em comemoração ao dia do contador – ABRACICON Fonte: e-mail enviado pela Academia Brasileira de Ciências Contábies (ABRACICON, 2015).

A partir de lugares diferentes, mas relacionados, as duas entidades produzem enunciados sobre o sujeito contador, sendo que uma funciona para o sujeito contador-profissional e a outra para o sujeito contador-cientista. Um mesmo sujeito contador é individuado e sofre disjunção entre profissional e cientista. A disjunção decorrente da individuação do sujeito contador percorre caminhos de diferentes significações: uma para os profissionais que trabalham; e, outra, para os pensadores, cientistas, talvez porque pensar não signifique trabalhar, ou, ao contrário, trabalhar signifique não ser científico, cientista, não operar com (todo) o saber. Entretanto, a transparência unifica o contador profissional e o cientista. O denominador comum de ser contador profissional-cientista é a transparência. O contador é separado em profissional e científico, no entanto, unificado em uma única imagem no funcionamento da transparência.

Na contemporaneidade, somos confrontados com inúmeros textos que, para Maingueneau (2004), são tão efêmeros quanto invasores. Esses textos estão nos panfletos, catálogos, jornais, revistas, cartazes, malas-diretas de propagandas, e-mails etc., que observamos muitas vezes com olhar desatento, porém eles estão constituídos de uma historicidade econômica e social.

Por um desses instrumentos, o CFC e a ABRACICON se manifestam aos profissionais e cientistas. Os enunciados legitimam-se pelo modo que são produzidos e circulam, isto é, produzidos por entidades representativas da sociedade e em circulação entre os membros dessas

entidades, produzindo efeito de verdade e autenticidade. A "transparência" dos negócios se constitui como um sentido dominante para justificar, explicar, dizer, questionar e esclarecer qualquer coisa que seja, como se as "coisas" de gestão fossem tranparentes. Entretanto, podemos interpretar que pode não dizer nada, ou dizer outra coisa, dizer também dos negócios "(in)visíveis".

Nos enunciados, os sujeitos contadores estão apresentados como subordinados à transparência. A transparência é o que qualifica e ao mesmo tempo é o que "descreve" o contador profissional e cientista. A preposição "da" estabelece uma relação subordinada do contador com a transparência: "contador: profissional da transparência"; e "Aos cientistas da ética e transparência...". Aqui, contador "profissional" e "cientista" estão relacionados e subordinados à transparência. Há ainda um efeito de sentido de que ser contador é produzir informações, discursos transparentes. Ser cientista contábil é pesquisar e apresentar resultados para se "obter" mais informação, mais informação transparente. Desse modo, os contadores, pela aplicação da ciência contábil, produzem transparência.

Para Pêcheux (2006, p. 56), "todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação". Assim, procura-se estabilizar a "agitação" dos sentidos de contador, profissional e cientista no espaço e filiações da historicidade de identificações, a quem se atribui ser um operador das partidas dobradas da contabilidade, embora, na língua, sempre temos a impossibilidade de se dizer tudo, os sentidos sempre estão em movimento.

Vamos inscrever a transparência como efeito de sentido decorrente de relação com o conceito de democracia apresentado por Bobbio (1986, p. 10), que explica: "pode-se definir a democracia das maneiras mais diversas, mas não existe definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder". Assim, a democracia visível e transparente está relacionada ao poder, à ética do poder.

Rancière (2014, p. 19) conceitua a democracia moderna da seguinte forma: "significa a destruição do limite político pela lei de ilimitação própria da sociedade moderna. A vontade de passar por cima de qualquer limite é servida e ao mesmo tempo emblematizada pela invenção moderna por excelência: a técnica". Filiando-nos a Rancière, compreendemos a transparência como uma técnica que, para chegar aos seus fins, destrói a política, exclui o povo e se livra da democracia e da transparência como mais um objeto, como uma "coisa" do mercado. A sociedade se limita pelo princípio da ilimitação – a ilimitação da transparência.

A liberdade do mercado valoriza a transparência como uma moeda, como dinheiro, instrumento que agiliza as trocas financeiras do capitalismo neoliberal. Também podemos compreender a transparência como uma "mixórdia alquímica" de Thomas Herbert, um produto dos técnicos, por seu caráter de técnica/política/ideologia e sua capacidade de gerar/acumular/concentrar riqueza. Assim, conjugando concepções de transparência de Bobbio (1986), de democracia de Rancière (2014) e de "mixórdia" ao modo de Thomas Herbert, podemos formular:

A democracia é política, é opaca.

A transparência é técnica.

A transparência é contrária à política.

Transparência é (in)visível.

A transparência tem valor.

A transparência é moeda, é poder.

A transparência tem mercado.

O mercado tem transparência?

Transparência é ilimitação.

Nessa perspectiva de interpretação, consideramos o trabalho de Byung-Chul Han (2017a), pelo qual lemos que a transparência na sociedade da informação se entrega a um jogo, uma narrativa, pois "mais informações e mais comunicação não *clarificam* o mundo; a transparência tampouco o torna clarividente".

A massa de informações não gera *verdade*, e quanto mais se liberam informações tanto mais intransparente torna-se o mundo (HAN, 2017a, p. 106). O sentido de transparência é opaco. A transparência publiciza, mas publicizar não é transparência. Mais transparência é mais informação, mais comunicação, mais acumulação, mais vontade de consumo. Transparência é consumo. O neoliberalismo desloca o cidadão para consumidor.

Na abordagem política da transparência das informações, do publicizar, na comparação entre os regimes de Estado, Bobbio (1986) argumenta sobre a superioridade da democracia em relação aos estados absolutos. Nos estados democráticos, as grandes decisões são tomadas aos "olhares visíveis do público" dando vida à transparência, ao "poder sem máscaras" (BOBBIO,

1986, p. 29). Citando Kant, Bobbio (1986) interpreta que uma ação pelo qual sou forçado a manter algo secreto não é apenas injusta, pois, quando essa ação secreta/injusta se torna pública antes da execução, a probabilidade de essa ação ser executada pode ser menor ou impossibilitada de execução. Tal consideração nos condiciona e possibilita compreender uma transparência relativa à visibilidade de olhares públicos, às decisões de estados que se propõem democráticos, não mascarados. Ou melhor, nos estados que se proclamam democráticos, o poder não tem máscaras.

Todavia, a "visibilidade", que aqui pode deslizar para o "exposto", mas também para o invisível, ou até mesmo "fragilidade" e "vulnerabilidade", permite dizer que o sentido de transparência está à deriva, embora sob o constante controle. Transparência é controle. Controle é ditadura – ditadura da transparência (HAN, 2018, p. 18).

Nesse sentido, Bobbio (1986, p. 29), exemplificando com a obra de Alan Wolfe, *Os limites da legitimidade*, apresenta a "eliminação do poder invisível" como uma promessa não cumprida pela democracia. Nessa obra, Wolfe conceitua o funcionamento do duplo estado, "duplo no sentido de que ao lado de um estado visível existiria sempre um estado invisível" (BOBBIO, 1986, p. 29). Esse Estado visível/invisível podemos exemplificar pelas leis e pelas instituições da democracia formal, que, para Rancière (2014, p. 9), são representações, "são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa".

A relação entre democracia, transparência e contabilidade converge com os pressupostos do liberalismo, e, nesse sentido, Bobbio (1986) procura combinar a tradição liberal e socialista num delicado equilíbrio entre liberdade e justiça social, valorizando a política e a democracia. Hayek (2010), na obra *O caminho da servidão*, publicada em 1945, considerada o original em defesa do liberalismo clássico, afirma que o capitalismo funciona como "um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada", acrescentando que "é muito importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível" (HAYEK, 2010, p. 79). Logo, a democracia só poderia existir pelo liberalismo econômico, e, assim, a transparência estaria em simetria com a democracia. Bobbio (1986, p. 123-124) destaca sobre liberalismo e democracia:

<sup>[...]</sup> mostram não ser mais totalmente compatíveis, uma vez que a democracia foi levada às extremas consequências da democracia de massa, ou melhor, dos partidos de massa, cujo o produto é o Estado assistencial. [...] para aqueles novos liberais, parece ser a democracia a pôr em crise o capitalismo.

A transparência, como produto neoliberal, funciona para salvaguardar a liberdade individual e a propriedade em detrimento do coletivo, do comum. Essa vitalização da vida privada acarreta uma (de)(co)manda de aspirações sociais, produzindo efeitos que tornam os cidadãos indiferentes ao bem público e que mina a autoridade de governos que são intimados a responder a essa espiral de demandas emanadas da sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 17). A transparência é uma (de)(co)manda social do mercado, da democracia burguesa.

A linguagem, seguindo Pêcheux, Orlandi (2015, p. 19-20) define: "serve para comunicar e para não comunicar". As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos, e seus efeitos permitem relações de efeitos múltiplos e distintos. Assim, democracia e transparência podem sempre estar à deriva, sob o controle produzido pelo neoliberalismo.

Bobbio (1986) apresenta a questão da relevância da transparência na definição da democracia como se o Estado transparente já fosse um Estado democrático. Um Estado que não seja transparente não é Estado democrático. A democracia é burguesa, a democracia é dos especialistas, dos técnicos. A transparência é uma técnica para os técnicos produzirem conformidade, homogeneidade. "A supressão de divergências faz parte da economia da transparência" (HAN, 2018, p. 20). A democracia é liberal. O liberalismo é o funcionamento do mercado, e a democracia funciona para o mercado. Para Rancière, os especialistas enunciam a democracia como um paradoxo:

[...] a democracia, como forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele. [...] Mas, esse tipo de arte é pouco apreciado hoje em dia. [...] O fato de as democracias serem 'ingovernáveis' prova superabundantemente a necessidade de serem governadas e, para eles, é legitimação suficiente do cuidado que tomam justamente para governá-las. [...] Para eles, trata-se de desatar o equívoco do nome, de fazer 'democracia' não mais o nome comum de um mal e do bem que o cura, mas apenas o nome do mal que nos corrompe. (RANCIÈRE, 2014, p. 17-18)

A transparência é uma forma de controlar a democracia dos excessos, por isso, os excessos da transparência? A democracia exige transparência, porém, a transparência não exige democracia. A transparência exige consumo. "O consumo não se reprime, só se maximiza. É gerada não uma escassez, mas uma abundância, um excesso de positividade. Somos todos compelidos a comunicar e consumir" (HAN, 2018, p. 57).

Levando em consideração, portanto, que a democracia liberal e a transparência estão em uma relação de contiguidade (e de dependência mútua) com o excesso, em uma nova formulação dos enunciados das entidades da classe contábil, poderíamos produzir as seguintes paráfrases:

Contador profissional e cientista da transparência,
da democracia,
da realidade, da verdade,
da exposição,
da fragilidade,
do excesso,
da falta
da (in)visibilidade,
da vulnerabilidade.

Para a metáfora, nas condições de Hayek (2010), teríamos:

Contador profissional-cientista do liberalismo;
da liberdade individual,
da propriedade privada,
do consumo,
da ética
do mercado.

A transparência como exposição de tudo desliza para a mercadoria: um excesso "expondo e exibindo tudo como mercadoria (HAN, 2017c, p. 61). A economia capitalista submete tudo à coação expositiva, uma encenação expositiva que gera valor. A contabilidade mensura tudo como mercadoria. Essa perspectiva produz um sentido de que o contador e a contabilidade na sua exposição de transparência seriam uma mercadoria — o trabalho do contador como mercadoria. Mais do que o trabalho marxista para produzir sustento/riqueza, o trabalho do contador profissional/cientista desliza para as relações contratuais entre indivíduos na crença do consumo/mercado.

A contabilidade, também como mercadoria na sua similaridade com a alquimia da mixórdia técnico-ideológica de Herbert, é prática e instrumento capaz de gerar valor. A contabilidade quantifica, mensura, controla a informação capitalista, publiciza-a como informação transparente; é a informação visível não pela possibilidade da verdade, mas visível por uma publicização para gerar valor, pela condição de valor do teatro, do teatro do mercado livre. A encenação visível.

Por esse jogo de deriva, considerando contador, contabilidade e transparência, podemos formular:

Contador profissional e cientista da transparência.

Contador profissional e cientista da contabilidade.

Transparência, teatro do mercado.

Contabilidade, encenação de valor.

Contador profissional e cientista da encenação de valor.

Ou, ainda, teríamos também: contador e cientistas da opacidade, da não-transparência. A Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2015, p. 15), mas, opaca, uma vez que leva em conta os processos e condições de produção da linguagem, definindo o discurso como efeito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 2015, p. 20). Publicizar a contabilidade não produz os mesmos sentidos de transparência da/na contabilidade.

Embora o privado esteja apagado na propositura de democracia e transparência de Bobbio (1986), pois se refere às decisões de Estado, no liberalismo de Hayek (2010), no capitalismo privado, mercado livre é a condição prévia para todas as liberdades democráticas. O contador profissional e o cientista contábil têm como objeto de trabalho o patrimônio das instituições, sejam elas públicas, de Estado, ou privadas. No apagamento das instituições privadas, a formulação de Bobbio (1986) quanto à transparência nos permite interpretar, pelo efeito de sentidos, que os contadores e os cientistas da contabilidade poderão fazer disjunção em seus relatórios do que deve ser manter-se visível e do que deve ser invisível, assim como público/privado. A exposição dos negócios públicos (de todos) e a opacidade para os negócios privados (de poucos) dizem respeito a uma exposição mais restrita do interesse individual, do rentista.

A informação contábil, em especial a gerencial, de gestão e desempenho, segundo Atkinson et al. (2000, p. 45), envolve-se em várias funções organizacionais, desde o controle operacional,

no custeio de produtos, até os clientes, na administração e na formulação das estratégias das entidades. Para se obter êxito, a informação contábil necessita estar alinhada com as concepções que predominam nos negócios, ou que, de alguma forma, estejam acobertadas pela discursividade do capital. As regras contábeis se apresentam como mais um mecanismo nas metamorfoses do capitalismo. O capitalismo, este renovado e profundamente transformado pelo neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016), resulta numa transformação igualmente profunda na sociedade.

As mudanças ou adaptações da sociedade se refletem nas regras contábeis, como a adaptação das regras da contabilidade internacional para as nacionais, que por seus aparelhos institucionais propõem as mudanças como obrigatórias e indispensáveis. Esses mecanismos funcionam pela univocidade, única solução da contabilidade para atender às mudanças da sociedade de economia neoliberal. Para execução dessa adaptação, as instituições já existentes criam novas instituições, mais puras, específicas, pois elas devem ser do gênero imparcial, transparente e independente, para persuasão neoliberal, articuladas com o mercado de capitais. Dessa forma, cria-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a partir da origem de uma fundação de apoio.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Brasil foi idealizado e constituído por instituições<sup>37</sup> que representam o mercado contábil, ou seja, pelo conselho que controla seus profissionais, por uma instituição de ensino que predominou/predomina sobre a questão da formulação conceitual em Ciências Contábeis e, principalmente, pelas associações dos profissionais liberais ligados diretamente ao mercado de capitais (CFC, 2005). Instituições essas que criam novas instituições sob o conceito do institucionalismo americano, que julga que as instituições determinam as atividades humanas, pelas pressões sociais que exercem pela intervenção política, sob a égide de modificar hábitos e de aprimorar o gênero humano (MISES, 2010, p. 24).

Isso porque o principal objetivo do Comitê é fazer a adequação, uma aderência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade. Assim, consta na Resolução n. 1.055/2005 da CFC, artigo 3°:

Auditores Independentes do Brasil.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> O CPC foi criado com a colaboração das seguintes instituições: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais; BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, Conselho Federal de Contabilidade (CFC); FIPECAFI – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo FEA/USP; e IBRACON – Instituto dos

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (CFC, Resolução n. 1.055/05)

As normas internacionais de contabilidade aderidas pela contabilidade brasileira foram os IFRS (*International Financial Reporting Standards*), que representam um conjunto de pronunciamentos contábeis publicados e revisados pelo IASB (International Accounting Standards Board). O IASB caracteriza-se por ser uma instituição internacional, com poderes acima ou independentes de governos, isto é, autodesigna-se soberano para fins de estudo, e as normas contábeis que emitem devem ser observadas por todos seus países filiados. No entanto, como um contraditório da independência da instituição, as normas emitidas são supervisionadas e monitoradas por autoridades representativas do mercado de valores mobiliários, o mercado financeiro.

Interpretamos, assim, que temos uma orientação internacional para a contabilidade, articulada inteiramente para o mercado de capitais, da especulação financeira internacional, dos ganhos e das perdas lastreadas nos títulos e valores mobiliários, que afetam os indivíduos e a sociedade de maneira direta/indireta, numa discursividade de justificação em nome do "mercado". Todavia, os indivíduos e a sociedade podem não identificar "quem é", "onde está" e "quando" o mercado se faz presente, ou melhor, como o mercado se faz onipresente.

Um dos pilares proclamados nessa adaptação das regras da contabilidade é a valorização da essência econômica das transações que o próprio documento produzido pelas transações, a forma. No entanto, essa essência está muito mais conectada com a representação da questão de confiança/desconfiança dos investidores nas empresas do que propriamente nos resultados operacionais das empresas. A essência amplia a subjetividade do julgamento do profissional da contabilidade. Embora a essência contábil queira ser neutra em relação à forma, são as formas dos contratos que manifestam a racionalidade contábil. A subjetividade se produz em razão da importância das amostras que as empresas representam como dado, como mercado ou como as finanças para a realização das trocas flutuantes, numa modulação que se traduz num percentual de

amostragem, como já entendia Deleuze (1992), "as massas tornaram-se amostras" nas sociedades de controle.

Nesse contexto, compreendemos que a contabilidade possui, de certa forma, um novo regramento ditado pelo mercado de capitais, das finanças mundializadas (CHESNAIS, 2005), do capitalismo de sobre-produção, comprar e vender ações (DELEUZE, 1992). A informação contábil por relatórios, por meio de números, balanços etc. produz uma narrativa de "sucesso" ou "fracasso". Essa narrativa, verdadeiramente, é que importa na financiarização do capitalismo – mais do que os resultados de fato. O que interessa é o "poder para atrair investidores". Conforme Deleuze (1992, p. 3), "a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição [da informação]". A transparência, a publicidade das cifras financeiras, é a informação do sucesso ou do fracasso, do acesso ou da exclusão. A transparência como dispositivo neoliberal é a informação positiva. A transparência como informação funciona ao modo dos *big data*. "Os *big data* são um grande negócio: os dados pessoais são completamente monetarizados e comercializados" (HAN, 2018, p. 90).

O discurso midiático em forma de notícia produz efeito de sentido do sucesso dos bancos que vencem as dificuldades. O sucesso está registrado na contabilidade dos bancos como o crescimento dos lucros. Esses lucros representam os esforços dos seus dirigentes, o trabalho realizado – o esforço do sujeito egoísta de Marx. O lucro é o técnico, o científico, transparente na contabilidade; o lucro não é social, é dos donos do banco<sup>38</sup>. O lucro funciona pelo positivo, uma beleza natural, o sucesso da economia neoliberal.

Nesse jogo discursivo de efeitos de sentidos, apresentamos o recorte do portal de notícias G1, de 09 de agosto de 2018, que destaca (Figura 12): "Lucro dos maiores bancos do Brasil cresce 17% no 2º tri e soma R\$ 16,8 bilhões: Ganho consolidado de Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil é o maior desde o 2º trimestre de 2015". A reportagem apresenta ainda que "os balanços divulgados pelos bancos apresentam o aumento dos ganhos que foi impulsionado pelo crescimento das receitas com tarifas, menores despesas com provisões para calotes, menor custo do crédito e maior controle de custos", ou seja, mérito dos gestores e dos acionistas, que conseguiram

\_

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Famílias donas do Itaú receberam R\$ 9 bilhões em dividendos na crise. A pior recessão da história do Brasil teve um lado bom para três das famílias mais ricas do país – clãs Setúbal, Villela e Moreira Sales. Notícia de 30 de abril de 2018. Disponível em: <a href="https://exame.abril.com.br/negocios/familias-donas-do-itau-receberam-r-9-bilhoes-em-dividendos-na-crise/">https://exame.abril.com.br/negocios/familias-donas-do-itau-receberam-r-9-bilhoes-em-dividendos-na-crise/</a>. Acesso em: 7 set. 2018.

"explorar" mais seus clientes, dada a estrutura econômica e social desigual existente. O dinheiro não dorme.

Os relatórios contábeis registram o sucesso do desempenho das atividades financeiras, desempenho este veiculado com/pela positividade do sistema financeiro, um segmento econômico-social organizado, competente. Os outros setores econômicos ou mesmo os setores sociais precisariam de organização gerencial, precisariam ser mais competentes para merecem melhores resultados.



**Figura 12** – Recorte de notícia do portal de notícias G1 (08/2018).

Fonte: <a href="https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/09/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-17-no-20-trie-soma-r-168-bilhoes.ghtml">https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/09/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-17-no-20-trie-soma-r-168-bilhoes.ghtml</a>. Acesso em: 7 set. 2018.

O próximo recorte (Figura 13), também do Portal de notícias G1, mostra-nos que a grande mídia noticia o negativo, um fracasso coletivo, da maioria do povo "explorado", simbolizado na imagem de uma criança em suas precárias condições econômicas e sociais, no lugar de um vazio financeiro. Ali não tem lucro, não tem sobras, ali é o lugar onde tem a falta.

Nesse lugar, signos de competência, esforço, trabalho são deslocados para fracasso e exclusão, espaço saturado pela concentração da escassez. Aqui, a transparência é significada como negativa. A contabilidade parece estar ausente. A contabilidade registra a riqueza, o capital, não registra a falta, a pobreza<sup>39</sup>, a ausência econômica. A transparência da contabilidade ficaria opaca na pobreza.

O jornalista que redige a notícia interroga: "o que explica o aumento da pobreza no Brasil? E responde: "expansão modesta da economia e situação fiscal do governo". Essa discursividade jornalística de sucesso/fracasso se faz muitas vezes de forma assimétrica, como se não existisse relação entre "os lucros dos bancos" e a outra realidade econômica social, "o aumento da pobreza". Essa assimetria é produzida pela transparência dos lucros pelo efeito de sentido do mérito, do positivo. A pobreza (real) é opacificada pela informação, as causas da pobreza são difusas, governos e economia não identificam o lugar, somente as causas. O lugar de pertencimento é (re)conhecido somente pela criança pobre. O lugar pertence a criança. A pobreza como se fosse por merecimento do sujeito.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> A contabilidade registra o capital (micro e o macro), e, não registra a pobreza em sua forma micro, individual, o indivíduo pobre sem capital. O registro da pobreza na contabilidade é um simbólico macro, representado pela massa (vários, milhares de indivíduos somados), estaticamente são índices, a materialidade da pobreza parece ser significada somente para o indivíduo em sua existência. O própria contabilidade social registra os aspectos da atividade econômica (capital) e social. No ambiente neoliberal às políticas públicas para redução da pobreza são gastos (despesas) orçamentários, que reduzem o superávit financeiro primário, as metas financeiras do Estado. Na pobreza não tem capital, não tem materialidade contábil.

ECONOMIA ECONOMIA

# O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil?

Apesar de alta do PIB e inflação baixa, pobreza extrema avançou 11,2% no país, atingindo quase 15 milhões de pessoas. Economistas apontam expansão modesta da economia e situação fiscal do governo como raízes do problema.



Figura 13 – Recorte de notícia do portal de notícias G1 (04/2018)

Fonte: <a href="mailto:kttps://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil.ghtml">kttps://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil.ghtml</a>.

Acesso em: 7 set. 2018.

A discursividade neoliberal se apresenta como transparente, objetiva, e seus inúmeros defensores/colaboradores/seguidores estão espalhados na sociedade, sujeitos que tem ilusão de achar que sabem o que falam, principalmente os sujeitos da mídia, produzindo enunciados tais como "recessão e desemprego derrubam inflação e devolvem poder de compra aos brasileiros"<sup>40</sup>, que, com efeito de verdade sustentado nos dados numéricos, são um colapso social, sem um mínimo de crítica. A hilariante frase é profundamente triste em expressar que os brasileiros desempregados podem comprar mais. Na sociedade de consumo em que somente o dinheiro compra, propagam-se esses enunciados que produzem o efeito de sentido de que seria possível a

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Frase da comentarista de economia Thaís Herédia, defensora das reformas econômicas, trabalhistas e previdenciárias, pronunciada em 07 de abril de 2017, em Jornal de Televisão, sobre a queda da inflação.

compra sem o dinheiro. O deslocamento cabe aqui aos brasileiros, aos brasileiros que enriquecem com recessão e desemprego.



Figura 14 – Recorte de comentário sobre economia feito para o canal Globo News

Fonte: <a href="http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/foi-preciso-reprimir-a-economia-para-que-os-precos-caissem-diz-thais-heredia/5784135/">http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/foi-preciso-reprimir-a-economia-para-que-os-precos-caissem-diz-thais-heredia/5784135/</a>. Acesso em: jan. 2019.

Os bancos representam um pequeno grupo de famílias (os sonhadores) que controlam o sistema financeiro, que (re)produzem a acumulação/concentração de riquezas. A pobreza pode ser explicada pela falta do "sonho"; os pobres não foram educados para "sonhar", por isso a realidade da penúria. O discurso midiático circula e significa a realidade da distribuição da riqueza determinada, (re)produzida pelo sucesso da financeirização neoliberal.

O recorte (Figura 15), a seguir, também do Portal de notícia G1, de 02 de janeiro de 2018, apresenta a narrativa da educação financeira para uma vida financeira saudável forjada pelo sonho motivador, do sujeito ávido pelo consumo. A criança pobre não vive o sonho de consumir, e, assim, suas fantasias não se organizam, não ganham, merecem, demandam planejamento — uma fantasia sem educação financeira. Temos que educar pelo sonho.



**Figura 15** – Recorte de notícia do portal de notícias G1 (01/2018)

Fonte: <a href="https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/educadora-sobre-vida-financeira-saudavel-em-2018-primeiro-passo-e-o-sonho.ghtml">https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/educadora-sobre-vida-financeira-saudavel-em-2018-primeiro-passo-e-o-sonho.ghtml</a>.

A transparência da pobreza expõe o governo na sua organização e competência insuficientes, ou seja, em certo sentido, seria melhor ficar sem governo, não ter governo. Essa é a realidade que a transparência desnuda para a sociedade. Um governo nu e um sujeito pobre sem sonho? Se a transparência quer ser a realidade, como seria para o sujeito pobre fantasiar outra realidade econômica-social? Vamos nos filiar ao que Lacan tira de lição em Freud, em *A interpretação dos sonhos*, o que segundo Zizek,

[...] se o que experimentamos como 'realidade' é estruturada pela fantasia, e se a fantasia serve como crivo que nos protege, impedindo que sejamos diretamente esmagados pelo real cru, então *a própria realidade pode funcionar como uma fuga de um encontro com o real*. Na oposição entre o sonho e realidade, a fantasia está do lado da realidade, e é que os sonhos sejam que nos defrontamos com o real traumático – não é que os sonhos sejam para aqueles que não conseguem suportar a realidade, a própria realidade é para aqueles que não conseguem suportar (o real que se anuncia em) seus sonhos. (ZIZEK, 2010, p. 73)

Os liberais defendem a aplicação das regras iguais para todos. O que não é colocado em igualdade é a propriedade privada, o direito à herança, o poder de compra, pois essas "conquistas" são de oportunidades anteriores, ou divinas. A democracia pode não ser transparente. A democracia funciona como estado de Direito, de modo que a desigualdade entre sucesso/fracasso somente aparece espontaneamente. Hayek (2010, p. 88) diz: "é inegável que o estado de Direito produz desigualdade econômica – tudo que se pode afirmar em seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir este ou aquele indivíduo de modo particular".

Contudo, se o sonho pode ser uma reação à realidade das desigualdades, Zizek (2010) lembra a assertiva da aceitação das desigualdades pela sociedade como uma cegueira impessoal,

que Hayek dita quando acontecem desigualdades, mesmo que permanentes. Hayek diz: "mas quando essas coisas acontecem numa sociedade conscientemente dirigida, a maneira como as pessoas reagem é muito diferente daquela como fazem quando tais desigualdades e infortúnios não resultam de escolha consciente" (2010, p. 110). Perguntamo-nos, qual foi a escolha consciente da criança pobre? Qual foi a escolha consciente da família de banqueiros? Podemos responder: não foi escolha, foi Destino. Segundo Zizek,

[...] assim, o que a 'irracionalidade' do sucesso ou do fracasso no capitalismo de mercado tem de bom (lembremos o velho tema do mercado como uma versão moderna de um Destino imponderável) é me permitir precisamente perceber meu fracasso (ou sucesso) como 'imerecido', contingente. A própria injustiça do capitalismo é um traço essencial que o torna tolerável para sua maioria (posso aceitar meu fracasso muito mais facilmente se sei que ele não se deve às minhas qualidades inferiores, mas ao acaso. (ZIZEK, 2010, p. 50)

Talvez pela falta de sonhos, "também a sociedade da transparência é uma sociedade sem poetas, sem sedução e sem metamorfose" (HAN, 2017a, p. 91). Podemos conceber que existe um destino que abriga a maioria das pessoas, e há outro destino, um sem metamorfose. Como em uma partida de futebol, o vencedor exclama: "ganhamos". Perguntado pelas causas que o levaram à conquista, ele responde: "trabalho, fé, transparência, merecimento...". Os perdedores dizem "destino de hoje".

Além do mais, o que deve ser exposto é o interesse público e não o interesse privado. Assim, podemos questionar: de que transparências estão falando mesmo? Quem tem que ser transparente? O individual ou o coletivo, a empresa ou o Estado? Qual o significado da transparência que os cientistas e o contador produzem? Em face da necessidade de salvaguardar interesses de "quem"? Podemos responder as questões pelo modo de inscrição dos sujeitos numa relação política, segundo Pêcheux:

[...] a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo 'interpretações', constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento 'literal' dos documentos, as ditas 'interpretações' [...] os poderes 'interessem-se pelas ciências do tratamento dos textos. (PÊCHEUX, 2014. p. 60-61)

A transparência precisa ter mais narração, e a contabilidade não contar o número. Compreendemos que a contabilidade deve prover a narração do número.

### 3.1.1 A transparência contábil pela ética, credibilidade e zelo

O enunciado "Contador. Profissional da transparência. Aliado de todas as horas", para sua compreensão, nos mobilizamo-nos pela AD de Pêcheux, por "gestos de leitura", "uma série de conjunturas" e "trabalho de memória", mas também por "uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega" (PÊCHEUX, 2014, p. 59).

A condição de produção do discurso do contador está atrelada ao real da história, à luta de classes, mesmo que de forma silenciosa, inconsciente. Pêcheux parece estar falando diretamente aos contadores quando diz:

[...] um grande número de escrivães, copistas e 'contínuos', particulares e públicos, constitui-se, através da Era Clássica e até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de 'originalidade', sobre este apagamento de si na prática de uma leitura consagrada ao serviço de uma igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 2014, p. 59-60)

O sujeito contador se apaga pela contabilidade na sua suposta "teoria de linguagem unívoca" por estar a serviço de uma gestão. A preposição "da" demonstra a relação do sujeito contador de subordinação com a transparência ou mesmo de pertencimento a esse domínio da transparência. A transparência em deriva para a democracia, visibilidade, verdade, liberdade e fragilidade de sua exposição. O contador (profissional, técnico) é transparente? A contabilidade é transparente? Qual é a transparência? Ou melhor, transparência de quê?

Adicionado o complemento apresentado no enunciado da publicidade que destaca os valores da "ética, credibilidade e zelo para cuidar do patrimônio das empresas e sociedade", ou seja, privado e público, valores estes inter-relacionados, que interpretamos como filiações para fundar o que se trabalha como transparência nas ciências contábeis. Assim, podemos retornar às questões formuladas e reformulá-las: qual é o interesse das empresas na transparência de seu patrimônio? O contador é aliado de quem? Das empresas ou da sociedade?

O interesse das empresas e da sociedade é o mesmo? Poderíamos aqui justificar, sob a lógica cartesiana e unívoca, que o lucro é o interesse das empresas e de seus investidores e que, por consequência, a sociedade estaria atingindo seus interesses em usufruir desse lucro de alguma forma. Mas questionamos essa estabilização de sentidos. O interesse da sociedade é o lucro das empresas? Como respostas podemos elaborar múltiplas formulações, que se desdobram em múltiplas indagações, como: de que maneira a sociedade usufrui do lucro das empresas?

Poderíamos responder que há pelo menos duas formas de isso acontecer: o lucro da empresa que é acumulado/distribuído aos sócios, funcionários, administradores; o lucro que a empresa investe em si mesma, como fonte geradora de novos empregos, impostos, rendas, riquezas etc.

No discurso político empresarial, essas duas situações são uma leitura literal, que funciona constituindo um processo de aparência unívoca. Ou, podemos encaminhar a questão dos interesses da sociedade e das empresas que percorrem um caminho que sofre disjunção entre o "resto" e o "todo". O lucro como resultado contábil, um "resto" também não pode ser considerado como uma única solução matemática/física, um real de medida, sem levarmos em conta "o todo" econômico social envolvido. Como exemplo, temos as organizações sociais, as entidades comunitárias, em que o resultado não é o número, mas as variadas ações que foram desenvolvidas até de forma (in)visível. Assim, podemos dizer também dos governos. O lucro deve ser o "resto". O problema é que o "resto" possui volume e gera dessimetrias sociais.

Nesse contexto, compreendemos a preocupação de Pêcheux e Fuchs (1997[1975]) sobre a simetria e não simetria na "Distribuição mais/melhor equitativa/justa dos/das bens/lucros/riquezas". No entanto, interpretamos que, por força midiática, os caminhos da empresa na distribuição dos bens/lucros/riquezas são objeto de inúmeros textos e audiovisuais opacos que se intitulam de "Transparência e Responsabilidade Social".

Como funciona esse "forjar transparência" para os contadores, as empresas, o patrimônio, os interesses, a sociedade, todos, ou nenhum destes? Como os sentidos da "ética, credibilidade e zelo" na transparência articulam-se com relação aos interesses? É nesse sentido, neste movimento de compreensão, que pretendemos seguir em gestos de descrição e interpretação desses enunciados.

Na Figura 10, enquanto material significante, podemos considerar a transparência pelos sentidos que são dados a partir da tecnologia e da óptica. Realizando um primeiro movimento de descrição, podemos observar que a imagem apresenta, no seu centro, uma tela plana digital partida (tela da transparência), sendo sustentada por dois profissionais contadores. Nas laterais da tela, um mapa do Brasil, dividido, e o centro, entremeio, está transparente; vemos, através das figuras, o mapa do Brasil atravessado, separado por uma visibilidade de uma tela plana, sendo que no fundo percebemos visível uma mesa de escritório. Devemos interpretar o Brasil dividido enquanto povo, sociedade? Entre "coxinhas" e "mortadelas"? Entre o sim e o não? Ou temos a divisão entre empresa e sociedade/povo? Ou, ainda, a divisão simboliza o Brasil, o governo, o Estado não transparente, ou somente transparente são as empresas? Transparente é o privado?

Temos a imagem do transparente como uma empresa, o privado significando, efeitos de sentido de que, se existe a transparência, não se tem o Brasil, e onde tem o Brasil não existe transparência. Brasil separado pela transparência. O Brasil é opaco. O privado seria transparente. A transparência apresenta um Brasil dividido. A divisão (de)(co)manda restituição, restabelecer a unidade do Brasil. Os contadores pela prática da contabilidade, em gesto, podem/devem (re)estabelecer a unidade do Estado, sem apagar o privado. Não há transparência, está só é restituída a partir da operação técnica contábil para o interesse de todos. O Estado e a sociedade não são transparentes, são opacos, não temos uma semântica universal.

Nesse espaço discursivo, temos uma série de evidências que são lógico-pragmáticas, como questiona e critica Pêcheux (2006), o que é X não pode ser Y, um "*mélangeur*" de "coisas e pessoas, processos técnicos a decisões morais, modos de emprego e escolhas políticas [...] eventualmente mortal para si mesmo e/ou para os outros" (PÊCHEUX, 2006, p. 33). Podemos evidenciar um Brasil que não é transparente e democrático. Mas a transparência e a democracia são uma mesa de escritório (local de trabalho do contador), uma empresa? O sentido da mesa é que, pela transparência, poderemos ver os detalhes, o trabalho do contador, um poder sem máscaras.

A transparência funciona pelo acesso a informações (in)úteis, o excesso da informação? O excesso é inútil. Ou aquilo que aparentemente seria (in)útil poderia ter importância para o Brasil/sociedade, empresas? Aquilo que se propõe ser transparente é opaco, deslizando para obscuro, confuso, duvidoso. A partir da imagem simbólica da transparência, constituímos a transparência pela sua visibilidade. Transparência é visibilidade, é a imagem. A contabilidade produzindo a imagem da transparência. A contabilidade é uma prática de aritmética, produção de dados. A aritmética é uniformização, normatização. A transparência é um discurso, produção de sentidos "em relação com..." (CANGUILHEM, 2006, p. 203) o usuário das informações contábeis e a sociedade. Para Canguilhem (2006, p. 203-204),

[...] as máquinas ditas inteligentes são máquinas de produzir relações entre os dados que lhes são fornecidos, mas não estão *em relação com o* que o usuário se propõe, a partir das relações que eles engendram para ele. Por que o sentido é *relação com*, o homem pode brincar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, criar armadilhas. Pois, tanto numa ocorrência como na outra, é preciso levar em conta um desvio da relação com, um entrose do sentido.

A transparência pela formulação da imagem, pela tela, pode ter seu sentido deslocado também para uma transparência produzida tecnologicamente. O contador é um profissional técnico,

um produtor de relatórios administrativos, financeiros, patrimoniais, estes funcionando como se fossem lentes planas e transparentes. Com esse efeito de sentido, estaríamos diante de uma só interpretação, a transparência como lente teria materialidade, produz visão unívoca, transparente como se fosse imagem da verdade, da verdade materializada do que é visível.

Interessa-nos observar que os dois contadores que seguram a tela executam um gesto de poder da sua função, um poder dado pela técnica-ideológica contábil, que produz transparência das informações como solução dos problemas patrimoniais e interesses das empresas e da sociedade. A solução desses problemas é a técnica, não é mais a solução política, não se tem mais "negociação". Ao contrário, é possível mostrar a imagem da informação, empunhando a transparência da informação que resulta da aplicação de avançados recursos tecnológicos. A transparência da informação é a gestão tecnológica. A gestão tecnológica é o esvaziamento, a negação da solução política. Somente ganha um lado, o outro lado é perdedor. A transparência da informação é produzida para o interesse particular dominante.

Como por uma inércia de negociação social, a transparência é forjada por técnicos da burocracia administrativa e midiática, ou seja: os controladores; pregadores; gerentes; consultores; os fiscalizadores; os juízes; mídias em geral etc. tomam para si o que deve, pode ser dito sobre a renda, o patrimônio, em suma, o dinheiro. Os técnicos pela transparência questionam e respondem - (de)(co)manda, as questões das relações sociais. Contudo, devemos ainda observar que a transparência na economia capitalista é também mais uma forma de gerar acumulação de riqueza, uma vez que quanto mais a empresa publicizar a transparência mais ela pode atrair investidores, seguidores, fieis, gerando e acumulando mais renda.

Poderíamos, ainda, considerar que o contador é o agente de uma nova visibilidade, produzindo um efeito óptico para "ver mais ou menos", "ver melhor ou pior", "ver mesmo ou não ver nada", para ver alguma coisa possível que existe, do outro lado, no fundo, como se fosse transparente, homogeneizando o real. O contador, um agente que controla o limite de enquadramento do olhar, daquilo que olha e deve ver/perceber, expor à interpretação. Contudo, esse discurso é atravessado por uma série de equívocos. Considerando que existem duas telas que representam o Brasil, no encontro das duas telas, o Brasil não estaria mais divido, seria o Brasil, mas opaco.

No caso da imagem em análise, a visibilidade da imagem da mesa de escritório seria apagada, e o privado ficaria opaco. Isso porque estamos considerando que grande parte das

transações do mercado acontecem por conta de uma certa flexibilidade, que haveria na forma de apresentação das contas, lucros, previsões etc. A total transparência, ou melhor, o visível da transparência, no caso do setor privado, poderia fazer com que todos os investidores fossem sempre na mesma direção, por exemplo, eliminando a "vivacidade" do Mercado à qual muitos se referem inclusive por meio de metáforas como: "o Mercado acordou de bom/mau humor".

Pêcheux descreve que "termos como lei, rigor, ordem, princípio etc. que 'cobrem' ao mesmo tempo, como um *patchwork* heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações" (PÊCHEUX, 2006, p. 32). Podemos interpretar, assim, a transparência não como uma homogeneidade lógica, pois, na fala por transparência, o sujeito já está constituído pela ideologia.

A transparência nos negócios seria um vazio de sentido. A opacidade produz sentidos para transparência. A linguagem dos negócios não produz transparência, mas falha, equívoco, pois deriva que os sentidos sempre podem ser outros, inclusive de não transparência. A contabilidade como uma tela digital, tecnologia é opaca.

A contabilidade apresenta os valores da "ética, credibilidade e zelo", como sustentação da transparência. Mas como pode funcionar isso? O zelo, o cuidado, a grande preocupação do fazer cuidadosamente o que é de interesse de outrem, ou de fazer por intimidade, por afeição. O que importa são os interesses das empresas/privadas e da sociedade, a proteção de seus patrimônios. Todavia, os interesses das empresas e sociedade podem ser conflitantes, podem não estar estabilizados ou equilibrados. Os interesses são objetos de governabilidade por instrumentos político-jurídicos, contratos, em que suas interpretações são deliberadas por um sistema de força, historicamente definindo os dominantes.

Relacionado ao zelo deriva o "zelote", que seria um falsear do zelo, um fingir, como o Tartufo da obra de Moliérè<sup>41</sup>. Neste falsear, podemos produzir o enunciado "se existe transparência não tem empresa, Estado, ou, se existe empresa, o Estado não tem transparência", ou deslizam para: a empresa é privada, não deve ser exposto: o Estado é público dever estar exposto.

Podemos interpretar que, pelo excesso de zelo guardião do contador para com o patrimônio das empresas e seus interesses, é possível gerar um "zelote" para a sociedade via contabilidade,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> A comédia Tartufo (personagem-título) de Molière apresenta as relações humanas de uma sociedade burguesa francesa do século XIX. Tartufo, o vilão, é um personagem sedutor, falsário, religioso hipócrita etc. O dicionário português apresenta ao termo significado de um indivíduo de dissimula ou engana. Disponível em: <a href="https://programadeleitura.files.wordpress.com/2013/06/o-tartufo-moliere1.pdf">https://programadeleitura.files.wordpress.com/2013/06/o-tartufo-moliere1.pdf</a>>.

visto que a contabilidade como técnica, como tantas outras técnicas, e suas linguagens produzem implicações sobre nosso cotidiano e nossas atividades. Lévy (2004) posiciona as técnicas como principais agentes de transformação da sociedade, e, para ele, a obviedade destas técnicas "[...] traz consigo outras modificações menos perceptíveis, mas bastante pervarsivas: alterando em nosso meio de conhecer o mundo, na forma de representar este conhecimento, e na transmissão destas representações através da linguagem" (LÉVY, 2004, p. 2).

Para exemplificar a produção da linguagem contábil, a infiltração social, poderíamos citar a técnica do painel do impostômetro (figura 16) como algo que trabalha na produção de um sentido homogeneizante: aquele número (simbólico) estaria em relação direta com o referente, a saber, todo o montante de dinheiro gerado com impostos pelos contribuintes. Além disso, um sentido que cobrar impostos, quando se fabrica uma máquina, um serviço, ou, na compra/venda de um produto/serviço, a mensuração desse montante em tempo real, apresenta efeito de sentidos que o Estado é permanentemente abusivo com o cidadão, o contribuinte, "o empresário". A obrigação do imposto desliza pela carga tributária abusiva sobre a empresa/sociedade/contribuintes.



Figura 16 – Painel do impostômetro no centro de São Paulo.

Fonte: <a href="https://impostometro.com.br/">https://impostometro.com.br/>.



**Figura 17** – Painel do sonegômetro.

Fonte: <a href="http://www.quantocustaobrasil.com.br/">http://www.quantocustaobrasil.com.br/>.

Todavia, temos também a técnica do painel do sonegômetro (figura 17) que produz outros efeitos na sociedade: de desequilíbrio, de "injustiça", esperteza, sonegação etc., naturalizando, ao mesmo tempo, por meio da quantificação, um ato que é considerado criminoso. Apesar de polissêmico o discurso das questões tributárias, ele se estabiliza num sentido dominante de que "todos" pagam e "ninguém" ou "poucos" recebem. Entretanto, observamos que o zelo pode deslizar para o receber de "ninguém", e o zelote para o pagar de "todos", como se não tivéssemos outras possibilidades para interpretar zelo.

A contabilidade se "veste" de credibilidade para objetivar confiança no que apresenta. A palavra crédito se alicerça em *credere*, acreditar, do credo religioso, e, para Hendriksen e Van Breda (2012, p. 149), é um conceito subjacente à ética dos negócios, pelos seus "contratos". No entanto, a transparência exercida por contratos é regulada, vazia de confiança.

A credibilidade de uma autoridade da técnica para construir a transparência das informações se dá por contratos, e a contabilidade incorpora o discurso da transparência e da credibilidade. Assim, contabilidade, credibilidade e transparência juntas "vão" se constituindo e produzindo efeito de sentidos. Os primeiros usos da escrita na Mesopotâmia eram relacionados à contabilidade para os inventários dos templos, que se seguiram para as planilhas da microinformática que abriram a porta para as empresas fazerem suas previsões e orçamentos atuais (LÉVY, 2004, p. 35-56). E, agora, estão nos artefatos da transparência da informação. Os artefatos contábeis que produzem sentidos de "credibilidade", mas em que se pode acreditar? O acreditar poderá ter contornos mais

evidentes de transmissibilidade, de uma linguagem de artefatos e tecnologias discursivas (PAVEAU, 2013, p. 135) do que na credibilidade. A contabilidade, na sua evidência primeira, é a univocidade lógica de transmissão de informação, mas não há metalinguagem, assim a credibilidade é opaca.

Por outro modo, podemos deslocar para que mercados/governos/instituições por seus técnicos produzam artefatos contábeis, que fazem com que os indivíduos tenham mais liberdade de escolha de mercado, uma aparente democracia transparente, mas que fica difusa na garantia das necessidades sociais.

A credibilidade das informações de negócios públicos e privados é uma construção simbólica que pode ser representada no imaginário dos artefatos contábeis. Uma informação, um dado, uma estatística, patrimonial, financeira ou social produzidos pela contabilidade, produzem efeito de sentidos em suas cenas de mídia como nas pessoas da Idade Média, que acreditavam na realeza do direito divino. Nesse sentido, Lévy (2004, p. 4) assinala que "apesar de vivermos em um regime democrático, os processos sociotécnicos raramente são objetos de deliberações coletivas explícitas, e menos ainda de decisões tomadas em conjunto, dos cidadãos".

A contabilidade não é decisão em conjunto, embora tente ter essa aparência pela técnicaciência. A necessidade da "transparência" é para significar uma verdade para "todos", em que estes possam acreditar, confiar, mesmo com o risco das verdades como as de Tartufo. Todavia, a credibilidade da transparência contábil pode ter efeitos de sentido distintos, inclusive contratual de ser "non credere, ou, partiale credere".

Para as empresas, os efeitos da credibilidade podem estar em relação às responsabilidades com o futuro dos próximos negócios e suas continuidades, sendo que os ganhos são de imediato. A sociedade e os sujeitos simbolizam a credibilidade pelas, ou a partir das suas condições simbólicas de existência do hoje. Para Hendriksen e Van Breda (2012, p. 25), a veracidade dos relatórios financeiros relaciona-se à validade das regras e princípios contábeis que apoiam os relatórios, mas essa base é frágil para tal determinação. Empresas/sociedade podem não considerar a unicidade da transparência, sair desse espaço privilegiado de respostas e considerar a transparência um espaço simbólico, imaginário, para outros efeitos de sentidos de negócios, decisões do passado, presente e de futuro, ou ainda, de ativos éticos e obrigações éticas. Sem esquecer que o "ético" contábil é algo proposto nos contratos.

A *exigência* da transparência se justifica pela *falta* de confiança. A *credibilidade* desliza para a *confiança*. A própria contabilidade se apropria de regras para produzir confiança, e não para produzir a verdade. Assim, podemos dizer que a contabilidade não produz transparência no sentido da "verdade", produz uma transparência no sentido da "(des)confiança".

Desse modo, do enunciado o "Contador profissional e cientista da transparência", podemos por deslize construir o enunciado "Contador profissional e cientista da (des)confiança". O próprio mercado é regido pela (des)confiança.

Por confiança, interpretamos os performativos de Lacan na leitura de Zizek (2010, p. 59): "em seu sentido mais fundamental, atos de confiança e compromisso simbólico". Performativo origina-se na *performance*, ou seja, no desempenho, desempenho da confiança, ou na confiança da perspectiva de desempenho, dentro de certas condições. Os compromissos são estabelecidos, pois, desde criança recebemos a orientação de "não confiar nos desconhecidos".

O desconhecido é sempre eminente, como o próximo colapso financeiro, como na própria volatilidade do mercado, um mercado sem corpo, somente com alma, intangível. Por isso, a estabilidade sempre é instável; o pânico existe. Nesse sentido, Zizek (2013, p. 581-582) explica que:

[...] o que torna a situação especialmente volátil é o fato de a renegação ser completamente por seu oposto, as reações excessivas de pânico: no frágil domínio das especulações financeiras, os rumores podem inflar destruir o valor das empresas — às vezes até toda a economia — em questão de dias. Como toda a economia capitalista tem de tomar emprestado do futuro, acumulando débitos que jamais serão pagos, a confiança é um ingrediente fundamental do sistema — mas essa confiança é inerentemente paradoxal e 'irracional': confio que posso ter acesso a minha conta bancária a qualquer hora, mas isso pode ser válido para mim como indivíduo, não pode ser válido para a maioria (se a maioria testa de fato o sistema e tenta retirar seu dinheiro, o sistema entra em colapso).

A Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>42</sup>, por seu Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), criou um indicador estatístico de tendências econômicas denominado "Índice de Confiança Empresarial", baseado em respostas de natureza qualitativas. Esses índices "geram informações usadas no monitoramento da situação corrente e na antecipação de eventos futuros da economia. [...] permitem análises empresariais e concorrenciais, contribuem para o aperfeiçoamento do planejamento de nível de produção" (PORTALIBRE, 2018).

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Informações disponíveis em: <a href="http://portalibre.fgv.br/">http://portalibre.fgv.br/</a>>. Acesso em: 7 set. 2018.

Esses artefatos, como uma mixórdia técnico-ideológica de Thomas Herbert, por suas medidas ou índices técnicos, funcionam como manobras da inércia social. Esses discursos começam pelo seu fim, pelo objetivo a ser cumprido, de transformar a (de)(co)manda social. O discurso empresarial diz o que quer, como quer, como fazer, e cada empresário consultado responde sobre seu melhor futuro econômico. "Somos todos dominados por uma ditadura do capital" (HAN, 2018, p. 15). A enunciação/veiculação desses índices pela mídia causa impactos nas (de)(co)manda sociais, pois estão carregadas pela ideologia dominante dos controladores dos meios de produção, como observa Orlandi (2004, p. 16): "não esqueçamos que a mídia, é um lugar de interpretação e que funciona pelo 'ibope', que se rege pelo predomínio da audiência." Quem paga os anúncios na mídia é um agente social dominante das (de)(co)mandas sociais. Apresentamos, abaixo, o material da continuidade de análise desta seção:



**Figura 18** – Recorte de pesquisa sobre o índice de confiança dos empresários

Fonte: <a href="https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/20/confianca-dos-empresarios-sobe-em-agosto-diz-pesquisa-da-cni.ghtml">https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/20/confianca-dos-empresarios-sobe-em-agosto-diz-pesquisa-da-cni.ghtml</a>. Acesso: dez. 2018.

O recorte (Figura 18) refere-se a uma pesquisa de índice de confiança dos empresários de agosto de 2018. Apesar do termo "sobe" na chamada da notícia, no contexto geral, os empresários "percebem" piora nas condições dos negócios. Essa discursividade midiática, embora sendo um discurso "político/ideológico", apaga esse sentido e desliza para "o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.)" (ORLANDI, 2004, p. 16), que nunca está bom, sempre precisa melhorar, por isso mais mudanças, reformas, privatizações, enfim, mais liberalismo etc.

Em linhas gerais, o valor da ética na contabilidade pode ser entendido por meio de mandamentos, preceitos e códigos sobre o comportamento; de um conjunto de regras escritas sobre o comportamento normatizado entre os seus pares e para o exercício profissional; de um manual de deveres e proibições, um conjunto de regras que funciona resguardando o interesse de seus clientes e ou empregadores. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, resolução CFC n. 803/96 e suas alterações pela Resolução CFC n. 1.307/2010, no artigo 2°, inciso I, são deveres do contador:

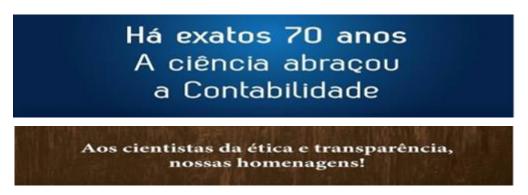
[...] exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais (CRCRS, 2011).

Temos aí um dito de ética profissional, da técnica, do zelo, dos interesses, das empresas, do indivíduo capitalista de mercado, do consumo, da democracia liberal e um apagamento do Estado social, do coletivo, da sociedade, uma ética individual, rígida, de uma racionalidade, desencadeada pela lógica, metas e finalidades, na defesa dos interesses de clientes e empregadores. São esses os elementos da ética contábil. Com ausência de liberdade social e do equívoco, vale tudo pela busca do "real", da "verdade técnica". Para Hendriksen e Van Breda (2012, p. 33), o enfoque ético em contabilidade relaciona-se com o estabelecimento e funcionamento dos padrões de contabilidade – ética em fazer contabilidade pelas regras existentes.

A partir desse discurso de ética, desdobra-se uma prática de técnica, um comportamento pela regra contábil. "Os costumes não são os únicos fatores que limitam os cálculos" (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012, p. 150). A dignidade do contador profissional e do cientista contábil está na prática da técnica e pouco desliza em outros sentidos de dignidade. Hendriksen e Van Breda (2012), citando Freud, exemplificam que a luxúria e o poder agem no subconsciente determinando muitas decisões. Esses impulsos sujeitam padrões éticos no sentido de que a decisão pode ser certa e errada, e está relacionada à dependência da sua utilidade em determinado momento, sem relação com a quantidade de riqueza, de ser pública ou privada, ou ainda "público-privada". Assim, temos uma ética de dignidade vinculada à utilidade das ciências contábeis, para resguardar, ou melhor, satisfazer os interesses de cliente e empregadores que pagam e apagam os contadores. Ética de consumidor, ou seja, quem compra/paga tem o poder de escolha, consome contabilidade. Se a técnica permitir indignidades, poderemos fazê-las.

### 3.1.2 A ciência abraçou a contabilidade

Para a análise discursiva do enunciado produzido pela ABRACICON, vamos nos refugiar na tática de intervenção que Pêcheux (2006, p.17) regula em um "tuning" mínimo "entre o que eu gostaria de dizer e o que será entendido?". Essa sintonização entre o dizer e o que querer dizer, "a produzir questões, mais do que a fazer valer a qualidade suposta das 'respostas'" (PÊCHEUX, 2006, p. 18). E, assim, veicula-se "Há exatos 70 anos A ciência abraçou a Contabilidade" e "Aos Cientistas da ética e transparência, as nossas homenagens!":



**Figura 19** – A ciência abraçou a contabilidade Fonte: Academia Brasileira de Ciências Contábies.

O abraço não foi um gesto fraternal da ciência para com a contabilidade. As ciências contábeis parecem ter se tornado ciência por uma decisão decretada pelo Estado, e não pelas suas teorias, por seu objeto estabelecido e sua reprodução metódica por instrumentos de prática científica. Entretanto, compreendemos que, a partir do Decreto-Lei n. 7988/1945, que dispõe sobre a regulação do ensino superior de ciências contábeis, "vira" ciência. Nesse momento, as ciências contábeis no Brasil atingem um *status* de ciência, que antes poderia estar sendo negado ou apagado.

A contabilidade necessita ou se vale de artefatos administrativos e jurídicos de "autoridade" para estabilizar-se como ciência. O Estado funciona como um interventor que convalida a ciência da contabilidade para suas aplicações nas instituições (PELEIAS; BACCI, 2004). As ciências contábeis buscam legitimidade nos artefatos políticos para se impor, mais do que pela sua cientificidade. Ou, deslocamos para uma forma de política estatal que usa a contabilidade como tantas outras formas de padronização, normatização e controle.

Citando Vlaemminck (1961), Peleias e Bacci (2004) destacam o desenvolvimento da contabilidade, associando-o à evolução da humanidade, sendo a área solidificada como uma técnica

auxiliar da economia. A evolução da técnica das partidas das contas (escrituração e partidas dobradas) para as "ciências contábeis" se encorpa após o surgimento do "espírito capitalista" de pensadores, de conta, que se engajaram nos estudos para "as especulações sobre avaliação... raciocínios sobre custos de oportunidade, riscos e juros etc." (IUDÍCIBUS *et al.*, 2005), relacionados à evolução do patrimônio. Todavia, observamos que, para ser ciência, o conhecimento deve estar organizado no método, como um aglomerado de regras e formas, para ser validado politicamente.

Toda teoria é política (ORLANDI, 2007, p. 53). Não necessariamente de modo explícito ou com um lugar definido, mas podemos considerar que as teorias da contabilidade são políticas. Temos um "abraço" como efeito de linguagem para a contabilidade se designar ciência. Como escreveu o poeta Mário Quintana, "abraçar é dizer com as mãos o que a boca não consegue, porque nem sempre existe palavra para dizer tudo". Assim, para não explicar, justificar, ou talvez a ciência estava sem palavras para dizer que a contabilidade era ciência, ela abraçou a contabilidade, como um jogo político para legitimar suas teorias científicas.

Como todo discurso tem sempre origem em outro discurso anterior e possibilita derivas para outros discursos posteriores, poderíamos antecipar em um dia a comemoração da data do contador. Teríamos, assim, o dia 21 de setembro, data alusiva a São Mateus (o pecador cobrador de impostos Levi), "Celeste Patrono dos Contabilistas", o cobrador de impostos que abandona suas funções para acompanhar Jesus. Produziríamos, desse modo, outros significantes para a técnica-ideológica "da transparência" se a data do dia do contador fosse na data em celebração a São Mateus.

Os contadores profissionais e os cientistas, quando produzem uma escrita, um relatório, um discurso contábil, funcionam pelo modo técnico e científico. Na função de autores, os contadores buscam refúgio na técnica-ciência da contabilidade, mas como se fossem origem daquilo que falam. Essa é uma ilusão dos sujeitos contadores falantes.

Nesse refúgio, o sujeito contador, contemporâneo, encontra guarida na contabilidade e em seus valores para suas formulações, que produzem sentidos "aparentemente" coesos e estáveis, considerando as filiações sócio-históricas de identificação dos contadores. Apesar disso, os sentidos fogem, deslocam-se, pois passam de uma formação discursiva para outra – as palavras mudam de sentido segundo a posição ocupada pelos sujeitos – é o funcionamento das posições ideológicas (PECHEUX, 1995, p.160). As informações produzidas pela contabilidade,

estabilizadas nos seus artefatos, de uma ciência/técnica que zela pelos interesses dos dominadores do patrimônio, refletem os contratos que sempre são passíveis de revisão.

Assim, podemos interpretar que as ciências contábeis também funcionam como uma mistura de coisas, processos técnicos, pessoas, decisões morais, modos culturais e escolhas políticas. De outro modo, podemos dizer que todos os sujeitos contadores ou usuários, cada um do seu modo, são interpelados pela ideologia. A ideologia dominante interpela os indivíduos em sujeitos. Para Althusser (1970, p. 95), "todo discurso científico é por definição um discurso sem sujeito; não existe 'Sujeito da ciência' a não ser numa ideologia da ciência". O autor reflete quanto à categoria de sujeito e sobre como todas as evidências são primeiras "incluindo as que fazem com que uma palavra designe uma coisa, ou possua uma significação (portanto, incluindo as evidências da 'transparência' da linguagem" (ALTHUSSER, 1970, p. 95), a contabilidade que conta.

Ainda, podemos citar a evidência de que a linguagem da contabilidade, ou seus efeitos de sentidos, pode ser transparente, mesmo sem ser, pela ilusão. Pelo modo mesmo como se apoia, em diversos momentos, em número, índices, gráficos etc., esse efeito de transparência funciona como um milagre de discurso que elimina o interesse, o político e a ideologia. E é nesse espaço discursivo da lógica estável, de resposta unívoca, do tipo sim ou não, que na contabilidade a resposta pode ser um débito ou crédito, que Pêcheux (2006, p.28) designaria de "formulações irremediavelmente equivocas".

Em "Contador. Profissional da transparência. Aliado de todas as horas"; "Aos Cientistas da ética e transparência", consideramos a ausência de complemento, que, como ensina Pêcheux (2006), é profundamente opaco e emerge de uma rede de relações associativas implícitas, com funcionamentos em diferentes registros discursivos. Nas condições de ética, credibilidade e zelo, a contabilidade é opaca. A transparência na contabilidade é um efeito de sentido.

O movimento da transparência nas ciências contábeis pode ser compreendido como uma prática política ideológica que (co)(de)manda para a manutenção da estrutura conservadora. A utilidade da transparência não deve ser como meio e fim de si própria, deve trilhar caminhos para transformar uma produção de relações sociais de Estado, empresas e sociedade, o que converge para o patrimônio.

O discurso da transparência contábil terá que contrapor o apagamento da dissimetria e da dissimilaridade do patrimônio dos sujeitos na sociedade. A contabilidade precisa responder, na

prática, à preocupação de Pêcheux e Fuchs (1997[1975]), sobre a distribuição mais justa das riquezas.

## 3.2 A discursividade da transparência das informações públicas

O movimento discursivo em torno da "transparência das informações das instituições públicas" produz diversos sentidos. O Estado, pelos seus instrumentos, individua o sujeito e, no caso da transparência das informações públicas, fá-lo pelo espaço eletrônico, digital. Por uma língua de madeira<sup>43</sup> transformada numa midiática língua de vento<sup>44</sup>, o discurso da transparência se constitui por uma constelação de enunciados edificantes que fala e significa ao mesmo tempo para "cada um", para "todos" e/ou para "ninguém".

Compreendemos a afirmação de Gadet e Pêcheux (2010, p. 23), sobre "os projetos neoliberais da gestão ideológica de massas", conexa com o discurso da transparência, um discurso político de mundialização e contemporaneidade de um jogo de palavras carregado sob os pressupostos de liberdade, democracia, cidadania etc. Os sentidos da transparência circulam inseridos em ideologia de posição de poder absoluto do sujeito, e essa mesma ideologia se apresenta como constituindo-se uma consciência coletiva, e assim temos duas ilusões: a transparência do sujeito consigo mesmo e a transparência da sociedade e de suas instituições públicas.

Seguindo Pêcheux (1990, p. 82), o discurso é "efeito de sentidos" entre interlocutores, e a Análise de Discurso, uma forma de trabalhar com os processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. Para a Análise de Discurso, a palavra não se atribuí a si mesma o sentido, um significado literal, os efeitos de sentidos lhe colocam os significados em deriva. O que não existe é um sentido natural das palavras. A tese de Pêcheux (1995, p. 160) diz: "as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes que determina o que pode e deve ser dito". A Análise de Discurso considera que a

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> A língua de madeira é uma língua dura e hermética. "A língua de madeira do direito [...]". (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 23). Como já apresentado anteriormente como uma língua fóbica, do medo, dura.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> A língua de vento é uma construção própria do capitalismo. Ela funciona de maneira sutil, jogando com os efeitos de sentidos com maestria, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política. Trata-se de uma língua tão ligeira quanto o vento. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 24).

linguagem não é transparente e coloca a questão do significado, do como o texto significa e se concebe em sua discursividade (ORLANDI, 2015, p. 15-16).

Nesse cenário teórico do discurso, continuamos o trabalho que objetiva analisar um discurso sobre a transparência das informações públicas, como se constitui, enuncia e circula. Para tanto, consideramos a concepção de Lipovetsky (2004) de que estaríamos no tempo da modernidade consumada, caracterizada pelos assombrosos volumes de capital que circulam pelo planeta em tempo real, acelerando as operações econômicas, exigindo que a sociedade de consumo se exiba pelo excesso e pelo excrescente do ilimitado, isso possibilitado pela tecnologia do espaço eletrônico. Esse contexto tecnológico e eletrônico virtual ao mesmo tempo individualiza o coletivo social, na sua transparência, e solidifica a substituição da sociedade disciplinar-totalitária de Foucault (1998) pela sociedade de controle de Deleuze (1992), como abordamos inicialmente na seção em que apresentamos a financeirização, o dinheiro, a mercadoria universal.

### 3.2.1 O discurso pela transparência da CGU

Os discursos sobre a transparência apresentado por governos, em especial pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), ganharam mais espaços, passaram a circular mais, apontando uma existência de certa hegemonia de sentido, a partir da influência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), iniciada nos anos 2000. Trata-se de pensar formas que possibilitem a caracterização dos países por meio de índices que, por sua vez, permitam um ranqueamento desses países. A OCDE trata as questões fiscais e orçamentária dos governos como um regramento, para a narrativa do desempenho e visibilidade de suas contas, e isso chama-se "Melhores Práticas de Transparência Orçamentária" (OECD, 2002).

A peça publicitária retirada da página inicial do site Portal da Transparência do Governo Federal da CGU se configura como nosso recorte de análise. Trata-se de um discurso que circula, apresenta uma forma material, com a seguinte formulação: "Dinheiro público é da sua conta".



**Figura 20** – Peça publicitária do Portal da Transparência do Governo Federal da CGU Fonte: Disponível em: http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/portal-da-transparencia. Acesso em: set. 2018.

O enunciado "Dinheiro público é da sua conta" produz um efeito de sentido de que o dinheiro público tem importância e, por isso, é de interesse público, interesse da sociedade; assim, poderíamos elaborar uma primeira paráfrase que se refere a uma interpretação primeira, uma leitura que podemos supor mais comum:

"O dinheiro público é do seu interesse".

"O dinheiro público é do interesse da sociedade."

Mas quais outros efeitos de sentido produzem esse enunciado? Observamos que a Análise de Discurso é uma ciência de interpretação, não exata, porque o sentido não é exato. Dessa maneira, podemos interpretar, pelas cores apresentadas na peça publicitária, um efeito de sentido. A cor preta do fundo da peça se apresenta com um significado do desconhecido, a escuridão da informação misteriosa e secreta, a informação de governo sem transparência, excesso de Estado, deslizando para uma coisa ruim. Estado e governo deslizam para o desvirtuamento, o inaceitável/inacessível da corrupção, e ao mesmo tempo pode se deslocar para um significado de poder, autoridade, medo, intimidação dos corruptos e corruptores, convergindo para o horror do Estado da teoria misesiana. Para Mises (2010, p. 834), a análise sobre o intervencionismo econômico do Estado nos negócios "ficaria incompleta sem uma referência ao fenômeno corrupção".

As palavras "dinheiro público é da sua conta", por sua vez, escritas nas cores verde, amarela e azul, permitem-nos remetê-las ao Brasil/brasileiro. Assim, o que está em questão é o "dinheiro público do Brasil", "do brasileiro", "da população brasileira" e a corrupção. A sinceridade, pureza e a verdade podem ser indiciadas nas palavras juntas "portaldatransparencia" escritas na cor branca com fundo preto. O fato de estar grafado sem espaço entre as palavras já aponta para o espaço digital, no qual não há espaço escuro — já mostra que a transparência é possível devido a essa memória metálica (informatização dos arquivos, dos dados), como coloca Orlandi (2004, p. 15).

A memória metálica pelo funcionamento da mídia e do jurídico técnico funciona como meio de (re)produção linear,

[...] reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. [...] o político não tem lugar próprio. Há atualmente um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que é igual a tudo (político, empresarial, jurídico etc.) Nesse sentido, se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la (ORLANDI, 2004, p. 16).

Pela cor branca que temos uma memória discursiva que desliza para o limpo, como fontes de sentidos da "verdade da transparência", mas aí já interpelado por uma memória metálica de que o governo, as informações e o dinheiro não são/estão transparentes; transparente é o portal da transparência. Em "portaldatransparencia", podemos considerar que a transparência está no espaço digital, ela é produzida no e pelo digital, ou seja, conjugado com a forma técnica, jurídica da informatização de tudo, a informação de tudo. Para Orlandi (2006), a memória metálica é produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem, não produzida pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.).

O enunciado se desloca, também, pelo modo como a propaganda política funciona. Isto é, a língua de Estado aborda a questão da transparência da aplicação dos recursos públicos para a sociedade e, ao mesmo tempo, para "cada um" a "todos" e ou "a ninguém". Orlandi (2012, p. 107), citando Pêcheux, chama de "guerra ideológica" esse exercício de vários instrumentos de mídia para as propagandas oficiais de governos, independentemente de serem burgueses ou socialistas.

A transparência pelo espaço eletrônico funciona como um controle panóptico bethaminiano, quando "circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles que sobre os quais o poder se exerce. Isto me parece era a característica das sociedades que

se instauram no século XIX" (FOUCAULT, 1985, p. 121). Esse assujeitamento panóptico pela transparência que constitui o sujeito pode ser o efeito do "liberalismo totalitário" (expressão de Chomsky) segundo Orlandi (2012, p. 119), que acrescenta numa administração subjetiva para o sujeito um temível jogo de palavras sobre o termo liberdade, democracia, cidadania, transparência etc.

Para Orlandi (2012, p. 122), "o estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas", inclusive para os excluídos, ou melhor, segregados do acesso à internet. A transparência da informação pública apresenta-se como uma pedagogia da verdade, ou da propaganda pelo fato. Orlandi (2012, p. 122) afirma: "a ideologia da manipulação fracassa em discernir o que circula entre todo mundo e ninguém, entre cada um e os outros, entre os quem-dedireito, os representantes, e os 'irresponsáveis'".

As relações de dinheiro público e a corrupção podem fluir para uma memória de que é com o dinheiro público que se faz, ou se pratica corrupção. Mas o que significa dinheiro público? E qual é o dinheiro que é da minha conta? O que significa minha, sua, nossa conta? A resposta pode estar no modo pecheutiano que concebe a metáfora como "processo sócio-histórico que serve como fundamento da 'apresentação' (donation) de objetos para sujeitos" (PÊCHEUX, 1995, p. 132). A "conta", sua existência e os efeitos estão na ideologia de luta de classes, como condição ideológica da reprodução/transformação das relações de produção.

A palavra "conta", por sua polissemia, pode produzir diferentes efeitos de sentidos. Essa polissemia depende do contexto histórico e dos efeitos de sentidos que são de "quem fala", "para quem fala" e "onde fala", ou seja, na elaboração das paráfrases, torna-se possível observar a possibilidade de produção de diferentes sentidos:

Podemos contar com o dinheiro público.

Podemos tomar conta do dinheiro público.

Podemos dar conta do dinheiro público.

Podemos ficar por conta do dinheiro público.

Podemos fazer de conta com o dinheiro público.

Podemos levar em conta o dinheiro público.

O "contar com(do)(em)" o dinheiro público desliza, como exemplo, para assistência ou subsídio: para acesso dos serviços de saúde e educação da população bem como para incentivos

fiscais empresariais para expansão da economia. Uma professora-diretora de escola pode "tomar conta" do dinheiro público ao gerir com cautela ou não, por suas decisões de compra de itens para atender às necessidades dos alunos que frequentam a sua escola. A mesma professora-diretora pode "dar conta" do dinheiro público pela responsabilidade de informar para a comunidade ou aos seus superiores a maneira como gastou/aplicou os recursos públicos. O "ficar por conta" do dinheiro público se desloca para o sentido de que a professora-diretora se apropria de recursos da escola para suas despesas pessoais, ou mesmo, quando um grupo seleto de servidores públicos que recebe de forma dissimulada por falta de aumento salarial um "auxílio moradia"<sup>45</sup>, mesmo que amparado por uma legalidade própria.

O "por conta" pode ser um "às custas de" dinheiro público, ter privilégios, vantagem individual de um poder social em detrimento do coletivo. O "fazer de conta" desliza para um fingir, simular, enganar, um tartufo com o dinheiro público. O "levar em conta" desliza para se ter consideração, preocupação ou não por ser público o dinheiro. E, ainda, podemos ter sentidos diferentes com a palavra "conta" se considerarmos o empregado e o empregador, um banqueiro e um assalariado.

Orlandi (2012, p. 123) chama de "edificante" essa constelação de enunciados na direção de um mito, no nosso caso, o mito da transparência. Nos enunciados "Brasil Transparente", "Governo Aberto", "Páginas de Transparência", "Portal da Transparência", "Programa Olho Vivo no Dinheiro Público" etc., fala-se em juntar esforços para uma transparência para fortalecer a democracia, fortalecer gestão, o controle social do gasto público, a participação cidadã para prevenção e combate à corrupção, a autoestima, a responsabilidade e interesse pelo bem-estar coletivo. Além disso, observa-se, no portal transparência, por exemplo, a oferta de cursos de capacitação, palestras, cartilhas etc. do público infantil ao adulto, com o objetivo de informar sobre a transparência, fortalecendo esse mito.

Estabelecendo alternativas equivalentes de formulação do enunciado "Dinheiro público é da sua conta", se pensarmos em substituir o pronome possessivo "sua" com os pronomes possessivos "minha" e "nossa", dando origem a paráfrases, teremos:

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Conforme o jornal o Globo de 23 de março de 2018, o juiz "Moro volta a defender pagamento de auxílio-moradia por falta de reajuste salarial", pois os valores dos salários não compatíveis com o mercado podem levar uma magistratura de baixa qualidade. Disponível em: <a href="https://oglobo.globo.com/brasil/moro-volta-defender-pagamento-de-auxilio-moradia-por-falta-de-reajuste-salarial-22529858">https://oglobo.globo.com/brasil/moro-volta-defender-pagamento-de-auxilio-moradia-por-falta-de-reajuste-salarial-22529858</a>. Acesso em: 14 ago. 2018. O jornal *online* da BBC News Brasil de 06 de março de 2018 apresenta reportagem "Desembargador explica que recusou auxílio-moradia: 'Tenho imóveis'". Disponível em: <a href="https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43261684">https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43261684</a>. Acesso em: 14 ago. 2018.

O dinheiro público é da minha conta

Ou:

O dinheiro público é da nossa conta.

Nesse processo discursivo, o pronome possessivo "minha" singulariza, individualiza a responsabilidade ou culpa do sujeito com o dinheiro público, ou seja, o papel do Estado individualizando o sujeito. Na alternativa "Dinheiro público é da nossa conta" (CGU), sujeito e sociedade movimentam-se pelo discurso do recurso público, mobilizam-se no plural, povo e Estado para o combate à corrupção.

Mas os sentidos da propaganda no pronome "sua" pode remeter ao mesmo tempo a "cada um", a "todos" ou a "ninguém", como um mecanismo da "língua de vento" da propaganda, sem responsabilizados, como se assim, e só assim, pudesse ser.

Pensando o interdiscurso, com outras formulações, podemos formular as seguintes paráfrases:

Dinheiro público (é/sai da sua) conta

Dinheiro público está na sua conta

Dinheiro de corrupção está na sua conta

Ou:

Dinheiro público **é da minha** conta

Dinheiro público **está na minha** conta

Dinheiro **de corrupção está/sai na/da minha** conta

Um gestor não responsável, corrupto, poderia dar efeito de sentido pela sua prática ideológica, com um discurso com esses enunciados. Nesse processo discursivo não politicamente correto, o pronome possessivo "minha" e "sua", com o verbo "estar", uma interpretação possível desliza o dinheiro público para "corrupção". Considerando as condições de produção da discursividade do dinheiro público, podemos nos filiar à concepção do dinheiro como poder social, em que o "dinheiro é uma forma de poder social que pode ser apropriado por particulares. Além disso, é uma forma de poder social que não tem limites inerentes" (HARVEY, 2011, p. 43).

É importante observar que não existe limite inerente às quantidades de recursos, volumes de dinheiro que o sujeito pode administrar, que pode alimentar desejos quase insaciáveis pelo fetiche dessa mercadoria, o dinheiro. Esse desejo se constitui na acumulação não somente do dinheiro, mas na acumulação pela acumulação do poder social.

A ilimitação do dinheiro e o desejo inevitável de comandar o poder social que ele confere oferecem uma gama abundante de incentivos sociais e políticos para querer ainda mais dinheiro. E uma das principais maneiras de reinvestir uma parte dos fundos excedentes conquistados ontem para amanhã gerar mais excedentes. Existem, é triste dizer, muitas outras formas de acumular o poder social que o dinheiro possibilita: fraude, **corrupção**, banditismo, roubo e tráfico ilegal (HARVEY, 2011, p. 44, grifo nosso).

A mídia enuncia (como se ela estivesse sempre imune), reproduzindo a todo o momento e a todos a evidência segundo a qual a corrupção é um *modus operandi* nas relações da sociedade brasileira, ou melhor, modo operacional dos negócios no Brasil. As notícias sobre a corrupção se reproduzem, disseminam-se, circulam e funcionam reportando-nos a uma prática discursiva que produz responsabilização e culpabilidade da sociedade e, ao mesmo tempo, naturaliza o sujeito corrupto, muitas vezes, imputando a ele todos os males do Estado.

Isso tem se dado por meio de formulações, como as chamadas de jornais a seguir, que funcionam ao modo do referido slogan – e suas paráfrases: "Brasil mantém 1º lugar em ranking de percepção de corrupção"<sup>46</sup>; "Brasil cai 17 posições em ranking de percepção da corrupção"<sup>47</sup>; "Uma sociedade corrupta que finge ser contra a corrupção"<sup>48</sup>; "Não existe país com governo corrupto e população honesta' diz historiador"<sup>49</sup>.

Tais enunciados se endereçam a toda a sociedade e a "todos" os sujeitos, como se todos estivessem significados por tal prática de corrupção. No caso, homogeneízam o dinheiro público da "minha", da "sua", da "nossa" conta, pois receber um salário mínimo de aposentadoria do

<sup>47</sup> A pesquisa da Transparência Internacional no Brasil indicou que a sensação da corrupção no Brasil aumentou devido ao quadro em que o país se encontra. Disponível em: <a href="https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-17-posicoes-em-ranking-de-percepcao-da-corrupcao,70002198160">https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-17-posicoes-em-ranking-de-percepcao-da-corrupcao,70002198160</a>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Uma pesquisa mostra que 96% dos empresários acreditam que o suborno é comum nos negócios. Disponível em: <a href="https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/04/brasil-mantem-1-lugar-em-ranking-de-percepcao-de-corrupcao.html">https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/04/brasil-mantem-1-lugar-em-ranking-de-percepcao-de-corrupcao.html</a>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> O artigo apresenta uma evidência óbvia que a corrupção no Brasil não se trata de uma crise que tenha surgido, faz parte da sobrevivência da elite brasileira. Disponível em: <a href="https://www.dm.com.br/opiniao/2016/03/uma-sociedade-corrupta-que-finge-ser-contra-a-corrupcao.html">https://www.dm.com.br/opiniao/2016/03/uma-sociedade-corrupta-que-finge-ser-contra-a-corrupcao.html</a>. Acesso em: 14 ago. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Em entrevista, o historiador Leandro Karnal da Unicamp afirma que a ética deve começar pela família e pela escola. Disponível em: <a href="http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/nao-existe-pais-com-governo-corrupto-e-população-honesta-diz-historiador.html">http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/nao-existe-pais-com-governo-corrupto-e-população-honesta-diz-historiador.html</a>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

governo, receber quatro salários mínimos de auxílio-moradia ou receber milhões de reais por suborno em negócios são colocados em posição de equivalência.

Na memória discursiva, o dinheiro público é objeto de corrupção, pois é "de todos", da minha, sua, nossa conta que não é "de ninguém", é "patrimônio público", sem proteção, sem sigilo, direito de todos ou dos que têm "direito" ou acesso.

O portal transparência funciona de maneira direta, visto ser um site no qual as informações estão disponíveis e podem ser acessadas, o que não quer dizer que somente aqueles com acesso à internet são afetados pela discursividade da transparência. Não acessar a internet não eximiria o sujeito de sua responsabilidade ou culpa por não participar.

O acesso, explorando Deleuze (1992), é pela "senha", é pelo "participar", sendo pelo "compartilhar" que teremos a transparência das informações públicas. Devemos acessar o "potaldatranparencia.gov.br" para termos a verdade. Em um certo sentido, o sujeito é convocado ("somos todos corruptos") a participar para evitar a corrupção. Como se a sua participação já não fosse pelo voto. Ele deve ser participativo, sempre presente, conectado, vigilante, estar no controle. O sujeito deve ser responsável por tudo, inclusive por vigiar.

Trata-se de um processo de culpabilização/responsabilização de todos: "É da sua conta"! Como se todas as contas, todo dinheiro público fosse pelo desvio, as aplicações dos recursos públicos fossem sempre obviamente desviadas/desvirtuadas. Esse é um efeito de sentido que esse discurso sobre a transparência causa: "não há outra forma possível de pensar as políticas públicas se não for sem o Estado". O neoliberalismo capturou o Estado.

Àqueles que não possuem internet, a CGU indica a escrita de cartas, às quais promete uma resposta. Frente ao número de pessoas sem acesso à internet hoje, aproximadamente cerca de um terço da população, estamos diante de um cenário no qual, a fim de que a democracia se sustente, via promoção da transparência, milhões de pessoas escreveriam cartas para a CGU.

Somos individualizados pelos instrumentos do Estado e pela sua articulação simbólicapolítica realizados nos discursos de suas Instituições. Pela OCDE, temos a ilusão das "melhores
políticas para uma vida melhor", e, pela CGU, de que "o dinheiro público é da sua conta". Temos,
então, duas ilusões: da transparência do sujeito consigo mesmo, de que ele consegue controlar o
que produz de sentido; e da transparência da sociedade e de suas instituições públicas.

A propaganda da transparência funciona para um imaginário coletivo de compartilhar sem segredos, límpido, de uma prática ideológica clara, e Orlandi (2014, p. 31) adverte: "não vivemos

um mundo pensado pelo iluminismo e tampouco suas ideias permanecem como estão". Vivemos um sistema capitalista, em que o sujeito é sempre um potencial consumidor, mesmo privado de consumir o que produz, de pensar, decidir e participar.

Podemos pensar sobre a informação pública como uma questão de Estado. Entre tantos problemas arrolados ao Estado, como de ineficácia, ineficiente, de não ser prestador de bons serviços à população, agora tem o de não ser transparente com suas informações. Assim, o portal da transparência está significado como "solução" dos problemas de gestão do dinheiro público, apresentando a questão da informação pelo espaço eletrônico, como se aí se desse a transparência. Diante da pergunta "o dinheiro público é da conta de quem?", a resposta pode ser singela: "o dinheiro público é da sua conta", ou ainda, a sua má gestão é por "sua culpa".

### Considerações Parciais

A partir dos apontamentos que fizemos neste capítulo, compreendemos a discursividade da transparência na sociedade contemporânea do neoliberalismo. Em fuga do transparente, ela se refugia na polissemia, funciona pela metáfora. Os sentidos da liberdade, do transparente e da democracia dissimulam os efeitos de controle, da responsabilização e culpabilização do sujeito. A linguagem não é transparente; a transparência é opaca.

Os recortes selecionados para as análises, produzidos por entidades representativas da contabilidade, como a análise do discurso da contabilidade, fazem reencontrar o discurso da transparência como aquele que fornece o paradigma de inversão semântico estável com o qual a sociedade e o sujeito coadunam-se. O sujeito subordina-se à transparência na ilusão de ser livre, transparente e democrático, contudo a transparência das informações é uma técnica do visível.

A transparência das informações é um jogo neoliberal pela contabilidade que produz efeito de merecimento da riqueza e da pobreza. O sujeito da transparência é o sujeito da visibilidade, do publicizar. A ética, a credibilidade e o zelo, como valores para produção da transparência das informações, articulam-se pelo efeito de contratos, do mercado, pois os contadores estão "ao serviço de...", o que apaga toda a originalidade da transparência, deslocando para o sentido do invisível.

A materialidade discursiva do enunciado "dinheiro público é da sua conta", do setor público, produz efeito de sentido de responsabilização e culpabilização do sujeito e do Estado,

próprio do neoliberalismo que articula pela nudez do político e do Estado. Compreendemos o discurso da transparência como um produto da (de)(co)manda dos interesses, produzido pelos técnicos, praticantes de política e ideologia, que, por deslocamento de sentido, procuram transparecer (como se possível) que a transparência é neutra e coisa de gestão, por isso apaga o político/ideológico de seus efeitos de sentido. Daí, apresentamos o esquema teórico do discurso da transparência:

# discurso da transparência transparência das informações contábeis público tecnicidade políticos políticos ideológicos Tecnologia de gestão/ apagamento do político/ideológico

Figura 21 – Esquema teórico do discurso da transparência

O discurso da transparência das informações públicas ou privadas, tenta forjar pela sua tecnicidade a ilusão da neutralidade, ou melhor, a ilusão da ausência da política e da ideologia abarcadas em seu bojo. A transparência como gestão tecnológica, sem falha, sem equivoco, quer responder, ser a solução das demandas sociais. Contudo, a transparência das informações, as "coisas" da transparência é um produto dos técnicos que ocupa um vazio das relações sociais. Compreendemos que a transparência nas "coisas" privadas gera uma ilusão para o sujeito consumidor, pois o mercado não é transparente. Nas "coisas" públicas a transparência capturou o

Estado e culpou o sujeito, responsabilizando-os pela falta de controle e gestão. Compreendemos a transparência das informação uma (de)(co)manda das relações sociais cavada pelos setores dominante do capital.

# Capítulo 4

# SUJEITO, SOCIEDADE E EMPREENDEDORISMO

Pelas ruas da cidade Vai o perfil de campeiro Quantas marcas de saudade Na expressão deste tropeiro E hoje a pé, despacito Leva a tropa imaginária Maluco, a falar solito Estampa guapa e lendária! Será que foi o progresso Culpado desse descaso? Ou se a vida sem regresso

Cenair Maicá

Neste capítulo, apresentamos uma análise discursiva que tem como objeto os enunciados publicitários de uma instituição financeira brasileira que circulam na mídia. Essa análise busca compreender as condições de produção dos enunciados e seus efeitos de sentido.

Analisamos discursivamente o anúncio publicitário veiculado em 27 de julho 2017 pela mídia social Facebook<sup>50</sup> e também pelo site, entre outras plataformas, da instituição financeira Santander (grupo bancário global europeu que opera no Brasil). Compreendemos que esse *corpus* possibilita analisar e interpretar o funcionamento discursivo da midiatização do projeto de modelo econômico atual. Modelo econômico este da cantilena neoliberal que apresenta melodiosamente, porém não necessariamente suave<sup>51</sup>, de maneira repetitiva e constante, um processo que atua na fragilização do Estado e da social democracia, deslizando para sentidos de liberdade, empreendedorismo, mercado, negócios e de renda.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Disponível em: <a href="http://www.facebook.com/santanderbrasil/videos/10154609666000588/">http://www.facebook.com/santanderbrasil/videos/10154609666000588/</a>. Acesso em: 27 set. 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Naomi Klein, na sua obra *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, apresenta a face do liberalismo que impõe suas ideias, como exemplo o livre-mercado, em ambientes subsequentes a choques (naturais, econômicos ou políticos), pois essas crises enfraquecem sociedades inteiras, desorientam pessoas, oportunizando às sociedades e às pessoas aceitarem as reformas econômicas de forma branda. As materializações das concepções do neoliberalismo foram realizadas no Chile, como um "laboratório", durante a ditadura do general Pinochet, que governou o país por mais de 16 anos (de 1974 a 1990).

Em comparação com o modo do capitalismo de produção, esse que se apresentava no momento histórico anterior, com métodos de exploração do trabalho, transformou-se no capitalismo da exploração pela financeirização mundial, que submete o sujeito à forma empresarial individual. Essa submissão do empreender individualmente como uma prática social "necessária", como se isso fosse (de)(co)manda da sociedade a ser atendida pela prática de tornar o sujeito empregado um sujeito empresário, propomos explicar melhor à frente.

### 4.1 O sujeito (des)empregado deslocado para sujeito empreendedor

No vídeo publicitário do Banco Santander Brasil, um texto é narrado por uma voz masculina; temos o som dos documentos jogados em uma gaveta, que, em seguida ao texto narrado, o som transforma-se em uma batida, simulando a batida de um relógio marcando os segundos do tempo de maneira acelerada e com imagens que buscam encenar, materializar e simbolizar sentidos, compondo o discurso do vídeo. Compreendemos que o capitalismo não para de agir, de modo que apresentamos o texto publicitário narrado:

Pode ser por vocação sua, ou culpa da crise. Pode ser por causa de um empurrãozinho, ou uma puxada de tapete. O fato é: você virou empreendedor. E o que a gente pode fazer por você hoje? Que tal você fechar mais negócios aceitando cartões? A vermelhinha agiliza isso para você. Não importa o que te trouxe até aqui. Essa é sua nova carteira de trabalho. Vai empreender? Santander.

Pela formulação das imagens, podemos considerar que "alguém" ou um "trabalhador", um sujeito jurídico assujeitado às regras capitalistas, joga em uma gaveta de um birô várias carteiras de trabalho que trazem em sua capa "Carteira de Trabalho e Previdência Social". Essas carteiras, ao baterem no fundo da gaveta, saltam como objetos desgovernados e sonorizam um desmantelamento. O quadro, em seguida, traz a imagem de um crachá de identificação funcional de um homem que também é arremessado na gaveta. Mais à frente, é a vez de um quadro com uma foto de um homem com a descrição de "funcionário do ano", supostamente uma homenagem recebida por seu desempenho.

A propaganda ainda apresenta um braço e uma mão que carimba um papel, um documento que materializa uma ficha funcional de registro de empregados e, nesse documento, uma fotografia de uma mulher, e a palavra produzida e registrada pelo carimbo é "DEMITIDO", em cor vermelha,

letras de forma maiúsculas garrafais. Na sequência, a gaveta é fechada. Na cena em que a gaveta é fechada, as palavras pronunciadas pelo narrador são: "o fato é, você virou empreendedor". O narrador questiona: "O QUE A GENTE PODE FAZER POR VOCÊ *HOJE*?". O enunciado é apresentado de forma escrita para o espectador. Podemos observar que há uma ênfase na palavra "hoje" no momento em que o narrador pronuncia, pois aparece grafado na propaganda. Podemos compreender o hoje como o apagamento do ontem, como o "amanhã será outro dia", ou seja, o amanhã não importa. O futuro é uma incógnita, pode não existir.

Ao som de batidas, como um relógio batendo ligeiro, apresenta-se a vermelhinha, a maquininha que "agilizaria" tudo para você. O fundo musical pode ser interpretado como a evidência de que o sujeito precisa ser rápido, ele já assujeitado empreendedor, e não existe empreendedor "parado"; ser/estar parado não é ser/estar empreendedor. Assim, a "alternativa de escolha" deve ser rápida, a escolha já está posta, pronta, não se permite "pensar", devemos ser rápidos em adotar ou nos submeter à maquininha e às suas consequências.

A própria maquininha é rápida e acelera o sujeito, o sujeito empreendedor. Ou mesmo, a maquininha e o sujeito empreendedor devem ser ágeis. Não importa quem acelera, se o sujeito empreendedor ou a maquininha de cartão, o importante é ser rápido. Os negócios estariam em toda parte, em todo tempo, em todo espaço. Logo, a maquininha e o sujeito empreendedor, ou melhor, a maquininha empreendedora e o sujeito devem estar em todo lugar todo tempo, livres, à prontidão, visto que a disponibilização para os negócios não tem limites — os negócios são ilimitáveis e podem ser realizados hoje, realizados agora, em todos os lugares ao mesmo tempo. Tudo a vermelhinha agiliza.

Entretanto, essa simulação de liberdade, agilidades e escolhas às quais os sujeitos se vinculam são sistemas de controle, que segundo Crary (2014. p. 25):

Esse fenômeno contemporâneo de aceleração não é simplesmente uma sucessão linear de inovações, na qual cada item obsoleto é substituído por um novo. Cada substituição é sempre acompanhada por um aumento exponencial do número de escolhas e opções disponíveis. É um processo contínuo de distensão e expansão, que ocorre simultaneamente em diferentes níveis e em diferentes lugares, um processo no qual há uma multiplicação das áreas de tempo e experiência que são anexadas a novas tarefas e demandas envolvendo máquinas. A lógica do deslocamento (ou obsolescência) é conjugada a uma ampliação e diversificação dos processos e fluxos aos quais o indivíduo se vincula efetivamente. Toda aparente novidade tecnológica é também uma dilatação qualitativa de acomodação e dependência a rotinas 24/7; também é parte de um aumento na

quantidade de aspectos sob os quais um indivíduo é transformado em uma aplicação de novos sistemas e esquemas de controle.

Esse enunciado interrogativo que identifica o banco Santander, "o que a gente pode fazer por você hoje?", narrado e legendado, faz a transição da imagem do birô de cor de madeira para a imagem de um novo birô de cor branca, o birô com aparência de ser novo, como uma nova situação. E, ao abrir a gaveta do birô branco, temos os seguintes objetos: óculos; produtos de maquiagem feminina; bijuterias, acessórios femininos; e, ao centro, em cor vermelha, uma máquina de cartão (um instrumento tecnológico que é usado como terminal de processamentos de dados de cartões de crédito/débito, cuja transmissão dos dados pode ser realizada por conexão à internet ou sistema de telefone).



**Figura 22** – A carteira de trabalho e a maquininha Fonte: <a href="https://www.facebook.com/santanderbrasil/videos/10154609666000588/">https://www.facebook.com/santanderbrasil/videos/10154609666000588/</a>.

Essa seria a maquininha do sujeito não mais empregado, desempregado, agora empreendedor. Na sequência do filme publicitário, a máquina vermelhinha na palma de várias mãos<sup>52</sup>, masculinas, femininas, passeia por inúmeros lugares que simbolizam negócios econômicos, em todos os lugares/produtos: lojas, feiras, serviços, artesãos, produtos, frutas, legumes, inclusive sobre uma bandeira de listras vermelhas e brancas (a bandeira americana), sendo narrada e legendada a palavra "empreender".

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> Podemos observar que na publicidade a questão do gênero ser homem/mulher é evidenciada pelo "você", ou seja, a crise, o empurrar, puxar o tapete é para todos, para todos empreenderem.

Interpretamos a bandeira americana como importação ou exportação de produtos, que se deslocam para o dólar, para o poder, para o sucesso de ser empreendedor livre, a liberdade/poder como símbolo do imperialismo americano, inclusive pela língua.

Sobre a influência das expressões americana, elas funcionam como tribunal linguístico. Gadet e Pêcheux (2010, p. 43) escrevem:

[...] os EUA formaram há alguns anos o projeto de um procedimento lógico de base que permite veicular, no interior da zona de influência dos Estados Unidos, as informações jornalísticas, prevendo sua retradução adaptada às particularidades 'retóricas' (ideológicas) de cada conjuntura local.

A narrativa da publicidade apresenta o que filiamos ao conceito de neoliberalismo de Harvey (2008a, p. 12), que é:

[...] uma teoria das práticas-político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro.

O bem-estar do nosso sujeito trabalhador que foi demitido está associado à sua capacidade empreendedora, à sua capacidade individual de empreender, pois o trabalhador juridicamente somente pode empreender individualmente, fora das instituições, grupos empresariais ou em atividades corporativas das empresas. O sujeito trabalhador das empresas foi demitido para ser sujeito empreendedor para as empresas.

O empreender individual, como o modo próprio do neoliberalismo, tornou-se "hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo" (HARVEY, 2008a, p. 13).

# 4.2 Práticas dos aparelhos ideológicos de Estado neoliberal

A restruturação do capitalismo ocorre em torno dos mercados financeiros e dos movimentos das grandes empresas, nacionais e multinacionais, políticas neoliberais que impunham a governos

ajustes fiscais - redução do Estado, e à sociedade, em particular, a flexibilização do trabalho, pela possibilidade de contratação temporária, a substituição de mão de obra, a flexibilização de horários, a redução dos custos dos demissionários e a precarização de uma historicidade de lutas sociais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 22). Esse ambiente se universaliza, em paralelo com as novas tecnologias de comunicação e a da telemática que renovam a possibilidade de expansão dos negócios e de lucros.

O ambiente social, político e econômico brasileiro, no primeiro semestre do ano de 2017, foi marcado pela implantação da reforma das leis trabalhistas<sup>53</sup> e pela implantação ampla da terceirização<sup>54</sup> dos trabalhadores, estendendo para todas as atividades das empresas. Reformas estas que foram anunciadas pelo governo e setores detentores do capital como "modernização" trabalhista. No entanto, as entidades dos trabalhadores, socialistas e setores do judiciário entendem as reformas como um "retrocesso jurídico e social" e precarização de conquistas. Observa-se que, nesse sentido, estaríamos diante de uma disputa de sentidos que busca significar as novas condições de trabalho que se apresentam.

Considerando que o sentido é sempre resultado de uma disputa, interessa-nos, aqui, buscar compreender de que modo determinadas hegemonias se tornam possíveis na produção de sentidos sobre o dinheiro e o trabalho, que se encontram, como pode se observar, articulados na contemporaneidade. Nessa perspectiva, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>55</sup>, que é a única agência das Nações Unidas e possui em sua estrutura organizacional governos, empregadores e trabalhadores, cuja missão é: "promover oportunidade para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho descente produtivo; e em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade", questiona a "aparente inconvencionabilidade" da reforma trabalhista brasileira.

Desse modo, temos o Estado brasileiro cumprindo seu papel em preservar e criar uma estrutura institucional apropriada para as práticas neoliberais, exercendo o papel de enunciador e

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> A Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 e impõe uma legislação paras as consideradas "novas" relações de trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> A Lei n. 13.429 de 31 de março de 2017 dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e apresenta novos dispositivos para as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Informações sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão disponíveis em <a href="http://www.ilo.org/brasilia/lang--es/index.htm">http://www.ilo.org/brasilia/lang--es/index.htm</a>. Acesso em: 8 jun. 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> O questionamento se refere, em especial, que a reforma trabalhista brasileira estabeleça a possibilidade da prevalência da negociação individual entre trabalhadores e empregadores sobre o legislado coletivo, que representa ser problema de violação trabalhista, destruindo o trabalho decente, condição para superar a pobreza e desigualdades sociais.

propagador do discurso hegemônico neoliberal da liberdade individual e, por outro lado, negando e esvaziando a estrutura jurídica e social do bem comum.

Para nossa análise discursiva desse material, vamos mobilizar as concepções de Chesnais (2001), que apresenta que a fragilização e precarização do trabalho são o funcionamento da "mundialização da economia", como consequência da "vitória do mercado", na dominação da política e do social pelo capitalismo. Embora o termo "mercado" tenha sido silenciado nas palavras narradas da publicidade, compreendemos que todo o descrito evidencia um funcionamento da "escolha" do indivíduo para empreender. Escolha relacionada ao mercado. O "mercado" é a palavra que

[...] serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competividade nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas (CHESNAIS, 2001, p. 7).

Assim, interpretamos o enunciado como não muito reservado ou complacente, haja vista as palavras apresentadas no vídeo publicitário, em relação à situação em que "você" se encontra, na situação de demitido, desempregado. O enunciado da publicidade coloca a instituição financeira como um "a gente" pronta para lhe "atender", em sua nova situação, não como desempregado, porém como empreendedor.

Nesse processo de linguagem, estamos diante da produção de sujeitos que designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, ou seja, os elementos estruturais na formação das condições do discurso, "a gente", a instituição financeira, os donos do dinheiro que estão em lugar determinado da situação dada, e, por outro lado, em outro lugar está "você" desempregado, demitido, mas, pela concepção liberal, livre para exercer o direito de suas escolhas.

Assim, podemos formular:

"A gente" pergunta o que podemos fazer por "você"?

Contudo não é "você" que responde.

 $\acute{E}$  "a gente" que lhe atribui: "você" é um empreendedor.

Desse modo, analisamos que o efeito de sentido da pergunta e da resposta que apresenta uma escolha, produzido pelo modo como a propaganda se formula, faz-se a partir da condição da submissão do sujeito, pelo seu pertencimento a uma classe social econômica. A distância que separa esses dois sujeitos no/pelo discurso é o dinheiro.

No discurso do dinheiro que "a gente" que está distante de "você", ou "você" distante d' "a gente", a questão econômica produz um discurso de dessemelhança e desigualdades. Esse questionamento é dissimulado, repleto de rodeios. O "a gente" diz respeito a uma instituição capitalista jurídica, formada por acionistas rentistas que fazem dos serviços e da especulação financeira instrumentos para a acumulação e concentração de capital, enquanto o "você", ou "o trabalhador desempregado", na estrutura de produção capitalista, está relacionado a uma nova situação, deslocado de empregado para ser "empreendedor", porém não deixando a condição de empregado, pois terá que trabalhar com/para à maquininha, para seu novo empregador.

Esse conjunto reproduz uma luta de classes da (re)produção das relações de produção. A ilusão do empreendedor "livre" materializa o imaginário do poder em ser ele mesmo patrão, empregador, contudo patrão e empregador de si mesmo, e submetido a trabalhar pela/para a maquininha. A maquininha, "a gente", o sistema financeiro, controladores do dinheiro, questiona "você" sobre o que "a gente" pode fazer por "você".

A Análise de Discurso nos leva a interpretar que a pergunta "O QUE A GENTE PODE FAZER POR VOCÊ HOJE?", por se tratar de um processo discursivo, pode produzir diferentes sentidos (caráter polissêmico do discurso). Dessa maneira, temos de levar em conta que as palavras produzem sentidos a partir dos lugares, das posições em que são empregadas, e, nesse sentido, Pêcheux (1995, p. 160) chama de *formação discursiva* aquilo que "numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*". Assim, vamos construir alternativas para a formulação da pergunta, para esse processo de significação, na evidência de que a maquininha é o que "a gente" pode fazer por "você", sendo que, em uma inversão dos sujeitos, podemos formular:

# O que "você" pode fazer pela "gente" hoje?

A resposta parece estar implícita no contexto discursivo, "você" empresário empreendedor, ou o que "falta" para você ser empresário empreendedor é a maquininha. A maquininha faz "você"

fazer pela "gente", ou seja, a utilização da maquininha é também pela "gente". O sujeito empreendedor, ao aderir a maquininha, materializa a predestinação do sujeito desempregado no sistema de produção. A maquininha é um dos instrumentos para o sujeito rentista realizar a acumulação e centralização do capital. Por esse enunciado, linguisticamente, podemos descrever e produzir "pontos de deriva" (PÊCHEUX, 2006, p. 53). Considerando a questão da maquininha, de "a gente" e "você", podemos formular,

O que "a gente" pode ganhar com "você"?

"Você" pode ajudar "a gente" acumular e concentrar capital?

O quanto "você" pode remunerar/retornar o capital da "gente" em lucros?

A maquininha, como instrumento do mercado financeiro, não faz somente o serviço do recebimento/pagamento das vendas/compras. Como um artefato, ela possui uma ciência/tecnologia/telemática (aplicativos, controles) acoplada, e esses aplicativos produzem uma série de outros serviços financeiros, ou de compartilhamentos sociais e econômicos relacionados a uma (de)(co)manda social do sistema financeiro, de forma que o sujeito desempregado, agora empreendedor, coloca-se sob uma condição semelhante a rendição a um déspota.

A maquininha com seus aplicativos funciona como a "mixórdia técnico-ideológica incrível" de Herbert, pois produz mais riqueza em um dia, "hoje", do que a alquimia produziu de ouro em séculos – pelo sentido de alquimia que a maquininha se enuncia para o empreendedor, como uma facilidade para acumular riqueza. Embora o "mercado" faça circular por meio da publicidade inúmeras vantagens da maquininha para "você", a formulação apagada: "O que 'a gente' pode ganhar com 'você'?", produz sentido no sistema financeiro. A formulação, "O que 'você' pode ganhar com 'a gente'?", que realiza acumulação e concentração de riqueza para "você", ainda que se realize, será infinitamente menor.

Observamos que na demissão do sujeito empregado, no novo contexto das pós-reformas das relações do trabalho, o Estado se apaga, inclusive nas nossas análises, pois seu espação foi ocupado pela maquininha. O sistema neoliberal funciona sem ou menos Estado. O "você" agora participa de um novo mercado, o mercado dos empreendedores, "livre" e "gerador de riqueza". No mercado, o Estado é opaco, só tem Estado se for para o mercado.

Carl Menger (1892, p. 8) formulou em seus princípios liberais que quem cria o dinheiro, a riqueza, é o mercado e não os decretos de governos. O mercado está sob a decisão dos indivíduos, mesmo que empurrados? Como se fossem os indivíduos que sempre tomassem *decisões* "livres". Trata-se da escolha da melhor opção para "empreender", dos bens ou serviços mais/melhor, produzíveis/comercializáveis, para uso ou troca, por isso os empreendedores *decidem* empreender seus negócios.

Evidenciamos que os ensinamentos de Menger sofreram derivas e desvios. Na atualidade, a música de fundo que embala a sociedade, ou seu modo mais tocado, é a do neoliberalismo. Uma música acelerada, mas simples, inteligível, logo os sujeitos, já assujeitados ao processo ideológico hegemônico, dançam harmoniosamente, incorporam-se à banda, por aplausos ou batendo panelas, inclusive melhorando a performance, novos sujeitos, uma vez que temos "a gente", que pode fazer coisas "para você", ou que já fez, empurrou, ou está continuamente fazendo para você, empurrando você. Quem te trouxe até aqui? Foi o empurrãozinho.

A discursividade capitalista, transformada pelo liberalismo e (re)formada pelo neoliberalismo, funciona sempre como um novo modelo de racionalidade social individualista, em detrimento do coletivo, do social, da cooperação, das funções do Estado. "O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu torná-la tão ligeira quanto o vento" (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 24). Com maestria, o neoliberalismo funciona para solidificar a individualidade do sujeito, a empresa, a propriedade privada, a livre concorrência, a livre iniciativa, a competição e o fim do Estado (ou sua suposta "diminuição").

Assim, a propositura é de uma "liberdade" individual de escolhas, como se fosse o "indivíduo livre" em suas escolhas. Aquele que *decide* obrigado por seu empreendimento não tem escolhas. Temos, então, um jogo discursivo, um sinistro jogo entre a "liberdade" e a "escolha", ou o jogo entre o homem primitivo e o homem liberal, e o que os difere é "o conteúdo do pensamento" (MISES, 2010, p. 63).

Em 1681, na obra *O Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*, John Locke (1632-1704) já apresentava um relato do estado de natureza – da liberdade de escolhas de indivíduos:

[...] para compreender corretamente o poder político e traçar o curso de sua primeira instituição, é preciso que examinemos a condição natural dos homens, ou seja, um estado em que eles sejam absolutamente *livres para* decidir suas ações, *dispor* de seus bens e *de suas pessoas como bem entenderam*, dentro dos

limites do direito natural, sem pedir autorização de nenhum outro homem sem depender de sua vontade (LOCKE, 1994. p. 36, grifos nossos).

Entretanto, essa liberdade citada por Locke já era negada, ou seja, não era aplicável ao "homem primitivo", por serem considerados não associados à humanidade. A liberdade era hipócrita, pois o mesmo John Locke, doutrinador da liberdade e do liberalismo, era um investidor em empresas que comercializavam escravos, então em primeiro lugar deveria vir a rentabilidade dos negócios.

O sentido de "ser", "virar" empreendedor, que "a gente" (instituição financeira, no caso o Santander), o dono do capital, produz tem sua formulação anterior à "escolha", à "decisão" individual de empreender. Em razão de que "a gente" "produz", ou que "a gente já fez por você", isto é, o que "a gente" fez por você, antes de colocar "você" nesse jogo da escolha, que, no caso, se apresenta como única escolha possível, colocando em contraditório a própria questão da escolha e da decisão. Nesse sentido podemos formular:

"A gente" fez a crise para você.

"A gente" empurrou você.

"A gente" puxou seu tapete.

De acordo com a peça publicitária, "você" está desempregado por opção, por culpa da crise, por causa de um empurrãozinho, por uma puxada de tapete. Ou seja, "estar desempregado", ou, parafrasticamente, "ser empreendedor", passa a funcionar como uma escolha, referindo-se ao campo da individualidade, da subjetividade do sujeito empregado.

Contudo, o total de desempregados no Brasil chega a 13,1 milhões de pessoas, como mostra o IBGE<sup>57</sup>. Um "empurrãozinho" que causa um efeito dominó, que parece ser um jogo de derrubar peças, após a queda da primeira peça sobre a segunda e assim sucessivamente, ou, ainda, no caso

\_

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Notícia veiculada pelo jornal Valor Econômico, em 23 de março de 2018, apresenta dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede a taxa de desemprego no Brasil no período de dezembro/2017, janeiro/fevereiro/2018; os índices apresentam uma taxa de 12,6% de desempregados correspondente a mais de 13,1 milhões de pessoas em relação ao total da força de trabalho. Observa-se que no ano de 2014 a taxa de pessoas desempregadas oscilava entre 6 e 7%, entretanto nos anos seguintes, ano de 2015 e 2016, o número de pessoas desempregadas teve um incremento de aproximadamente 7 milhões de pessoas, o equivalente a duas vezes a população total do Uruguai. Disponível em: <a href="https://www.valor.com.br/brasil/5417103/total-de-desempregados-no-brasil-chega-131-milhoes-mostra-ibge">https://www.valor.com.br/brasil/5417103/total-de-desempregados-no-brasil-chega-131-milhoes-mostra-ibge</a>. Acesso em: jul. 2018.

de alguém puxar o tapete desse contingente de pessoas desempregadas, como seria? Uma puxada de tapete! Quem pratica um ato de traição para se beneficiar em prejuízo de alguém? Ou, ainda, quem produz a crise? Na narrativa (neo)liberal, quem produz a crise são os obstáculos do mercado livre, os governos.

A narrativa não dá nome aos agentes, de outra forma, a narrativa não denomina "a gente" que age produzindo crises, empurrando os (des)empregados, puxando os tapetes, fá-lo pelo sujeito indeterminado, indefinido, de maneira vaga, "a gente". Desse modo, pela violência do ato de empurrar ou puxar o tapete nos filiamos pela evidência formulada por Naomi Klein (2008), a qual consiste em o neoliberalismo ter como doutrina o choque, a tortura como metáfora.

E, no que diz respeito à crise, associamo-nos ao marxista David Harvey (2013): como modo de reprodução social, o capitalismo, pelas crises, coloca o sujeito frente às condições de reprodução da classe capitalista, ou seja, menos e maiores capitalistas em simetria com mais e menores assalariados. Na contabilidade, o menos (débito) é correspondente ao mais (crédito).

Muitos aspectos devem ser considerados em uma teoria geral das crises do capitalismo. Para Harvey (2013, p. 305),

[...] deslocamentos na esfera da reprodução social – a reprodução da força de trabalho, da ideologia burguesa, nos aparatos políticos e militares destinados a garantir o controle etc. – tudo requer consideração. Mas Marx evidentemente encara as contradições inerentes na produção e na troca de mercadorias como fundamentais para se entender as crises do capitalismo. [...] Ele revela, em vez disso, as justificativas básicas para a evidente instabilidade do capitalismo como um modo de organização econômica e social.

Harvey (2013, p. 305) considera o desemprego uma necessidade da acumulação capitalista, que coloca o trabalhador como um exército industrial de reserva. No entanto, a capacidade do capitalismo de adaptação, pela reforma, revisionismo e oportunismo, descritos por Rosa Luxemburg (1970 [1899]) em uma análise da Teoria Reformista de Eduardo Bernstein, ou seja, a adaptação da economia capitalista tem como seus principais meios o sistema de crédito, os meios de comunicação aperfeiçoados e as organizações patronais, que interpretamos pelo deslocar o sujeito desempregado para sujeito empreendedor e, em continuidade, produzindo concentração e acumulação para os capitalistas.

# 4.3 O sujeito (neo)liberal empreendedor

O fato de você "virar empreendedor", ou seja, a partir de tudo que "a gente" fez para "você", articula somente a escolha (in)voluntária de ser empresário, de empreender. Independentemente de ser rentista, todo sujeito tem por função ser empresário, toda a ação humana se fundamenta na economia.

O economista Ludwig von Mises já diferenciava o conceito de empresário histórico (ter empresa) do conceito de empresário econômico que se preceitua pela liberdade individual, o sujeito livre e liberal por contiguidade na estrutura da teoria econômica de livre mercado, e assim define: "o que a economia estabelece com relação à função empresarial é rigorosamente válido para qualquer empresário, independentemente de quaisquer condições geográficas ou temporais dos diversos ramos de atividade" (MISES, 2010. p. 91). Para Pêcheux, entre as múltiplas estratégias do neoliberalismo, por dispositivo ideológico, visa: "revalorizar' a autonomia e a responsabilidade individuais" (PÊCHEUX, 2010. p. 204).

Para o "indivíduo livre", que, atualmente e de acordo com a análise que apresentamos aqui, podemos colocar numa relação sinonímica com a figura do empresário ou do empreendedor, a sociedade não poderia interferir em suas ações, no seu empreender. Todavia, a interferência, quando existe, só pode se dar por aquilo que impõe a propriedade privada e o mercado, ou seja, que "a gente" impõe. Assim, Mises (2010) preceitua: "na economia de mercado, numa organização social do tipo *laissez-faire*, **há um campo** onde o indivíduo é livre para escolher entre as diversas possibilidades de ação sem ser reprimido pela ameaça de punição" (MISES, 2010. p. 340, grifo nosso). Para Mises, o Estado funciona pela repressão ao indivíduo. Nesse sentido, a economia de mercado é "livre" e se autoregula por "a gente":

[...] na economia de mercado, o indivíduo é livre para agir nos limites que lhe são impostos pela propriedade privada e pelo mercado. Suas escolhas são inapeláveis. Seus concidadãos terão de levá-las em conta ao decidirem sobre suas ações. A coordenação das ações autônomas de todos os indivíduos é realizada pelo funcionamento do mercado. (MISES, 2010. p. 824)

Pêcheux apresenta o exemplo fordista para descrever sobre liberalismo e escolha,

[...] a interpelação ideológica do tipo W.A.S.P.[58] implica que o sujeito livre participe ativamente de sua própria *submissão* como os clientes de Henri Ford quando este lhes anunciava: 'Entregamos o carro *na cor escolhida* pelo cliente, desde que ele a escolha negra'. Esta brincadeira normalizadora pertence à linhagem do humor sério de Swif [59] e das anedotas involuntárias do liberalismo, quando ele atinge seus limites macabros. É exatamente o avesso do humor judeu, transformado em instrumento de dominação (PÊCHEUX, 2010, p. 204, grifos nossos).

Considerando a concepção liberal de Menger, Mises e Locke de que o indivíduo é livre, ou melhor, de que existe um espaço, um campo para o sujeito ser livre e decidir, em outro espaço do mesmo campo existe o empurrar, o puxar o tapete. Por que fechar e abrir gaveta? Na perspectiva pecheuxniana, podemos compreender que o sujeito livre se submete à dominação do neoliberalismo autoritário, pois só tem uma escolha, uma gaveta para abrir e fechar. A liberdade é diferente de autonomia.

Ao fechar a gaveta e deixar no passado o modo capitalista antigo, especialmente relacionado às formas de trabalho, interpretamos que a carteira de trabalho (trabalho formal, com regras e legislação) e a previdência social (aposentadoria dos trabalhadores) estão ultrapassadas, uma vez que o mercado não suporta mais trabalhadores com direitos e aposentadoria.

O elevado desemprego é predominante nas economias capitalistas contemporâneas, um fenômeno social de diversas causas, cujo poder explicativo está na própria conjuntura econômica capitalista, na capacidade de destruição ou da precarização de velhos empregos e na (in)capacidade da criação de novos empregos (FEIJÓ; CARVALHO, 1999). Explicado pela suposta "essência" do modo de produção capitalista, cujo ponto de partida é a acumulação acompanhada da concentração de capital (MARX, 1996 [1867], p.339), podemos formular,

Capitalista capacitados para gerar desemprego – acumulação. Capitalistas (in)capacitados para gerar empregos – distribuição.

O desemprego é um gesto de defesa e autoproteção do neoliberalismo. Os (des)empregados perderam na luta de classes<sup>60</sup> - os ricos venceram, e o Estado sucumbiu.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> White, Anglo-Saxon and Protestat.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Jonathan Swift (1667-1745), escritor irlandês, conhecido pelo seu estilo irônico.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> O bilionário americano Warren Edward Buffet ao ser questionado pelo entrevistador da CNN em 30 de setembro de 2011: "Está feliz em ver sua sugestão, esse novo imposto Buffet, torna-se a base de uma batalha política que se transformou numa verdadeira luta de classes?"; Buffet respondeu: "Na verdade, tem havido uma luta de classes nos últimos 20 anos, e a minha classe venceu. Nós tivemos nossos impostos reduzidos significativamente". Disponível em:

Os métodos de acumulação de capital podem ser tudo, mas nem um pouco simétricos na relação entre capitalistas e trabalhadores. Marx (1996 [1867], p. 340) ensina que a acumulação é um processo que constitui a pré-história do capital e do modo de produção, ou seja, a separação entre produtor e meio de produção. Dinheiro e mercadoria requerem ser transformados em capital, e essa transformação coloca duas formas, dois lados de possuidores de mercadorias que em contato se defrontam. Marx diz:

[...] de um lado, possuidores de dinheiro, meio de produção e meios de subsistência, que se propõe a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, *trabalhadores livres*, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho (MARX, 1996 [1867], p. 340, grifo nosso).

Em nosso caso, no processo capitalista do trabalhador tornar-se "empreendedor", podemos localizar os dois lados apontados por Marx, "a gente", os rentistas acionistas da instituição financeira Santander de um lado, e, por outro lado, "você", vendedor da própria força de trabalho, agora demitido, portanto desempregado, que será um vendedor de alguma coisa, ou na nova forma de "empreendedor", da sua nova forma de relação de trabalho/sobreviver.

Do ponto de vista discursivo, construímos uma "família parafrástica" do sujeito trabalhador, enquanto o Estado existir:

*Você* → *trabalhador* → *Carteira de Trabalho e Previdência Social.* 



**Figura 23** – Ministério do Trabalho e Emprego Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Por deslizamento discursivo, a demissão ou sua perda/diminuição do vínculo com o Estado pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, colocado no jogo do mercado, temos a formulação no vazio do Estado. A maquininha é a nova carteira de trabalho.

-

<sup>&</sup>lt;a href="https://extra.globo.com/noticias/economia/buffett-ricos-venceram-luta-de-classes-2678952.html">https://extra.globo.com/noticias/economia/buffett-ricos-venceram-luta-de-classes-2678952.html</a>. Acesso em: 5 jan. 2019.

 $Voc\hat{e} \rightarrow demitido \rightarrow desempregado \rightarrow empreendedor \rightarrow maquininha.$ 



**Figura 24** – Empreendedor esta é a sua nova carteira de trabalho Fonte: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=TG\_Hp4EvIE4">https://www.youtube.com/watch?v=TG\_Hp4EvIE4</a>.

Os sujeitos trabalhadores livres apresentados por Marx, que por deslize se tornam "você", são livres em dois sentidos, pois não participam dos meios de produção como escravos, cativos, portanto "livres", embora demitidos, e livres dos meios de produção, considerando que os meios de produção não lhes pertencem. O nosso empreendedor pode ser considerado o camponês economicamente autônomo de Marx (1996 [1867], p. 340), que é livre, solto e desprovido dos meios de produção. Essa estrutura capitalista foi herdada do feudalismo em que:

[...] para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recémlibertados só se tornam vendedores de si mesmos depois de todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubadas. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1996 [1867], p. 341).

Na sequência, sobre os capitalistas industriais em relação ao sistema feudal, Karl Marx (1996 [1867]) apresenta que somente consistiu em uma mudança da forma de sujeição, da exploração da servidão do trabalhador dos feudos para o trabalhador assalariado do modo capitalista, que consiste em:

[...] todos os movimentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados ao mercado de trabalho como proletários livres como pássaros. [...] Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversas e em diferentes épocas históricas (MARX, 1996 [1867], p. 341-342).

# 4.4 A sociedade (neo)liberal

Essas concepções marxistas assumem coloridos na atualidade brasileira. Os nossos trabalhadores assalariados tornam-se "livres" quando chamados a empreender. Para empreender, vender mercadorias e serviços, a "maquininha" é colocada como um instrumento que vai agilizar o processo de venda, inclusive acelerar as vendas, vender mais, mais rápido.

Contudo, a maquininha vermelha é a nova forma da carteira de trabalho, mas não é previdência. Evidencia-se que, ao trocar a carteira de trabalho pela vermelhinha, o trabalhador escapa do domínio do empregador, para entregar-se ao domínio do mercado financeiro, ser um empreendedor a serviço dos rentistas, pois a maquininha tem dono, para ser remunerado.

O domínio das corporações permanece, e o sujeito foge das regulações restritivas do trabalho para submeter-se às regras exclusivas do mercado financeiro, da financeirização. Como os pássaros de Marx, que voam de árvores em árvores, o sujeito trabalhador somente troca de domínio de corporação; com a singularidade da liberdade dos pássaros que podem retornar à primeira árvore, o sujeito trabalhador terá mais restrições para ter novamente a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada.

Para ser empreendedor livre, o sujeito deverá tornar-se vendedor de si mesmo, ser autônomo sem autonomia. A sua liberdade será completa quando toda a estrutura de proteção social que o amparava, que garantia um mínimo para sua existência, constitutiva da carteira de trabalho lhe for totalmente expropriada. Os limites do neoliberalismo são macabros. A vermelhinha não se apresenta conjugada com previdência social. A sociedade neoliberal é transparente, nua, desprotegida, é a sociedade em que "viveu" Daniel Blake.

"Você" virou empreendedor, não interessa quem te trouxe até aqui, mas agora "você" está sozinho com a "vermelhinha". Assim podemos formular:

#### Vai empreender?

### Você é obrigado a empreender? Ou,

Você fecha mais negócios, ou quem será "fechado" é você.

Não importa ter ou não ter vocação, pois a ordem econômica em uma relação de identificação individua o sujeito para ser empresário. O trabalho, o emprego e a previdência social (carteira de trabalho e previdência social) são coisas velhas, passadas, e o futuro agora é ter sua maquininha vermelha digital (solução digital), criar seu próprio mercado. Não há futuro sem a maquininha. A falta da maquininha é o vazio da sobrevivência.

O mercado e a tecnologia produzem condições de produção de individuação do sujeito. Assim,

Não importa o que te trouxe até aqui?

Não é o que vai te levar até lá?

Entretanto, podemos considerar que a maquininha, a vermelhinha do Santander, como tantas outras maquininhas disponíveis no mercado para os trabalhadores (profissionais liberais, microempreendedores individuais, trabalhadores desempregados), está em ascensão. Sob a tendência pelo aprofundamento da recessão econômica e a manutenção ou alta dos níveis de desemprego<sup>61</sup>, sem outra escolha possível, os sujeitos deverão submeter-se às "parcerias" de aplicativos de transporte de passageiros, microsserviços, revenda de produtos etc., atividades individuais estas que demandam recebimento/pagamento de dinheiro digital, portanto mais maquininha.

A questão do sujeito desempregado deslocado para empreendedor cria uma nova tipificação de desempregado, de modo que aquele que não "vira" empreendedor e que desistiu de procurar o emprego são chamados de "desalentados(as)" – a "população desalentada". O Instituto Brasileiro de Geobrafia e Estatística (IBGE) define a população desalentada como

<sup>61</sup> Disponível em: <a href="https://exame.abril.com.br/pme/santander-lanca-maquininha-para-empreendedor-pessoa-fisica/">https://exame.abril.com.br/pme/santander-lanca-maquininha-para-empreendedor-pessoa-fisica/</a>. Postado em: 5 set. 2016, 12h07. Acesso em: jul. 2018.

[...] aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerado muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia — e que, se estivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Ela faz parte da força de trabalho potencial (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, temos um novo sujeito livre, o desalentado, assujeitado pela negatividade, sendo a sua relação com o trabalho vazia, e a falta do trabalho é o motivo do seu abatimento, desânimo, melancolia, tristeza etc.: um excluído. A sociedade do consumo compra, compra tecnologia digital, porém mais desenvolvimento não tem relação com mais emprego. O desenvolvimento consome tecnologia: mais digital, mais informática, mais robô. Agora "mais" desenvolvimento "é menos": trabalho, força, emprego. Mais desenvolvimento é menos horas de trabalho, menos trabalhadores. Em outros tempos, menos horas de trabalho articulava mais trabalhadores.

Na sociedade neoliberal, menos horas de trabalho articula o vazio do trabalhador, o trabalho fica desalentado. O mi(ni)stério do trabalho acabou<sup>62</sup>, o Mesias confirma a extinção. A maquininha funciona sem mi(ni)stério.

O empreender suaviza o "menos", apaga o sentido do empregado ter patrão, constituindo um sujeito, portanto, "livre", patrão de si, mas submisso às novas formas de controle social. Entendemos aqui como novas formas de controle as tecnologias e a financeirização, especialmente as duas conjugadas.

A "maquininha" é um artefato tecnológico/ideológico e social, que desloca o sentido de produção do trabalho para o sentido da produção tecnológica do dinheiro. Isso, porque o enunciado publicitário produz sentido de que a "maquininha" não é somente um produto financeiro, mas desloca para sentidos da metáfora/metonímia da tecnologia/científica, com a discursividade da pósmodernidade em se produzir/criar um novo mercado, como uma alquimia de se produzir dinheiro.

Empreender é criar. A instituição financeira por uma peça publicitária (Figura 25), convida/conclama o empreendedor, dizendo que é "hora de criar o seu próprio mercado de trabalho". Peça sua vermelhinha, ou seja, trata-se de considerar como se fosse sendo próprio da

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> O jornal Folha de S. Paulo informa em 7 de novembro de 2018, que "Jair Bolsonaro confirma a extinção do Ministério do Trabalho". Disponível em: <a href="https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/bolsonaro-confirma-extincao-do-ministerio-do-trabalho.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/bolsonaro-confirma-extincao-do-ministerio-do-trabalho.shtml</a>. Acesso em: jan. 2019.

subjetividade do empreendedor, a criação, a inovação. Para Mises (2010, p. 175), o criador é o líder, que vive para criar e inventar.

Criar é uma responsabilidade individual. Nessa nova individualidade "empreendedora", o sujeito cria seu "negócio", não necessariamente no sentido clássico de empreender, mas desliza para o efeito de sobrevivência, o sustento de si. Podemos compreender que treze milhões de desempregados, deslizando para desalentados, "podem criar", ou "decidir criar", "escolher" uma maneira alternativa individual de sobreviver, contudo não de criar treze milhões de novos mercados.



**Figura 25** – Hora de criar seu próprio mercado de trabalho Fonte: <a href="https://comunicacaobancoscom.wordpress.com/2017/08/30/santander-vermelhinha/#jp-carousel-1998">https://comunicacaobancoscom.wordpress.com/2017/08/30/santander-vermelhinha/#jp-carousel-1998</a>>. Acesso em: jul. 2018.

A "vermelhinha"<sup>63</sup> é um banco em movimento, um banco virtual/digital. Com conta corrente de movimentação bancária conectada, sistema de crédito e débito, ela funciona com um *chip* de celular. A maquininha pode ser utilizada em qualquer lugar devido à sua tecnologia digital. Por meio de aplicativos, o dono do negócio poderá gerir seu negócio, ou melhor, a maquininha realizará a gestão do negócio do empreendedor. Nessa discursividade de empreender, sobreviver e gerenciar, podemos desenvolver novas formulações por deslizamentos:

-

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> Reportagem da Revista Exame de 05 de setembro de 2016 noticia o lançamento da vermelhinha para pessoas físicas. Disponível em: <a href="https://exame.abril.com.br/pme/santander-lanca-maquininha-para-empreendedor-pessoa-fisica/">https://exame.abril.com.br/pme/santander-lanca-maquininha-para-empreendedor-pessoa-fisica/</a>. Acesso em: jul. 2018.

O empreendedor cria um negócio para empreender.

O desempregado cria uma maneira de sobreviver.

O empreendedor desempregado cria um "negócio" para sobreviver.

A maquininha gerencia o "negócio" do empreendedor desempregado.

A maquininha gerencia a sobrevivência do desempregado.

O desalentado não possui maquininha.

Maquininha não é melancólica.

No exemplo desenvolvido por Thomas Herbert (2006, 1995), a empresa constitui um registro elucidativo da estrutura social capitalista, caracterizando a organização da produção e o funcionamento ideológico discursivo na produção de efeito de sentidos. Os termos usuais da organização empresarial, como "chefe da empresa", "operário", "salário", "contrato de trabalho", "controle de produção" etc., produzem efeito de sentidos metonímicos/metafóricos, conforme os deslizes/deslocamentos, e tomam sentido novo.

O sujeito empreendedor constitui-se em chefe e operário de si mesmo. Portanto, o sujeito empreendedor capitalista jurídico seria o definidor dos direitos/deveres do chefe e do operário de si. A discursividade do sujeito empreendedor será determinada tanto por seu lugar de chefe como por seu lugar de operário, ou seja, do lugar possível no momento da enunciação.

O Santander, em outra publicidade, interpela o sujeito (des)empregado empreendedor, como a discursividade de "ser dono" de negócios e empresas, cuja posição acarretaria riscos e responsabilidades. Apontando para a (im)possibilidade de que o sujeito empreendedor se posicione e ocupe o espaço dominante. Assim, apresentamos descrito o texto narrado "Santander/Ser Dono".

Ser dono deixou de ser sinônimo de ficar rico e mandar. Pô, logo na sua vez! Agora é correr, ralar, batalhar para fechar o mês. O Santander é que nem você. Não fica parado com o pé em cima da mesa. Combinamos sua conta-empresa com a maquininha: a vermelhinha, que quanto mais você usa menos tarifa paga e mais

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> Vídeo disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=EaFe-vxiDtM">https://www.youtube.com/watch?v=EaFe-vxiDtM</a>. Publicado em: 9 jun. 2016. Acesso em: jul. 2018.

crédito tem. E tem solução para franquia também. Tudo que você precisa, quando a economia mais precisa de você. O que a gente pode fazer pela sua empresa hoje? Santander.

### Considerações Parciais

Em conclusão dessa seção da tese, compreendemos que o neoliberalismo não se apresenta somente na sua forma política ou econômica, mas como uma racionalidade de prática social, que individua o sujeito ao modelo da empresa de si. Interpretamos o enunciando acima como materialização da condição do empreendedor que se filia ao sobreviver. Assim, esse sujeito passa a significar-se a um sujeito-empresa, um sujeito neoliberal, um neosujeito, um sobrevivente.

O sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer proposito. Entre empreendedores não surge amizade desinteressada. Contudo, ser livre significa estar com amigos. Liberdade (Freiheit) e amigo (Freund) possuem a mesmo raiz indo-européia. Fundamentalmente, a liberdade é uma palavra relacional. Só nos sentimos livres em um relacionamento bem-sucedido, em um feliz 'estar juntos'. O isolamento total para o qual conduz o regime neoliberal não nos torna livres de fato. (HAN, 2018, p. 11)

O sujeito-empresa, construção conceitual do liberalismo de Von Mises, na essência corresponde em dar ao capitalismo um agente empreendedor, ou seja, potencializador da ação individual e do processo de mercado a qualquer sujeito econômico. Pela concepção que a sociedade é como uma empresa, esse sujeito se torna um agente da normativa neoliberal na lógica do capital, normativa esta que não se estende somente para as questões da política econômica, mas para todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

O neoliberalismo é um sistema muito eficiente - diria até inteligente - na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e às formas de expressão de liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado. Explorar alguém contra a sua própria vontade não é eficiente, na medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz maior lucro (HAN, 2018, p. 11-12).

E depois da vermelhinha o que vai ser? O futuro do neoliberalismo? O futuro do sujeito empreendedor?

Os sentidos sobre o dinheiro digital (maquininha vermelha) circulam inseridos na lógica capitalista de poder e controle, como se estes fossem absolutos do sujeito. Trata-se de um sujeito neoliberal empreendedor de si mesmo. Entretanto, produzem-se aí derivas que dizem respeito às ilusões da relação do sujeito com o dinheiro, consigo mesmo, com relação a tecnologias, a instituições financistas e à sociedade.

Esse espetáculo midiático homogeneíza as práticas sociais, ainda que os sujeitos dessas práticas ocupem espaços sociais economicamente diferentes. O sujeito desempregado, agora sujeito empreendedor, e a maquininha estão em todos os espaços ao mesmo tempo. Contudo, para o sujeito não há onde se esconder desse funcionamento, desse imperativo de subjetivação. A AD nos permite compreender o discurso financeiro, interpretá-lo e seu funcionamento na produção de sentidos na sociedade.

O sujeito já desempregado, agora já empreendedor, já empresário, faz uso da *linguagem* contábil, chamada da *linguagem dos negócios*. A dupla sujeição do sujeito empreendedor de ser empregador e empregado de si constitui uma interpelação do sujeito na linguagem dos negócios, produzindo efeitos de sentidos. Como no século XIX, Pêcheux descreve:

[...] o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o *irrealizado* do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem a necessidade vital de que esse ponto permaneça irrealizado: a dominação da ideologia jurídica introduziu assim, por meio do universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 11).

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O propósito do nosso trabalho foi buscar compreender o discurso do modo como as ciências contábeis produzem efeitos de sentido relacionados à *conta*, ao *contar/mensurar o patrimônio*, *o dinheiro* e quais seus efeitos na constituição do sujeito e na organização da sociedade, o sentido do sentido. Para isso, consideramos a posição discursiva da contabilidade articulada com o capitalismo e na atualidade com a dominante discursividade do neoliberalismo. Essa articulação de discursos nos direcionou à compreensão do discurso contábil como/por um jogo semântico de injunções pela formação discursiva neoliberal.

A contabilidade e a gestão articulam-se na/pela discursividade, produzindo um discurso de efeito técnico/científico que procura estabilizar sentidos. Contudo, como prática política e ideológica, essas regiões de conhecimento funcionam produzindo sentidos contemporâneos de liberdade e submissão (do sujeito). É possível considerar o sentido de *liberdade* pelo poder que o indivíduo possuiria de realizar escolhas, pela sua participação democrática nas relações socioeconômicas, pela possibilidade de formular (de)(co)mandas (ainda que essas lhe sejam negadas). O sentido de *submissão* do sujeito, por outro lado, se constitui no assujeitamento da restrição da opção das suas escolhas que afetam o social e o histórico do sujeito, a saber, as escolhas possíveis são aquelas proporcionadas pelo sistema neoliberal – um sistema dominante que responde às (de)(co)demandas. A técnica, ideologicamente constituída, modula sujeitos e suas relações sociais.

A materialidade do discurso contábil, como procuramos demonstrar, não diz somente respeito à sua "aplicabilidade" (constituindo-se como uma técnica que aplica conhecimentos a objetos), e nem funciona somente nos contextos específicos das empresas, dos negócios, mas em todo o cotidiano social podemos observar de que modo as condições materiais de produção condicionam sentidos em diferentes contextos, em distintas práticas sociais dos sujeitos, no processo de individuação dos sujeitos, que se banham pela/na lógica da forma sujeito capitalista neoliberal.

Por conta da nossa filiação à Análise de Discurso pêcheuxtiana, compreendemos a discursividade contábil constituída por dois espaços. O espaço da *manipulação estabilizada*, homogeneizante de sentido produzida pelos técnicos/cientistas que produzem "informações" do/sobre "contábil", do "dinheiro", do "capital" etc., do dinheiro e suas formas como uma

mercadoria universal, que supõe que todas as decisões devem/podem originar-se da lógica unívoca do sujeito pragmático. O outro espaço, compreendemos como o do *funcionamento discursivo do cotidiano* no qual essa homogeneidade é suspensa, exposta ao equívoco da língua, já que "todo enunciado é intrinsicamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro" (PÊCHEUX, 2006, p. 53). O discurso contábil é passível de deslocar-se para outro discurso possível, isto é, um sentido sobre o sentido contábil, produzindo sentido, sujeito e sociedade. Essas conclusões podem ser expostas sob a forma do esquema abaixo, como um funcionamento da linguagem contábil:

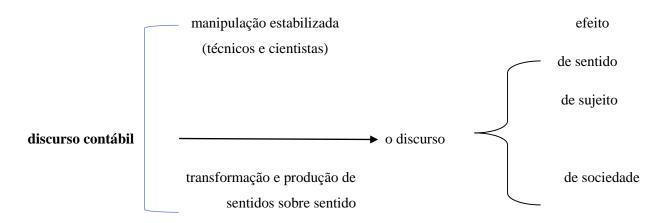


Figura 26 – Funcionamento da linguagem contábil.

Fonte: adaptado da teoria do discurso de Pêcheux.

A análise do discurso contábil nos proporcionou um modo de compreender a contabilidade como uma força que opera o deslocamento do sujeito na formação social capitalista/neoliberal, localizando-o como determinado pelo sentido da empresa, da empresa de si, do transparente, da melhor escolha, do empreendedorismo, e, se consideramos outra via produzida fora desse jogo, o deslocamento será outro, pode ser no sentido de significar o sujeito não empreendedor para doente, indolente, invisível, sem escolha, o sujeito que não compete.

O movimento da escrita (registro) das ciências contábeis percorre caminhos desde a gravura e sua significação para o sujeito primitivo até para a apuração de um resultado, um saldo, um valor, unidade aparentemente unívoca para a significação do sujeito contemporâneo. Contudo, essa uniformidade discursiva colocada em língua de vento, "cobrem ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações"

(PÊCHEUX, 2006, p. 32). Se a gravura tinha efeito de sentido para o sujeito primitivo de sua sobrevivência, da vitória na luta contra a fome, para o sujeito contemporâneo, a unidade, o número, pode ter o sentido da moeda, do dinheiro, da possibilidade de ter ou não ter, de comprar ou de não comprar, que desliza para o sentido do sujeito consumidor.

A evidência de uma homogeneidade lógica entre o sujeito primitivo e o sujeito contemporâneo está na ordem humana, relacionada ao sentido de *sobrevivência*, como, por exemplo, na simplicidade do alimento. A evidência de não-coincidência (que aponta para o deslocamento histórico dos sentidos de sobrevivência) que podemos apontar entre os dois sujeitos, na contabilidade, chama-se *estoque*, o *excesso*. Para o sujeito primitivo, o estoque se relaciona à mercadoria enquanto alimentos, metais etc.; e o excesso está relacionado à possiblidade de troca, talvez para enfrentar crises ou somente para a permuta de mercadorias desigualmente distribuídas entre os sujeitos (quem tem uma mercadoria em excesso pode trocar por uma outra, que não possui), ou seja, busca-se a partir daí um equilíbrio das coisas.

O excesso, estoque do sujeito consumidor contemporâneo, é a mercadoria universal, o dinheiro e suas formas de financeirização das relações sociais do indivíduo. *O sujeito contemporâneo não troca seu excesso, ele acumula*. O estoque é o dinheiro, as finanças. Não se troca serviço (o salário) por dinheiro. O dinheiro compra/paga, investe, não troca. A troca é igual, equitativa, justa, equivalente. A compra, o pagamento, é subversão, submissão, não aponta para a equidade, é diferente, produz o desigual, o desequilíbrio, a crise, gerando ainda mais excesso, mais dinheiro, mais investimentos, mais concentração e acumulação.

O excesso do dinheiro gera ganho, renda, fortuna. Tudo é investimento, financeirização.

Nesse sentido, todos ouviram falar da financeirização, mas poucos se dão conta da profundidade da deformação generalizada dos processos econômicos, sociais e ambientais, provocada pela migração dos nossos recursos do fomento econômico (por meio de investimentos) para ganhos improdutivos (por meio de aplicações financeiras). Os bancos e a mídia, inclusive, chamam tudo de 'investimento', parece mais nobre do que 'aplicação financeira' ou especulação. O The Economist até inventou a expressão speculative investors, e Stiglitz referese a productive invesments para diferenciar, já que em inglês não existe o termo 'aplicação financeira', tudo é 'investiment' (DOWBOR, 2017, p. 155).

O enunciado "estoque da dívida pública chega a R\$ 3,65 trilhões em abril" produzido pelo órgão governamental brasileiro, informa/noticia com a sutileza (e transparência) de apresentar somente três números e uma vírgula, 3,65 (três vírgula sessenta e cinco), os zeros estão apagados, silenciados, os trilhões. O Estado tem um estoque de dívida de dinheiro. Importante dizer que "ele" (o "estoque") "dela" ("a dívida pública") "chega". O estoque está em movimento, "chegou", mas não deve parar – "chegou", no sentido de acumulou e não no sentido de "basta", "*stop*". A dívida pública acumulada tem dono, os investidores, o sistema financeiro. O Estado se constitui e é administrado como aquele que cumpre as suas obrigações com seus investidores, credores. No caminho percorrido pela dívida, o que o Estado comprou? Quais mercadorias, serviço? "É necessário transparência".

O "orçamento do governo brasileiro do ano de 2018 é aprovado com a previsão de gastos de R\$ 3,57 trilhões" informa a Agência Brasil, responsável pela comunicação do governo. Na composição desses gastos, destacamos a distribuição: R\$ 1,16 trilhão para o refinanciamento da dívida pública; e R\$ 316 bilhões para pagamento com juros da dívida pública. Os valores do governo com os gastos financeiros representam mais de 41% do orçamento total do governo brasileiro. O orçamento do governo brasileiro constitui-se uma (de)(co)manda do setor dominante. O movimento associativo "AUDITORIA cidadão da dívida" trabalha para a possibilidade de que seja realizada uma auditoria da dívida pública brasileira, porém, a iniciativa parece ser socialmente dissonante de outros interesses e, por isso, politicamente apagada, embora existam esforços para sua realização.

Assim, a financeirização também produz sentido pela *falta de estoque* (escassez), de dinheiro, os sujeitos endividados, inadimplentes. O portal de notícias G1 noticia: "número de brasileiros inadimplentes cresce em novembro e volta a superar 63 milhões" As 63 milhões de pessoas endividadas representam aproximadamente trinta por cento da população total do Brasil, que está desprovida das condições da própria vida, ou desprovida de trabalho, que a priva da posse

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> Informação disponível em: <a href="http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/maio/estoque-da-divida-publica-chega-a-r-3-65-trilhoes-em-abril">http://www.fazenda.gov.br/noticias/2018/maio/estoque-da-divida-publica-chega-a-r-3-65-trilhoes-em-abril</a>. Acesso em: jan. 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup>Informação disponível em: <a href="http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/orcamento-de-2018-e-aprovado-com-previsao-de-gastos-de-r-357-trilhoes">http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/orcamento-de-2018-e-aprovado-com-previsao-de-gastos-de-r-357-trilhoes</a>. Acesso em: jan. 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> Informações disponíveis em: <a href="https://auditoriacidada.org.br/">https://auditoriacidada.org.br/</a>. Acesso em: jan. 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Informação disponível em: <a href="https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/10/numero-de-inadimplentes-cresce-6-em-novembro-e-atinge-631-milhoes.ghtml">https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/10/numero-de-inadimplentes-cresce-6-em-novembro-e-atinge-631-milhoes.ghtml</a>. Acesso em: jan. 2019.

do próprio corpo já que este não pode ser usado como uma mercadoria (força de trabalho que se troca por dinheiro). Um corpo sem valor. O mercado não compra e não paga.

Para Han (2018, p. 90), "hoje as pessoas são tratadas e comercializadas como pacotes de dados que podem ser explorados economicamente. Assim, elas se tornam mercadorias". O sujeito individualizado como endividado não tem valor; são necessários muitos para participar do mercado. O banco de dados faz uma nova classificação de consumidores, "pessoas com valor econômico baixo são denominadas com o termo *waste* 'lixo". Consumidores com alto valor de mercado se encontram no grupo *shooting star*" (HAN, 2018, p. 90), são as estrelas.

Temos, nessa perspectiva, um sujeito transparente sem corpo, ou melhor, um corpo transparente sem músculos, esvaziado. A acumulação financeira capitalista gera a despossessão dos meios de prover (de trabalho) o sobreviver do sujeito endividado. O sujeito endividado de Deleuze (1992) é um sujeito carente, doente, esvaziado, estranho. O Estado doente pelo excesso, e o sujeito doente pela escassez. Desse modo, o sujeito visível desliza para o transparente. Governos e credores são movidos pelos excessos. Assim, podemos formular:

O sujeito endividado não consome.

Se não consome, não tem mercado,

Se não tem mercado, não tem neoliberalismo?

Sim, tem o mercado dos consumidores estrelas.

Retomando os nossos recortes, que podemos representar pelas palavras: *custo/benefícios – transparência – empreender*, podemos observar um deslizamento metonímico entre *sujeitos*, *empresa*, *Estado* e *sociedade*, elementos que não estão necessariamente coordenados, podemos dizer, misturados.

Ressaltamos que a análise dos enunciados mostra, por vezes, um discurso produzido por um sujeito indeterminado, de modo que compreendemos a indeterminação como o funcionamento do Estado e do sistema neoliberal; o Estado já devoto ao neoliberalismo, que trabalha pela *psique* (HAN, 2018), pela alma (DELEUZE, 1992) dos sujeitos.

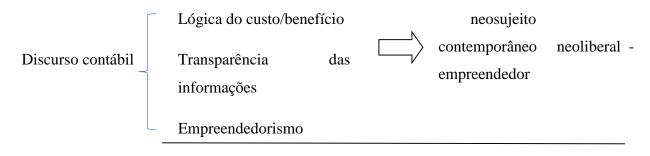
O funcionamento aqui se dá como um discurso religioso de liberdade, devoção/submissão. A liberdade pelos sentidos das escolhas, mesmo que sejam propostas por Henri Ford, e a devoção/submissão por não pensar outro caminho. O sujeito neoliberal contemporâneo é múltiplo,

e os sentidos deslocam-se simultaneamente conforme sua "liberdade" de escolha de empreendedor e transparente. Como define Han (2018 p. 86),

[...] o sujeito contemporâneo é um empreendedor de si mesmo que se autoexplora. Ao mesmo tempo, é um fiscalizador de si próprio. O sujeito autoexplorador traz consigo um campo de trabalhos forçados, no qual ao mesmo tempo é carrasco e vítima. Como sujeito que expõe e supervisiona a si próprio, ele a carrega consigo um pan-óptico no qual é, de uma só vez, o guarda e o interno. O sujeito digitalizado e conectado é um pan-óptico de si mesmo. Dessa maneira, o monitoramento é delgado a todos os indivíduos.

Para concluir, buscando uma síntese de uma série de desdobramentos que não se findam, podemos dizer da busca que realizamos, na construção desse trabalho de descrição, interpretação e análise. Com nossos pontos de posição, identificados, visíveis e assumidos na elaboração da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, procuramos não nos ajeitar nas evidências primeiras, aceitamos o incômodo, o descompasso, a opacidade. Assim, consideramos que a contabilidade não pode registrar a destruição de muros ou a construção de muros pela sua lógica custo/benefícios, mas precisa participar, realizar a narrativa, aproveitar a crença na mesuralibilidade e na quantificabilidade da técnica/ciência para produzir novos sentidos, sujeitos e sociedade, sem a eliminação do outro, do estranho. Se retornarmos à relação linguagem contábil-pensamentomundo, o discurso contábil, por seus enunciados de lógica do custo/benefício, das transparências das informações e do empreendedorismo produz um efeito de sentido, sujeito e sociedade, constitui-se um neosujeito, contemporâneo neoliberal, um sujeito empreendedor, mesmo que por coerção. Assim, produzimos um esquema, como uma síntese conclusiva deste trabalho.

#### discurso contábil



produção de efeito de sentido, sujeito e sociedade

Figura 27 – O funcionamento do discurso contábil

A onipresença do discurso neoliberal afeta a constituição de sentidos do sujeito e administra as suas relações. No entanto, a constituição de sentidos é sempre possível de deriva, de pontos de ruptura, deslocamentos como ensina Pêcheux desde seus primeiros textos, nos níveis econômico, político e ideológico das relações sociais. O sujeito contemporâneo, da lógica financeira, da transparência e da individualização, precisa iniciar uma nova compreensão da sua relação social. O animal do neoliberalismo é a serpente descrita por Deleuze. A serpente empreendedora que motiva e ao mesmo tempo culpa o sujeito como forma de dominação. O neosujeito transformou todos os espaços em espaços mercantis. Outros modos de produzir, contar, logo, de constituir-se enquanto sujeito e se relacionar são possíveis, inclusive deixar, resistir, romper com nossos modos de existência mercantil, transparente, consumidor, de supervisionado e governado, para transformar, reservar ao menos alguns espaços para contemplação e ativar nossa capacidade de admiração da vida.

A discursividade contemporânea do progresso (custo/benefício, a transparência, o empreendedorismo), na historicidade, pode constituir sentido e sujeito (des)empregado em um novo sentido e sujeito, neosujeito, contudo, o (des)(a)caso pode deslocar o neosujeito para sentido e sujeito *campeiro*, *tropeiro* (que tinha como atividade laboral a lida com a tropa no campo, hoje sem existência, somente no imaginário), sem trabalho, emprego e renda, se perde pelas lonjuras de novos caminhos.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1970.

\_\_\_\_\_. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: Slavoj Zizek (Org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, Mark. Contabilidade Gerencial. Tradução de André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

BASTIAT, Frédéric. A Lei. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** Uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira. Rio de janeiro: Paz e Terra. 1986.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão Brasílio Sallum Jr. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografias e Estatística**. PNAD contínua tri: taxa de subutilização da força de trabalho é de 24,6% no segundo semestre de 2018. Disponível em: <a href="https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>. Acesso em: jan. 2019.

CANGUILHEM, Georges. O cérebro e o pensamento. **Natureza Humana**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 183-210. jan-jun. 2006. Disponível em: <a href="https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1517-24302006000100006">https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1517-24302006000100006</a>. Acesso em: 30 dez. 2018.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. .1055/2005** de 07 de outubro de 2005. Cria o comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências, Disponível em: <a href="https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\_1055.pdf">https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\_1055.pdf</a>>. Acesso em: set. 2018.

CHESNAIS, François. O mercado financeiro no comando. **Les Temps Modernes**, 607, 2000. Tradutoção de Ruy Braga. **Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001. Disponível em: <a href="https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf">https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf</a>. Acesso em: 22 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas. Configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHIARETTI, Paula. A discursividade do clique na produção de sentidos e sujeito. **Fragmentum**, n. 48, jul./dez. 2016, Santa Maria, RS. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23309">https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23309</a>>. Acesso em: jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Tempos modernos e *the oficce*: dois momentos do trabalho. **Revista Querubin,** 2012, p. 69-74.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 00 (R1)** – pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em: <static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\_CPC00\_R1.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

COURTINE, J.J. (1986) Chroniques de l'oubli ordinaire. Sediments, 1.

CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sonho**. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CRCRS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. **Código de ética profissional**. Edição Eletrônica, 7. Ed. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <a href="https://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\_etica09">https://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\_etica09</a>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalat. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Projeto periferia. 2003.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. **Conversações**: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DIAS, Cristiane. A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 37, jan./jun. 2016. p. 157- 175. Disponível em: <a href="http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.html">http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37.html</a>>.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária. 2017.

EAGLETON, T. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance:** da aventura empreendedora à depressão nervosa. Tradução de Pedro F. Bendassolli. Aparecida: Ideias&letras, 2010.

ESCORSIM. Reflexões sobre a política de saúde no Brasil após a Constituição de 1988: a caminho do projeto neoliberal? CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1. 2015. Disponível em: <

<a href="https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/43\_reflexoess\_sobre\_a\_politica....pdf">https://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/43\_reflexoess\_sobre\_a\_politica....pdf</a>. Acesso em: jan. 2019.

Eu, Daniel Blake. Direção de Ken Loach. 2016. Disponível para assinantes **Netflix** em: <a href="https://www.netflix.com/watch/80112518?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Cd3350daa-1c80-4266-8516-6b794b9d5dfd-21576511%2C%2C">https://www.netflix.com/watch/80112518?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Cd3350daa-1c80-4266-8516-6b794b9d5dfd-21576511%2C%2C>. Acesso em: 5 ago. 2018.

FEIJÓ, Carmem A.; CARVALHO, Paulo G. M. de. Desemprego nos países da OCDE: posições em debate. **Econômica,** v.1, n. 2, dez. 1999. Disponível em: http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n2/3-carmem-paulo.pdf. Acesso em: 2 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Org. e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível. 2. ed. Tradução: Maria Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Editora RG, 2010.

GADET, Françoise.; LEON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática, aplicada ao estudo dos textos na França em 1969. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Guachini. – Petrópolis: RJ: Vozes, 2017a.

HAN, Byung-Chul, **Agonia do eros**. Tradução de Enio Paulo Guachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b.
\_\_\_\_\_. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Guachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017c.

\_\_\_\_\_. **Psicopolítica.** O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horzonte: Editora Ayiné, 2018.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo histórias e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

\_\_\_\_\_. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005.

\_. Os limites do Capital. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAYEK, Friedrich. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <a href="https://www.mises.org.br">https://www.mises.org.br</a>.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia Social. (1966). In: PÊCHEUX, Michel. **Analise de discurso Michel Pêcheux:** textos escolhidos por: Eni Puccineli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. **Observações para uma teoria geral das ideologias.** (1968). In: Rua, 1. Tradução de Carolina Rodrìguez-Alcalá. Campinas: Unicamp, p. 63-89, 1995.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico.** Tradução Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 1. ed. 10 reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

IFRAH, Georges. **Os números** – a história de uma grande invenção. Tradução Stella M. de Freitas Sen. Globo, 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade e Finanças** USP. n. 38, maio/ago. p.7-19, 2005.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.

LACAN, Jaques. Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LAGAZZI, Suzy. O desafio de dizer não. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência -** O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo. Editora 34. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2004.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. *Relig. soc.* [online]. 2007, v. 27, n. 1, pp.132-155. ISSN 0100-8587. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872007000100007">http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872007000100007</a>>.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004. 129 p.

LOCKE, John. **O Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

LUXEMBURG, R. **Reforma, revisionismo e oportunismo**. Tradução de Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Laemmert S. A., 1970.

MACHEREY, Pierre. Língua, discurso, ideologia, sujeito, sentido: de Thomas Herbert a Michel Pêcheux. **Décalages,** v. 1, n. 4, p. 1-46, 2015. Disponível em: <a href="https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/18/">https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/18/</a>». Acesso em: 14 jan. 2019.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos:** criando valor para a administração. Tradução de José Evaristo dos Santos. SP: Atlas, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; e SARGENTINI Vanice. **Legados de Michel Pêcheux:** inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Inquietação do discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1872). **Manifesto comunista.** Organização e introdução Osvaldo Caggiola. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O capital, crítica da economia política.** Livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **O capital, crítica da economia política.** Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Coordenação e revisão Paul Singer. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Ed. Nova Cultura. São Paulo: SP, 1996.

MENGER, Carl. **A origem do dinheiro**. (1892). Disponível em: <a href="http://rothbardbrasil.com/a-origem-do-dinheiro/">http://rothbardbrasil.com/a-origem-do-dinheiro/</a>>. Acesso em: jan. 2019.

MISES, Von Ludwig. **Ação humana:** um tratado de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **As seis lições**. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

OECD (2002). " <b>OECD Best Practices for Budget Transparency",</b> OECD Journal on Budgeting, v. 1, n. 3, p. 7-14, doi: 10.1787/budget-v1-3-en Disponível em: <a href="https://www.oecd.org/governance/budgetingandpublicexpenditures/1905258.pdf">https://www.oecd.org/governance/budgetingandpublicexpenditures/1905258.pdf</a> >.
ORESME, Nicolas. <b>Pequeno tratado da primeira invesão das moedas</b> . Curitiba: Segesta. 2004.
ORLANDI, Eni Puccinelli. <b>Interpretação:</b> autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.
<b>Eu, Tu, Ele</b> – Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes. 2015.
<b>Discurso em análise:</b> sujeito, sentido e Ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade. In: Orlandi, Eni P. <b>Política lingüística no Brasil.</b> Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 53-62.
Formação ou capacitação?: duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: ORLANDI, Eni P.; FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). <b>Discurso sobre a inclusão</b> . Niterói: Intertexto, 2014.
Do sujeito na história e no simbólico. In. <b>Escritos n. 4</b> . Contextos Epistemológicos da Análise dos Discurso. N. 4. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos, Nudecri. Campinas, Ed. Unicamp, 1999.
Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. Revista Rua, Campinas, n. 21, v. 2, 2015b, p.187-198.
Discurso, imaginário social e conhecimento. <b>Em Aberto</b> , Brasília, ano 14, jan./mar. 1994. Disponível em: <a href="https://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943/1912">https://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943/1912</a> . Acesso em: dez. 2018.
<b>Discurso e texto:</b> formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.
Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias?. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). Linguagem, Sociedade, Políticas. Pouso Alegre: Univás: Campinas: RG Editores, 2014. 230p. p.29-38.
<b>Discurso em análise:</b> sujeito, sentido e Ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
Conversa com Eni Orlandi. In. BARRETO, Raquel. <b>Teias</b> : Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan/dez, 2006.

Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, Cristiane (Org.). E-
<b>urbano: sentidos do espaço urbano/digital</b> . 2011. Disponível em: <a href="https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano1.pdf">https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano1.pdf</a> >. Acesso em: 30 dez. 2018.
<a href="https://www.nabeuro.unicamp.bi/fivroEuroano/pdi/euroano1.pdi/">https://www.nabeuro.unicamp.bi/fivroEuroano/pdi/euroano1.pdi/. Acesso em: 30 dez. 2018.</a>
PAVEAU, Marie-Anne. Os pré-discursos: sentidos, memória, cognição. Tradução de Greciely
Costa e Débora Massman. Revisão da tradução José Horta Nunes. Campinas-SP: Pontes, 2013.
PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) <b>Por uma Análise Automática do Discurso:</b> uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bras.
Campinas: Unicamp, 1997.
Canada Ca
O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas,
SP: Pontes Editores, 2006.
Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da
UNICAMP, 1995.
Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) Por uma
<b>Análise Automática do Discurso:</b> uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1990.
Orlandi. Campinas. Onicamp, 1990.
Discurso e argumentação: um observatório do político. <b>Fórum Linguístico</b> . Florianópolis,
n.1, p. 73-81, jul-dez. 1998. Disponível em:
https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/6915/6378. Acesso em: jan. 2019.
Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. Gestos de leitura: na história do discurso.
Campinas: Unicamp, 2014.
PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso:
atualização e perspectiva (1975). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) Por uma Análise Automática
<b>do Discurso:</b> uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.
Cincump, 1997
Analise de discurso Michel Pêcheux: textos escolhidos por: Eni Puccineli Orlandi.
Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
[1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. <b>Cadernos</b>
de Estudos Linguísticos, Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.
PELEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os
primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade.

PORTALIBRE. **Instituto Brasileiro de Economia**. Disponível em: <a href="https://portalibre.fgv.br">https://portalibre.fgv.br</a>. Acesso em: set. 2018.

Revista Administração on line- FECAP, v. 5, n. 3, p.39-54, 2004.

POULANTZAS, Nico. **The Poulantzas reader:** marxism, law and the State. Edited by James Martin. Verso: London, New York. 2008.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. Tradução de Mariana Echalar. SP: Boitempo, 2014.

RAUS, Rachele. A não-inscrição da 'paridade' na lei constitutional francessa de 1999. Tradução de Débora Massmann. Pouso Alegre, MG: **Entremeios**, 2012. Disponível em: <a href="http://www.entremeios.inf.br">http://www.entremeios.inf.br</a>. Acesso em: jan. 2019.

SÁ, Antonio Lopes de. Luca Pacioli: um mestre do renascimento. Brasília FBC, 2004.

\_\_\_\_\_. **História geral da contabilidade no Brasil. Brasília**: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANDEL, Michael J. **Justiça.** O que é fazer a coisa certa. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguistica geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedkinger. Tradução de Antônio Chelini, José Pualo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMIDT, Paulo. A classificação da contabilidade dentre os ramos do conhecimento humano. **Cadernos de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, v. 10. n. 17, p. 9-22, jan./abr. 1998.

STEWART, Ian. O fantástico mundo dos números: a matemática do zero ao infinito. Zahar, 2016

VLAEMMINCK, J-H. **Historia geral y de las doctrinas de la contabilidad**. Editorial E.J.E.S.. Madrid: España, 1961.

ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges: Revisão técnica de Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de janeiro: Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b.

\_\_\_\_\_. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.

ZIZEK, Slavoj. **Menos que nada:** Hengel e a sobra do materialismo dialético. Tradução de Rogério Bettoni. Boitempo, 2013.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual. **Rua**, Campinas, 4, 1998, p. 39-54.